



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Eduardo da Silva de Freitas


**A historiografia literária brasileira: uma análise comparativa das obras de
Ferdinand Wolf, Silvio Romero e José Veríssimo**

Rio de Janeiro

2013

Eduardo da Silva de Freitas

**A historiografia literária brasileira: uma análise comparativa das obras de Ferdinand
Wolf, Silvio Romero e José Veríssimo**



Tese apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor, ao
Programa de Pós-Graduação em Letras da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Área de concentração: Literatura
Comparada.

Prof.^a Dra. Ana Lúcia Machado de Oliveira

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

F866	<p>Freitas, Eduardo da Silva de. A historiografia literária brasileira: uma análise comparativa das obras de Ferdinand Wolf, Silvio Romero e José Veríssimo / Eduardo da Silva de Freitas. – 2013. 200f.</p> <p>Orientadora: Ana Lúcia Machado de Oliveira. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Literatura brasileira – História e crítica - Teses. 2. Wolf, Ferdinand, 1796-1866 – Crítica e interpretação - Teses. 3. Romero, Silvio, 1851-1914 – Crítica e interpretação – Teses. 4. Veríssimo, José, 1857-1916 – Crítica e interpretação - Teses. 5. Nacionalismo e literatura - Teses. 6. Literatura – Historiografia – Teses. I. Oliveira, Ana Lúcia Machado de, 1954 -. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 869.0(81)(091)</p>
------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese desde que citada a fonte

Assinatura

Data

Eduardo da Silva de Freitas

**A historiografia literária brasileira: uma análise comparativa das obras de Ferdinand
Wolf, Silvio Romero e José Veríssimo**

Tese apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor, ao
Programa de Pós-Graduação Letras, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Área de concentração: Literatura
Comparada.

Aprovada em 07 de março de 2013.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Ana Lúcia Machado de Oliveria (Orientador)
Instituto de Letras da UERJ

Prof. Dr. Roberto Acízelo de Souza
Instituto de Letras da UERJ

Prof. Dr. Marcus Vinicius Nogueira Soares
Instituto de Letras da UERJ

Prof. Dr. Conrado Pires de Castro
Departamento de Ciências Humanas da UFLA

Prof^a. Dra. Andréa Portolomeos
Departamento de Ciências Humanas da UFLA

Rio de Janeiro

2013

DEDICATÓRIA

Para Marina, pelo amor perserverante.

AGRADECIMENTOS

A meus familiares pelo apoio constante e incansável.

À professora Ana Lúcia Machado de Oliveira, que, de longa data, tem apostado no acompanhamento de meus estudos e contribuído para meu aperfeiçoamento profissional.

A meus amigos pela solidariedade e incentivo.

À FAPERJ pela bolsa concedida no início deste trabalho.

RESUMO

FREITAS, Eduardo da Silva de. *A historiografia literária brasileira: uma análise comparativa das obras de Ferdinand Wolf, Sílvio Romero e José Veríssimo*. 2013. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Este trabalho faz uma análise comparativa de algumas das principais obras de história literária do Brasil, publicadas no século XIX e início do século XX, escritas, respectivamente, por Ferdinand Wolf, Sílvio Romero e José Veríssimo. São analisadas as concepções de nacionalismo, de história e de literatura que veiculam, relacionando-as com as ideias que circulavam à época em que foram escritos *Le Brésil Littéraire*, de Ferdinand Wolf, a *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, e a obra homônima de José Veríssimo. Sendo assim, além de analisar as obras comparativamente, o presente trabalho recupera o significado histórico que comportam, uma vez que as insere no quadro de referências vigentes no momento em que apareceram. Partindo do pressuposto de que a característica principal desses textos é a ideia de nacionalismo, estudam-se os significados atribuídos a este termo desde meados do século XIX até inícios do século XX, momento em que foram escritas aquelas histórias literárias. Ademais, relacionam-se as narrativas às variadas formas de se pensar a história, enquanto disciplina, nesse período, procurando identificá-las pelo modo como constroem a explicação histórica. Por fim, as ideias que apresentam a respeito da literatura são articuladas não só às concepções de nacionalismo e de história que aqueles textos veiculam, como também à reflexão que então se fazia.

Palavras-chave: Historiografia. Literatura. Nacionalismo. Brasil.

ABSTRACT

This study makes a comparative analysis of some of the major works of literary history of Brazil, published in the nineteenth and early twentieth century, written by Ferdinand Wolf, Silvio Romero and Jose Verissimo. It analyzes the concepts of nationalism, history and literature, relating them to ideas that circulated at the time they were written *Le Brésil Littéraire*, by Ferdinand Wolf, the *History of Brazilian Literature*, by Romero, and work namesake, by José Verissimo. Thus, besides analyzing the works together, it recovers the historical significance of these works, since the inserts in the frame of reference current at the time of appearance of the books that comprise the corpus. Assuming that the main characteristic of these texts is the idea of nationalism, it studies the meaning ascribed to this term since the mid-nineteenth through the early twentieth century, when these books were written. Moreover, the narratives are related to different ways of thinking history, as a discipline, in that period, trying to identify them by how they build the historical explanation. Finally, the ideas we have about the literature are not only articulated the concepts of nationalism and history of those texts convey, but also the thought that it was undertaken.

Keywords: Historiography. Literature. Nationalism. Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 <i>LE BRÉSIL LITTÉRAIRE, DE FERDINAND WOLF</i>	18
1.1 O modelo da nacionalidade literária	18
1.2 A nacionalidade do ponto de vista da História	21
1.3 <i>Le Brésil Littéraire</i> : algumas considerações	27
1.4 A versão oficial da história literária	29
1.5 A visão “idealista” da história e seu modelo explicativo	35
1.6 O espaço da literatura em <i>Le Brésil Littéraire</i>	52
2 <i>A HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA, DE SÍLVIO ROMERO</i>	61
2.1 Geração de 1870 e ruptura	61
2.2 A geração de 1870 e Sílvio Romero: definição de escopo	66
2.3 Natureza e nacionalidade: posição de Sílvio Romero	70
2.4 Modulações sobre nacionalidade e raça	74
2.5 Uma versão republicana da história literária	79
2.6 A visão “material ou científica” e seu modelo explicativo	88
2.7 A literatura na <i>História da Literatura Brasileira</i> : adaptações e continuidade ...	107
3 <i>A HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA, DE JOSÉ VERÍSSIMO</i>	122
3.1 Os intelectuais sob a República	122
3.2 Uma nova ideia de nacionalidade para a história política brasileira	130
3.3 José Veríssimo e Sílvio Romero: percursos intelectuais	137
3.4 Uma história literária menos comprometida	139
3.5 A história como história	156
3.6 A literatura na obra de Veríssimo	171
4 CONCLUSÃO	189
REFERÊNCIAS	194

INTRODUÇÃO

Há mais ou menos meio século, Hans Robert Jauss proferia, na sua aula inaugural como professor da Universidade de Constança, uma espécie de oração fúnebre sobre as histórias da literatura nacionais. É verdade que fugia do modelo consagrado pela prática, na medida em que do morto não se fazia o elogio, mas o levantamento de seus defeitos. De toda forma, sua *História da Literatura como provocação à Ciência da Literatura* desmerecia, àquela altura, qualquer influência da história da literatura – que, aliás, se vinha “fazendo cada vez mais mal-afamada” (JAUSS, 1994, p. 5) – sobre os estudos literários. Nas palavras de Jauss: “Nos últimos 150 anos, a história dessa venerável disciplina tem inequivocamente trilhado o caminho da decadência constante. Todos os seus feitos culminantes datam do século XIX.” (JAUSS, 1994, p. 5). Tão morta reconhecia a metodologia das histórias da literatura que, por interlocutoras de suas próprias ideias, Jauss tomava as correntes formalistas e marxistas da crítica literária. Com efeito, sua proposta de fundar sobre o leitor os estudos literários fazia-se, por um lado, em oposição ao fechamento da interpretação no próprio texto literário (*idem*, p. 18-21) e, por outro, como crítica da redução do texto literário à condição de mero reprodutor da realidade (*idem*, p. 15-17), sem que a metodologia tradicional dos estudos de “vida e obra” fosse convocada para prestar contas.

No Brasil, ao que parece, a repercussão do pensamento do que ficou conhecido como a *Estética da Recepção* não foi pequena. De fato, apesar de não terem sido tão traduzidos os textos dos integrantes dessa corrente crítica, suas ideias a respeito da valorização da perspectiva do leitor na formulação da crítica foram largamente aceitas e aproveitadas pela crítica literária brasileira para o questionamento do cânone literário e do nacionalismo. Dentro dessa tendência de contestação, talvez o texto mais emblemático tenha sido aquele em que Haroldo de Campos “denuncia” Antonio Candido pela exclusão de Gregório de Matos do cânone literário brasileiro. Em *O Sequestro do Barroco na Formação da Literatura Brasileira*, Haroldo de Campos aponta como o nacionalismo de Antonio Candido, configurado segundo as teses românticas (CAMPOS, 2011, p. 26-43), impõe silêncio aos poemas de Gregório de Matos.

Talvez não seja absurdo dizer-se que a conduta de Haroldo de Campos nesta obra representa mais ou menos a tendência geral da crítica literária, desde a década de 1980, não só em relação às histórias da literatura, como também quanto ao fenômeno do nacionalismo. Em

geral, reconhece-se que esse tipo de obra acaba “estabilizando, segundo um ponto de vista homogeneizante, um conjunto harmonioso de obras e autores considerados representativos da nacionalidade” (SOUZA, 2003, p. 144), o que, por conseguinte, acarreta a exclusão de outros. Do mesmo modo, identifica-se que o processo de exclusão está em estreita ligação com o nacionalismo, justamente porque é este que fornece os parâmetros pelos quais se declara o pertencimento de um autor ou texto canônico à literatura brasileira.

Todavia, apesar disso, são poucos os estudos sistemáticos sobre o impacto do nacionalismo na forma e a organização textual das histórias da literatura brasileira. De fato, ainda falando de maneira geral, quando se diz, por exemplo, que as histórias da literatura brasileira tomam o nacionalismo como critério de formação do cânone, dão-se ao termo contornos um tanto vagos, dentro dos quais, normalmente, se incluem os pressupostos de que ele signifique referências a certas paisagens naturais, bem como a figuras e fenômenos sociais considerados típicos do Brasil. Quer dizer, para a crítica, as histórias da literatura brasileira entendem o nacionalismo, sobretudo, como referência à simbologia nacionalista que se formou desde o século XIX.

É verdade que a simbologia mais ou menos consolidada sobre a nacionalidade brasileira prevê a referência à fauna, à flora, às paisagens, aos tipos, às figuras e a certos fenômenos sociais, assim como não deixa de ser verdade o fato de os autores das histórias da literatura servirem-se dessa simbologia quando produzem seus textos. No entanto, é preciso reparar que isso não significa que pensem a nacionalidade do mesmo modo; e tampouco que a utilização da simbologia nacionalista como base para o julgamento e comentário das obras produza o mesmo efeito. Basta reparar que, por exemplo, os juízos emitidos por Sílvio Romero e José Veríssimo a respeito de Gregório de Matos são muito diferentes entre si, embora não se negue, em nenhum dos casos, que esses autores de história da literatura brasileira pautem suas obras por critérios nacionalistas.

A questão que se coloca diante de toda a variedade de juízos sobre autores e obras nessas histórias da literatura é justamente a de tentar compreender o que é atualizado por cada autor quando pensa a história da literatura em termos de nacionalidade. Para tanto, talvez seja possível tomarem-se como ponto de partida algumas considerações sobre o que seja o nacionalismo, a fim de que se possam traçar alguns de seus aspectos mais constantes. O problema é que, quando se fala de nacionalismo, de nacionalidade ou de nação, aparecem confusões a respeito de seus significados mais estáveis. Como nota Benedict Anderson (2008, p. 31), em que pese a evidência da existência da nação e de seu poderio no cenário moderno,

persiste entre aqueles que se dedicaram ao estudo do nacionalismo a dificuldade de defini-lo de um modo mais ou menos preciso, como se fez com outros conceitos como, “liberalismo” ou “fascismo” (ANDERSON, 2008, p. 32), por exemplo. Para este autor, a dificuldade de apreensão do “nacionalismo” em um conceito mais ou menos estável deve-se em grande parte ao fato de ser ele um fenômeno não originado de uma teorização de cunho positivo como o foram os outros termos, quedando assim numa situação de “anomalia”, na medida em que seu uso se dá sem que se procure precisar-lhe o sentido. Obviamente, passa longe das pretensões deste trabalho dar um fim a esses problemas. O que se pretende é, diga-se mais uma vez, apenas tentar captar algumas linhas gerais do fenômeno que está na base das histórias da literatura nacionais.

Uma aproximação pode ser tentada a partir do modo como alguns estudiosos entendem o fenômeno. As análises sobre o nacionalismo de Ernst Gellner e Eric Hobsbawm, por exemplo, tentam definir o fenômeno. A princípio, para ambos, o nacionalismo é, definitivamente, uma ideologia relacionada ao modo de produção moderna, e que se define pela difusão de valores burgueses sobre a massa de indivíduos que compõem o Estado. A relação entre ideologia e Estado é, neste caso, determinante do fenômeno. Em *Nações e Nacionalismos*, Gellner caracteriza as sociedades industriais modernas como extremamente instáveis e com reduzidas barreiras sociais, se comparadas às sociedades agrárias, que têm estrutura social mais rígida. Para o autor, essa maior mobilidade das sociedades industriais está em estreita relação com seu modo de produção, que exige certa maleabilidade dos indivíduos para funcionamento adequado da engrenagem produtiva. De fato, as sociedades agrárias tendem a formar seus indivíduos em sistemas culturais mais fechados e que estão intimamente ligados à atividade social desenvolvida pelo grupo. Nas sociedades industriais, formalmente parte-se da ideia de que os indivíduos não têm uma atividade social fixa e, ao contrário, devem estar aptos a desempenhar as mais diversas funções.

O elemento promotor do trânsito social, ainda segundo Gellner, nas sociedades industriais modernas é a educação, que possibilita a formação básica necessária para o enquadramento do indivíduo neste tipo de sociedade. Dessa forma, estas sociedades industriais são absolutamente dependentes da formulação de uma cultura erudita, definida como uma cultura letrada, padronizada e difundida entre os membros da sociedade. Tendo em vista o alto custo da formação necessária, o Estado é incumbido dessa tarefa, funcionando como o organismo difusor daquela cultura. O fato de a formação ser padronizada e gerida pelo Estado é a base da constituição do nacionalismo: os indivíduos tendem a se identificar

com a cultura que lhes é ministrada e, correlatamente, com as instituições que a representam, assim transferindo para o Estado a consideração que têm pela cultura. Obviamente, isso não dispensa o uso de elementos simbólicos conscientemente formulados para o incentivo dessa identificação: os símbolos da cultura se transformam em símbolos nacionais na medida em que aqueles representam uma ideologia política. Em suas palavras:

[...] quando as condições sociais gerais conduzem a culturas eruditas standardizadas, homogêneas e centralizadas, abrangendo populações inteiras e não apenas minorias de elite, surge uma situação em que as culturas unificadas, educacionalmente sancionadas e bem definidas, constituem na prática o único tipo de unidade com que os homens se identificam voluntariamente e muitas vezes ardentemente. A partir de então, as culturas parecem constituir os repositórios naturais da legitimação política. (GELLNER, 1993, p. 88)

Eric Hobsbawm também insiste na ideia de nação como um constructo historicamente localizado no tempo e em estreita relação com os modos de produção modernos. Assim como Gellner, Hobsbawm entende que o nacionalismo está relacionado ao modo de produção industrial, e mais diretamente ao modelo liberal. Todavia, à diferença de Gellner, aponta as mudanças que o conceito sofreu historicamente, desde sua concepção no momento revolucionário até o século XX. Em *Nações e Nacionalismo*, o autor segue também a mesma interpretação do nacionalismo como uma ideologia, e mostra que o termo “nação”, apenas a partir do século XIX, se vincula às ideias de Estado, povo e território. Anteriormente utilizado para designar a descendência relativa a um grupo social que não necessariamente se confundia com um estado político, ou o conjunto de profissionais ou corporações (HOBBSAWM, 1998, p. 28-29), o termo passou a ser registrados nos dicionários em estreita relação com aqueles três termos a partir de meados do século XIX. Além disso, Hobsbawm afirma que, no período revolucionário, “especialmente a partir de 1830”, o “significado fundamental de ‘nação’... era político”, de modo que as questões relativas à homogeneidade linguística e étnicas não eram relevantes para sua definição; [que] estava mais ligada a uma vaga noção de povo (*idem*, p. 32). Segundo o autor, apenas depois de 1870 é que a uniformidade linguística e a étnica serão levantadas, impulsionadas entre outras coisas pela ameaça a que grupos tradicionais estavam sujeitos diante do progresso, pela democratização da política e pelo adensamento de estratos urbanos.

As limitações dessas concepções para um estudo do nacionalismo brasileiro e sua manifestação literária parecem evidentes. Para o caso do Brasil, o nacionalismo não pode ser explicado pelo vínculo com a cultura de massa. A sociedade brasileira no século XIX e durante boa parte do século XX foi agrária; por conseguinte, de pequeno desenvolvimento

urbano. Mesmo a forma de vida na corte está longe de equiparar-se à vida cidadina de Paris ou Londres. Ademais, igualmente frouxo parece o vínculo entre educação e nacionalismo. Vale lembrar que, como reclamam os escritores brasileiros de fins do século XIX, a quantidade de analfabetos era um empecilho enorme para a profissionalização dos escritores. Machado de Assis registra a situação do analfabetismo, em crônica de 1876, ano em que se publicaram os dados do censo de 1872: “A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão. 70% jazem na profunda ignorância” (ASSIS, 2004b, p. 345).

É verdade que os estudos daqueles autores estão mais presos ao contexto europeu - ainda que Hobsbawm não deixe de mencionar situações de desenvolvimento nacionalista nos diversos continentes e sob os mais diversos regimes políticos e econômicos -, e só podem servir de esclarecimento indireto sobre a situação no Brasil. Quanto a Gellner, sua contribuição reside no fato de apontar que a existência de mais de uma elite pode ser um empecilho considerável na formação dos estados nacionais, como foi o caso do território da Alemanha, que, dividida entre diversas elites, apenas no fim do século é que se transformou em Estado-nação, reconhecendo neste caso a força dos aspectos políticos e culturais. Guardadas as devidas proporções, no caso do Brasil do século XIX, por exemplo, que se caracteriza pela manutenção quase incontestável da unidade territorial e de poder, não é desconhecido o caráter mais ou menos ufanista e regionalista de certas instituições relacionadas ao saber durante o século XIX.

Assim, por exemplo, os museus etnográficos e institutos históricos surgidos no Brasil naquela época acabavam se prestando a favorecer os interesses de grupos político distintos, até certo ponto. De acordo com Lilian Moritz Schwarcz, o Museu Nacional criado no Rio de Janeiro “se sustentava enquanto um projeto bastante associado ao Estado Nacional e, em especial, à figura do Imperador” (SCHWARCZ, 2001, p. 90); o Museu Paulista, ou Museu do Ypiranga, denunciava “o desejo da elite paulista de se fazer representar na esfera da cultura” (*idem*, p. 90); enquanto o Museu Paraense, ainda que próximo à instituição de São Paulo, por sua crítica ao Museu Nacional, não deixou de cumprir um papel ufanista “para a sociedade local, sedenta de fazer de Belém um centro de poder correspondente à pujança que a borracha trazia consigo” (*idem*, p. 89). De outra parte, contrapunham-se ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que representava a versão oficial da história brasileira, o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, formado pelos “grandes proprietários rurais, acompanhados de membros da Igreja e de poucos profissionais liberais” (*idem*, p.121), e que

tinha por missão representar uma história patriótica e comemorativa atrelada aos assuntos locais, que representavam mais de 80% (*idem*, p. 120) dos textos da revista que produzia. Da mesma forma, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo buscou valorizar a história local, popularizando principalmente a figura dos bandeirantes, tomados pelas elites paulistas como seu símbolo por excelência, numa “postura competitiva em relação à capital federal” (*idem* p. 2001, 133).

No caso de Hobsbawm, cuja abordagem também se concentra no nacionalismo europeu, a contribuição que se pode tirar de seu pensamento é um pouco maior. Na medida em que aborda o processo histórico de desenvolvimento do conceito especialmente a partir de 1830, aponta mais diretamente para o caráter ideológico e flutuante do nacionalismo, porque formulado segundo interesse dos grupos sociais. Dessa forma, caso se aceite a definição de “nacionalismo como o sentimento de pertencer a uma comunidade cujos membros se identificam com um conjunto de símbolos, crenças e estilos de vida, e têm a vontade de decidir sobre seu destino político comum” (GUIBERNAU, 1997, 56), abre-se, da perspectiva adotada por Hobsbawm, a possibilidade de pensar-se no investimento ideológico que configura aquele sentimento, aquelas crenças e aquela vontade de acordo com os grupos sociais que os promovem.

No caso brasileiro, não são poucos os estudos que acabaram por apontar direta ou indiretamente as transformações conceituais por que passou a ideia de nacionalismo no país, segundo a pena que lhe traçava os contornos. Entre os nomes que contribuiram para identificar as nuances que se escondem por trás da ideia de nação, estão os de José Carlos Reis, Dante Moreira Leite, Renato Ortiz, Carlos Guilherme Mota, Otávio Ianni, Lúcia Lippi Oliveira e Cruz Costa, cujas contribuições foram incorporadas por este trabalho. Para que não fique esta introdução um tratado de escolástica, e como, ao longo do texto, os escritos desses autores serão constantemente retomados, não se fará a discussão das ideias e conceitos utilizados por eles. Basta salientar justamente isso: eles fornecem material para entender-se o nacionalismo como produto ideológico e, portanto, influenciado pelas configurações efetuadas pelos grupos sociais.

Para que salte aos olhos o caráter ideológico do nacionalismo, é necessário pensar-se a história da literatura não como um texto, mas como um discurso (FOUCAULT, 1996), o que significa pensar que as obras realizadas estão submetidas às pressões sociais que promovem suas existências. De fato, as histórias da literatura brasileira não são produtos apenas de um encadeamento de palavras transcritas das cabeças de seus autores. Elas são influenciadas, em

grande parte, pelas condições de produção, que envolvem os mais diversos aspectos institucionais, mas que podem ser percebidos pela própria configuração das obras. Assim, por exemplo, a diferença de *ethos* que se verifica entre as obras de Sílvio Romero e Veríssimo parece estar, de alguma maneira, relacionada às vicissitudes por que passaram os intelectuais desde os fins do Império até as décadas iniciais do século XX. Neste sentido, é preciso se reconhecer que os discursos e os historiadores estão relacionados a um lugar social; e é em função dele que “se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”, segundo o esclarecimento de Michel Certeau (2006, p. 67).

Depois de tudo o que se disse até aqui, é hora de dizer-se claramente a que veio o presente trabalho. Seu objetivo é tão somente propor uma descrição comparativa de algumas das principais obras de história da literatura brasileira. De fato, não se trata de fazer uma história da historiografia literária, mas de procurar entender como são configurados os discursos, bem como os porquês de tais configurações. Tanto assim que tal descrição levará em consideração apenas três obras, escolhidas por terem consolidado o gênero entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX. São elas: *Le Brésil Littéraire*; de Ferdinand Wolf; a *História da Literatura Brasileira*; de Sílvio Romero; a obra homônima de José Veríssimo.

Para levar a cabo tal projeto, parte-se, sobretudo, do seguinte pressuposto: a diferença existente entre essas obras é devida ao modo como cada um dos autores percebe, ou pensa, a questão da nacionalidade brasileira. De fato, como a crítica às histórias da literatura reconhece, a ideia de nacionalidade parece constituir o termo principal que organiza todas as instâncias das obras. Esse pressuposto implica, neste trabalho, o procedimento de traçar, ao menos em grossas linhas, o quadro de referências e valores ao qual, se acredita, se reportam as obras, levando em conta a inserção social das ideias. Quer dizer, será feita uma caracterização dos diferentes modos de se configurar o nacionalismo levando em conta, principalmente, o perfil social e ideológico da inteligência brasileira. Cabe ainda acrescentar que a caracterização do nacionalismo presente em cada obra é feita por meio da análise da narrativa da obra, considerada em seu todo. Neste ponto, a análise consiste justamente em levantar o recorte que os autores fazem no campo histórico, observando o que valorizam ou o que criticam, seja nos fatos, seja nas personagens que povoam a história.

Mas, obviamente, não se tributam todas as diferenças ao modo como percebem o nacionalismo. Além disso, acredita-se igualmente que as diferenças estejam relacionadas a

questões específicas dos campos da história e da crítica literária. De fato, por serem obras de história da literatura, é indispensável que seus autores ao menos representem, caso não formulem, os conceitos de que se servem para escrever. Neste caso, assume-se que as histórias da literatura atualizam, de alguma forma, as noções historiográficas e de crítica literária que circulam no momento em que são escritas. Quer dizer, pressupõe-se que, ao menos implicitamente, os autores formulam suas obras servindo-se de concepções de história e crítica literária vigentes no ambiente em que se situam.

É preciso acrescentar que, para efeito de análise, operou-se uma divisão levando-se em conta algumas características formais das obras de história da literatura: o fato de serem organizadas em duas partes mais ou menos distintas, embora interdependentes para que se produza a totalidade de seu sentido. É verdade que, em sua totalidade, as histórias da literatura são organizadas como um texto narrativo, no sentido de que ela estabelece “uma organização temporal, através de que o diverso, irregular e acidental entram em uma ordem” (COSTA LIMA, 1989, p. 17), e como um texto crítico voltado para a abordagem da literatura. De fato, embora estes dois aspectos caminhem juntos e interfiram um no outro, é possível, pelas marcas linguístico-textuais, efetuar-se esta distinção.

Assim, analisa-se, de uma parte, a forma pela qual a narrativa é organizada. Isto é, a partir do conceito que ordena o campo histórico, procura-se observar como se apresenta a explicação histórica e como ela dispõe do material de que trata, segundo o pressuposto de que cada uma se sustenta por um *a priori* de base. Neste sentido, o presente trabalho procurou sintetizar as ideias desses *a priori* referindo-se a eles em termos de “visão histórica”. Chama-se, então, de “visão idealista” da história, a que é expressa no *Le Brésil Littéraire*; de visão “material ou científica” aquela que se expressa na *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero; de “visão historicista” aquela que se encontra na *História da Literatura Brasileira*, de José Veríssimo. Cada uma dessas visões está relacionada ao modo pelo qual se explicam os fenômenos e a participação das personagens no campo histórico, e remete ao modo como cada historiador pensa a história. Além disso, é possível perceber que os *a priori* se relacionam com a forma do nacionalismo que pretendem representar.

De outra parte, analisa-se também o funcionamento das ideias da crítica literária nos comentários que se produzem sobre as obras e os autores que integram as histórias da literatura. Neste sentido, pelo levantamento das ideias críticas a que remetem as histórias da literatura, procura-se compreender as diferenças que existem no tratamento que cada uma dá às obras e aos autores, considerando o tipo de reconhecimento e valorização, e o modo como

selecionam aquilo que interessa dizer. Neste caso, quando os historiadores tratam das obras e autores é possível perceber que os conceitos da crítica são influenciados ainda pela forma como se entende o nacionalismo e como se compreende o processo histórico. De um modo geral, é possível dizer que todas se servem de conceitos básicos que se formaram a partir do momento em que se rompeu com a poética clássica.

Por fim, importa esclarecer que o presente trabalho não pretende fazer comparações exaustivas entre as posições assumidas pelos historiadores ao elaborarem suas obras de história literária e aquelas presentes em outros textos de natureza crítica. Reconhece-se que um historiador pode ter mudado de ideias ao longo de sua vida, mas isso não significa um rompimento da integridade teórica da obra de história da literatura que produziu. Assim, como o que se pretende é, somente, fazer uma comparação do modo como cada um dos historiadores atualizou o gênero história da literatura nacional, a evocação às outras obras desses autores será feita apenas quando ajudarem a compreender certas ideias que circularam pela inteligência brasileira, seja para pensar o nacionalismo, a história ou a literatura.

1. LE BRÉSIL LITTÉRAIRE, DE FERDINAND WOLF

1.1. O modelo da nacionalidade literária

O debate em torno da nacionalidade brasileira durante o século XIX foi bastante acalorado. Tendo o Brasil se tornado um país independente, era necessário encontrar o elemento que indicasse a unidade prevista em torno da ideia de nação. Em termos gerais, pode-se dizer, com Roberto Ventura, que “a crítica e a história literárias brasileiras foram marcadas, até 1910, pelas noções de raça e natureza” (VENTURA, 1991, p. 18). Mas é preciso observar mais de perto essa questão para que se entenda o que está em jogo quando tais noções se articulam.

A ideia de que o Brasil se caracteriza pela exuberância de sua natureza e pela mistura de raças aparece com Ferdinand Denis, viajante francês que, em 1826, publica um opúsculo de enorme repercussão na inteligência brasileira gerações afora. De fato, Ferdinand Denis teve muita influência entre os intelectuais brasileiros, para os quais, inclusive, o viajante francês torna-se não “apenas uma *fonte*, mas, acima de tudo, uma *autoridade* em matéria de Brasil.” (ROUANET, 1991, p. 143). Guilhermino César, em 1978, diz, com certo entusiasmo aliás, o porquê de tanta consideração votada a Ferdinand Denis: “Num meio intelectual carente de guias, como o Brasil durante o Primeiro Reinado, sua voz repercutiu imediata e intensamente. Era alguém que falava, um europeu de Paris, convidando-nos ao conhecimento aprofundado da terra...” (CESAR, 1978, p. XXXIII). De fato, o *Resumo da história literária do Brasil*, na sua dicção prescritiva e lisonjeadora¹, indica que a identidade nacional brasileira está no esplendor da natureza e na mistura de diversas raças, embora sobre este último ponto não tenha muito sobre o que falar.

Denis retoma, para o caso do Brasil, as associações feitas entre natureza e literatura por Mme. Stael no *De la littérature*. Neste livro, a baronesa estabelece uma divisão entre as literaturas setentrionais e meridionais da Europa, que, por possuírem naturezas diferentes,

¹ Maria Helena Rouanet destaca que boa parte da importância de Ferdinand Denis para a literatura brasileira adveio de sua capacidade de saber dizer aquilo que os brasileiros queriam ouvir e de se colocar na condição de orientador da inteligência nacional. “[...] Ferdinand Denis escrevia para os brasileiros e tinha plena consciência disso. Excetuando-se sua correspondência particular, quando de sua estada no Brasil, e as suas primeiras obras [...], tudo o que ele produziu tinha a intelectualidade brasileira como interlocutor conhecido. E, por outro lado, graças a este intercâmbio constante, Denis não ignora os desejos e as expectativas desse público que recebia avidamente os seus escritos e opiniões.” (ROUANET, 1991, p.171).

apresentam tradições artísticas distintas: “Le climat est certainement l’une des raisons principales des différences qui existent entre les images qui plaisent dans le nord e celles qu’on aime à se rappeler dans le midi” (STAEL-HOLSTEIN, 1800, p. 300). Por causa do clima, atribui-se à poesia meridional uma imaginação mais viva e variada, e à poesia setentrional uma imaginação mais profunda e intensa: a primeira remonta a Homero, a outra a Ossian. As ideias da baronesa serão ainda a base da obra monumental de Simonde de Sismondi, que, em *De la Littérature du Midi de l’Europe*, faz um estudo histórico de linha nacionalista das literaturas oriundas da vertente homérica.

Sobre a relação entre literatura, clima e língua, é importante notar que, tanto na obra da baronesa quanto na de Sismondi, os dois últimos elementos dispõem-se de modo que o clima representa o traço genérico, ao passo que as línguas indicam o traço específico para a definição da literatura. No caso da obra de Sismondi, isso aparece de modo mais claro, pois o autor refaz o percurso da literatura na Europa desde a Idade Média até o século XVIII, partindo da influência da cultura árabe, passando pelas cortes de Provença, até se desenvolver nas formas nacionais, justamente enfatizando-se o papel individualizante das línguas vernáculas. Assim, as literaturas meridionais, que se unificam pela tendência à imaginação, à metáfora, aos espaços amplos e claros, nacionalizam-se em italiana, espanhola ou portuguesa, em vínculo direto com os idiomas em que são vazadas. Com efeito, não é o clima que figura como elemento promotor da nacionalidade, mas a língua.

Nesse sentido, se realmente foi graças às ideias de Stäel – e seria possível acrescentar as de Sismondi – que “os historiadores da literatura em língua portuguesa puderam dispor de um princípio para a qualificação das obras” por meio da “introdução e presença de elementos locais” (ZILBERMAN, 1997, p. 62), isso só foi possível por uma interpretação mais ou menos forçada da letra da baronesa e de Sismondi. No caso do *Resumo da história literária do Brasil*, esta relação aparece invertida, e Denis adapta as divisões feitas por Mme Stael e Sismondi à situação da literatura brasileira. A nacionalidade não é mais pensada em termos de língua, mas de natureza, expressão que, em lugar de clima, possui um sentido muito mais material e científico. A nacionalidade desloca-se de um campo mais abstrato para outro mais concreto. Ao que parece, por ter entendido ou sentido o caso da literatura brasileira, que se queria independente embora fosse escrita no idioma de outra nação, o autor concentra todas suas fichas na natureza e no índio.

Vale lembrar que a questão da existência de uma língua brasileira foi no século XIX de grande importância exatamente por existir quem acreditasse não ser possível falar literatura

nacional sem língua nacional. Houve quem negasse a possibilidade de haver literatura brasileira justamente por causa da língua, e a tônica da defesa da identidade nacional recaía sempre no elogio da natureza e menos frequentemente na organização social. A síntese desse embate aparece num ensaio de Santiago Nunes Ribeiro, em que uma e outra opiniões são expostas, tomando o autor partido da identidade nacional da literatura brasileira. Assim, em resposta a certo Dr. Gama e Castro, que defendia a impossibilidade de uma literatura brasileira já que os textos eram escritos na língua de Portugal, afirma Santiago Nunes Ribeiro:

Não é princípio incontestável que a divisão das literaturas deva ser feita invariavelmente segundo as línguas em que se acham consignadas. Outra divisão talvez mais filosófica seria a que atendesse ao espírito, que anima, à idéia que preside aos trabalhos intelectuais de um povo, isto é, de um sistema, de um centro de um foco de vida social [...] As condições sociais e o clima do novo mundo necessariamente devem modificar as obras nele escritas nesta ou naquela língua da velha Europa. (RIBEIRO, 1974, p. 34)

Apesar de ter o mérito de não limitar a identidade nacional à questão do “clima do novo mundo” e chamar a atenção para o “foco de vida social”, a pena de Santiago Nunes Ribeiro não foi capaz de redirecionar o entusiasmo que se tinha pela caracterização da nacionalidade brasileira, que se definiu mesmo como louvor à natureza. De fato, a resposta para o problema da nacionalidade ao longo de boa parte do século XIX consistiu na elaboração de paráfrases mais ou menos elegantes desta famosa passagem de Ferdinand Denis:

Nesta exuberância da natureza, no tumulto de suas produções, nessa fertilidade selvagem que se exhibe ao lado da fertilidade da arte, na esperança suscitada pela abundância da terra, ao rugir das florestas primitivas, ao fragor das quedas d’água que se lançam de rochedo em rochedo, ao bramido dos animais selvagens, que parece desafiar o homem, a mente do brasileiro ganha outra energia... (DENIS, 1978, p. 39)

Quanto à questão racial da nacionalidade, pode ser que realmente o viajante francês não tenha revelado “pretensões racistas ou colonialistas”, como quer Guilhermino César (1978, p. XXI). Mas, seja como for, Denis demonstra ter entendido ou intuído os problemas que representava no Brasil, devido à situação da escravidão. A rigor, ela está reduzida a um elogio mais extenso ao branco e ao índio, referindo-se ao negro apenas muito vagamente, no prefácio. No que diz respeito ao louvor do nativo americano, deve-se ressaltar que Denis foi seu primeiro advogado apaixonado (CESAR, 1978, p. XXXIII), admirando-lhe a coragem, o heroísmo e a “simplicidade selvagem de um povo ainda na infância” (DENIS, 1978, p. 47).

Para Denis, o índio sozinho seria responsável por quase metade da nacionalidade brasileira. Por isso, lamenta que Santa Rita Durão não o tenha mostrado mais, e que Basílio da

Gama não o tenha descrito no interior das missões. A vida do índio seria um dos objetos de maior interesse para a literatura brasileira, de acordo com o entendimento de Denis. Embora não quisesse ver toda a vida nativa retratada na literatura – pois reclama que Durão “talvez houvesse exagerado ao no-los [os índios] mostrar devorando [...] as vítimas que apanhavam ou que o mar deitava a praia” (DENIS, 1978, p. 47) –, depositava nele, por assim dizer, um enorme potencial de nacionalização. As doutrinas do viajante, como se disse, fizeram sucesso por décadas afora na cultura brasileira. Versões tão diferentes do indianismo quanto as encontradas na obra de Alencar, de Mário de Andrade e Darcy Ribeiro mostram o verso e o reverso do pensamento contido naquele opúsculo que tão largamente influenciou a inteligência brasileira.

1.2. A nacionalidade do ponto de vista da História

É verdade que as teses de Denis foram bastante aceitas pelos intelectuais envolvidos com a produção artística e com a crítica. Basta lembrar as resmas e resmas que se prestaram a compendiar a natureza e o índio brasileiros. Seja com a literatura, em tom descritivo, seja com a crítica, em tom argumentativo, ambos, índio e natureza, complementavam-se como elementos indispensáveis da nacionalidade. Mas é preciso dizer que a influência de Denis não foi unânime. As coisas passam-se de modo um pouco diferente quando se trata da inserção deste tipo de nacionalismo no discurso propriamente histórico. De uma parte, apesar de a natureza ter entrada franca nos mais diferentes discursos, ela normalmente foi representada como um obstáculo ao processo civilizador. Na linha da filosofia da Ilustração, que “inverteu a visão paradisíaca da América, ao formar um novo discurso sobre o homem e a natureza americanos marcado pela negatividade” (VENTURA, 1991, p. 22), não foi raro localizar-se na natureza uma das causas do atraso brasileiro. A natureza exuberante e imponente² torna-se elemento complicador do processo civilizatório.

De outro lado, quanto ao índio, não era sempre apreciado de maneira positiva. Ainda que a referência ao nativo fosse mais ou menos inevitável ao se falar do Brasil, com frequência, havia certo mal-estar ou indisposição para com ele. Ainda Martius, em uma

² Sobre as matas brasileiras, Varnhagen não deixa de comentar, na segunda edição de sua História Geral do Brasil, que “parecem offerecer mais natural guarida aos tigres e aos animaes trepadores do que ao homem; o qual só chega a habital-as satisfactoriamente, depois de abrir nellas extensas clareiras” (VARNHAGEN, 1877, I, p. 8).

monografia apresentada ao IHGB por ocasião do concurso em que se pediram orientações para a elaboração de uma história nacional brasileira, corrobora a tese já apresentada por Denis, sobre a importância do índio. O famoso *Como se deve escrever a história do Brasil*, de 1843, que trazia já no título o tom prescritivo e tutelar sensível no *Resumo*, prescrevia que ao historiador brasileiro caberia “encarregar-se da tarefa de investigar minuciosamente a vida e a história do desenvolvimento dos aborígenes americanos” (MARTIUS, 1982, p. 91).

Contudo, Varnhagen apresenta o índio com grande desgosto, lamentando sua condição de vida e sua condição de Bárbaro (com “b” maiúsculo). Se aponta a hospitalidade do índio, seu desconhecimento do roubo, como aspectos positivos de sua índole, o que mais enfatiza no índio são seus instintos animais: o olfato apurado capaz de distinguir os diversos odores da floresta e dos inimigos, seu senso de orientação. Ativando tópicos antigas referentes aos indígenas, reclama da falsidade dos que se dizem convertidos, repudia sua vida errante, e diz-se chocado com o hábito que cultivam de viverem para se hostilizarem nas guerras pelas menores coisas³. No mesmo sentido, ao referir-se à prática da antropofagia declara ser incapaz de descrevê-la por ser demais horrenda. Em sua interpretação, o índio não é livre, mas sem leis, sem vínculos legais ou religiosos, sujeito aos apetites e caprichos: é uma fera, em suma. Da maneira como entende a cultura indígena, não sabe explicar como ainda houvesse “poetas, e até philosophos, que ve[em] no estado selvagem a maior felicidade do homem” (VARNHAGEN, 1853, I, p. 133).

Com tal conceito sobre o índio, acreditava que seu papel perante a nacionalidade brasileira era nenhum. Não eram os legítimos donos da terra, pois viviam como nômades, desfrutando dela apenas até sugarem tudo que havia em seu redor. Não tinham verdadeira religião, nem leis pelas quais pudessem regular sua existência, viviam de modo semelhante às tribos antigas. Neste estado de coisas, jamais conseguiriam alcançar qualquer nível de civilização se não fossem os europeus, que tiveram de recorrer com justiça à força para subordiná-los. É verdade que abusos houve nessa redução do gentio, mas foram poucos, sendo as acusações que se fazem apenas exageros. Além disso, os verdadeiros

³ Eduardo Viveiros de Castro rastreia as práticas dos nativos que viviam no Brasil e procura confrontar os significados emprestados a elas pelos próprios nativos e pelos europeus. As queixas feitas por Varnhagen podem ser inseridas na tópica da inconstância do índio americano que, como demonstra Viveiros de Castro, foi levantada já no primeiro século de colonização pelos missionários. Da perspectiva dos membros da Igreja, os índios “eram como sua terra, enganosamente fértil, onde tudo parecia se poder plantar, mas onde nada brotava que não fosse sufocado pelo incontinênti pelas ervas daninhas. Esse gentio sem fé, sem lei e sem rei não oferecia um solo psicológico e institucional onde o Evangelho pudesse deitar raízes.” (CASTRO, 2002, p. 185). As principais queixas dos missionários eram relativas à beligerância e ao canibalismo dos nativos; Varnhagen reporta-se a tais tendências para argumentar o quão benéfico foi o processo de colonização, ao combater nos índios estes hábitos terríveis. Além disso, como se viu, a questão da representação destes costumes indígenas aparece também de modo claro em Ferdinand Denis, que rejeita as passagens do *Caramuru* em que se expõem as práticas canibalistas.

empreendedores da povoação foram os europeus, alguns negros e seus mestiços, raramente atuando o índio.

Dessa forma, excluídos o índio e a natureza, a nacionalidade brasileira aparece vinculada diretamente ao elemento europeu, que carregou para os trópicos o modelo de sociedade ocidental. Nos termos de Varnhagen:

Claro está que, se o elemento europeu é o que essencialmente constitui a nacionalidade actual, e com mais razão [...] constituirá a futura, é com esse elemento cristão e civilizador que principalmente devem andar abraçadas as antigas glórias da patria, e por conseguinte a historia *nacional*. (VARNHAGEN, 1853, II, p. XXV)

De fato, “Varnhagen fez o elogio da vitória dos portugueses, defendeu os interesses e os sentimentos lusitanos no Brasil” (REIS, 2000, 97), de modo que, se o índio era uma unanimidade na literatura, na história estava mais para um empecilho. A história também indicava como símbolos do país a natureza e o índio, mas se mantinha receosa, sobretudo em relação a este. A ideia era marcar a nação brasileira como entidade autônoma, mas de uma maneira que não trouxesse complicações. Para os historiadores, não se tratava apenas de arrolar os símbolos que pudessem representar a nacionalidade, mas também de pesar, avaliar e redimensioná-los segundo uma perspectiva interessante ao país.

No caso do Brasil da época sobre a qual se está falando, os interesses do país correspondiam aos anseios da coroa, já que eram os intelectuais mais próximos a ela que tinham condições melhores de expressar seus pensamentos. Estendendo para o âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a reflexão José Murilo de Carvalho⁴ sobre a homogeneidade de ideias que caracteriza a elite política do início do Império até a década de 1870, Manuel Luís Salgado Guimarães ressalta:

Se uma inter-relação entre Estado e produção do discurso historiográfico no Brasil no século XIX já se fazia sentir desde a fundação do IHGB, tal dinâmica tenderá a assumir formas claras e diretas a partir de 1849-50, coincidindo com a estabilização do poder central monárquico e seu projeto centralizador. (GUIMARÃES, 1988, p. 10)

Uma das principais consequências dessa centralização foi empreender a valorização da colonização portuguesa e da coroa brasileira, cujo soberano era descendente direto da família real portuguesa. À diferença, portanto, do que se passa na Europa, onde o nacionalismo,

⁴ Segundo José Murilo de Carvalho, o principal motivo para o fato de o Brasil não ter passado pelo mesmo processo de desmembramento por que passaram os territórios governados pelos espanhóis foi a homogeneidade cultural da elite política brasileira, o que era resultado da organização centralizada da educação que se lhe ministrava. O fato de a elite ser “uma ilha de letrados num mar de analfabetos” significava que seus membros tinham uma “educação superior [que] se concentrava na formação jurídica e fornecia em consequência um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades” (1980, p. 51), obtida na Universidade de Coimbra ou, sobretudo em São Paulo e Pernambuco, após a independência.

aliado ao liberalismo, constituiu-se justamente a partir de uma relação hostil para com a sociedade e o Estado, em especial na crítica aos privilégios e ao antigo regime, no Brasil nação e Estado surgem aliados segundo um liberalismo bem diferente. Na aliança entre Estado e nação que se formulou no Brasil é notável que o próprio povo tenha ficado de fora. Elemento-base dos nacionalismos que se formaram na Europa, o povo foi aqui encarado com receio e hostilidade, pelos latifundiários, comerciantes e membros da administração, que compunham a elite de então, extremamente comprometida com os interesses do Estado. Para “as elites que tiveram a iniciativa e o controle do movimento [de independência], liberalismo significava apenas liquidação dos laços coloniais[...] Por isso o movimento de independência seria menos antimonárquico do que anticolonial, menos nacionalista do que antimetropolitano” (COSTA, 1985, p. 33).

Ora, não era contra a realeza, nem mesmo contra a Europa, que se constituía o nacionalismo brasileiro, pois o projeto de civilização do país, conforme o encetado no período imperial, jamais as poderia dispensar como referência. Aliás, é interessante notar a influência cultura francesa, que, tendo sido a inimiga número um do Romantismo alemão, pelo caráter uniformizador e universalizante que guardava, foi aqui presença desejada. Ora, tendo sido Portugal que implantou a civilização no Brasil, e tendo sido a Europa o lugar para onde a inteligência brasileira olhava entre invejosa e encantada, a definição da nacionalidade brasileira não poderia significar a extração dessas suas raízes ocidentais.

Em verdade, mais do que pela ênfase no elemento europeu, essa linha de nacionalismo caracteriza-se por sua apologia aos poderes instituídos. Ora, ao império, por anos a fio, será atribuído o mérito de haver conseguido manter a unidade da nação, apesar de todas as dificuldades oferecidas pela dispersão populacional e pela extensão do território. Sívio Romero, por exemplo, republicano fervoroso até as vésperas de 1889, fará o elogio do império atribuindo-lhe a responsabilidade pela unidade territorial, e vai propor uma república que mantenha esta união territorial obtida com a monarquia, sem que se dê muita margem à expansão das forças centrífugas latentes no país. Neste sentido, em termos de posicionamento do nacionalismo brasileiro perante o cenário internacional, ganha em importância a observação feita por Manuel Luís Salgado Guimarães de que, em verdade, para os historiadores brasileiros “os grandes inimigos externos do Brasil serão as repúblicas latino-americanas, corporificando a forma republicana de governo e, ao mesmo tempo, a representação da barbárie” (GUIMARÃES, 1988, p. 7).

Diante desse quadro, em que estão associadas desunião, desordem e governo republicano segundo o exemplo oferecido pelas novas repúblicas americanas, o indianismo constitui-se elemento de tensão para os intelectuais brasileiros. Ele é considerado um fator importante, sem dúvida, mas passível de servir a interesses opostos à unidade nacional que se pretende formular. Na verdade, ao contrário do que se pensa sobre o indianismo e sua importância para a definição da nacionalidade brasileira, parece haver uma profunda divergência ou cisão quanto ao seu potencial simbólico no âmbito dos discursos literários e históricos, uma vez que se estabelece um acirrado debate em que a literatura, de um lado, e história, de outro, argumentarão sobre a viabilidade de a nacionalidade brasileira estar representada no indígena (*idem*, 1988, p. 7).

Em termos literários, essa tensão é representada na *Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, que procura ao mesmo tempo propor o louvor do índio e o da colonização. Como se sabe, a epopeia de Magalhães empreende a representação da bravura dos índios na luta pelo seu território e mostra ao mesmo tempo a vileza dos portugueses. Embora derrotados, os índios, aliando-se aos franceses, combatem os portugueses que se embrenham pelo território a fim de dominar a terra. Dentre os portugueses, Magalhães faz uma distinção entre os missionários e os que não pertencem ao clero: aqueles bondosos, preocupados com os nativos, os outros apenas gananciosos. Acontece que, por isso, a representação oscila entre o ataque ao português em sua empresa de colonização e a apologia dos missionários nas figuras de José de Anchieta e Manuel da Nóbrega⁵. De modo que caberia

⁵ Pode-se perceber nesta atitude um modo de escapar à situação paradoxal que o intelectual brasileiro experimentava quanto ao papel dos portugueses para a história do Brasil. Se cumpria reconhecer nele um inimigo, não era conveniente generalizar uma postura hostil. Neste sentido, a saída foi atacar alguns portugueses e elogiar outros. No caso da *Confederação dos Tamoios*, o narrador ataca constantemente a guerra que os portugueses empreenderam contra os índios para tomar-lhes o território e fazê-los cativos. Na abertura do Canto II, define a situação tomando claramente o partido dos nativos:

Em defesa da vida e liberdade,
Contra as injustas agressões contínuas
Dos lusos, confederam-se os tamoios
Nenhum instinto mau à guerra os chama;
Dever, que a pátria impõe, os arma e liga. (MAGALHÃES, 2008, p. 881)

No entanto, a partir do Canto VII, as figuras de José de Anchieta e Manuel da Nóbrega são mais do que exaltadas pelo narrador. Diante da guerra entre índio e colonos:

[...] os dous servos de Deus , mais corajosos
Que os escravos do inferno e do egoísmo,
Pelas praças pregando, se esforçavam
Para inspirar idéias de justiça
Aos colonos, atreitos ao vil trato
De caçar e matar os pobres índios. (*idem*, p. 1008)

Esse paradoxo aparece ainda ao final do poema, quando Estácio e Mem de Sá vêm para tomar o território aos índios e fundar a cidade do Rio de Janeiro. A caracterização elevada destas personagens contrasta com a apreciação negativa de suas ações.

perguntar se não seria um problema da obra justamente a dificuldade de criar um discurso capaz de mimetizar de forma harmoniosa uma série de valores em choque na sociedade imperial brasileira, pois, ao que parece, historicamente, na sociedade brasileira a apologia do português não costuma deixar espaço para a do indígena, e vice-versa.

Ainda utilizando a literatura como exemplo do modo pelo qual as coisas se desenvolveram no âmbito desse discurso historiográfico de espírito conservador, pode-se dizer que os modelos bem sucedidos para a representação do indígena estão presentes na obra de Alencar: ou o índio é elogiado por sua fidelidade ao português, verdadeiro elemento civilizador, como em *O Guarani*, ou é inserido no seu ambiente, por assim dizer, originário longe da civilização, como em *Ubirajara*. Por outro lado, pode-se dizer que os poemas de Gonçalves Dias correspondem, efetivamente, a um pensamento mais ou menos à esquerda.

De modo geral, para os historiadores novecentistas brasileiros, o índio definitivamente não foi um dos fatores positivos da nacionalidade brasileira senão quando subordinado ao português, que lhe podou os excessos de barbárie. Não é à toa, portanto, que o papel da Igreja será igualmente destacado nesta época. João Manuel Pereira da Silva, deputado conservador, sócio do IHGB, na introdução histórica que faz ao *Parnaso Brasileiro*, de 1843, sintetiza a opinião oficial a respeito da atuação da Igreja:

Pouco a pouco, graças a esses missionários [da Companhia de Jesus], foi-se rasgando o véu da escuridão, foram desaparecendo as trevas da barbárie. O cristianismo chamou a si os selvagens e os colonos, serviu a uns e a outros, ilustrou a uns e a outros, foi conciliando uns com os outros. (SILVA, 1998, p. 156)

À Igreja atribui-se o papel de colaboradora no processo colonizador português. Responsável por zelar pelo bom convívio entre as personagens que se encontraram no palco da colônia portuguesa da América, foi ela um grande elemento civilizador. Nos seus estabelecimentos, os colonos davam os primeiros passos no ensino; em suas celebrações,

Assim, por exemplo, ao final, quando lamenta ainda uma vez o destino dos tamoios, resta um tom de crítica à ação dos portugueses de expulsar os índios.

[...] Ainda um momento
 O índio seguirei. Vítima ilustre
 De amor do pátrio ninho e liberdade,
 Ele, que aqui nasceu, nos lega o exemplo
 De como esses dous bens amar devemos.
 E quando alguma vez vier altivo
 Leis pela força impor-nos o estrangeiro,
 Imitemos a Aimbire, defendendo
 A honra, a cara pátria, e a liberdade. (*idem*, p. 1008)

Ora, os estrangeiros criticados são os portugueses liderados por Estácio e Mem de Sá para tomar definitivamente o território a índios e franceses e defender assim os interesses de sua coroa.

uniam-se os moradores; com seus homens, levaram-se aos índios os princípios da religião, etc. Compõe-se, assim, estranhamente, uma imagem da Igreja como espécie de grande *philosophe* institucional responsável pela promoção da civilização, em completo contraste com o referencial europeu que contrapunha frontalmente civilização e Igreja.

Pelo que se disse até aqui, o nacionalismo vigente no momento em que Ferdinand Wolf escreve sua obra gera um perfil historiográfico cujos contornos são a submissão à coroa, representante da civilização e da ordem no país, e à Igreja, grande colaboradora do processo. O índio e a natureza são pensados de maneira diferente em relação aos textos críticos e literários. No seio da história, o primeiro, por ser bárbaro, e a segunda, por ser inóspita, são fatores negativos do processo civilizatório.

1.3. *Le Brésil Littéraire*: algumas considerações

Publicada em 1863, em Viena, a obra *Le Brésil Littéraire: histoire de la littérature brésilienne*, de Ferdinand Wolf, faz parte do grupo daquelas produções patrocinadas pelo imperador D. Pedro II com vistas a promover não só a nacionalidade brasileira, como também a inclusão do Brasil no cenário da civilização ocidental. Tendo sido escrito em alemão, *Le Brésil Littéraire*, por gozar da proteção de “l’auguste égide de Votre Majesté” (WOLF, 1863, p. V), foi traduzido para o francês.

Sobre o livro e sua versão, é importante destacar que não consta qualquer edição no idioma original, de modo que as traduções feitas para o português têm como fonte o texto francês. A respeito da versão francesa, levada a cabo por certo doutor Van Muyden, Guilhermino César entende ser ela mal feita, pois “parece muito descolorida e, é de crer, descuidada” (1978, p. 139). Além do mais, ainda segundo Guilhermino César, repetem-se “cansativamente palavras, expressões e giros sintáticos, a propósito de qualquer autor”, de forma que se poderia dizer que “o tradutor, por comodidade, em lugar de escolher o termo exato, lançava afoutamente no papel o que em primeiro lugar lhe ocorria, para assim se libertar, o mais ligeiramente possível, da tarefa.” (1978, p. 139). No entanto, deve-se chamar a atenção para as palavras do próprio Ferdinand Wolf, registradas no prefácio, de que o tradutor “s'est efforcé de rendre aussi exactement que possible les idées de l'original” (WOLF, 1863, p.

9). Ou seja, no mínimo, o historiador alemão teve contato com a versão de seu texto antes de ser publicada, e não a reprovou.

Como quer que seja, a importância ou relevância desta obra de Wolf para a historiografia brasileira não é pequena. Conforme destaca Guilhermino César, “o estudo de Wolf é a primeira visão orgânica da literatura nacional” (1978, p.138), juízo que de alguma maneira repercute o pensamento da época em que apareceu. De fato, Roberto Acízelo de Souza, que fez levantamento dos programas de ensino do Colégio Pedro II, desde 1850 a 1949, indica que, de 1879 até 1885, os currículos passaram a dar progressivamente mais espaço à literatura brasileira, “que passava a ser presença exclusiva na disciplina literatura nacional” (SOUZA, 2007, p. 19), em detrimento da literatura portuguesa. Ora, o livro recomendado para uso no colégio, neste período, de acordo com os programas, é justamente a obra de Wolf. Ao que parece, portanto, Guilhermino César tem razão ao reputar o livro daquela maneira.

Para escrevê-lo, Wolf contou com a colaboração de seus amigos intelectuais brasileiros que lhe forneceram o material. De acordo com suas queixas, além do *Resumo da história literária do Brasil*, de Denis, não se encontravam na Europa documentos suficientes para uma empresa daquele tamanho: nas bibliotecas europeias, apenas figuravam os títulos dos autores mais conhecidos; as bibliotecas de Lisboa e de Coimbra não se interessavam em fazer conhecer as obras dos escritores brasileiros. Se não fosse o fato de a biblioteca de Viena contar com número considerável de livros brasileiros graças ao empenho de pessoas que tinham vindo para o Brasil; se não fossem os contatos estabelecidos com Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre e Ernesto França, que lhe cederam materiais e conselhos, a obra não se teria cumprido.

Wolf cita, ainda, algumas das obras que consultou para escrever sua história. Entre as mencionadas no corpo do texto, estão justamente as antologias que se publicaram no Brasil durante as décadas de 1840 e 1850: as *Modulações Poéticas*, juntamente com o *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*, de Joaquim Norberto; o *Parnaso Brasileiro* e o *Plutarco Brasileiro*, de Pereira da Silva; o *Florilégio*, de Varnhagen. Além dessas obras, figuram o *Parnaso Lusitano*, de Garrett, o *Ensaio biográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses*, de José Maria da Costa e Silva, e o *Dicionário bibliográfico português*, de Inocêncio Francisco da Silva (WOLF, 1863, p. 4). É importante acrescentar algumas que não estão referidas diretamente no corpo do texto, mas parecem ter sido de consulta recorrente

para a redação da obra. São principalmente as edições da *Revista do IHGB* e a *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, indicadas em diversas notas ao longo do texto.

1.4. A versão oficial da história literária

A história da literatura brasileira contada por Wolf deve ser interpretada segundo o quadro referencial traçado até aqui, qual seja: se houve no Brasil uma simbologia nacionalista que privilegiou índio e natureza, ela não figurou no âmbito da história e da historiografia, que deu destaque à administração e à Igreja, em detrimento daqueles. E pode-se dizer que, apesar de não ter vivido no Brasil, Wolf parecia muito a par da situação que deveria representar em sua obra, no que, de certo, seus amigos brasileiros o orientaram. Sua narrativa acompanha de perto o pensamento conservador propalado pelos membros do IHGB e por Varnhagen, na *História Geral do Brasil*.

Para se observar a elaboração desse perfil ao longo do texto, basta que se acompanhe a construção da narrativa. Já no início, declara-se a importância da Igreja e dos colonizadores, e empreende-se a detração do indígena. Na introdução a seu texto, Wolf afirma que os primeiros elementos de civilização e de literatura surgiram, no Brasil, com a chegada dos conquistadores portugueses. Graças a eles, é que se pode pensar na existência de uma literatura brasileira, já que os nativos não conheciam nem uma, nem outra coisa. De acordo com Wolf, sendo os indígenas formados por povos bárbaros, não conheciam civilização, nem forma de produção artística qualquer que pudesse ser considerada literatura. Os cantos entoados em situações religiosas e bélicas, ou com a simples finalidade de realizar suas danças, não poderiam ser considerados literatura. Dessa forma, não produziram senão embrião de poesia, do mesmo modo que o fazem os pescadores e caçadores. Em verdade, só o que fazem os indígenas é dar vazão aos seus instintos poéticos e musicais. Assim, não é senão indiretamente que os indígenas influíram na história, na medida em que se uniram aos colonos, misturando-se com sua raça.

Ora, é verdade que a sociedade historicamente construída no Brasil tem um perfil mais ocidental, herança da implantação de uma colônia portuguesa. Todavia, a insistência na caracterização do indígena como bárbaro leva a empresa da colonização ao nível da benesse. Ao circunscrever a atividade artística do indígena ao âmbito instintivo, mais do que

animalizar o indígena, marca-se a superioridade do português. Neste sentido, Wolf reproduz diretamente o pensamento que se consagrou no âmbito da história durante o século XIX, cuja expressão acabada foi dada por Varnhagen.

Ativando igualmente a caracterização negativa da natureza, a continuidade do texto, no entanto, chama a atenção para as dificuldades enfrentadas, pois, apesar de serem melhores do que os indígenas – uma vez que possuem civilização e literatura –, os conquistadores tiveram muitas dificuldades em se adaptar à nova condição de existência. Em luta incessante “contre la nature, les maladies et les sauvages aborigènes, eurent beaucoup de peine eux-mêmes à ne pas devenir barbares” (WOLF, 1863, p. 5). Assim, não fosse o contato frequente com a mãe-pátria, que lhes minimizava os sofrimentos, teriam perdido eles sua cultura intelectual, em virtude do meio deletério em que se encontravam: os portugueses eram fortes, mas o ambiente era inóspito demais.

Se a civilização e a literatura foram trazidas pelos conquistadores, isso não quer dizer que, dentre estes, não se deva fazer distinção de papéis. Dentre os que vieram de Portugal para o Brasil, foram os missionários que trouxeram alguma cultura, que a conservaram e espalharam. Enquanto soldados e aventureiros, muitos dos quais condenados por crimes e sem qualquer instrução, não tinham outro objetivo senão cuidarem de seu sustento, de sua glória e riqueza, os membros da Igreja empreendiam conquistas espirituais e intelectuais. No trato com os nativos, os missionários teriam sabido tirar proveito das habilidades musicais e oratórias dos aborígenes, empregando-as com outras finalidades que não a guerra e os rituais indígenas. A literatura brasileira começou pela influência da Igreja e de seus membros. De suas colunas, saíram os primeiros humanistas, assim como os primeiros poetas do Brasil, quais sejam Frei Vicente de Salvador, Domingos Barbosa, os irmãos Martinho e Salvador Mesquita, Manuel de Moraes.

Dentre todos os membros da Igreja, foram os jesuítas que se destacaram nessa empresa. Fundaram colégios na Bahia e em Piratininga, onde eram ensinadas a gramática do latim e a teologia. Por meio do teatro, os jesuítas, como José de Anchieta, influíram sobre a literatura: escreveram autos muito próximos aos escritos por Gil Vicente e peças baseadas nas comédias antigas, uns e outros representados por amadores. Escritas em português, castelhano e na língua dos índios, suas peças eram baseadas em passagens da Bíblia ou nas vidas de mártires, sendo acompanhada de tiros de canhões, de danças.

Assim como sucedia com a história política, assim também na história da literatura à Igreja era atribuído papel importante. Talvez mesmo a importância possa ser considerada

maior neste ramo de história do que no outro: pois, ao passo que, na vertente política da história, o papel atribuído à Igreja era de colaboração, na vertente literária ela atua diretamente na criação de uma literatura brasileira. É verdade que, para Wolf, isso não implica que os missionários tivessem desenvolvido uma literatura *brasileira*, justamente porque ainda mantinham muito contato com a pátria-mãe.

Com o passar dos anos e o desenvolvimento da colônia, a Igreja vai decaindo em importância, ainda que conserve um grande prestígio. De fato, influência latente, pois, apesar de ter sido negada pelos humanistas e pela escola clássica francesa do século XVIII, o elemento cristão ressurgirá e será misturado ao elemento nacional pelas figuras de São Carlos e Sousa Caldas: “Dans ce pays, où de tout temps l'éloquence de la chaire avait été cultivée avec prédilection, cet élément qui, fondu avec le national, devait former le romantisme moderne, trouva une terre toute préparée.” (WOLF, 1863, p. 85).

Resumindo o que ficou dito até aqui e preparando a próxima abordagem do texto, podemos dizer que, de acordo com Wolf, à Igreja coube lançar, durante os séculos XVI e XVII, as sementes de civilização que vieram a dar seus frutos nas lutas contra os holandeses. Assim, foi depois da expulsão destes invasores que começaram os colonos a ter consciência “non seulement de leur qualité de Portugais, mais ausse de celle de pères de la nationalité brésilienne” (WOLF, 1863, p. 8). Acompanhando esse processo, a literatura também foi crescendo.

A partir daí está-se prestes a entrar no elogio do poder instituído. Ele começa pela notação de que, durante o século XVII, a Bahia, centro administrativo da colônia, terra rica e civilizada, transforma-se num lugar de irradiação cultural. Sendo “le sien du bien-être et d'une cour luxueuse”, e tendo por chefes de governos pessoas que “prisaient le luxe intellectuel et cherchaient à le favoriser en réunissant ceux qui s'y intéressent” (*idem*, 23), Salvador viu nascer, já no século XVIII, a primeira dentre as sociedades literárias surgidas no Brasil: a *Academia Brasílica dos Esquecidos*. Dessa forma, à condição de vida luxuosa dos poderosos da Bahia, que, nas sátiras atribuídas a Gregório de Matos, dera motivos a tantos vitupérios, Wolf empresta um valor absolutamente positivo. Graças a tal existência, a literatura pôde continuar o crescimento, pois foi a riqueza que gerou as academias onde a poesia e as ciências eram promovidas. Neste quadro, a linha conservadora revela-se exatamente na menção dos governantes como peças-chave do processo. O favorecimento de atividades intelectuais deu-se principalmente sob o governo do vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses.

Contudo, o elogio vem acompanhado de um contraponto: neste tipo de associação, as produções poéticas guardam a peculiaridade de serem puramente panegíricas, isto é, de louvor. Foi especialmente por causa disso que “la poésie brésilienne plus encore que la portugaise, n'a pas de racines dans le peuple, et que l'imitations de modèles espagnols et portugais ne permettait pas l'essor du génie national” (*idem*, p. 23). Embora um ou outro escritor aparecesse, apenas Rocha Pita e Antônio José da Silva merecem menção por terem escapado à prática de imitação dos escritores peninsulares, expressando-se, portanto, com originalidade: o primeiro, um bom historiador, refere-se ao ambiente local, apesar de não se haver desenvolvido o método da crítica histórica; o último, um grande talento, renovou o teatro português de seu tempo, dando-lhe um tom popular, e só não pôde fundar o teatro brasileiro porque a sociedade ainda não era tão densa.

A situação vivida na primeira metade do século XVIII expande-se na segunda. Em virtude do comércio que aflora no Rio de Janeiro, onde, a partir de 1763, o vice-rei estabelece sua residência, por causa da exploração do ouro de Minas Gerais, e pela importância crescente da colônia para a metrópole, a literatura já aparece mais desenvolvida. A figura que se destaca agora é o Marquês de Pombal, “qui traitait la riche colonie aussi bien que la métropole” (WOLF, 1863, p. 46), que ajudava os brasileiros talentosos e que criou um plano para a transferência da monarquia para o Brasil. Mas, embora se mostre um pouco mais nativista e original, a rigor, aos olhos de Wolf, a literatura desse período é uma imitação do que se passa em Portugal, na Itália e na França.

A expansão da civilização e da literatura faz-se notar igualmente na criação de novas agremiações literárias, que mantiveram o costume da literatura panegírica, de circunstância e de imitação. Nesta época, aparecem, no Rio, a Academia dos Felizes, em 1736, a Academia dos Seletos, em 1752, a Sociedade Literária, em 1772; na Bahia, surge a Academia dos Renascidos. Mas, dentre todas, teria sido a Arcádia Ultramarina⁶ a de maior influência direta sobre a literatura brasileira. Fundada por Silva Alvarenga e Basílio da Gama, de acordo com o modelo da Arcádia Italiana, teria reunido todos os literatos de algum talento, sob a proteção do vice-rei Dom Luís de Vasconcelos. Aos membros da Arcádia Ultramarina ter-se-ia juntado

⁶ A questão da existência de uma Arcádia Ultramarina é antiga entre os historiadores literários. Vale dizer, no entanto, que em texto publicado em 1993, Antonio Candido, baseado num documento da Arcádia Romana julga comprovar a existência de uma Arcádia Ultramarina. Trata-se de um diploma conferido a Joaquim Inácio de Seixas Brandão, reconhecendo-o membro da instituição romana, sob o nome de Driasio. O que o crítico julga ser a prova cabal da existência de uma Arcádia Brasileira é a declaração que consta do fim do diploma segundo a qual a incorporação de Seixas Brandão ao grêmio ter sido realizada “Per La Fondazione della Colonia Oltremarina”. Cf. CANDIDO, A. 2004; LAJOLO, M, 2003. Sobre o documento que serviu de base à afirmação de Antonio Candido uma cópia fac-similada pode ser encontrada em SERNA, Jorge Ruedas de la. (org.) *História e Literatura: homenagem a Antonio Candido*. Campinas: EdUnicamp, 2003..

um grupo de escritores de Minas, formado por homens que tiveram participação na vida política e na literária.

Até aqui, Wolf acompanha o desenvolvimento da literatura no Brasil em correspondência com o crescimento da vida social: uma foi produzida no compasso da outra. A segunda metade do século XVIII marca, todavia, um momento em que começa a haver uma separação efetiva entre Brasil e Portugal; e, neste ponto, a história política sobressai claramente em relação à história literária. O foco então é lançado sobre a Inconfidência Mineira: “Cette haute-trahison de Minas fait époque dans l’histoire littéraire du Brésil, soit par les poètes qui y jouent lês principaux rôles, soit par les idées d’independance qu’elle fit naître” (*idem*, p. 48).

Segundo Wolf, a revolta acontecida em Minas fez nascer a ideia de independência em relação à metrópole. Mas significaria isso que a colônia procuraria uma via política e literária diferente daquela que provinha de Lisboa? E qual o papel efetivamente representado pelos brasileiros nesse processo? Ao que parece, ainda no processo de separação política entre os dois territórios, coube à pátria-mãe desempenhar o papel principal. Para Wolf, o desenvolvimento da literatura no Brasil durante a segunda metade do século XVIII e o aparecimento das primeiras fagulhas do espírito nacional, que tiveram lugar em Minas, não apagam a dependência da corte, ainda dominante. Em se tratando de literatura, era lá que os escritores brasileiros iam buscar modelos e formas para produzirem suas obras.

Segundo Wolf, em termos políticos, a mudança começa a acontecer efetivamente quando a família real portuguesa aporta no Brasil em 1808 e promove a abertura dos portos, pois isso equivaleria à declaração de independência. Em 1815, a elevação do Brasil à condição de reino unido encaminhava ainda mais a situação na direção da liberdade. Em 1822, as concessões feitas à colônia tornaram inconciliáveis os desejos brasileiros de manter suas liberdades e os anseios das cortes portuguesas, que, desde o ano anterior, desejavam restabelecer o pacto colonial. Diante da indisposição surgida entre as partes devido ao estado de coisas criado, a saída mais adequada seria realmente a separação política entre os dois territórios.

Na melhor linha do conservadorismo, Wolf caracteriza a ruptura política entre Brasil e Portugal como uma questão de simples discórdia, uma espécie de briga entre pai e filho. A ruptura, neste caso, não seria mais que um processo natural de passagem em que o filho busca seu lugar ao sol justamente pelo confronto com o pai. Isso, em todo caso, não significa quebra, mas continuidade de linhagem. Reproduzindo na história literária o que Varnhagen

tinha fixado na história política, Wolf representa o Brasil como herdeiro de Portugal. E talvez se pudesse dizer ser o historiador vienense uma espécie de Varnhagen da historiografia literária, pois as teses deste são confirmadas passo a passo ao longo de *Le Brésil Littéraire*.

O perfil conservador, de apologia ao poder instituído, fica ainda mais claro quando trata dos períodos subsequentes à independência. Em meio à biografia de José Bonifácio, o Patriarca, Wolf faz a defesa da monarquia, ressaltando sempre o papel de destaque representado pelo biografado. Em 1831, D. Pedro I tem que abdicar do trono para manter a unidade do Brasil e o princípio monárquico, princípio que preservou o país da “triste sort des colonies espagnoles” (WOLF, 1863, p. 103). A partir daí, durante o período regencial, estabelecem-se duas tendências políticas: de um lado estão os Caramurus, formados por liberais moderados e legitimistas, que tentavam fortalecer a monarquia e um governo central forte; do outro, os liberais exaltados, que pretendiam formar uma república nos moldes dos Estados Unidos. Durante a Regência, o poder ficou a cargo deste último partido, que aterrorizava uma população ignorante e estúpida. Neste ponto, marcando a posição de José Bonifácio, Wolf faz, ao mesmo tempo, um elogio da coroa:

Il [José Bonifácio] était toujours véritable démocrate ou plutôt il l'était devenu alors; il voulait l'autonomie du peuple mais sous la domination des lois, et pour autant qu'elle est compatible avec l'ordre: bref, il voulait le progrès et non la révolution. Il s'était en outre convaincu que le Brésil ne pouvait être préservé du sort des républiques espagnoles, de la ruine, de l'anarchie fédéraliste ou du despotisme militaire, que par un gouvernement monarchique. (WOLF, 1863, p. 104)

Passado o período de agitação política, a literatura começa a se expandir novamente. Depois que D. Pedro II assume o poder e estabelece uma dinastia nacional que garante a unidade do Brasil, o sentimento nacional espraia-se pela literatura. Além de proteger as ciências e as artes, o imperador reúne-se com os sábios e artistas, incentiva-os, frequenta as reuniões do IHGB. Sob seu reinado, um grande número de sociedades literárias são criadas, inúmeras revistas aparecem.

Ora, como se vê, na história de Wolf, a literatura está sempre a reboque da boa situação política e das disposições de espírito dos governantes. Assim como a condição de vida luxuosa dos governadores gerais da Bahia; assim como a inclinação de Pombal para favorecer os talentos acabaram promovendo a literatura, assim também a estabilidade do Império e o interesse pessoal de D. Pedro II contribuíram na mesma direção. Nesse sentido, a literatura é simplesmente um produto da vida política do país.

Adiantando um pouco do que se dirá e resumindo o que já se registrou até aqui, pode-se dizer que *Le Brésil Littéraire*, de Wolf, acompanha as inclinações oficiais da historiografia brasileira do período imperial, o que significa apontar a Igreja e as instâncias político-administrativas como personagens principais da narrativa. Como se disse, estes personagens eram apresentados em oposição aos indígenas e à natureza, que, a rigor, foram apontados como entraves do processo histórico empreendido pela colonização. Mas seria equivocado pensar que o índio e a natureza foram de todo afastados: a eles não fora dado o papel de sujeito do processo, senão que de objeto. Quando a história aproxima-se mais da literatura, um espaço abre-se para eles, que surgem como índices da nacionalidade dos autores: quanto mais os tenha referido com simpatia, tanto mais será o artista reputado brasileiro. Desde Sebastião da Rocha Pita até Varnhagen, o último dos escritores citados no livro, o nacionalismo também é medido segundo as referências aos indígenas e à natureza.

1.5. A visão “idealista” da história e seu modelo explicativo

Le Brésil Littéraire é uma obra altamente comprometida com a interpretação do Brasil oriunda das classes dirigentes do Império: a literatura nacional se constrói como apologia da administração do Estado e da Igreja. No entanto, ao fazer esta apologia, Ferdinand Wolf serve-se de um conjunto de recursos linguístico-textuais configurados mediante uma visão da história que se pode definir como “idealista”. Isso porque a explicação histórica oferecida não consegue elaborar uma relação entre os fatos, os documentos, as personagens, etc, de forma a prescindir de um elemento suprassensível. Não é que a explicação seja lacunosa (afinal toda explicação histórica o é) ou mal formulada. A questão é que Wolf produz as relações de causalidade em sua obra a partir de elementos que não se sujeitam à análise. Para se entender o que se chama de visão idealista da história veiculada pelo historiador vienense, talvez seja necessário situá-la no quadro de referências em que se insere. É o que se fará agora, antes de se partir para a análise do texto propriamente.

De fato, a impossibilidade de reconstruir certas partes da explicação é uma das características do modo pelo qual a história narrada por Wolf é empreendida. A filosofia da história adotada pelo historiador vienense é aquela que vê, na formação do Estado-nação, a meta, o *telos* da história. Típica do século XIX, tal filosofia tem seus fundamentos no

pensamento do Iluminismo, cujo teor ela não deixou de modificar significativamente. Ora, o Iluminismo, por sua vez, transformou, com a ideia de progresso, a dinâmica do tempo histórico, redefinindo as relações entre passado, presente e futuro. Não será exagero dizer que, até o século XVIII, essas distinções prendiam-se a um tipo de pensamento a respeito do tempo cuja forma era dada por um juízo de valor que pairava sobre os eventos apreciados no campo histórico. Pensada como *magistra vitae*, a história era um repositório de situações passíveis de ilustrar determinado conceito atualizado na vida prática. Forjado na Antiguidade por Cícero e funcionando no âmbito da retórica, o conceito prestou-se, ao longo dos séculos, tanto às finalidades escatológicas e soteriológicas da Igreja, como, já a partir do século XV, também a finalidades seculares orientadas pelas mais variadas intenções. Pressupondo uma configuração temporal que capta os eventos a partir de certo valor, que é ponto situado fora da própria experiência narrada, mas que regula o tempo e lhe dá significado, tal entendimento da história subsume presente, passado e futuro neste conceito moral que lhe retira a temporalidade e a especificidade. Em outras palavras, o uso da história como *magistra vitae* “remete a uma possibilidade ininterrupta de compreensão prévia das possibilidades humanas em um *continuum* histórico de validade geral” (KOSELLECK, 2006, p. 43). Dessa forma, apoiado no passado, o homem preenchia o presente e divisava o futuro, sem que se cogitasse de referi-los como etapas distintas de um processo em contínuo desenvolvimento.

Com o pensamento iluminista, ainda que a prudência aconselhe não compreender o Iluminismo como uma massa homogênea de sistemas e teorias, é possível perceber, de modo geral, uma ruptura com essa configuração da história como coleção de fatos. De imediato, a função exemplar atribuída ao passado foi abalada na medida em que a razão tornou-se critério absoluto para o estabelecimento da verdade. Definido como período de vigência da ignorância, do fanatismo, da crença ingênua, da fantasia, o passado teria produzido manifestações e feitos tão intoleráveis que qualquer emergência sua no presente era considerada negativa. Em outras áreas do saber, em especial as voltadas para a natureza, isso se traduziu em recusa à prévia aceitação da opinião da autoridade, cujo conteúdo deveria passar pelo crivo da observação e pelo controle da razão para receber a acolhida no reino da verdade. Em se tratando da área de história, a rejeição do passado realiza-se na forma do simples ataque: ao se olhar para o passado, via-se, sobretudo, a manifestação da barbárie humana, de modo que quase todo o percurso do homem pela terra não poderia servir senão de fonte de lamento. Neste sentido, pode-se dizer que a lição a ser tirada do passado é: ele jamais deveria ser imitado. No caso da história como disciplina, a manutenção de seu caráter

exemplar, então, se fazia sob o signo do ceticismo, da ironia, da sátira. Assim como para boa parte de seus contemporâneos, entre os quais se encontram Edward Gibbon e Kant, para Hume, a história era, nas palavras de Hayden White, o “eterno retorno de la misma locura en muchas formas diferentes” (1992, p. 62).

Todavia, não foi só na relação passado/presente que o Iluminismo operou modificações na dinâmica do tempo. A par dessa percepção negativa do passado, a centralidade da razão no pensamento iluminista colocou em outros termos o *continuum* presente e futuro. A percepção dos iluministas a respeito do presente abria-se para a possibilidade de construção de uma sociedade perfeita, em que a humanidade viria a realizar plenamente a civilização, entendida como uma forma de organização social orientada segundo as leis da razão. A aplicação da razão, promovendo o acúmulo do conhecimento e o progressivo domínio sobre a natureza, afiançaria construção de uma sociedade feliz (cf. COLLINGWOOD, 1965, p. 89-90), conduzida pelas regras da natureza. Embora os iluministas não soubessem explicar o processo pelo qual o homem ter-se-ia tornado um ser racional; embora as obras dedicadas à história carregassem uma carga de ceticismo em relação aos desenrolar dos eventos passados, a filosofia da história do século XVIII projeta o tempo como uma caminhada cujo destino é a sociedade perfeita. Se, por exemplo, para Hume, mas também para Edward Gibbon e Kant, o processo histórico tinha sido uma exibição de barbárie e loucura, isso não era considerado um obstáculo para que se concretizasse um futuro melhor, pois a racionalidade adquirida pela sociedade garantiria que os erros do passado não seriam repetidos. Entretanto, se a filosofia iluminista do progresso remodela a disposição temporal da história *magistra vitae*, de modo a suprimir o princípio moral generalizante que homogeneizava passado, presente e futuro, não abandona de todo um ponto fixo pelo qual julga os eventos. A perfectibilidade, enquanto princípio moral, produz na filosofia iluminista do progresso histórico o efeito de colocar o tempo em perspectiva, mas não se abstém de reenviá-lo a um parâmetro generalizante: em lugar da exemplaridade, coloca-se a utopia.

De todo modo, embora, nesta nova configuração temporal, se possa pensar o futuro enquanto algo perfectível, como a face positiva da moeda, se comparada ao passado, eternamente manchado, a reflexão sobre a história promovida pelo Iluminismo ressent-se da impossibilidade de se desprender de critérios inflexíveis. Ora, o século XVIII acreditava que tudo se resumia à razão, considerada “una e idêntica para todo o indivíduo pensante, para toda a nação, para toda a época, toda a cultura” (CASSIRER, 1994, p. 23). Com efeito, se a razão condena o passado e promove o futuro, é por ser ela o elemento-chave e critério único de

juízo⁷. Ainda que se pensem as diferenças entre presente, passado e futuro em termos de progresso, o alçamento da razão à condição de parâmetro único a partir do qual se reflete a história inviabiliza a formulação de uma perspectiva para o tempo histórico. Neste sentido, a história, enquanto disciplina, estaria presa à *episteme* clássica, caracterizada por Michel Foucault em termos de ordem e preocupada em classificar e identificar. Em verdade, o futuro aparece como realização de algo cuja forma já se encontra definida antes do passado. O mundo plenamente civilizado está previsto na própria natureza humana, na medida em que esta se define como racional. Assim, a história não trataria propriamente de mudanças, mas de concretização de uma potencialidade prevista em sua natureza. Para as sociedades humanas, vale, mais ou menos, o que se passa no campo da natureza: “el espacio clásico no excluía la posibilidad de un devenir, pero tal devenir no hacía otra cosa que asegurar un recorrido sobre el cuadro discretamente anterior de las variaciones posibles.” (FOUCAULT, 2008, p. 290). Todavia, em termos de filosofia da história, o futuro ganha relevo, uma vez que a reflexão sobre a história se organiza de modo a alcançar sua concretização. Daí, embora, por vezes, cética quanto à realização de seu projeto histórico, a filosofia da história iluminista apresentar um teor mecanicista: basta que se coordenem as causas necessárias para que se produza a sociedade perfeita.

O Romantismo, por sua vez, reorientou a dinâmica do tempo iluminista, reposicionando o fluxo a partir do passado em direção ao presente. Ao contrário do pensamento histórico iluminista, que, em geral, desprezava o passado, o Romantismo abandonou a utopia como forma de pensar o futuro, não reconhecendo nele objeto passível de se extrair conhecimento. Basta lembrar que Hegel, na sua *Filosofia da História*, caracteriza o processo histórico da humanidade como uma marcha em direção à liberdade individual, marcha cujo termo se localiza na sociedade de sua época, para que se perceba a diferença. É verdade que isso não o impede de fazer *prognósticos* sobre a situação dos Estados Unidos. Mas, de qualquer maneira, não se confunde com a profecia ou com a utopia, uma vez que aquele se constrói sob a perspectiva do “poder-ser”, ao passo que estas são concebidas sob o

⁷ É importante lembrar que o modo como o século XVIII entende e caracteriza a razão é bem diferente do racionalismo do século XVII, ainda que lhe seja herdeiro. De fato, em termos gerais, para a filosofia do Iluminismo, a “razão é o valor supremo e todos os aspectos da cultura lhe devem estar subordinados” (BORNHEIM, 1985, p. 79) e, por isso, o “direito, a moral, a arte, assim como a ciência e a filosofia, devem ser explicados a partir de um princípio único, a razão (BORNHEIM, 1985, p. 79). No entanto, é justamente aí que está a diferença entre o pensamento iluminista e o racionalismo do século XVII. Para este, a razão, ao encaminhar-se para a descoberta da verdade, deveria permanecer afastada dos sentidos e das intuições, uma vez que estes a poderiam conduzir ao erro: a razão deveria prescindir do mundo empírico, pois a verdade seria revelada pela dedução. Já para o pensamento iluminista, ao invés de isolar-se a razão, o que se deveria fazer era projetá-la sobre todos campos da existência não só para que se descobrissem o funcionamento da natureza e da sociedade, mas para que se pudesse aperfeiçoar um e outro. No século XVIII, em lugar da metodologia cartesiana, é a via newtoniana, que “não é a da dedução mas a da análise” (CASSIRER, 1994, p. 24-25), a que se adota.

quadro do “dever-ser”. Esse movimento, que se fez acompanhar da reivindicação de estatuto científico da história, realocou o objetivo da história no próprio presente.

A par desse esvaziamento de significado do futuro, extenuou-se a crença na perfectibilidade humana, na medida em que se passou a imaginar a humanidade como um conjunto de sociedades com características próprias. Representando uma “tendência a encontrar valores e interesses positivos em civilizações muito diferentes da própria” (COLLINGWOOD, 1965, p. 93), a filosofia da história do Romantismo promoveu a particularidade das sociedades humanas, em detrimento do universalismo, típico da filosofia da história do Iluminismo. Em verdade, o projeto romântico de história não abdicou de uma perspectiva generalizante, justamente por querer estendê-lo a todas as comunidades humanas: propunha apenas, em lugar da civilização padronizada, a cultura imanente do povo. Dessa forma, a história, que se limitou a contar apenas o que aconteceu, não deixou de apresentar uma filosofia da história, mas em lugar da civilização racional erigiu o nacionalismo e o Estado-nação.

O Estado-nação exerce na história tradicional a função de prestar-se, de modo declarado, a garantidor da cientificidade da narrativa. Permitiu à história propor-se como área do saber, na medida em que, sendo evidente e inquestionável, serviu de objeto confiável para elaboração de uma narrativa. Entretanto, apesar de ter permitido à história pleitear um posto entre as ciências, para os românticos o Estado-nação não se resumia a um corpo passível de ser reduzido a uma definição material. Ao contrário do Iluminismo, que pensava as sociedades a partir do conceito mecânico e uniformizador de “natureza humana” – absolutamente identificada à razão –, o Romantismo via nas sociedades humanas a manifestação de um espírito coletivo, imperscrutável e intraduzível por uma sondagem exclusivamente racional. Romanticamente, a história é exposição desse espírito cuja face somente se deixa apreender por meio dos eventos que estão inseridos na narrativa. Para o Romantismo, esta essência inalcançável não diminuía a cientificidade da história, justamente porque a ciência era o caminho racional para se chegar ao que está além do entendimento. A construção da história dá-se antes como coleção de eventos e personagens do que como narrativa de um processo histórico. Nesse sentido, pode-se dizer que as mudanças que ocorrem ao longo do tempo são mais representadas do que explicadas ou justificadas.

Ora, é essa forma romântica de entender a história que encontramos no *Le Brésil Littéraire*. No caso de Wolf, sua obra apresenta-se como um discurso científico que narra a evolução, não da literatura, mas da manifestação do nacionalismo brasileiro na literatura. Sua

narrativa tem como mote o acompanhamento deste progresso, desde a chegada dos portugueses até o momento em que o narrador elabora seu texto, embora não se declarem quais sejam os fatores que o impulsionam. A princípio, sabemos que a nacionalidade tem a ver com a adaptação dos portugueses e seus descendentes ao território. Porém, sabemos que sua expansão na literatura é atestada apenas porque o tempo passa: quanto mais os séculos passam, quanto mais os anos se aproximam do presente do narrador, mais o nacionalismo aumenta. Mas como ele aumenta? Para isso, a narrativa não tem uma resposta clara. Se não, veja-se a divisão que Wolf admite quanto aos períodos da história literária no Brasil.

I^{re} période. De la découverte du Brésil jusqu'à la fin du 17^{me} siècle. Les jésuites principalement introduisent la culture littéraire apportée d'Europe; les colons portugais et leurs descendants imitent servilement les modèles portugais et espagnols.

II^{me} période. Première moitié du 18^{me} siècle. La culture littéraire s'étend et prend racine; on fonde des sociétés littéraires, mais, malgré quelques velléités d'indépendance, l'imitation pure et simple des modèles portugais persiste encore.

III^{me} période. Seconde moitié du 18^{me} siècle. La culture littéraire se répand de plus en plus ainsi que la tendance à s'émanciper de l'influence de la métropole. — L'école de Minas-Gérais est le principal représentant de ce mouvement.

IV^{me} période. Du commencement du 19^{me} siècle et surtout de la proclamation de l'indépendance du Brésil (1822) jusqu'à l'émancipation tant politique que littéraire de la mère-patrie et de la domination exclusive du pseudo-classicisme par l'influence des romantiques (1840). — La littérature brésilienne prend un caractère national toujours plus prononcé au milieu des orages politiques et de l'influence directe des littératures française et anglaise surtout.

V^{me} période. De 1840 à aujourd'hui. La monarchie se consolide; le gouvernement et l'empereur lui-même encouragent les lettres et les beaux-arts. La littérature nationale proprement dite se développe de jour en jour davantage par l'ascendant de l'école romantique et des éléments brésiliens. (WOLF, 1863, p. 2)

Como ficou dito, Ferdinand Wolf propõe a história da literatura do Brasil atrelada ao desenvolvimento da nação e a configura conforme certa ideologia: exaltação das instituições político-administrativas e da Igreja. A divisão admitida por Wolf deixa claro que, ao longo do tempo, o Brasil vai-se tornando uma nação por obra dos esforços das instâncias oficiais e do clero, mas pouco se diz do desenrolar do processo. Por isso, embora se saiba que a divisão acima não passa de um simples um esquema, adaptado da divisão proposta por Joaquim Norberto, de acordo com as palavras do próprio historiador vienense, ali se representa aquilo que se tem chamado de “visão idealista” da história, que Wolf assume ao escrever sua obra. É o que se percebe, de uma parte, na sucessão temporal proposta, que, em verdade, não passa de uma justaposição de etapas interligadas por um fundamento não localizado ou explicitado textualmente. Assim, por exemplo, se dá inclusive na estrutura sintática das frases que compõem cada uma das etapas descritas, em que predomina a coordenação. As frases são justapostas de modo que, a princípio, pode-se pensar serem os fenômenos tratados coisas independentes. Não fosse o fato de estarem agrupadas sob o mesmo intervalo temporal, nada

mais haveria a indicar a existência de um vínculo a ligar os fatos descritos em cada etapa. Nesse sentido, seria possível dizer que os eventos apenas *correspondem* uns aos outros sem que qualquer relação claramente possa ser estabelecida. São fatos que se situam no mesmo intervalo de tempo, mas sem que se note qual a relação entre um e outro: o primeiro é a causa do segundo? ambos são consequências de outro? Em verdade, o tempo avança e as situações se modificam, mas não se consegue apontar qual seja o motor das transformações. No caso em questão, vê-se que, à medida que o tempo passa, a nacionalidade brasileira torna-se mais evidente, no entanto não se sabe dizer como isso acontece, de forma que, em última análise, é a própria passagem do tempo a responsável pelo crescimento da nacionalidade.

De toda forma, proceda-se com calma e aceitem-se as objeções de que o trecho atrás citado peca por ser um esquema adaptado por Wolf e de não ser suficiente para embasar o argumento. Parta-se para a análise de uma passagem no próprio corpo da narrativa para que se veja a referida visão “idealista” em atuação. Pois bem, de acordo com o autor, da chegada dos portugueses ao Brasil até o século XVIII, a literatura desenvolveu-se no país devido à influência da Igreja, com destaque para a atuação dos jesuítas. Durante este período, sendo feita por pessoas que vinham da metrópole, a literatura produzida no Brasil padecia de falta de originalidade. Todavia, na segunda metade do século XVIII, “par l’influence de plusieurs circonstances” (WOLF, 1863, p. 45), a literatura passa por um novo desenvolvimento, original e nacional:

Les circonstances qui y contribuèrent, furent d'abord le commerce florissant de Rio de Janeiro; le fait que le vice-roi en fit sa résidence en 1763 et créa par là un nouveau centre de culture, puis l'exploitation des mines d'or de Minas Geraes et le défrichement de cette province, et enfin l'importance croissante du Brésil pour la mère-patrie. Cette importance s'accrût surtout depuis le moment où l'oeil pénétrant de Pombal, qui traitait la riche colonie aussi bien que la métropole, vint à l'aide de ceux de ses enfants qui montraient du talent, et forma même le plan de transférer le siège de la monarchie au Brésil, dont il prévoyait le brillant avenir.

Bientôt on vit à Rio de Janeiro des essais de sociétés littéraires sur le modèle des Académies et des Arcadies répandues alors en Europe. Déjà en 1736 Mathieu Saraiva, médecin, avait organisé dans cette ville sous les auspices du gouverneur une société composée de trente membres, qui, sous le nom d'*Academia dos Felizes*, s'occupait de botanique, mais dont la durée fut courte (WOLF, 1863, p. 45-46)

O primeiro trecho – “Les circonstances qui y contribuèrent” –, realmente, estabelece uma relação mais direta entre os diversos fatos – o aumento das relações comerciais e da riqueza, a transferência da sede do governo colonial, a exploração das minas, o aumento da importância para a metrópole – e o desenvolvimento da literatura no Brasil: aqueles primeiros fenômenos *provocam* o último. Ademais, note-se que é possível perceber uma relação explicativa no segundo período, cuja paráfrase poderia ser estabelecida assim: *como* Pombal

tratava a colônia tão bem quanto a metrópole e *como* ajudava os indivíduos talentosos, a colônia teve sua importância aumentada ainda mais. Ainda na relação entre o primeiro e o segundo parágrafos, é possível estabelecer a mesma relação: fundaram-se sociedades literárias *devido àquele* incremento comercial e às benesses governamentais. E, por fim, no último período do segundo parágrafo, é possível atribuir um sentido de causa ao trecho “*sous les auspices du gouverneur*”, cuja consequência seria expressa no restante da frase.

Todavia, apesar de as explicações serem bem mais explícitas do que no primeiro trecho transcrito, ainda assim a “visão idealista” persiste. De fato, qual o vínculo que se estabelece entre a riqueza comercial, a criação de um centro de cultura sob a tutela do vice-rei, a acolhida de Pombal e o desenvolvimento das letras? O texto nos diz que a transferência da residência do vice-rei para o Rio criou um “centro de cultura”, que contribuiu para a nacionalização das letras. Mas o que realmente é dito nestas passagens, senão que os seres, as personagens e as circunstâncias vão gerando uns aos outros sem que se saiba como? Quer dizer, em sua narrativa Wolf expõe as causas e efeitos, mas escapa-lhe o processo. É possível intuir as relações de causa e efeito na narrativa, mas ela não é clara quanto ao modo pelo qual se devem ligar os fatos. Pode-se imaginar, pela própria ideologia presente na narrativa, que a transferência da administração promoveu no Rio de Janeiro uma concentração de pessoas ricas e com educação cortesã, habituadas aos festejos e celebrações, que se reuniam para dar vazão a tais costumes. Da mesma forma, é possível entrever que o comércio, o novo centro cultural, a exploração das minas de ouro, etc. promoveram o desenvolvimento da literatura, na medida em que possibilitaram condições materiais para que se patrocinassem atividades artísticas. De toda forma, porém, nada disso está explícito no texto; e, assim, como entendê-lo senão extrapolando o que diz?

Wolf sabe que os elementos incluídos na narrativa, as ações e as descrições estão conectadas de algum modo. No entanto, não consegue, não quer ou não pode ir muito além da exposição das próprias coisas. É como se conseguisse ver o início e o fim do processo, mas não fosse capaz de descrever o processo mesmo. Neste caso, afirma-se que o nacionalismo se desenvolve com o passar do tempo; afirma-se que este desenvolvimento é devido à atuação de certas figuras, personagens ou eventos históricos; por outro lado, as implicações não são muito claras, pois o modo pelo qual se passa de um ponto a outro não é evidenciado. Numa explicação mecanicista, ainda que se possa apontar a fragilidade de um argumento por ser mono-causal ou fechado em um conjunto mínimo de variáveis, é possível, de alguma maneira, localizar os elementos que movem a narrativa para frente. Como se verá mais adiante, é esse o

caso de Sílvio Romero, que de uma tese constrói sua história literária. Com ele, não se trata só de apontar a miscigenação como fator a ser considerado no desenvolvimento da nacionalidade brasileira. Mais do que isso, a explicação levada a cabo pela narrativa de Sílvio Romero ganha em densidade formal. Já no caso de Wolf, em última análise, é somente o tempo que garante o desenvolvimento do nacionalismo e sua manifestação na literatura.

Veja-se ainda outra situação em que este tipo de explicação é aplicada. Nesta passagem já se está chegando praticamente ao final da narrativa, depois de narrada a declaração a soberania do país. É o momento em que se vai fazer a última apologia a D. Pedro II. Mais uma vez, será feita a citação de um longo trecho, procedimento necessário para que se mantenha um mínimo de integridade do sentido textual. Pois bem, acabado o período de disputas políticas,

[...] le sentiment national s'était fait jour dans la littérature, d'une manière intermittente et plutôt subjective, il put dès lors la pénétrer, devenir objectif, s'assimiler à elle et la développer dans toutes les directions conformes à l'esprit du siècle.

L'empereur eut la plus grande part à ce développement. Dom Pedro II ne se contente pas d'aimer et de protéger les sciences et les arts, de réunir à sa cour les savants et les artistes, de les favoriser non par calcul comme Auguste, ou par une vanité égoïste comme Louis XIV, qui n'avait d'autre pensée que de les faire concourir à l'agrandissement de sa puissance et à la gloire de son nom. D. Pedro II ne fait pas des sciences et des arts le marchepied de son ambition, il les aime pour eux-mêmes, et en connaît à fond plusieurs branches. Il manque rarement d'assister aux séances de l'institut historico-géographique, comme les procès-verbaux en font foi; sous son règne se sont fondés un grand nombre d'établissements d'instruction et de sociétés littéraires; tandis qu'autrefois le journalisme politique avait tout envahi, on vit paraître enfin des revues consacrées uniquement aux sciences et aux arts. (WOLF, 1863, p. 137-138)

Passando a elemento de foro interior dos artistas brasileiros, o nacionalismo brasileiro conforma-se ao espírito de seu tempo, ao igualar o passo com o processo civilizador do Ocidente cujo centro é a Europa. Notável, neste caso, é o fato de o nacionalismo poder tornar-se objetivo na medida em que é subjetivo, o que, romanticamente, significa ser o mundo uma projeção do eu. Mas cumpre notar, na passagem, o papel decisivo desempenhado pelo imperador, devido à proteção que dá a cientistas e artistas. Não só isso: o leitor é informado de que assim o faz não por uma glória calculada ou por vaidade – Pedro II é superior a Augusto e Luís XIV, que se deixavam mover por tais sentimentos –, mas pelo puro amor às ciências e às artes. Porém, de fato, a explicação não vai além de levar a quem lê o conhecimento de que o imperador frequentava as seções do IHGB e de que dava dinheiro para os que se envolviam com os trabalhos artísticos e científicos. As ideias que circulavam nas reuniões, o modo de organização da instituição, os temas propostos, nada disso é dito ao leitor.

É verdade que, neste caso, está mais explícita do que nas outras passagens uma explicação clara do vínculo entre os eventos. No entanto, parece haver uma espécie de contágio nacionalista causado pela personagem D. Pedro II. Mais uma vez, a explicação surge apenas de modo fragmentário, detendo-se somente sobre as partes extremas do processo: no início e no fim. Ao que parece, nesse tipo de configuração, as explicações dos fenômenos são dadas por meio de uma justaposição de fatos sem que se estabeleça de modo claro a relação lógica entre os eventos analisados. Não é que tal relação não exista, mas, como não se exhibe textualmente, em muitos casos apenas um expediente não localizado no texto pode operar a ligação entre os fatos, as personagens, etc. Não importa saber se com isso o autor espera que o leitor restabeleça com seus conhecimentos as linhas que a narrativa não conecta, ou se essa representação corresponde a uma abstenção de opinião do autor no intuito de agregar maior objetividade ao texto. Talvez se possa pensar, quando se menciona este elemento não localizado, que se está sugerindo que Wolf lance mão de recursos fantasiosos para a construção seu texto. Não se trata disso, em verdade, pois em momento algum no texto identificam-se titubeios quanto à sua cientificidade ou seriedade. O que parece acontecer, colocando a questão em termos positivos, é que o autor só consegue, pode ou quer expressar a explicação histórica atendo-se a algum elemento que, a rigor, não é passível de ser escrutável⁸. Bem entendido, não se trata de apontar aí uma falha na obra de Wolf, uma vez que seus contemporâneos entenderam-na digna do crédito de história da literatura.

Em todo caso, essa notável ausência na construção do texto é provocada pela seleção operada no âmbito da representação da narrativa, que recorta dos eventos seus aspectos causais menos passíveis de confrontação, porque, em verdade, ao tomar o Estado-nação como mote, pressupõe a nacionalidade como algo inexplicável. O desenvolvimento tanto de um como de outro pode ser narrado, evidenciado e representado, mas o processo de sua construção não é captado, e as relações de causalidade mais profundas não são discerníveis.

Em decorrência desse tipo de projeção explicativa que a narrativa lança, a história aparece como um processo extremamente dependente do jogo das vontades e dos sentimentos humanos. Não há ação ou evento exposto por Wolf, cuja causa ou consequência escape desta redução à idiossincrasia de algum personagem da narrativa, seja ele individual ou coletivo. O

⁸ Essa é a aporia de toda a explicação histórica: como provar a veracidade daquilo que se afirma? Como não pode fazê-lo, efetivamente, porque a explicação histórica é feita a partir de fragmentos de experiência, a verdade histórica é obtida pelo assentimento. Nas palavras de Luiz Costa Lima: “Parcial, a verdade na escrita da história não *reduplica* o que já estivesse no fato, mas o submete a uma deliberação judicativa” (COSTA LIMA, 2006, p. 65). Apesar disso, o que se aponta como problemático na narrativa de Wolf é o fato de sugerir um elemento suprarracional – além da racionalidade – a unificar os fenômenos narrados.

que empurra a história, por assim dizer, na representação elaborada pelo historiador vienense é justamente algo de foro íntimo, insondável. Igualmente por isso, pode-se dizer sua forma de perceber o campo histórico como “idealista”: por fazer os eventos narrados derivarem de uma paixão dos agentes envolvidos, o narrador constrói seus argumentos e julgamentos sobre um conjunto de proposições que fogem à análise ou averiguação, perfazendo uma narrativa que representa a história à maneira de um jogo de forças não-rationais ou suprarracionais. Assim, uma vez que tal princípio projeta-se no campo histórico, a explicação histórica não apresenta claramente os elos entre os fenômenos.

Retorne-se à narrativa para esclarecer o sentido daquilo que se está dizendo. Ora, já se disse que, na interpretação de Wolf, foram as instâncias administrativas da coroa e os representantes da Igreja os principais agentes formadores do Estado-nação no Brasil. Logo no início da narrativa isso fica claro, pela distinção que faz entre os portugueses e os bárbaros, exaltando em especial os membros da Igreja cuja influência considera benéficamente decisiva, por terem criado instituições de ensino que transmitiam o saber civilizado no meio da barbárie que havia na terra recém-descoberta. À Igreja ainda, segundo Wolf, coube o mérito de ter introduzido a literatura no Brasil, uma vez que

Ce sont les missionnaires chrétiens qui en ont semé les premiers germes [da literatura brasileira]; ils étaient les seuls qui eussent apporté quelque culture littéraire et qui eussent intérêt à la conserver et à la répandre; car ils voulaient faire des conquêtes à la fois spirituelles et intellectuelles, tandis que les conquérants laïques, soldats et aventuriers sans instruction pour la plupart, étaient assez occupés à se maintenir dans les pays conquis, et n'avaient guère été poussés vers le Nouveau Monde que par l'appas de la gloire et des richesses. (WOLF, 1853, p. 6).

Como se procurou demonstrar, a tônica do texto está em dar preferência ao papel desempenhado pelos órgãos oficiais do poder. Mas cabe chamar a atenção para a construção da própria narrativa em termos formais. Na passagem mencionada, para sustentar a teoria – colocada como fato – de que a literatura surgiu no Brasil pela intervenção da Igreja, Wolf lança mão de dois personagens centrais, representados como tipos: os missionários cristãos e os conquistadores laicos. Os sentidos assumidos pelas personagens se complementam, sendo um a antítese do outro. Considerando a proposição contida na tese, a oposição visa antes a destacar a atuação dos primeiros do que a mostrar algum conflito existente. Nesse sentido, colocando em termos causais explícitos: certo fato – a introdução da literatura no Brasil – foi provocado por certo personagem – os missionários. Todavia, quando se procuram as circunstâncias que levaram os missionários a realizarem tal empresa, o que se tem como explicação histórica é uma constante remissão aos sentimentos e às vontades. Os missionários

trouxeram, conservaram e promoveram a literatura, “car ils *voulaient* faire des conquêtes à la fois spirituelles et intellectuelles”. De uma parte, considerando que uma narrativa precisa que os personagens ajam para que progrida, a tese de Wolf de que a literatura foi introduzida pelos jesuítas é perfeita do ponto de vista formal, pois, de fato, os missionários ocupam a função de levar os fatos para diante. Apesar disso, quando se procuram as causas mais internas do evento, a narrativa remete ao foro íntimo das personagens sem dar explicação para o que os motiva. Aliás, mesmo sobre os colonizadores laicos, Wolf limita-se a dizer que a vinda deles à América era motivada pela cobiça, já que “n'avaient guère été poussés vers le Nouveau Monde que par l'appas de la gloire et des richesse”.

Por todo *Le Brésil Littéraire*, o procedimento é o mesmo, repetindo-se à exaustão. Ainda que se encontrem algumas passagens em que desponta outro tipo de explicação, são elas tão insignificantes em termos de extensão e função para o conjunto da obra que não é de se admirar passarem despercebidas em outro tipo de leitura que não esteja comprometida com uma análise da composição narrativa. Nesta situação, em que a redução ao foro íntimo não está presente, encontra-se a interpretação sobre o problema da originalidade da literatura feita no Brasil na primeira metade do século XVIII. Segundo Wolf, a literatura padecia de falta de autonomia porque, feita nas academias sob a influência dos modelos espanhóis e portugueses, prestava-se mais ao encômio das grandes figuras do que à exposição das coisas da terra. Mas, de todo modo, em última análise, Wolf não amplia a explicação na direção de rastrear, por exemplo, um comportamento socialmente influenciado.

Como se afirma ser ubíquo o procedimento explicativo de remeter à idiosincrasia das personagens da narrativa para remontar às causas dos eventos históricos, é importante que se tragam mais exemplos. Passe-se, para tanto, ao capítulo IV, em que Wolf trata da situação do teatro no Brasil durante o século XVIII e da figura de Antônio José da Silva. De acordo com o historiador vienense, neste período não há muito que se registrar a respeito dessa forma de representação artística, pois a civilização era muito pouco densa para “faire sentir le besoin d'une scène régulière” (WOLF, 1853, p. 30). Apesar de tudo, um grande talento apareceu e, se não influiu diretamente na construção do teatro feito no Brasil, revigorou a cena portuguesa de sua época. Tendo nascido no Brasil, Antônio José da Silva encantara as plateias portuguesas com suas comédias de sabor popular; comédias que teriam jogado para segundo plano as imitações das óperas italianas, em moda na metrópole. Mas, ao lado destas indicações, um aspecto da biografia do dramaturgo sobressai na narrativa: filho de cristãos novos, Antônio José tem sua carreira atrapalhada pelas perseguições que sofre pelo tribunal

da inquisição. Ainda menino, o dramaturgo viu sua mãe ser levada ao tribunal do Santo Ofício, sob a acusação de manter práticas judaicas. Mais tarde, já formado em direito e exercendo a profissão, foi torturado pela mesma instituição. Tendo abjurado do judaísmo, Antônio José construiu uma boa carreira e contraiu núpcias com Leonor Maria de Carvalho. Paralelamente a isso, aventurou-se pela carreira das letras e tornou-se um poeta célebre. Acontece, porém, que “Malheureusement, le mérite excite toujours l’envie” (WOLF, 1853, p. 33): nas peças de Antônio José, a algumas passagens atribuiu-se o teor de crítica à inquisição. Esta, por sua vez, não deixou por menos e, aproveitando-se de uma denúncia contra a mãe do dramaturgo, implicou-o numa acusação de prática de judaísmo, novamente. Desta vez, contudo, mais do que a tortura, foi-lhe aplicada a pena capital.

O encaminhamento que o historiador austríaco dá à breve narração da vida de Antônio José é emblemático de sua visão histórica. Toda a vida de Antônio José, conforme narrada por Wolf, repousa sobre a representação de uma tensão entre o sucesso do dramaturgo e a vingança daqueles que se sentiam ofendidos por suas peças. É verdade que a palavra “vengeance” aparece para caracterizar a intenção da escrava que denunciou a mãe de Antônio José, mas serve perfeitamente para definir o sentido da imagem criada por Wolf a fim de mostrar a maldade do caráter da inquisição, representada no texto como uma personagem.

On instruisit alors le procès d'Antonio José, écroué sous le numéro six du nouveau corridor moyen. On vit bientôt que l'accusation manquait de preuves; elle ne reposait que sur de vagues soupçons, tels qu'une négresse nouvellement arrivée avait pu les concevoir. Les juges cherchèrent donc à se procurer des preuves au moyen de l'incarcération elle-même (WOLF, 1853, p. 34).

Incumbidos, então, de vigiar o preso, os carcereiros reportam seus hábitos religiosos:

[...] quelques-uns seulement ajoutaient qu'à certains jours il n'avait pris aucune nourriture. Ce jeûne naturel dans les circonstances où il se trouvait, fut interprété comme une suite des prescriptions de Moïse et fut la seule preuve de sa culpabilité, avec les dépositions d'un homme qu'on avait à dessein enfermé avec lui. (WOLF, 1853, p. 34)

Vendo-se injustiçado, procurou a ajuda de pessoas ilustres que pudessem confirmar sua inocência. Mas o tribunal da inquisição não lhe foi favorável e acabou sendo o dramaturgo executado:

Tous confirmaient le zèle avec lequel il accomplissait les pratiques de la religion; l'intervention du roi Jean V lui-même ne put le sauver. Le 11 mars 1739 fut prononcé l'arrêt qui remettait aux tribunaux séculiers le soin de prononcer contre lui la peine de mort tandis qu'Antonio José et ses amis vécutent jusqu'à la publication et à l'exécution de la sentence dans l'espoir, que l'inquisition reconnaîtrait enfin son innocence (WOLF, 1853, p. 35)

Mais do que fechada nas personagens, a narrativa apenas arrola os elementos que se prestam a exprimir os fatos de maneira *patética*. A origem judaica de Antônio José não é tomada, por exemplo, como índice de um conflito existente entre o judaísmo e o catolicismo, uma disputa ético-religiosa. Ela é tratada no texto como motivo para dar vazão a um ânimo vingativo, perverso, malvado como o da inquisição. O destino do dramaturgo não está traçado propriamente por suas convicções religiosas, que, a rigor, pelo encaminhamento dado por Wolf, é um acidente, mas pela vileza do caráter de seus inimigos, os quais, afetados por suas obras, usam dos mais sórdidos ardis para incriminá-lo. Conforme a representação criada pelo historiador austríaco, o que há de fato é o sofrimento causado por uma instituição má a uma alma talentosa e alegre. Ora, diga-se mais uma vez: é o fato de estabelecer a base da explicação desse modo, sobre elementos insondáveis, que define o que se tem aqui chamado de visão “idealista” da história, presente no *Le Brésil Littéraire*.

Aborde-se ainda a outra passagem, avançando até o capítulo X do livro. Capítulo importante, nele se narra o processo de independência do Brasil, por meio justamente da construção da biografia de José Bonifácio, o Patriarca. Segundo Wolf, filho talentoso de um casal paulistano, dedicado às ciências naturais, influente, ex-combatente contra as tropas napoleônicas, por volta de 1819 José Bonifácio “fut saisi d’un violent désir de revoir as patrie” (WOLF, 1853, p. 98). Chegado ao Brasil, depois de se dedicar algum tempo à metalurgia, cedo deixou-se levar para a política. Nas palavras de Wolf,

[...] bientôt les événements politiques qui agitaient le Brésil ne manquèrent pas d’entraîner un patriote aussi chaud que José Bonifacio, et de lui faire négliger la science. Il échangea donc la vie paisible du savant contre l’existence orageuse de l’homme de parti (WOLF, 1853, p. 99).

A questão política, como se sabe, é o embate travado entre os defensores dos interesses de Portugal sobre a colônia pelo restabelecimento do pacto colonial e o grupo defensor da manutenção do *status* de Reino Unido atribuído ao Brasil. Diante do confronto, que encaminharia a solução para a ruptura entre Brasil e Portugal, José Bonifácio toma partido nos seguintes termos:

Bientôt il s’organisa au Brésil un parti décidé à résister au despotisme aveugle des libéraux portugais. Ce parti que soutenaient le sentiment national qui venait de se réveiller et les justes désirs d’émancipation qui se faisaient jour partout dans l’ancienne colonie, attira invinciblement José Bonifacio. Bientôt il fut nommé vice-président de la junte qui s’était formée dans la province de São Paulo. (WOLF, 1853, p. 99)

Tomado de patriotismo, José Bonifácio lidera o movimento para manter o príncipe no Brasil, tendo sido, em reconhecimento pelos serviços prestados, nomeado para o ministério por D. Pedro I na condição de braço direito do imperador. A situação, contudo, se complica quando da elaboração da constituição, pois, sendo amigo do imperador, não apoia o partido monarquista e conservador, mas os liberais, que propunham uma carta “*démocratique-fédéraliste*” (WOLF, 1853, p. 100). Tendo mudado de lado, mas ainda no cargo de ministro, José Bonifácio passou a perseguir seus adversários políticos. Ele “*organisa un despotisme, plus lourd encore que celui du système colonial*”, mostrando`

que les passions politiques sont les plus violentes et les plus mauvaises, qu'elles éblouissent et gâtent les esprits les plus lucides et les plus cultivés, et qu'elles entraînent un caractère noble au fond et ne voulant que le bien public, aux mesures les plus condamnables et les plus nuisibles. (WOLF, 1853, p. 101).

Mas, por fim, sem prestígio, José Bonifácio acaba demitido pelo imperador, fato que “*blesa profondément son amour-propre et fut pour lui un puissant stimulant de plus de se mettre à la tête de l'opposition et de faire au nouveau ministère une guerre acharnée*” (WOLF, 1853, p. 101). Sua desgraça aumenta quando D. Pedro I o envia ao exílio no mesmo dia em que dissolve a conturbada constituinte. Vivendo na França, dedica-se, ainda uma vez, às ciências, deixa-se encantar pela poesia da época e canta as tristezas do exílio, a liberdade... Depois de seis anos, recebe a permissão para voltar ao Brasil e mantém-se distante da vida pública. Ao menos assim foi até 1831, quando influenciou para que D. Pedro deixasse o trono e retornasse a Portugal. Embora tenha defendido os liberais no passado, nesta nova situação, José Bonifácio, sem abandonar suas convicções democráticas, ficou do lado dos monarquistas, por entender que a proposta de organização política em bases republicanas pudesse levar à divisão do território. Perseguido, porém, por seus opositores, de cujas ideias tinha sido o mais fiel guardião no momento em que surgiram no Brasil, José Bonifácio retira-se da vida pública. Apesar de todas as vicissitudes políticas, antes de morrer, em 1838, teve a felicidade de ver restabelecido “*l'équilibre entre les éléments monarchiques et démocratiques*” com a queda de Feijó (WOLF, 1853, p. 101).

Eis o resumo da biografia de José Bonifácio. Com ela, Ferdinand Wolf cria uma imagem, ao final das contas, positiva da personagem em questão. Antes de se passar ao comentário, devem ser feitos alguns reparos cruciais à narrativa, que servirão de entrada à análise. Começando pela apresentação que faz do jogo de forças entre os partidos políticos para a definição da situação política no Brasil, o historiador vienense identifica dois partidos de interesses opostos: os monarquistas – favoráveis ao rei – e os democrata-federalistas –

contrários ao rei. Acontece que, de fato, as disputas faziam-se segundo os interesses de três grupos: o dos conservadores, constituído sobretudo por comerciantes portugueses “ansiosos por restabelecer antigos privilégios” (COSTA, 1985, p. 43), por meio da aplicação da política das cortes e da reativação do pacto colonial; o dos liberais, formado por brasileiros e portugueses beneficiados pela abertura dos portos, “recrutados entre as categorias dominantes, os mais poderosos em posses e empregos de representação” (COSTA, 1985, p. 43), como fazendeiros, altos funcionários ; e o dos republicanos, “composto em sua maioria de elementos de tendências mais radicais e democratas, ligados a atividades urbanas” (COSTA, 1985, p. 43-44), isto é, profissionais liberais e pequenos comerciantes. Em verdade, somente ao último pode-se atribuir certa animosidade para com o governo monárquico, enquanto os outros dois eram favoráveis à monarquia – os conservadores pretendiam a sede em Lisboa, sob um rei português; os liberais queriam garantir a autonomia conseguida pelo Brasil. Neste tabuleiro, José Bonifácio encontra-se alinhado aos afiliados ao segundo grupo, o dos brasileiros que apoiam a monarquia e D. Pedro.

Aliás, outro ponto a que se deve prestar atenção é quanto à mudança de partido do Patriarca. Aqui a interpretação de Wolf patina diante dos fatos, pois não parece ter havido quem mais defendesse a monarquia durante a constituinte do que José Bonifácio. À parte o grupo conservador, cujos interesses foram desbancados com a independência política, a disputa deu-se entre os liberais, que pretendiam fortalecer o poder executivo, e os republicanos, que o queriam subordinado ao legislativo. José Bonifácio em momento algum deixou de apoiar a centralização do poder na figura do imperador⁹. A ruptura com D. Pedro I parece estar motivada antes por certas convicções que o Patriarca nutria a respeito da impropriedade da escravidão, da nobreza e dos latifúndios, o que o incompatibilizaria com os segmentos que se serviam da monarquia, como os fazendeiros, os altos funcionários e os grandes comerciantes. Neste sentido, ele não mudou de lado, como sugere Wolf, embora suas ideias e comportamento acabassem por comprometê-lo.

Não se trata de, com tais reparos, “corrigir” a obra de Ferdinand Wolf. É verdade que esses problemas podem ser atribuídos seja à precariedade das informações de que dispunha o historiador vienense, seja à tendência claramente oficial de sua narrativa. Em um caso, não seria possível acusar-lhe um “erro”, uma vez que as informações disponíveis não bastariam

⁹ Segundo Emília Viotti da Costa, José Bonifácio “Abominava os ‘extremos’ da República, não desejando tampouco um governo absolutista”. (1985, p. 70), sendo a saída para ele uma espécie de monarquia constitucional. As críticas levadas a cabo contra o governo de D. Pedro I revelam insatisfação com a crescente influência lusa, em detrimento dos interesses dos brasileiros. Nesse sentido, as críticas podem ser entendidas como expressão do anseio de manutenção da autonomia do Brasil.

para o conhecimento mais aprofundado da situação que representa no texto. No outro caso, tal acusação teria de ser descartada, pois a questão é de ponto de vista: como Wolf pensa a história a partir da perspectiva das instâncias oficiais, a coordenação dos elementos que integram a narrativa tende a pôr em evidência as personagens ligadas ao poder. Mas, apesar disso, não seria possível dizer que, ao menos em alguma parte, os “erros” de Wolf acontecem justamente pela seleção que se opera na narrativa? Não seria por pretender captar as idiossincrasias, por caracterizar as vontades atuantes nos eventos que narra pelo viés sentimental que sua narrativa acaba patinando? Reduzidos a um conflito sentimental, os eventos narrados não se abrem para o mundo exterior, limitam-se à vida íntima das personagens envolvidas nos episódios, mesmo que se atribua a eles significação coletiva. Por isso, não é raro que Wolf, em sua narrativa, simplifique a representação do material de que dispõe para satisfazer certa estrutura romanesca em que duas forças antagônicas se opõem. Assim é com a narração da vida de Antônio José, sempre perseguido pela inveja de seus opositores. É também assim no caso da biografia de José Bonifácio, que, como vimos, está sempre inspirado por um sentimento que o coloca em conflito com seus inimigos, e que parece, por capricho, mudar de posição nesse incessante combate.

Desse modo, o aspecto “mágico” da visão histórica de Ferdinand Wolf revela-se, em termos formais, em duas direções bem comprometidas com aos ideais românticos. Num plano de construção mais geral, parece que sua narrativa não consegue explicar as mudanças históricas senão por meio de elementos insondáveis. A carência de elos explicativos entre os elementos históricos que integram sua narrativa evidencia, romanticamente, que a história é regida por forças ocultas, isto é, sobrenaturais e suprarracionais. De fato, romanticamente, as manifestações da existência de um povo não são totalmente acessíveis à razão, e de algum modo sempre fica algo de essencial que a explicação não alcança.

Neste sentido, caso se considere *Le Brésil Littéraire* um todo, é possível perceber que sua tese parte do pressuposto de que a literatura desenvolveu-se no Brasil por obra do destino. Ao chegarem nestas novas terras, tão diferentes do mundo conhecido, era natural que os portugueses acabassem por criar uma nova nação e com ela uma nova literatura. Além dessa explicação, a narrativa não avança e nem pretende avançar, pois, ao que parece, para o narrador qualquer outra explicação é dispensável. O Estado-nação aparece, então, como fundo a partir do qual se agregam os elementos históricos. Por isso, a narrativa concentra-se nos itens mais salientes dos eventos que narra, e a explicação constrói-se por meio da justaposição: as ligações não podem ser expostas ou definidas, porque escapam à

racionalização. *Grosso modo*, pode-se resumir este pressuposto de *Le Brésil Littéraire* nos seguintes termos: a partir do momento em que um povo é colocado num lugar, com o tempo, os elementos de civilização, entre os quais está a literatura, se desenvolvem.

Por conseguinte, embora num plano de construção formal menos geral – uma vez que a história se projeta como um conjunto de forças sobrenaturais, inatingíveis pela razão, fatos e circunstâncias narrados – se atribuem como causa as idiossincrasias das personagens. Ainda neste caso, a visão “idealista” da história presente na obra de Ferdinand Wolf identifica-se com o pensamento romântico, na medida em que acaba por construir uma representação da realidade na qual tudo, ou quase tudo, se esgota no sujeito, ou se reduz a ele. A narrativa configura o campo histórico como espaço de manifestação das vontades e expressão sentimental das personagens que por ele circulam. Neste caso, o pressuposto sobre o qual se constrói *Le Brésil Littéraire* é o de que a história se faz pela concretização dos desejos das personagens. É como se os desejos fossem, em última análise, o instrumento pelo qual se manifesta o destino de um povo.

Atuando em conjunto, aquele plano mais geral e este mais restrito da construção formal da obra de Wolf influenciam a apreciação que ele faz da literatura produzida no Brasil. Trata-se a literatura como produto da nacionalidade brasileira e como fruto de certa personalidade, o que determina aquilo que é passível de ser dito sobre os escritos apreciados. O sentido específico que assume o termo “literatura brasileira” define-se pela conjugação da ideia de nação e de individualidade, entendidos ambos como elementos irreduzíveis a qualquer fórmula estritamente racional. Cabe passar, então, à análise do tratamento que a literatura recebe em *Le Brésil Littéraire*.

1.6. O espaço da literatura em *Le Brésil Littéraire*

Seria realmente um exagero dizer que Ferdinand Wolf produz alguma reflexão sobre o que seja “literatura” ou “literatura brasileira” em sua obra. Porém, seria equivocado supor que o historiador austríaco não reflète ou reproduz ideia alguma sobre o que esses termos podem significar. Na verdade, pode ser aplicado a esta circunstância o mesmo raciocínio que Hayden White (1992) aplicou à história: assim como não se pode escrever uma obra de história sem que se tenha em mente uma filosofia da história, também não se pode escrever sobre literatura

sem que se parta de alguma noção do que ela seja. Em ambos os casos, sempre há algo implícito que acaba por orientar as ideias de quem escreve, algo que pode ser rastreável no texto justamente pelas marcas formais que deixa registradas. Por isso, se, de fato, não se pode dizer que Wolf apresente alguma teoria sobre a literatura, não deixa de ter algumas ideias ou convicções a partir das quais compõe sua obra.

Wolf, em verdade, revela um modo específico de conceber a literatura, cujas referências conceituais repercutem noções românticas do que sejam a história e a literatura. Ora, a historiografia do Romantismo, no mesmo movimento que reconfigurou a filosofia da história clássica, redefiniu seu objeto. Enquanto o pensamento clássico propunha a história como história da humanidade direcionada para realização da perfectibilidade do homem, considerado universalmente, o Romantismo coloca a história como projeto de realização coletiva menor, em que cada comunidade humana persegue sua própria meta. Assim, em lugar de se construir como testemunho do desenvolvimento geral do ser humano, a história passa a ser o atestado da multiplicidade e da irredutibilidade dos grupos humanos. Desse modo, o projeto romântico de contemplação da humanidade como um todo perfaz-se não por meio da homogeneização, senão que pela diferenciação das sociedades. Como já ficou dito, em comparação à época clássica, o Romantismo foi sensível e simpático à diferença.

Ideia apta a representar essa tendência à apreciação positiva das diversas sociedades humanas, o nacionalismo reveste-se de materialidade pela promoção dos Estados nacionais que ocorre desde fins do século XVIII. Evidenciando aquela ideia, o Estado-nação cumpre um papel crucial no âmbito da história, enquanto disciplina, uma vez que, tornado objeto de interesse legítimo, acaba por fazer com que se atribua à história o caráter científico, conseguido por outros campos do saber. Junto a esse papel, a escolha do Estado-nação como objeto repercute ainda no tipo de história que se destaca, pois é empolgado por ele e pelo nacionalismo que o historiador realiza seu trabalho. Ora, é “o despontar mesmo do Estado moderno, aliado à esperança então depositada no nacionalismo, que explica o primado da história política e o exame privilegiado de suas grandes personalidades.” (COSTA LIMA, 2007, p. 130). Por outro lado, o material privilegiado para o trabalho de elaboração do relato pelo historiador são justamente os documentos oficiais devidamente pesados pelo método de crítica das fontes.

Devido a tal primazia, mesmo as histórias cujo escopo se desviava da vida política sentiram o peso desta influência. No caso da história da literatura, o caminho foi fazer-se nacional, mostrando como se desenvolveu o espírito nacionalista ao longo do tempo nas obras

literárias. Vale lembrar que as histórias da literatura que aparecem no século XVIII “são ainda ‘histórias’ no sentido da erudição barroca, coleções imensas, enciclopédicas, obras de verdadeiro fanatismo de reunir datas e fatos” (CARPEAUX, 1978, p. 19), embora apresentem alguns aspectos que serão aproveitados pelo século XIX. Em lugar dos “dicionários” e das “bibliotecas”, em que se davam notícias dos autores e das obras do passado, surgem efetivamente as abordagens nacionais, como é o caso da *Histoire Littéraire de la France*, empreendida pelos beneditinos da congregação de St. Maur. Mas, de fato, esta obra monumental propõe-se o objetivo de referir todos os escritores franceses que contribuíram com seu talento para a República das Letras, sugerindo-se, assim, que a ideia de nação está inscrita num conjunto maior, mais universal. Quer dizer, a questão não é ainda evidenciar a unidade da produção literária existente em dada sociedade como consequência de características que seriam próprias a tal sociedade, mas fazê-lo em relação a um modelo de literatura supraterritorial¹⁰.

Paralelamente a tais modificações específicas do campo histórico, houve modificações conceituais significativas no âmbito da literatura, que afetaram a história da literatura. Se ao Romantismo não coube a primazia na crítica ao estatuto clássico da literatura e no destaque do gênio e da representação da realidade prosaica como critérios de apreciação das obras de arte, foi ele, sem dúvida, que promoveu tais posições¹¹. Como se sabe, a literatura clássica orientava-se segundo um conjunto de preceitos formulados retoricamente, a partir das artes poéticas da antiguidade, especialmente de Aristóteles e de Horácio. Com isso, a produção artística, sobretudo em se tratando de crítica, definia-se como a atualização de uma série de regras, que incidiam não só sobre o objeto da representação, mas também sobre a forma de representá-lo. Por exemplo, pelo conceito de decoro “proibia-se a descrição do horrível, do feio, do baixo e do mesquinho” (WELLEK, 1967, p. 14); no mesmo sentido, representava-se uma natureza ideal, isto é, “a natureza como deve ser, julgada por padrões éticos e morais.” (WELLEK, 1967, p. 15). O Romantismo, de modo geral, insurgiu-se contra tal pensamento, propondo que a verdadeira criação artística deveria ter como regra apenas a observação da realidade e a inspiração. Em vez de personagens, lugares-comuns, situações e sentimentos

¹⁰ Como se vê na introdução da *Histoire Littéraire de la France*: “Nous nous proposons de menager aux François l'agrément d'avoir un recueil complet de Ecrivains, qu'eux et les Gaulois leurs prédecesseurs, avec qui ils n'ont fait dans la suite qu'un même peuple, ont donnés à la Republique des Letres.” (1733, p. VI). Além disso, Clément Moisin identifica três objetivos principais das histórias, das bibliotecas e dicionários literários que circulavam pela França durante o século XVIII, a saber, instruir o público, preservar o patrimônio nacional cultural sob risco de desaparecer e “ouvrir une voie d'accès à lac culture universelle dont le siècle se preoccupe et qu'on baptisée son *cosmopolitisme*.” (MOISIN, 1987, p. 59).

¹¹ Segundo Costa Lima (2007, p. 89-91), antes dos românticos, Diderot já lamentava a artificialidade da arte clássica e formulava as ideias do gênio e da natureza para que servissem de critério de avaliação da qualidade estética de uma obra.

codificados pela retórica, dever-se-ia dar espaço à representação da vida cotidiana, do mundo prosaico; em vez de seguir preceitos, o artista deveria ser sincero, verdadeiro e dar vazão a seus sentimentos. Ao julgamento do acerto ou da adequação de determinada representação, coloca-se a apreciação da sinceridade do autor, da fidelidade das personagens e dos lugares reportados.

Substituindo os preceitos da poética clássica, o gênio e a representação da realidade resultaram, para a historiografia literária, na construção de um discurso sobre as obras literárias que fosse derivado da pessoa do artista e da relação da obra com o mundo empírico. Durante o século XIX, a história da literatura incorporou, então, a biografia e os símbolos do nacionalismo ao seu repertório para poder falar a respeito das obras que a integravam. Em verdade, o levantamento das biografias e a referência ao meio de produção da obra não eram desconhecidos da prática historiográfica, pois, como observa Clement Moisin, ao estudar a historiografia literária francesa, já nos compêndios dos séculos XVI, tais procedimentos estavam presentes. De um lado, no *Recueil de Antiquités*, de Claude Fauchet, “la biographie l’emporte sur l’Histoire, c’est-a-dire sur les institutions et les événements de l’époque qu’il étudie” (MOISIN, 1987, p. 44-45); de outra parte, Etienne Pasquier, em sua *Recherches de la France*, “a joint dans l’Histoire de la nation la politique, les arts e la littérature” (*idem*, p. 42). Mas, de toda forma, o vínculo entre a obra, o seu autor e o mundo empírico não parece ter qualquer relevância no sentido de determinar a qualidade de uma obra, e a simbologia nacionalista não parece ser a obsessão dos historiadores naqueles tempos. Mesmo na *Histoire Littéraire de la France*, em que a palavra “Nation” já aparece com um sentido mais próximo daquele que se costuma lhe emprestar hoje, ainda não se faz questão de se levantar uma simbologia nacionalista, pois o que prevalece é a ideia de República das Letras.

Assim, foi quando caíram os referenciais da poética clássica e, em seu lugar, entraram o gênio e a realidade como critério de valoração da literatura, que a biografia e o repertório simbólico nacional passaram a fazer parte da historiografia literária do modo como se conhece hoje. Na reflexão que se deu já em fins do século XVIII e que se desenvolveu pelo século XIX, à medida que se crê ser o gênio, indivíduo excepcional por sua intuição, aquele que sintetiza toda uma época, toda uma literatura, é o conhecimento de sua individualidade que permite acesso àquilo que se representa em sua obra. Igualmente, à medida que se propõe ser a literatura a representação do mundo empírico, o conhecimento da sociedade e do ambiente a que se reporta a obra permite avaliar sua qualidade. Tais pressupostos, adaptados pela historiografia literária, traduziram-se na criação de perfis psicológicos (quando se trata de

escritores considerados importantes), no levantamento dos fatos da biografia (quando se trata de epígonos) e na formulação de um repertório de símbolos próprios de certa sociedade.

É exatamente a esse conjunto de concepções sobre a literatura e a história que *Le Brésil Littéraire* remete. Em termos da elaboração da narrativa, como ficou dito, em sua visão “idealista” da história são elementos centrais o Estado-nação e as individualidades que atuam no campo histórico. É a partir deles que se configura a narrativa, dotada de sentido pela atuação formal em dois níveis: o mais geral, ligado à nacionalidade e ao Estado-nação; o mais particular, ligado aos personagens arrolados no texto. Conjugados, criam a impressão de que o Brasil é uma entidade histórica com *características próprias naturalmente desenvolvidas ao longo do tempo*, sendo esta naturalidade o elemento insondável da história, o elemento “mágico” de sua visão histórica. E ainda que isso não seja declarado por Ferdinand Wolf, não há dúvidas de que assim seja pelo modo como desenvolve a narrativa: quanto mais avança o tempo, mais encontra ele traços típicos da nacionalidade brasileira nas obras de que trata, e mais os autores estão aptos a manifestá-los.

Projetados sobre a literatura, tais elementos exercem uma pressão própria sobre o que se diz das obras e dos autores arrolados. Neste tipo de história, subordinada ao nacionalismo e estritamente vinculada à personalidade dos autores, a análise do texto literário aparece como elemento secundário da narrativa. Quanto ao nacionalismo, a obra de Wolf, como se viu, assenta-se sobre certa ideia de nacionalidade brasileira que privilegia a participação das instâncias oficiais e religiosas. Neste sentido, o propósito maior de sua história é mostrar como o Brasil surgiu a partir do papel desempenhado pelas figuras oficiais da corte portuguesa e pelos membros da Igreja Católica. Na dimensão propriamente narrativa do texto, as considerações sobre as produções literárias vêm, normalmente, a reboque da narrativa do processo político. Longe de significar problema formal, esta disposição confere unidade ao conjunto, na medida em que se presta a uma representação homogeneizadora dos fatos relativos à história do Brasil, que surge como herdeiro da civilização portuguesa na América, e na medida em que interpreta a literatura feita aqui como consequência desse processo de adensamento civilizacional.

Contudo, a respeito do nacionalismo, é preciso fazer-se alguma distinção entre seus significados na construção da narrativa e na apreciação das obras literárias. De fato, pode-se notar que, quando se propõe a comentar as obras de literatura, Wolf atualiza de modo mais frequente, não as ideias subjacentes à trama de sua narrativa, que são relativas ao papel das instâncias oficiais e eclesiásticas, típicas do campo histórico. Em seu lugar, atua a simbologia

ligada ao ambiente americano, que grassou no campo literário. Embora em alguma medida se faça menção ao papel desempenhado pela igreja e pelas figuras da administração, os elementos de realismo que funcionam como parâmetro de avaliação específico das obras literárias são buscados sobretudo na referência à fauna e à flora, conforme a tradição inaugurada por Ferdinand Denis. Assim, o que se nota é que Wolf opera com duas ideias distintas e, como ficou dito, conflitantes em certo sentido; no entanto, como as faz atuar em níveis diferentes de sua obra, acaba produzindo certa harmonia que consegue agradar a ambos os lados. Vale lembrar que *Le Brésil Littéraire* foi traduzido do alemão por ordem do Imperador D. Pedro II, e foi adotado pelo colégio que levava o nome do monarca. De toda maneira, as obras que revelam simpatia pelos poderes oficiais ou que trazem a simbologia nacionalista da época são justamente as mais bem apreciadas pelo historiador austríaco.

Entre os poetas do século XVIII, por exemplo, elogia certa tendência a tratar de assuntos nacionais; e os reparos que faz estão vinculados ao pendor em imitar os modelos estrangeiros. Assim, sobre a “Fábula do Ribeirão do Carmo” e o “Vila Rica”, de Cláudio Manuel da Costa, o comentário não deixa de trazer um tom de lamento, por serem as únicas obras em que o poeta apresenta os símbolos da nacionalidade, que, neste caso, referem-se principalmente à descrição da natureza.

Cette poésie, inspirée par un patriotisme un peu trop élogique, mais qui contient quelques belles descriptions, ainsi qu'un poème nommé Villa-Rica, sont presque les seules productions de Claudio Manoel où il se montre poète brésilien, tandis que dans les autres les éléments portugais et italiens ont complètement mis dans l'ombre les nationaux. (WOLF, 1863, p. 65)

Mais adiante, desdobrando o mesmo raciocínio sobre Cláudio, aponta os limites de sua obra e a contribuição que teria trazido à literatura brasileira:

Ses oeuvres se composent par conséquent surtout de sonnets, de cantates, de chansonnettes, d'épigrammes, etc. Si elles ne s'élèvent guère pour les sujets et le ton au-dessus du cercle d'idées de la poésie pastorale, le naturel et la douce mélancolie qui y percent partout, et leur versification harmonieuse, les rendent pourtant supérieures à la plupart des productions analogues du temps. (WOLF, 1863, p. 66)

Nas passagens transcritas acima, encontra-se o típico comentário motivado pela ideia de nacionalismo de acordo com a fórmula consagrada por Ferdinand Denis e que teve larga aceitação no âmbito da literatura. Junto a este tipo de comentário, há outro, motivado, ao que parece, pela ativação da ideia nacionalista conforme a que grassou no campo da história. É o caso, por exemplo, dos religiosos que realizaram aquilo que Wolf chama de renascimento do elemento cristão na poesia brasileira, a saber: Sousa Caldas, São Carlos e **Elói Ottoni**. Neste caso, não é a simbologia nacionalista relativa à natureza que se faz presente, mas a que se

reconhece nas instituições oficiais e na Igreja. Assim, estes três religiosos são julgados como fatores positivos da nacionalidade por expressarem o elemento cristão da literatura brasileira. Aliás, é significativo, neste caso, que Wolf sequer mencione Frei Caneca, ilustre combatente do regime imperial, que aparecerá nas obras de história da literatura brasileira posteriores. Ilustre-se o tipo de comentário promovido pelo nacionalismo vigente no campo da histórica com uma passagem em que trata de Sousa Caldas:

Les poésies de Caldas occupent un rang éminent dans l'histoire de la littérature brésilienne, non seulement pour leur valeur poétique absolue, mais surtout parce que leur auteur osa le premier si ce n'est dans la forme, du moins dans le fond, se délivrer des entraves du classicisme et se produire ouvertement comme poète chrétien. On remarque à chaque pas que ce sont la Bible et les inspirations sublimes des Pères de l'Église. (WOLF, 1863, p. 88)

Além do privilégio conferido ao nacionalismo, há o destaque não menos significativo das figuras dos autores. A maior parte do texto escrito por Wolf é formada pelas biografias dos autores, que não raro parecem arroladas sem qualquer cuidado formal, mas que, além de evidenciar o grau de internalização do sentimento nacionalista pelos escritores ao longo do tempo, se prestam a apontar o grau de importância que o historiador atribui à obra. Normalmente, os autores cujas vidas tenham sido mais agitadas ou os que mais notoriedade tenham obtido pela crítica são aqueles que mais espaço ocupam no texto. Embora isso se possa justificar, em alguns casos, pela maior quantidade de informações disponíveis a respeito de certos autores, não deixa, em outros momentos, de revelar um julgamento atribuído pelo historiador. É notável, neste caso, a maneira pela qual a pena de Wolf se deixa levar no comentário das obras de Gonçalves de Magalhães e de Porto-Alegre, que de tão extenso parece denunciar certa retribuição de favores do historiador vienense àquelas figuras.

Mas, colocando-se de parte os possíveis favorecimentos feitos por Wolf, é preciso ressaltar que a biografia também é elemento que se insinua no comentário da obra. Embora possa ser interpretado como demonstração de mera erudição no caso dos escritores considerados menos importantes, o levantamento biográfico presta-se a compor também uma imagem prévia do que se diz da obra de determinado autor. Por exemplo, ao tratar de Gregório de Matos, Ferdinand Wolf ativa todo um repertório de anedotas baseadas, ao que parece, nas próprias sátiras, que sugere o poeta como uma pessoa desequilibrada, desleixada, de índole satírica, capaz de produzir versos com facilidade, e o projeta no comentário absolutamente genérico que tece sobre a obra:

Nous voyons par la vie de Gregorio qu'il était né poète et que c'était pour lui un besoin irrésistible de prouver son génie satirique; c'est pourquoi aussi ses poésies ont toutes plus ou

moins le caractère d'improvisations, de saillies, d'épanchements subits, souvent d'une grande simplicité, souvent aussi trop spirituels. Mais la diction de Gregorio n'est rien moins que choisie; la forme est négligée quoique la versification soit facile; il tombe enfin souvent dans le trivial. (WOLF, 1863, p. 18)

A primeira frase do trecho citado não deixa dúvidas: a vida e a obra são uma e a mesma coisa para Wolf. Não é de se admirar, portanto, que *Le Brésil Littéraire* seja sobretudo repositório de biografia de autores. Dispensando-se o trabalho de se trazerem mais exemplos desse modo de entender a obra pela vida de seu autor, é preciso dizer-se que, diante de todas essas pressões, muito pouco sobra para a análise ou comentário das obras literárias em si. A ideia de história pressuposta por Wolf inviabiliza a interpretação dos textos literários, ainda que se trate de uma história literária: cabe ao historiador apenas relatar o que pode ser documentado, ir além disso não lhe compete. De imediato, isso faz com que sua atenção seja lançada antes sobre os autores e sobre as informações que se têm de sua sociedade do que sobre os próprios textos. Neste ponto, o pressuposto do fazer histórico alia-se à concepção de literatura como representação da realidade empírica e expressão do gênio: a crença de que, ao se conhecer o homem e a realidade por ele representada, tem-se acesso ao sentido de sua obra literária implica desprezo pelo próprio texto. A rigor, este acaba sendo tratado igualmente como documento, como uma testemunha daquilo que se afirma sobre quem escreve e sobre o mundo inscrito no texto.

Sendo assim, não é à toa que o procedimento adotado por Wolf para referir-se às obras seja justamente o emprego da paráfrase e do resumo das obras literárias. Embora se possa reconhecer que, ao dizer com suas palavras aquilo que os escritores já tinham expressado em suas obras, Wolf não deixa de produzir interpretação, o fato é que a leitura assim feita quase não procura propor sentidos que já não se encontrem manifestos. Ao contrário disso, procura fazer-se apenas de eco dos textos que aborda. Obviamente, isso não o impede de fazer reparos às obras que arrola, como se dá em relação a Tomás Antônio Gonzaga, eternamente criticado por não ser completamente brasileiro. Mas, neste caso, o que Wolf faz é antes denunciar aquilo que lhe parece erro do que procurar-lhe um sentido. Tomem-se apenas palavras dedicadas a *Marília de Dirceu*, que ilustram bem o que Wolf é capaz de dizer efetivamente dos textos que aborda:

Marília de Dirceu est le titre de son recueil poétique, divisé en deux parties comme celui de Pétrarque. La première contient les poésies antérieures à l'emprisonnement du poète; elles chantent ses amours, la beauté de Marília et le bonheur dont jouit son berger. La seconde, composée en prison et écrite sur des matériaux dont la nécessité lui avait appris l'usage, renferme des plaintes adressées à son amant. Il y déplore son bonheur perdu, proteste de son innocence, dépeint son état, et assure que l'idée d'être aimé l'a seule, empêché de recourir au

suicide. Il se console en pensant que son innocence éclatera tôt ou tard, et que dans tous les cas ses chants rendront immortels son amour, son nom et celui de Marilia (WOLF, 1863, 69)

Nada do que se diz no trecho seria refutado pela leitura do poema. Assim, o que se faz é repetir o que já está no texto em um estilo menos trabalhado. Não há necessidade de se ilustrar com outros exemplos, além desse, o modo de abordagem das obras literárias empreendido por Wolf. Mais importante é reconhecer que, ao limitar a apreciação ao resumo, as histórias da literatura parecem sugerir que o conhecimento do texto literário é dispensável. Ademais, o procedimento não é exclusivo do historiador austríaco e, no caso da historiografia, literária brasileira ainda hoje, a século e meio de distância, não deixa de gerar frutos. O que fez Wolf foi o padrão do gênero, embora as diferenças para aqueles que o sucederam não devam ser desprezadas, exatamente por indicarem a capacidade que o gênero tem de assimilar ideias e submetê-las a suas regras.

2. A HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA, DE SÍLVIO ROMERO

2.1. Geração de 1870 e ruptura

Se *Lé Brésil Littéraire* teve o mérito de ser o primeiro estudo de feição mais completa para sua época sobre a literatura brasileira, é verdade também que o momento de seu aparecimento foi próximo ao ocaso da hegemonia das condições que contribuíram para que viesse à luz. O Império só veio abaixo em 1889, mas, apenas cinco anos após publicação da história literária de Wolf, começaram a vir à tona as ideias que negariam ou desconheciam a herança do erudito vienense. Os anos finais da década de 1860 ficaram gravados na história do país pela proposta de ruptura com a sociedade vigente até então. Ruptura que se deu, segundo os que viveram aqueles anos, e conforme toda tradição historiográfica brasileira, em todos os âmbitos daquela sociedade. Sílvio Romero anota:

Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas, o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários, a mais indireta opugnação; o Romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe feliz que havia acabado com o caudilhismo nas províncias e na América do Sul e preparado a engrenagem da peça política de centralização mais coesa que já uma vez houve na história em um grande país. De repente, por um movimento subterrâneo, que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez. (apud BARBOSA, 1974, p. 28-29)

Ao que parece, para boa parte da inteligência brasileira que viveu aqueles anos, a insatisfação com o Império era grande, expressando-se na crítica à situação política e à escravidão, sob a bravata da propaganda republicana. Correlatamente, sob o ponto de vista cultural, a percepção de que a condição do exercício do trabalho intelectual era precária¹² traduzia-se na recusa de qualquer pensamento que pudesse ser associado ao Império, e na

¹² Segundo os intelectuais brasileiros da época, um dos maiores problemas do país era a ingente taxa de analfabetismo, que, de acordo com o censo de 1877, chegava a 70%. A síntese do problema aparece, por exemplo, em José Veríssimo, ao comentar a fundação de uma sociedade para a profissionalização da atividade de escritor no Brasil: “para que haja escritores [...] é preciso que haja leitores, porque ninguém escreve só pelo prazer de ler a sua prosa ou as suas endeiças, e para que haja leitores é preciso que exista quem saiba ler.” (VERÍSSIMO, 1978b, p. 257-258). De fato, isso impactava na atividade intelectual de diversas maneiras, já que, por sua natureza, tem como público o leitor. Em primeiro lugar, pela precariedade da condição em que se via o escritor ao negociar o produto de seu trabalho. Por exemplo, Regina Zilberman e Marisa Lajolo informam, a respeito de Machado de Assis, que, mesmo “no auge de seu prestígio, em torno do anos 90 do século passado, o preço de seus originais mantém-se igual; e [que] ... nunca recebeu percentual por venda de livros, sendo obrigado a se desfazer dos direitos e a produzir novos textos para receber mais dinheiro.” (ZILBERMAN.; LAJOLO, 1996, p. 95). Em segundo lugar, a falta de público leitor repercutia na qualidade da própria obra, pois, sendo pequeno o número de leitores e precária a instrução pública, o escritor “raro diz[ia] alguma coisa que val[esse] a pena ouvir” (VERÍSSIMO, 1978a, p. 253).

busca de novas filiações intelectuais. As acusações de impropriedade à filosofia católica e sua base metafísica, bem como a aproximação com outros centros de irradiação de cultura e conhecimento (como a Inglaterra e a Alemanha), são comportamentos que convergem para a superação do legado monárquico.

Essa nova inteligência que começa a emergir, em boa parte formada por membros oriundos de segmentos sociais não tão dependentes do favor oficial, volta-se contra tudo o que possa representar o poder do Império. Assim, aqueles que se mostram insatisfeitos com o estado de coisas vigentes atacam, sobretudo, a colonização, a escravidão, a centralização, a corte e a Igreja, na medida em que simbolizam uma “herança maldita” de Portugal. A postura do intelectual vai ser prioritariamente de crítica, de oposição. Com efeito, nos anos finais da monarquia, o Império e o que se relacionava com ele passaram a ser alvo dos ataques de segmentos insatisfeitos da sociedade. Nesse sentido, mesmo a continuidade da monarquia na pessoa de um imperador diretamente ligado a Portugal gerou certo mal-estar na geração de 1870, para quem a “legitimidade alcançada pelos construtores do Estado nacional, quando optaram pelo regime monárquico, teve sempre o jeito de uma legitimidade imposta não só pelo alto, mas estrangeira, no sentido de indiferente aos movimentos mais gerais da sociedade.” (IANNI, 1994, p. 20). Por certa linha de conduta combativa que surge nos anos finais do século XIX espalhando-se até a terceira década do século XX,

crítica[-se] de modo frontal a política, a sociedade, a administração, o pensamento dominante. Quanto a este, procura-se mostrar sua inadequação à realidade brasileira: o Brasil seria fruto de modelo elaborado em outro mundo, em outro meio, com a conseqüente desadaptação ao real, origem das frustrações nacionais. (IGLESIAS, 2000, p. 96)

Desse modo, toda essa ebulição vai configurar um novo tipo de nacionalismo comprometido com outra ideologia, que não se confunde mais com aquele vigente nas quatro primeiras décadas do regime monárquico. Em lugar da concepção monarquista do Brasil, a geração de 1870 “quer reinterpretar a história brasileira, privilegiando não mais o Estado imperial [...] mas o povo e a sua constituição étnica” (REIS, 2000, p. 89). Neste sentido, embora se considere a predominância do elemento português na formação do povo brasileiro, ele já não aparece sozinho. O brasileiro já não é o herdeiro do português, mas uma mistura deste com o negro e com o índio. Valorizava-se, portanto, uma compreensão do país como uma construção coletiva, em detrimento da ideia de que o Brasil era produto do segmento português instalado nas instituições oficiais. De fato, o pensamento nacionalista de então pregava a profunda autonomia e independência da antiga colônia em relação ao colonizador.

Reconhecia-se de bom grado o fato de Portugal ter introduzido o Brasil na cultura do Ocidente, mas se negava legitimar-se qualquer intenção de caracterizar o brasileiro como um herdeiro do português.

Diante disso, colocavam-se, então, para os intelectuais, duas questões correlatas assumidas como necessidade, inclusive pelas gerações posteriores: de uma parte, destacava-se a necessidade de se conhecer realmente o Brasil; de outra, propunha-se a atualização do Brasil com o que se passava na Europa. Atitudes inadiáveis diante do quadro que se divisava, significaram sobretudo a incorporação, a adaptação e a aplicação de diversas teorias de origem europeia, inspiradas pelo pensamento científico, para a compreensão e modificação da realidade brasileira, uma vez que era na ciência que se depositava a esperança de corrigir os males que assolavam a nação.

Foi, de fato, a partir de meados do século XIX que este tipo de pensamento deu entrada no Brasil, quando o positivismo de Augusto Comte começou a ser incorporado pelos alunos da Escola Militar. Neste contexto, a introdução e a aceitação do positivismo pelos intelectuais brasileiros correspondem a certo anseio em ter contato com um pensamento filosófico e moderno, inexistente no país. É esse o entendimento que propõe João Camilo de Oliveira Torres, ao anotar que:

O positivismo surgiu no Brasil para preencher uma lacuna, a que fôra aberta em nossa cultura pela ausência de uma filosofia elaborada racionalmente e segundo critérios seguros. Era uma concepção uma concepção do universo e dos valores, elaborada sistemática e rigorosamente e, ao tempo, irrefutável. Ora, nós não possuímos então nem ao menos uma teoria do estado exequível, quanto mais uma posição filosófica séria e estável.

Possuindo, além disso, o positivismo um grande e acentuado poder construtivo, falava muito de perto a tendências profundas da alma brasileira... (TORRES, J. C. de O, 1943, p. 49)

Se o positivismo falava de perto à alma brasileira, era justamente porque a inteligência brasileira via nele a marca de um discurso filosófico que lhe interessava. Por isso, assim como acolheu o positivismo, abriu-se também a outras teorias como o darwinismo e o evolucionismo, que traziam o mesmo espírito. Aliadas do primeiro, as teorias raciais de cunho darwinista e evolucionista fizeram parte do repertório filosófico dos intelectuais desde a segunda metade do século XIX, propagadas pelos membros dos museus naturais, dos institutos históricos, das faculdades de direito e de medicina. Sua penetração por diversas atividades da vida cultural brasileira indica o forte pendor da inteligência para a implementação de um discurso filosófico no país.

Cabe destacar, porém, o caráter desse tipo de filosofia inspirada na ciência que se introduziu no Brasil em meados do século XIX e se expandiu a partir da década de 1870. Ao

assumir a necessidade de se conhecer e atualizar o país com o que se fazia na Europa, a inteligência brasileira poderia ter-se aproximado de diversos modelos explicativos da realidade. Neste sentido, se “entre Marx, Comte e Spencer, escolhem-se os dois últimos”, é justamente porque o pensamento deles ajudava a “estabelecer um conjunto de identidades, leis e semelhanças” (SUSSEKIND, 1984, p 53). Ao lado dessa seleção, um aspecto importante desse espírito cientificista que se espalhou no país àquela época é o seu caráter mais ou menos superficial, na medida em que se formou antes a partir de obras de vulgarização e da literatura do que de pesquisas mais avançadas. Ora, sabe-se que o “que se valoriza[va] nesse momento [...] não era tanto o avanço científico, entendido enquanto incentivo a pesquisas originais, e sim uma certa ética científica, uma ‘cientificidade difusa’ e indiscriminada.” (SHWARCZ, 2001, p. 30); que os intelectuais consumiam antes os “manuais e livros de divulgação científica do que obras ou relatórios originais” (*idem*, p. 30); e que a “moda cientificista entr[ou] no país por meio da literatura e não da ciência mais diretamente”, de uma literatura, aliás, cujos heróis e enredos “pareciam guardar mais respeito às máximas científicas evolutivas do que à imaginação do autor” (*idem*, p. 32). Mesmo o positivismo, que largamente circulou pelo país, não era assimilado pela leitura da obra de Augusto Comte, mas pela de seus discípulos¹³. Em suma, na ausência de uma especulação e de uma produção propriamente científica no país, era um cientificismo retórico [...] que se difundia sobretudo no senso comum.” (SCHWARCZ, L. M, 2001, 34), ou seja, uma “espécie de idolatria pela ciência, desprovida de senso crítico” (COSTA, 1967, p. 282).

É verdade que a ampla aceitação do espírito científico e o modo pelo qual se espalha o tipo de filosofia dele originada não deixam de revelar que a inteligência brasileira estava bastante empenhada em encontrar uma solução para os problemas do país, e que via nela a resposta para suas questões. No entanto, tendo em vista os próprios modos de aceitação e difusão dessas teorias, não se pode descartar que o encanto geral pela ciência esteja ligado, não só a um sentido de urgência em atualizar o país, como também ao caráter simples e fácil que as doutrinas científicas emprestavam a este processo. O próprio positivismo, em sua ânsia de esquematizar e reduzir os fenômenos a um racionalismo empirista, foi efetivamente uma teoria simplificadora da realidade, na medida em que visava alcançar um método capaz de solucionar problemas de natureza diversas. Neste sentido, o positivismo agradava duplamente à inteligência brasileira, uma vez que dispunha “de um receituário, de algumas fórmulas

¹³ João Camilo de Oliveira Torres não deixa de apontar que os principais adeptos do positivismo no Brasil, os fundadores da Igreja Positivista, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, estudantes no ano de 1874, “aproximaram-se de Augusto Comte e de suas doutrinas, interpretadas segundo Littré, como geralmente acontecia.” (TORRES, 1943, p. 51).

milagrosas que poupavam ao pensamento o desperdício de uma energia bastante útil para a conservação e o aperfeiçoamento da vida” (CANABRAVA, 1943, p. 9), e era “uma filosofia em que as soluções eram mais abundantes do que as alternativas problemáticas” (*idem*, p. 9); juízo que, aliás, pode ser estendido para as outras variedades de teorias científicas desposadas pela inteligência no país.

Cabe, contudo, reparar que o cientificismo importado pelos intelectuais daquela época não pode ser visto *somente* como um revestimento modernizante perverso que no fundo legitimava estruturas sociais conservadoras e patriarcais, como o foi o liberalismo burguês adotado pelos escravocratas. Este aspecto, que realmente não faltou, deve ser entendido junto ao esforço da inteligência na direção de tentar equiparar a produção intelectual brasileira à europeia pela adoção de uma atitude científica que, em verdade, também foi adaptado para dar conta de atender às expectativas daquela inteligência. Por causa disso, tal atitude não pode ser reduzida a mais uma das “ideias fora do lugar”¹⁴, já que não só correspondeu à crença efetiva da inteligência na produção de um pensamento moderno, como foi adaptado às circunstâncias do país.

Seja como for, aqueles dois imperativos de conhecer e modernizar o Brasil, que pesavam sobre a inteligência da época, foram conduzidos por uma só trilha, como vontades complementares. Por um lado, implicaram uma modificação significativa na ideologia nacionalista na medida em que produzia um Brasil cuja imagem não se confundia somente com a corte, nem com uma continuidade de Portugal, pois o brasileiro não deveria ser confundido com o descendente do português que vivia no Rio de Janeiro, senão que com um povo distinto, formado pela mistura de raças. Dessa forma, embora não se abalasse de modo pleno a percepção de que aos portugueses cabia o papel mais importante na formação do Brasil, uma vez que foram eles os introdutores da cultura ocidental por aqui, o tipo de pensamento nacionalista presente em obras como a *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, e *Le Brésil Littéraire*, de Wolf, tendia a ser limitado. Por isso, ao lado do reconhecimento da importância da contribuição portuguesa, entendia-se que o Brasil ainda não estava totalmente inserido na cultura do Ocidente, justamente por causa do processo colonizador, encarado como algo extremamente prejudicial.

¹⁴ Aliás, Lilia Moritz Schwarz demonstra com propriedade que as ideias científicas não formam um conjunto homogêneo de teorias mesmo na Europa, que seria o centro de onde emanavam. Não se trata de dizer, portanto, que, “Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias sempre em sentido impróprio” (SHWARZ, 2000, p. 29), pois as ideias sempre são adaptadas ao lugar em que são usadas.

De outra parte, mas sempre na mesma direção, na percepção dos intelectuais da época, o arcabouço cientificista sobre o qual se deveria construir essa revisão das raízes nacionais garantiria o acerto de passos entre o Brasil e a modernidade. Nesse sentido, se o “combate ao antigo regime e certa dose de lusofobia eram aspectos presentes no pensamento brasileiro de todos os que desejavam uma nova sociedade” (OLIVEIRA, 1990, p. 94), o recurso utilizado para a materialização deste desejo era a adoção do discurso científico. Assim, aplicado ao caso brasileiro, este discurso teria a vantagem de permitir a realização dos maiores anseios desta geração, pois seria instrumento eficaz tanto para que se conhecesse o país quanto para que fosse atualizado. E, de fato, entendia-se que a condição para o ingresso do Brasil no mundo civilizado era a introdução e difusão do pensamento científico pela sociedade.

2.2. A geração de 1870 e Sílvio Romero: definição de escopo

A recusa do passado colonial e lusitano, o repúdio ao catolicismo que o apoiava, a valorização do povo e a adoção da postura e do discurso cientificistas inserem-se numa tendência mais ampla seguida pelos intelectuais que surgiram a partir da década de 1870 com o intuito de conhecer o país e deixá-lo *up to date*. O encaminhamento do processo nessa direção foi proposto de muitas maneiras, com bastantes diferenças de um para outro intelectual. Seria equivocado pensar que, por se dirigirem em um mesmo sentido, tenham percorrido os mesmos caminhos. A grande quantidade de publicações dos intelectuais desse período fornece material suficiente para perceber a limitação que se faz ao subsumir suas realizações concretas em esquemas, por natureza, simplificadores.

Um dos promotores dessa mudança, Sílvio Romero, produziu vasta obra de oposição a tudo que remetesse à sociedade imperial. De fato, seus textos representam uma das formas da nova ideologia nacionalista que aparece a partir de 1870. Pelo volume e pelo grau de repercussão que teve ainda em sua época, pode-se dizer que, mais do que um crítico do regime e de suas manifestações, o escritor sergipano expressou uma das principais linhas de pensamento do grupo de intelectuais que, a partir daquela década, vai assumir a dianteira da inteligência brasileira. Por ter participado intensamente no ataque ao estado de coisas que existia no Brasil ao fim do período imperial, e por ter promovido muitas das ideias que iriam dominar a vida cultural brasileira até a década de 1930, sua obra oferece um bom ponto de referência para entender a nova ideologia nacionalista que se afirma.

Reconhecendo certa precariedade existente em leituras esquemáticas em contraste com a riqueza das obras de Sílvio Romero, é preciso não perder de vistas que, para a realização da proposta deste trabalho – abordar comparativamente algumas histórias da literatura brasileira –, as simplificações não podem ser desprezadas, sob pena de o tratamento do assunto tornar-se inviável. Além desse, outros dois motivos podem ser arrolados para o fato de não se fazer a análise da obra de Sílvio Romero em sua totalidade: em primeiro lugar, porque outros já o fizeram (em especial Antonio Candido); em segundo lugar, por entender-se que, em sua *História da Literatura Brasileira*, há uma espécie de resumo de sua concepção de identidade nacional e de suas opções teóricas. Obviamente, no segundo motivo, está uma interpretação da seguinte declaração do autor sergipano sobre a *História da Literatura Brasileira*:

Esta obra contém duas partes bem distintas; no primeiro livro indicam-se os elementos de uma historia natural de nossas letras; estudam-se as condições de nosso *determinismo* litterario, as applicações da geologia e da biologia ás letras.
Nos demais livros fazemos a traços largos o resumo histórico das quatro grandes phases de nossa litteratura. (ROMERO, 1888, I, 11)

Antes de se prosseguir, no entanto, é necessário prestar alguns esclarecimentos sobre a edição adotada para a realização deste estudo, tendo em vista a existência de alterações significativas entre algumas versões do texto que veio a lume primeiramente em 1888. Em primeiro lugar, vale chamar atenção para o fato de que partes da obra publicada naquele ano não era inédita. Além do aproveitamento de trechos de livros publicados antes daquele ano, a *História da Literatura Brasileira* incorpora, nas partes chamadas de “Livro I” e de “Livro II” e “Livro III” trabalho aparecido em 1882, na forma de livro, com o título *Introdução à História da Literatura Brasileira*. Aliás, de acordo com Antonio Candido, este último texto já tinha aparecido “nos números que formam os volumes 8, 9 e 10 da *Revista Brasileira* (2ª fase), em 1881” (CANDIDO, 2006, p. 104).

Quanto à obra de 1888, vale dizer que ao “Livro I” foram incorporados os seis primeiros capítulos da publicação de 1882, além do texto preliminar que os precedia. A esses Sílvio Romero acrescentou outros dois correspondentes aos capítulos II e VII da primeira edição da *História da Literatura Brasileira*. O “Livro II”, por sua vez, é formado pelos capítulos VII, VIII e IX da *Introdução à História da Literatura Brasileira*, que ali passam a ser denominados capítulos I, II e III. Por fim, o “Livro III” contém os capítulos X, XI e XII da obra de 1882, igualmente renomeados para capítulos I, II e III, acrescidos de outros sete, num total de dez capítulos.

O ponto mais importante é que os capítulos que integram o chamado “Livro I” são a parte em que o autor expõe as condições do que chama de determinismo literário brasileiro. Na versão de 1882, esta era uma parte mais teórica, por assim dizer, da obra, formada por sete capítulos, aproveitados na versão posterior. Na versão de 1888, junto aos capítulos originais, que sofreram algumas mudanças de ordenação, apareceram outros dois em que são discutidas algumas teorias sobre a origem dos povos americanos e sobre o clima do Brasil¹⁵. De toda forma, as alterações nos capítulos remanescentes não refletem mudanças nas ideias apresentadas pelo autor entre uma e outra edição; sugerem apenas uma reorganização das ideias a serem apresentadas, pois o que Sílvio Romero faz é trocar a posição dos capítulos. A respeito dos “Livros II e III”, as alterações limitam-se basicamente a trocar a numeração que apresentavam em 1882.

A verdade é que a obra de 1882 corresponde a uma parte da edição de 1888, embora se possa perceber ali estarem contidas as principais ideias do historiador. De fato, ao que parece, a grande diferença entre a *História da Literatura Brasileira* e a *Introdução à História da Literatura Brasileira* está no fato de que a primeira traz mais capítulos do que a segunda, já que as ideias centrais, entretanto, são mantidas e orientam o trabalho de ampliação daquele texto-base, por assim dizer, que apareceu no início da década. Entretanto, em que pese esta proximidade, acredita-se que a *História* seja mais proveitosa para o presente estudo, pois a ampliação do texto implicou o desdobramento da narrativa que se interrompe ao final da *Introdução*, permitindo que se vejam as consequências das posições ideológicas assumidas pelo autor.

¹⁵ Apresenta-se aqui o sumário da edição de 1888, da *Historia da Litteratura Brasileira*, correspondente ao Tomo I, apontando-se as mudanças ocorridas em relação à *Introdução Historia da Litteratura Brasileira*, de 1882:

LIVRO I. Factores da Litteratura Brasileira - Capitulo I: Trabalhos estrangeiros e nacionaes sobre a litteratura brasileira. Espirito geral d'este livro (texto preliminar na obra de 1882); Capitulo II: Theorias da historia do Brazil (acrescentado na obra de 1888); Capitulo III: A philosophia da historia de Buckle e o atrazo do povo brasileiro (acrescentado na obra de 1888); Capitulo IV: O meio. Physiologia do brasileiro (capítulo II na obra de 1882); Capitulo V: A nação brasileira como grupo ethnographico e producto histórico (capítulo I na obra de 1882); Capitulo VI: Raças que constituíram o povo brasileiro; O mestiço (capítulo III na obra de 1882); Capitulo VII: Tradições populares. Cantos e Contos anonymos. Alterações da lingua portugueza no Brazil (capítulo V na obra de 1882); Capitulo VIII: Relações economicas. As instituições politicas e sociaes da colônia e do império (capítulo IV na obra de 1882); Capitulo IX: Psychologia nacional. Prejuizos de educação e políticos. Imitação do estrangeiro (capítulo VI na obra de 1882) / LIVRO II. Primeira época, ou periodo de formação (1600 - 1750) – Capitulo I: Estado do paiz. Poetas e chronistas do século XVI (capítulo VII na obra de 1882); Capitulo II: Escola bahiana. Chronistas, oradores e poetas do século XVII (capítulo VIII na obra de 1882); Capitulo III: Poetas e escriptores da primeira metade do século XVIII (capítulo IX na obra de 1882) / LIVRO III. Segunda época, ou periodo de desenvolvimento autonomico (1750 - 1830) - Capitulo I: Escola mineira: poesia épica (capítulo X na obra de 1882); Capitulo II: Escola mineira: poesia comico-satyrica (capítulo XI na obra de 1882); Capitulo III: Escola mineira: poesia lyrica (capítulo XII na obra de 1882); Capitulo IV: Oradores sagrados; poesia religiosa e patriótica (acrescentado na obra de 1888); Capitulo V: Bellas-Artes (acrescentado na obra de 1888); Capitulo VI: Sciencias naturaes (acrescentado na obra de 1888); Capitulo VII: Últimos Poetas clássicos (acrescentado na obra de 1888); Capitulo VIII: Poetas de transição entre clássicos e românticos (acrescentado na obra de 1888); Capitulo IX: Historiadores (acrescentado na obra de 1888); Capitulo X: Economistas, Jurisconsultos, Publicistas, Oradores Lingüistas, Moralistas, Biographos, Theologos e Litteratos (acrescentado na obra de 1888)

Embora se justifique a escolha da obra de 1888 por sua dimensão em relação à publicação de 1882, vale dizer que esta decisão não se respalda só neste argumento. Com efeito, algumas edições posteriores à primeira trazem volume bem maior, mas não foram tomadas como referência. Da terceira à sétima edições, publicadas pela ordem, em 1943, 1949, 1953, 1960 e 1980, respectivamente, a *História da Literatura Brasileira* ganha dimensões monumentais: passa a ser publicada em cinco volumes, com uma ampliação significativa no número de páginas totais, ao que se deve juntar a dimensão maior das páginas e a diminuição do tipo utilizado na impressão. Nesse sentido, não seria absurdo dizer que a obra ganha dimensões verdadeiramente gigantescas.

Todavia, é importante salientar que os acréscimos que ocorrem naquelas edições não se deram propriamente no sentido ampliar o conteúdo da obra de 1888. Ao contrário disso, o que se fez foi unir sob o título *História da Literatura Brasileira* produções diversas de Sílvio Romero. Com efeito, ainda que os textos adjungidos tenham relação temática com o livro de fins do século XIX, o fato é que, a princípio, não fizeram parte do mesmo projeto editorial. Sendo assim, o teor da primeira edição ficou profundamente alterado, a partir da que veio a público em 1943. As palavras de Néelson Romero, responsável por esta edição – que, aliás, terá sua forma mantida até a 7ª – logo no início do “Prefácio” à terceira edição são claras a este respeito. Leia-se:

Para dar uma nova edição da História da Literatura de Sílvio Romero, ou havia de limitar-me à reprodução exata dos dois primeiros volumes, aparecidos em 2ª edição em 1902, indicando os trabalhos posteriores do autor, destinados ao 3º volume, ou reuniria êstes trabalhos aos dois volumes, agrupando, no mesmo quadro, a obra mais ou menos completa do historiador. Tomei o segundo alvitre. (ROMERO, N, 1943, p. 9)

A opção, portanto, pela primeira edição, neste caso, justifica-se por se acreditar ser ela a que mais guarda as ideias do autor a respeito da história literária do Brasil. No entanto, a passagem citada logo acima chama atenção para a segunda edição, de 1902, também publicada com conhecimento do próprio historiador. Com efeito, apesar de ter havido alterações no texto de 1902 em relação ao de 1888, o fato é que não há diferença significativa entre ambos, pois as mudanças ou são correções de erros tipográficos, ou restringem-se a questões de estilo, como troca da pessoa verbal ou alteração dos tamanhos dos parágrafos¹⁶. Talvez se pudesse levantar, como argumento para que se recorresse ao texto da 2ª edição, o fato de, no prefácio daquela obra, Sílvio Romero mostrar-se um tanto incerto quanto às

¹⁶ Aliás, foi esta mesma edição a que se reproduziu no sesquicentenário de nascimento do autor, em 2001.

divisões que fez dos períodos da literatura brasileira. Apesar disso, cabe dizer que os limites traçados em 1888 são mantidos em 1902.

Enfim, preferiu-se aqui utilizar a primeira edição da *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, por se acreditar que ela represente melhor o momento histórico que lhe deu origem. Com efeito, é nos momentos finais da vida imperial, em que as ideias científicas e republicanas estão ainda no auge de suas forças, que aquela obra se consolida. E de fato, como, por um lado, a opção pelo texto de 1902 não faria tanta diferença e, por outro, a escolha das posteriores poderia alterar significativa a interpretação daquelas ideias, pareceu ser mais simples recorrer à primeira edição.

2.3. Natureza e nacionalidade: posição de Sílvio Romero

Como ficou dito, as ideias sobre a nacionalidade brasileira no século XIX condensaram-se entre duas versões principais e divergentes. A primeira, cujo sucesso se deu no campo da literatura, configurava a nacionalidade brasileira elevando o meio americano e o índio à condição de expoentes maiores dessa identidade; a segunda, que fez carreira no campo da história, não chegou a desconhecer aqueles dois elementos, mas os subordinou ao poder e à administração imperial, ressaltando a atuação dos portugueses tanto no período colonial quanto no pós-1822. Essas posições, que, em última análise, organizam o debate sobre meio e a raça, eram antagônicas para os intelectuais que viveram as primeiras décadas da independência.

De um modo geral, pode-se dizer que os intelectuais da geração de 1870 inseriram-se neste debate, embora o redimensionassem segundo seus próprios referenciais teóricos. Assim, eles operacionalizaram o debate sobre meio e raça, reordenando-o segundo o discurso cientificista da época. No caso de Sílvio Romero, a incorporação deste debate significou um posicionamento nacionalista mais ou menos contraposto à vertente literária e dissonante da vertente da historiografia anterior. Ao que parece, Sílvio Romero não chegou a considerar a proximidade de suas considerações em relação a essa vertente nacionalista que se formou a partir da história, mas certamente ele manteve algo desse nacionalismo, sem que pretendesse continuá-lo.

Para o pensamento do Romantismo literário, que seguiu as doutrinas de Ferdinand Denis, em geral a natureza era um ponto positivo da nacionalidade brasileira. Não foi à toa que a diversidade dos elementos naturais, o céu azul e claro, etc., fizeram carreira na literatura do país. No âmbito dos discursos da história, a natureza inseriu-se como fator negativo; a este respeito, Wolf, no início de *Le Brésil Littéraire*, menciona o esforço que os colonizadores tiveram de fazer para não se tornarem bárbaros. A partir de 1870, todavia, a crítica literária brasileira retomou a “visão negativa do Novo Mundo como continente quente e úmido” (VENTURA, 1989, p. 25), conforme a teorização feita por Buffon no século XVIII, que caracterizou “o continente americano sob o signo da carência” (SCHWARZ, 2001, p. 46).

Sobre esta retomada, vale destacar, em primeiro lugar, sua adequação ao espírito cientificista da época, que redistribuiu os conceitos ou ideias com que operava a inteligência da geração anterior. Assim, àquilo que os românticos costumavam chamar de clima ou natureza, passou-se a tratar como “meio físico” ou “meio”. Em segundo lugar, à época em que Sílvio Romero publica sua *História da Literatura Brasileira*, o tema era discutido principalmente a partir das considerações de Henry Thomas Buckle feitas na sua *História da Civilização na Inglaterra*. E, de acordo com Buckle, ao contrário do que propusera Buffon, o problema do Brasil estaria justamente nas dimensões desmedidas da natureza, que acaba por intimidar o pensamento e debilitar as forças¹⁷. É, a rigor, o mesmo pensamento com o qual já operava a historiografia brasileira, porém apresentado com uma roupagem científica.

¹⁷ A respeito da questão do “meio físico” na crítica literária da geração de 1870, cabe uma menção a Araripe Jr., cuja tese da “obnubilação brasílica” teve carreira próspera por quase um século. Realmente, no estudo da literatura brasileira, ele dedicou à questão do meio físico atenção especial, promovendo uma espécie de fusão entre as concepções românticas e a cientificista. Com isso, ele, paradoxalmente, conseguiu dar um encaminhamento romântico ao pessimismo da teoria de Buckle sobre a natureza brasileira. A tendência romântica é nítida já na “Carta sobre a literatura brasílica”, publicada em 1869. Nela, Araripe resume toda a argumentação romântica, inclusive no tom entusiasmado, observando que “de uma natureza cheia de esplendores como a da América, dessas florestas seculares, desses rios colossais, não deve por certo surgir senão uma literatura original” (ARARIPE JR, 1958a, I, p. 26), como a que se vê nas obras de Chateaubriand, Fenimore Cooper e José de Alencar.

Mais tarde, em 1882, Araripe, em polêmica travada com Sílvio Romero nos jornais da época, retoma a mesma ideia sobre a natureza, mas agora revestida com aparato conceitual diferente daquele com que trabalhavam os românticos, e com uma linguagem mais científica. Neste caso, a ideia é retomada especificamente para repudiar a posição secundária a que Sílvio tinha relegado a natureza, ou clima, que com nova roupagem passa a ser chamada por Araripe de “meio físico”. Segundo Araripe, o meio “continua[va] a exercer a mesma influência sobre toda a vida terrestre” (ARARIPE JR, 1958c, I, p. 299), e no caso do Brasil seria o elemento mais importante na formação do país.

Mas, dentre seus textos críticos, o artigo publicado em 1887 é, sem dúvida, o mais importante. Nela, mais uma vez, Araripe retorna à ideia da influência do meio físico sobre o espírito do homem. Citando Hippolyte Taine sobre o papel condicionante exercido pelo meio, pela raça e pelo momento, Araripe reconhece que o “crítico, de ordinário, exagera uma das três condições da arte, dando mais importância, ou ao *meio*, ou à *raça*, ou ao *momento*.” (ARARIPE JR, 1956b, I, p. 491), mas aponta que no estudo de cada literatura um dos critérios acaba sobressaindo, de acordo com a sociedade que a produz. Segundo Araripe, para o caso da literatura brasileira, há de ser o *meio físico* o fator decisivo, como propõe com sua tese da “obnubilação brasílica” (ARARIPE Jr, 1956b, I, p. 497): ao se deparar com a natureza do território brasileiro, o colonizador teria tido uma espécie de epifania que o fez esquecer seus hábitos de homem civilizado. Nesse sentido, o meio físico, ao deslumbrar o português e provocar-lhe uma regressão mental, foi decisivo para a formação do país como nação.

Por meio de um vocabulário de aspecto científico, Araripe faz uma reciclagem das considerações românticas sobre a natureza. No entanto, assumindo o entusiasmo romântico pela natureza, é capaz de transformar em elemento positivo o que o discurso científico da época acusava como fator prejudicial ao país. Com Buckle, a natureza é interpretada como um

A posição de Sílvio Romero quanto ao papel da natureza na definição da nacionalidade brasileira pode ser entendida pela comparação com a interpretação feita pela crítica literária de viés romântico e por Buckle. No capítulo III, do livro introdutório de sua *História da Literatura Brasileira*, Sílvio ataca tanto a posição dos artistas românticos quanto a de Buckle. De acordo com o historiador sergipano, a diversidade natural influencia a formação de um povo, mas não é o elemento principal. Quanto aos românticos, mesmo em sua versão atualizada por Araripe Jr., Sílvio Romero é enfático: eles exageraram os atributos naturais e produziram um grande equívoco que deveria ser refutado. A natureza do Brasil em particular não tem nada de monumental nem nos acidentes geográficos, nem nos recursos naturais, nem na fauna ou na flora. Os românticos acreditaram nas descrições do país feitas pelos cronistas e, por isso, acabam deturpando a noção exata que se deve fazer da natureza brasileira. Em suma, a postura romântica, tanto em sua versão original quanto em sua versão atualizada por Araripe Jr., carece de sustentação científica.

Quanto a Buckle, a refutação segue mais ou menos o mesmo caminho: o escritor inglês supervalorizou a influência da natureza, porque acreditou no embuste longo a respeito da exuberância do Novo Mundo. Buckle entende que a grandiosidade da natureza no Brasil foi um obstáculo ao pensamento humano, que não conseguiu progredir: os grandes rios, a vegetação muito variada, os animais ferocíssimos aterram o pensamento. Sílvio Romero pondera que o historiador inglês não conhecia o país e o acusa de não ter sido preciso ao indicar as verdadeiras causas naturais que provocam o atraso do povo brasileiro. De fato, para Sílvio, o “auctor, que nunca visitou o Brazil, foi victima do maravilhoso no inventario dos obstaculos que a natureza nos oppõe” (ROMERO, 1888, I, p. 45). E, para demonstrar a impropriedade das afirmações de Buckle, argumenta que aquilo que escritor inglês “nos apresenta agora como um defeito, nossos românticos, embriagados de prodígios, sempre nos apresentavam como uma excepcional vantagem!” (*idem*, p. 46).

Apesar das ressalvas a ambas as teorias sobre a natureza brasileira, Sílvio faz apreciações bem distintas sobre as considerações apresentadas por Buckle e pelos românticos.

elemento que age como fator de retardamento e regressão dos hábitos civilizados. Nesse sentido, a imaginação mais aguçada não deixa de ser correlata dos prejuízos advindos com a perda desses hábitos. Ora, a ideia aventada por Mme. Stael – repercutida em Denis –, que julga, por exemplo, a literatura do norte melhor do que a do sul, baseia-se justamente na monotonia do clima setentrional em oposição ao clima mais vivo e variado do meio-dia. Quer dizer, a natureza mais viva desperta a imaginação e arrefece a reflexão. Todavia, os românticos brasileiros, com seu entusiasmo, com sua visão mágica da natureza, seguiram as ideias da baronesa, desconsiderando estas consequências negativas. A “queda psíquica” (ARARIPE Jr, 1956b, I, p. 497) mencionada por Araripe Jr. seria, para os românticos, o deixar-se encantar pelas forças da natureza. Araripe, ao tentar conciliar as duas perspectivas, chega ao paradoxo de afirmar que essa “queda psíquica” foi boa porque permitiu ao português adaptar-se ao meio brasileiro. Em outras palavras, essa “regressão ao tipo mental imediatamente inferior” (ARARIPE Jr, 1956b, I, p. 497) foi o que gerou o brasileiro.

Para ele, não se pode confundir os dois tipos de reflexões sobre a natureza, pois o problema dos românticos estava não só na valorização da natureza, mas também na maneira pela qual o faziam: a crítica romântica destacava a importância da natureza, mas o realizava de modo entusiástico, sem proceder cientificamente. Por outro lado, se o autor da *História da Civilização na Inglaterra* dá um peso impróprio ao “meio físico”, não abre mão da linguagem científica, e só por isso, merece alguma consideração. Sílvia concorda com Buckle quanto ao fato de que o clima no Brasil é um empecilho ao desenvolvimento da nação, pois, de fato, o calor e a umidade causam “certo abatimento intelectual, uma superficialidade inquieta, uma irritabilidade, um nevrosismo, um hepatismo que se revela nas letras” (*idem*, p. 53). Dessa forma, o problema de Buckle, quanto à influência daninha do meio americano, estaria em que ele partiu de premissas falsas sobre a grandiosidade da natureza brasileira, em vez de se concentrar num empecilho real. Neste caso, Sílvia Romero acompanha a tendência da maior parte dos intelectuais brasileiros da época. Como resume Renato Ortiz,

As críticas que os intelectuais fazem às teorias de Buckle se referem simplesmente aos exageros, ao pouco conhecimento que o autor inglês tinha do Brasil. Elas não tocam, no entanto, a substância de seu pensamento; aceita-se, sem nenhum conhecimento crítico, o meio como fundamento do discurso científico. (ORTIZ, 1985, p. 18)

Sílvia Romero acredita que o meio físico do Brasil é deletério em muitos aspectos, mas não deixa de apontar elementos que acredita positivos: “o exterior do país é risonho, as montanhas reduzidas e poéticas, e não colossais como as da Índia, por exemplo.” (ROMERO, 1888, I, p. 53). Essa conjugação de fatores acontece porque Sílvia Romero não acredita ser o meio físico um elemento tão relevante na formação da nação. Ora, o “grande prestígio da ciência moderna está no poder de neutralizar as influências deprimentes do mundo exterior.” (ROMERO, 1888, I, p. 53).

De certo modo, a percepção que Sílvia tem da natureza brasileira e de seu papel para a constituição da nacionalidade são muito próximas àquelas que já se encontravam no âmbito da historiografia nacionalista. Seja na sua vertente política com Varnhagen, seja na sua vertente literária com Wolf, a natureza não desempenhava papel relevante para o que se acreditava ser o país. No entanto, a parcela da inteligência a que o autor parece se reportar na parte introdutória da sua *História da Literatura Brasileira* é exatamente aquela mais ligada à literatura.

A respeito da natureza, sua obra de história parece manter a divergência que se formou entre o pensamento dos intelectuais ligados à crítica e à produção literária, de uma parte, e o

entendimento dos intelectuais historiadores. Essa manutenção não se dá, contudo, como continuidade, pois Romero parte de um diálogo com outros interlocutores que não são os historiadores locais ou estrangeiros que se dedicaram ao Brasil, como Wolf. Talvez seja possível ver nisso a consequência de uma ruptura que se pretendia tão decisiva com as crenças da historiografia anterior que se lhe negava qualquer espaço mais significativo; talvez seja isso apenas o costumeiro encanto pela produção intelectual da Europa, que “muitas vezes tem como avesso o desinteresse pelo trabalho da geração anterior, e a consequente descontinuidade de reflexão” (SCHWARZ, 1987, p. 94). Seja como for, mais uma vez, o discurso historiográfico despreza o potencial simbólico que a natureza apresentava em certas instâncias do discurso intelectual.

2.4. Modulações sobre nacionalidade e raça

Desprezada a natureza outra vez no âmbito do discurso historiográfico, outra vez a questão da nacionalidade definiu-se a partir da perspectiva racial. A geração de 1870 consumiu e assumiu os discursos racialistas oriundos da Europa com o intuito de explicar o país como nação. Assim como tinham feito Varnhagen e Wolf, Sílvio Romero vai concentrar seu esforço reflexivo sobre o Brasil em termos de raça, apoiando-se então nas teorias vindas do outro lado do Atlântico. Ainda aqui são muitas as semelhanças entre Sílvio Romero e a geração de que pretendia se afastar.

Em primeiro lugar, pode-se destacar sua percepção negativa sobre o índio. Assim como para Varnhagen, também para Sílvio o indígena americano era um povo bárbaro, que estava ainda em um estágio muito atrasado. Em termos de civilização, “A grei cabocla, encarada por todas as faces por que se póde sel-o pela sciencia, à luz de idéas sãs e longe do influxo de caducos prejuízos, achava-se num dos mais remotos degráus da escala da civilisação” (ROMERO, 1888, I, p. 86); seus utensílios eram de pedra e suas as crenças religiosas limitavam-se ao fetichismo. Além disso, sem agricultura ou pastoreio, vivendo da caça e da pesca, eram povos nômades e não tinham povoamento estável. Desse modo, ainda que alguns de seus costumes tivessem certo valor, sobretudo cultural, a rigor, não seriam os elementos mais positivos da nacionalidade brasileira.

Todavia, em Sílvio Romero o desprestígio do indígena não é correlato do receio pelo caudilhismo que se deu entre os territórios de colonização espanhola. Não se trata de

reconhecer no indígena uma força ou símbolo que pudesse promover elementos desestabilizadores da ordem, mas de somente reconhecer-se nele a barbárie. Ao indígena é negado um papel maior na construção da nacionalidade brasileira, mais em razão de sua dessemelhança em relação ao europeu do que pela simbologia rebelde que pudesse carregar. Pode-se dizer que neste ponto Sílvio se aproxima da perspectiva de Joaquim Nabuco, que acusou Alencar de colocar em suas peças elementos inconciliáveis com os hábitos europeus. O que se lamenta no índio é o fato de não ter ele sido um promotor da civilização, ignorando-se seu potencial ícone de dissidência.

A proximidade entre Sílvio e os historiadores que o precederam verifica-se igualmente no reconhecimento atribuído ao português. Dentre as raças que “se encontraram” no território brasileiro, ao português é dado o lugar de destaque, pois a ele “devemos a colonização por uma raça européia, seu sangue e suas idéas, que nos prendem ao grande grupo de povos da civilização ocidental.” (*idem*, p. 74). Mais diretamente, “somos-lhes obrigados pelas idéas políticas e sociaes que nos regem; ainda hoje sua velha legislação civil é a nossa. A ordem religiosa, a política, a jurídica e a social são entre nós obra européia” (*idem*, p. 107). Além disso, devem os brasileiros aos portugueses muitas de suas tradições populares, tanto as que se originaram de sua obra quanto as que, de origem indígena e africana, foram preservadas pela língua do colonizador.

A valorização do colonizador português por Sílvio Romero, contudo, não se confunde com a de Varnhagen-Wolf em todos os pontos¹⁸. O limite estabelecido pelo historiador sergipano é bem nítido: o seu elogio ao português não se identifica com a promoção das instâncias político-administrativas da colônia e tampouco da igreja, às quais, em verdade, são imputados os problemas do país: os grandes latifúndios improdutivos, a alienação do comércio, gerido por estrangeiros ou portugueses, a falta de instrução pública, a exiguidade do mercado editorial, o baixo nível de civilização, etc. De fato, não é como um entusiasta da monarquia que Sílvio Romero reflete sobre o português, mas como um admirador do povo. Ao contrário da linha historiográfica anterior, Sílvio não se interessa pelos prepostos do poder e apenas presta atenção às instituições que eles ocupam quando refletem ou produzem um comportamento identificado como de uma “raça”, cujo significado, além do sentido biológico

¹⁸ José Carlos Reis, falando sobre Capistrano de Abreu exprime numa metáfora aguda a diferença entre o historiador cearense e Varnhagen: “A primeira parte dos *Capítulos de História Colonial* é quase uma síntese de Varnhagen, embora o olhar não fosse mais da caravela sobre o litoral, mas da praia em direção à frota.” (REIS, 2000, 104). É mais ou menos o que se passa com Sílvio Romero e Wolf, com uma diferença entre o historiador cearense e o sergipano. De fato, enquanto o cearense via o brasileiro mais como um resultado da mistura do índio com o português, o sergipano preteria o indígena em favor do negro.

recebe, neste contexto, “uma interpretação sobretudo social” (SHWARCZ, 2001, p. 17): isto é, um agrupamento humano dotado de certas características físicas e morais.

De qualquer modo, não é só pelo fato de retirar o foco das grandes figuras e projetá-lo no povo, por assim dizer, que o historiador sergipano afasta-se das tendências historiográficas anteriores. Além disso, ele alardeia a importância do negro no processo de colonização do Brasil. Martius, na famosa monografia já mencionada, havia dedicado algumas linhas para traçar um conjunto de assuntos relevantes sobre o negro, que um historiador deveria abordar quando fosse elaborar uma história do Brasil. Todavia, a sua observação de que “o Brasil teria tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros” (MARTIUS, 1982, p. 103) foi na maioria das vezes entendida como um lamento.

Com Sílvio Romero, há certa abertura numa direção menos negativa sobre o papel social do negro. Em resposta ao indianismo literário do Romantismo, ele desloca o prestígio do indígena para o negro, apontando ter sido este muito mais participativo no desenvolvimento da nação do que o outro: o negro é que teria sido o verdadeiro parceiro do português na promoção da civilização brasileira, tanto pelo trabalho quanto pela convivência ao lado do branco. Para justificar seu juízo, aponta que muitos negros sabem ler, exercem profissões liberais, são bem sucedidos: o “negro é adaptável ao meio americano; é susceptível de aprender; não tem as desconfianças do índio; pôde viver ao lado do branco, aliar-se a elle” (ROMERO, 1888, I, p. 90). Lançando ideias que serão desenvolvidas quase meio século depois por Gilberto Freyre, Sílvio Romero encontra aspectos positivos na escravidão, que “serviu para ainda mais vincular os pretos aos brancos” (*idem*, p. 108).

Mas, como se disse, a avaliação não chega a ser positiva: apenas não é totalmente negativa. Seria equivocado acreditar que, tendo-se mantido pessimista quanto ao índio, Sílvio Romero fosse extremamente simpático ao negro. Apesar de toda sua força, o negro seria uma raça inferior e sua maior virtude teria sido ser útil ao português no processo de adaptação ao Novo Mundo. Aliás, nem ao português, considerado o melhor dos elementos que formaram o povo brasileiro, pode-se dizer que o historiador seja absolutamente simpático. De fato, a ele não poupa a acusação de ter trazido para o Brasil “seus prejuízos de toda casta, políticos, sociaes, religiosos, econômicos” (*idem*, p. 74-75).

O pessimismo geral de Sílvio Romero ao falar do português, do índio e do negro estende-se para a caracterização que faz do Brasil como nação. Para ele, a nacionalidade brasileira tinha sua expressão máxima na miscigenação e na figura do mestiço. A trajetória do país ao longo do tempo o prova, pois não é ela a história do português, ou do índio ou do

negro; ao contrário, é “antes a historia da formação de um typo novo pela acção de cinco factores, formação sextiaria em que predomina a mestiçagem” (*idem*, p. 7). Sendo assim, todo “brazileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideas” (*idem, ibidem*).

Acontece, porém, que, segundo as teorias desposadas por ele, a miscigenação é uma marca negativa, um sinal de degeneração. Como adverte Renato Ortiz, “O mestiço, enquanto produto do cruzamento de raças desiguais, encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica.” (1986, p. 21). Nesse sentido, o Brasil era tomado como país “‘modelo da falta e atraso’ em função de sua composição étnica e racial” (SHWARCZ, 2001, p. 36). Ora, vale lembrar que tais ideias foram construídas no contexto do imperialismo europeu a cuja promoção serviam. Assim, ao adotá-las, a inteligência brasileira importava também suas apreciações negativas sobre os países periféricos, como a de Buckle, o que se traduziu na elaboração de um quadro pessimista sobre o país.

Sílvio Romero não escapou a certa dose desse fatalismo ao definir o brasileiro típico como um mestiço. Como as raças que se unem para formá-lo são débeis, obviamente não seria um descendente qualificado: “o povo brasileiro é apático, sem iniciativa, desanimado” (ROMERO, 1888, I, p. 24). Não é de surpreender, portanto, que, apesar de afirmar não valer a pena discutir se a mestiçagem é elemento positivo ou não, embora seus juízos variem sobre o que há de vir a ser o Brasil, em termos de raça todas as suas esperanças na melhoria do país estão no aumento da população branca, formulando, então, ideias que seriam glosadas por Oliveira Viana década depois¹⁹. A função do mestiço, neste caso, é servir de apoio à aclimatação do branco, dando a este a capacidade de suportar uma forma de vida tão degradante, até que venha o branco a predominar e eliminar o mestiço.

De toda forma, pode-se perceber, no esforço de Sílvio Romero para encontrar uma saída para o destino fatal reservado ao país pelas teorias racialistas, uma nítida adaptação das teorias europeias. Sílvio utiliza as ideias de superioridade de raça e evolução para pensar uma possibilidade de superação da condição subalterna a que o país estava condicionado, caso elas fossem seguidas ao pé da letra. Neste sentido, elas foram um instrumento pelo qual o autor refletiu sobre a constituição do país. Não parece ter sido simplesmente a transposição de uma teoria moderna para legitimar uma situação efetiva de dominação, como se deu com o

¹⁹ Antonio Candido acha “realmente estranho, e serve para mostrar o mundo de idéias em choque que Sílvio Romero trazia em si, o fato de que, sendo uma das fontes de Gilberto Freyre, a sua obra seja também a precursora do antropossociologismo de Oliveira Viana e sua teoria da branquificação eivada de preconceito racial.” (2006, p. 99). Todavia, ao que parece, não se pode entender que este choque signifique uma contradição na *História da Literatura Brasileira*, pois, em verdade, a valorização do negro nunca é absoluta, e o branqueamento é sempre projetado. Talvez seja possível dizer que Sílvio Romero, na *História da Literatura Brasileira*, represente a síntese de uma intuição ao mesmo tempo racista e patriarcal, ao passo que Oliveira Viana enfatizará o racismo, e Gilberto Freyre, o patriarcalismo.

liberalismo burguês adotado pelos escravocratas brasileiros. Esse pensamento racialista *nem sempre* serviu “de justificação, de natureza ‘objetiva’, para o momento de arbítrio que é da natureza do favor” (SHWARZ, 2000, p. 18), como ocorria com as outras.

De outra parte, à exceção de certos titubeios a respeito da apreciação do mestiço e de sua relação com o branco, Sílvio Romero não parece tão contraditório quanto a outros pareceu. De certa forma, atento à superfície textual, Dante Moreira Leite, ao comentar a obra de Sílvio Romero, parece ter-se deixado levar pela adoção de certas perspectivas que considera incompatíveis, como o seriam os casos do nacionalismo e da cientificidade; das teorias sobre o clima e das teorias raciais. Chegando ao ponto da deselegância de sugerir que o historiador “não tinha recursos intelectuais para opor-se aos mestres europeus”, afirma ter Romero adotado teorias erradas (LEITE, 1983, p. 204). Mas as teorias não estão erradas ou são incompatíveis, caso se considere o fundo histórico em que esta parte do texto é escrita. Ao que parece, para este caso pode ser atribuído o juízo de Antonio Candido sobre os críticos contemporâneos do escritor sergipano, que “se preocuparam demasiado com as suas [de Sílvio Romero] contradições de superfície” (CANDIDO, 2001, p. 15).

Correlato ao problema da miscigenação, Sílvio Romero aborda ainda outro, que se tornou central para a inteligência brasileira: a questão da originalidade da cultura. De acordo com sua interpretação, o brasileiro não tem uma “forma própria, uma individualidade característica, nem política, nem intelectual” (ROMERO, 1888, I, p. 125), senão que copiada de outros países. Imitando as outras nações, em todos os aspectos de sua existência, “o povo brasileiro não pertence ao número das nações inventivas; tem sido, como o português, incapaz de produzir por si.” (*idem*, p. 125-126). Todavia, o problema agrava-se inclusive pela eleição dos modelos que temos escolhidos. Reclama de que, no Brasil, tinha-se tornado hábito adotar tudo o que vinha da França, sejam os costumes, seja a filosofia, seja a literatura ou a política, sob o argumento de ser ela a mais liberal e compreensiva das nações. Em oposição a isso, Sílvio Romero lembra as tendências absolutistas e autoritárias daquele país, coexistentes ainda com certo pendor à indisciplina. A França não lhe parece liberal, mas centralizadora e, por isso, sua posição de modelo só pode ser negativa para o país, que se caracteriza justamente pela diversidade das regiões. Segundo Sílvio Romero, é justamente o hábito de copiar aquele país que acaba difundindo a crença de que o Brasil se resume à corte, ao Rio de Janeiro.²⁰

²⁰ Aliás, na opinião de Sílvio Romero, como na de muitos de seus contemporâneos, o Rio de Janeiro era, na verdade, a menos brasileira das cidades, pois sempre influenciada pela presença estrangeira, mais do que pelas coisas da terra. Não é por acaso que se procure no interior do país, no sertão, os elementos mais apropriados para indicar a nacionalidade brasileira. Basta

Em vez de copiar a França, o país deveria buscar nas terras do norte, isto é, na Inglaterra e na Alemanha, novos alentos para o revigoramento de sua cultura. A filosofia, as ideias dos povos daquelas regiões, no campo da literatura, da matemática, da física etc., seriam as mais propícias para o desenvolvimento da nação. De fato, Sílvio Romero foi um entusiasta do “allemanismo”, que via como alternativa para romper com uma tradição de filiação ao pensamento francês que se expandiu desde o Romantismo. Lembre-se, por exemplo, o quanto os próceres de nosso Romantismo exaltaram a cultura francesa, embora não se possa dizer que o francesismo não tenha sofrido nenhum ataque.

Por fim, à questão da originalidade cabe acrescentar o problema da manutenção da unidade nacional. Como ficou dito, durante o movimento romântico, havia o receio manifesto de que, no Brasil, acontecesse a fragmentação que se deu nos territórios de colonização hispânica. Sílvio Romero também nutre o mesmo sentimento, mas, à diferença de Varnhagen, por exemplo, que via na exaltação do índio um incentivo à dispersão, o historiador sergipano entende que o perigo está no próprio processo de colonização levado a cabo pelos portugueses. A criação de núcleos de povoamento distantes é que constituiria o real perigo à unidade nacional. Tendo em vista a diversidade das regiões e das formações populacionais, os partidários da república devem tomar cuidado para não incentivar o caudilhismo que se instaurou na América hispânica. A rigor, a preocupação é a mesma que tinha Varnhagen, mas motivada por fatores diferentes.

2.5. Uma versão republicana da história literária

Empreender um resumo da narrativa da *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, é complicado. Em primeiro lugar, pela própria dimensão da obra publicada em 1888, que consta de dois volumes de mais de 700 páginas cada um: só isso já exige um grande esforço de síntese. Em segundo lugar, vale destacar que a própria ideia de literatura e o objetivo assumido pelo autor (fazer uma síntese de nossa vida intelectual) transformam-se em um obstáculo. Para Sílvio Romero, a literatura compreende “todas as manifestações da inteligência de um povo” (ROMERO, 1888, I, p. 13), o que significa que, além da poesia,

lembrar, além de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, *Os Capítulos de História Colonial* e *Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, de Capistrano de Abreu, obras em que se destaca o Brasil afastado do litoral e do Rio de Janeiro.

fazem praça em sua obra historiadores, naturalistas, economistas, juristas, publicistas, linguistas e outros mais.

Além dessas, outra grande barreira é, sem dúvida, a quantidade assombrosa de digressões. Embora não seja inteiramente “shandiana”, sua narrativa tem uma linearidade entrecortada por diversas interrupções com as mais variadas finalidades: comentar, retificar, ratificar, desconsiderar, ofender, etc. Mormente no segundo livro de sua obra, sua personalidade ganha um vulto enorme, hiperbólico, e de tão variada modulação patética – do agradável ao agressivo – que afeta o tratamento dos assuntos. Comparados os dois tomos da obra, o segundo apresenta uma narrativa muito distanciada dos elementos postos em circulação no primeiro, tanto no âmbito dos conceitos quanto no da representação. Basta notar, por exemplo, que, apesar do amplo conceito de literatura assumido pelo historiador, o segundo volume é basicamente voltado para a poesia.

Talvez seja essa postura um tanto “shandiana” a maior manifestação de seu estilo polêmico²¹, caso se considere que um texto de caráter erudito ou científico tenha de assumir um estilo mais impessoal, de controle do patético, para se dar maior destaque às ideias. Por definição, “o texto polêmico se pretende transparente e lógico”, mas se trai “na medida em que o forte caráter subjetivante, imposto pela presença constante do crítico, domina o texto”. (AZEVEDO, 1995 p.46). Assim, como a *História da Literatura Brasileira* estaria enquadrada neste tipo de produção mais contida, não sendo propriamente uma obra de polêmica, a quebra deste protocolo por parte do autor, que interrompe a narrativa para dar vazão a suas impressões de forma pessoalizada, subordinando o assunto a seu arbítrio, é a verdadeira manifestação de seu espírito polemista²². É possível que isso seja uma manifestação sintomática de certa organização social do trabalho intelectual no Brasil em fins do século XIX, pois, como se sabe, o intelectual brasileiro basicamente escrevia para seus poucos pares, o que lhe daria talvez maior liberdade²³. Assim, ao menos estaria explicado socialmente o reparo feito por Antonio Candido, sobre Sílvio Romero, uma vez que, segundo o crítico,

²¹ Como aponta Roberto Ventura, Sílvio Romero diz, na *História da Literatura Brasileira*, ter dado fim ao estilo polemista presente na fase que identifica como pessimista de sua obra. Todavia, a verdade é que seu “método crítico e historiográfico não rompeu com a paixão polêmica da fase pessimista, apesar da objetividade pretendida.” (VENTURA, 1991, p.74).

²² Além dessa manifestação há outras, obviamente. Segundo Luciene Azevedo, o estilo polêmico caracteriza-se ainda pela “espetacularização do discurso crítico” (1995, p. 41), pela negação do caráter pessoalizante que assume (1995, p. 46), pela simplificação da estrutura argumentativa, que “tem como fim apenas a conclusão” (1995, p. 47), o vazio de ideias e a ausência de reflexão, o caráter performático da escrita. Apoiado em outros escritores que estudaram o assunto, Roberto Ventura destaca ainda que os intelectuais buscavam provar a superioridade de suas opiniões na discussão utilizando metáforas de lutas e colocando os problemas debatidos em termos de questão de honra erudita. (VENTURA, 1991, p. 79-80). De fato, tudo isso encontra-se na *História da Literatura Brasileira*.

²³ De acordo com Roberto Ventura, as inúmeras polêmicas em que se envolveu Sílvio Romero “revelam muito do caráter personalista da intelectualidade brasileira de fins do século XIX, que se mantém até nossos dias, trazendo o debate literário e cultural para o plano da discussão entre personalidades.” (VENTURA, 1991, p. 77).

parece ter havido um grande contraste “entre seu ameno modo de ser como homem e a sua truculência como escritor” (CANDIDO, 2001, p. 13), a qual repercute nas suas representações textuais megalomaniacas.

Mas, de todo modo, deve-se lembrar que nenhum resumo é feito sem objetivo; e o que se coloca no caso presente é verificar como a narrativa repercute aquelas ideias destacadas nas páginas anteriores. É fato que muitas das ideias apresentadas na primeira parte da *História da Literatura Brasileira* retornam ao texto da narrativa. Sílvio Romero, às vezes, para o texto a fim de esclarecer alguns dos pensamentos formulados páginas atrás. No entanto, interessa aqui averiguar como suas ideias configuram a narrativa.

Partindo-se, então, do começo, chame-se a atenção para o fato de o autor, no início da narrativa, parecer utilizar-se do expediente épico de introduzir as personagens *in medias res*, para indicar o aparecimento do Brasil na história ocidental. Assim, segundo seu entendimento, a entrada do Brasil na história aconteceu num momento da mais alta importância para a vida no Ocidente, numa época de grandes acontecimentos, do aparecimento de grandes ideias, de grandes criações artísticas. À diferença do que se passou com as nações europeias, o Brasil se insere na história da literatura ocidental não devido a um longo processo de desenvolvimento de sua cultura, mas devido à introdução um tanto abrupta do povo e da cultura portuguesa em seu território.

De fato, foi com a chegada do português que tudo começou. Os colonos que para estas terras vieram, “a que juntavam-se padres, soldados, capitães, empregados, governadores, saíam de um paiz culto, que atingira a plenitude de sua força, e entrava francamente na execução do seu destino histórico” (ROMERO, 1888, I, p. 142). Quando aqui chegaram, porém, encontraram os selvagens, antigos habitantes do país, indivíduos de uma raça inferior, aos quais, posteriormente, somaram-se os negros vindos da África, também indivíduos inferiores. O convívio com estas raças diferentes, num meio também desconhecido, fez com que o português perdesse suas forças, tomando outras feições, “concretizando-se num producto novo, o povo brasileiro, que, si diversifica-se do negro e do índio, também é diverso delle europeu” (*idem, ibidem*).

Dessa maneira, já de saída é possível observar certa manutenção do pensamento conservador na *História da Literatura Brasileira*. A posição de superioridade do português perante as outras raças não deixa de indicar certa inclinação naquela direção. Todavia, duas alterações no âmbito da interpretação resultam significativas para o entendimento das divergências de perspectivas. Vale lembrar que, em *Lé Brésil Littéraire*, Wolf também indica

que as condições estranhas do ambiente fizeram os portugueses regredirem no seu nível mental. Entretanto, para o historiador vienense, a regressão só não chegou a ser decisiva porque os colonos mantiveram seus vínculos com a pátria-mãe. Construída dessa maneira, a argumentação subjacente à narrativa, em última análise, faz um elogio a Portugal. Em vez disso, Sílvio Romero destaca na formação de um tipo brasileiro, oriundo do amálgama das três raças, a figura central. Se, por assim dizer, é verdade que seria o brasileiro um tipo decaído, ao menos a apologia ao português é nuançada.

Duma outra perspectiva, mas no mesmo sentido, o processo de colonização é atribuído ao português enquanto um tipo, uma raça – para utilizar os termos de Sílvio Romero –, não enquanto representante da monarquia ou do estado português. Em lugar de ressaltar os feitos dos prepostos do reino, sua referência é o “colono”, investido de profissões, inclusive as relativas aos postos oficiais. No conjunto, a identificação dos portugueses com os padres, os capitães, os soldados, os empregados redimensiona a interpretação histórica mais conservadora.

Com a chegada dos portugueses, porém, não houve de imediato “literatura no sentido especial que damos a esse termo” (ROMERO, 1888, I, p. 142). Por todo o primeiro século, o que houve foi o desbravamento do país, quando se fundaram o que viriam a ser as principais cidades do Brasil. Nessa época, formaram-se as primeiras populações mestiças, que “começavam bem cedo a tomar uma feição diversa dos seus genitores” (ROMERO, 1888, I, p. 143). De acordo com o autor, “As três raças já se achavam entrelaçadas; o índio ainda predominava em numero em alguns pontos; começava a escacear em n’outros. O negro escravo principiava a avultar, o portuguez ia creando a nova ordem de cousas” (ROMERO, 1888, I, p.148).

Nesse ponto, cabe ainda notar uma ausência significativa. Tratando do mesmo período, Ferdinand Wolf aponta o papel decisivo dos jesuítas na propagação da cultura, seja pela fundação de escolas, seja pela promoção do teatro. Na *História da Literatura Brasileira*, ao contrário, o que se vê é a detração quase absoluta da ação da Companhia de Jesus. Tendo contribuído apenas com a conversão de alguns índios, aproximando-os da civilização, ou com o estabelecimento dos portugueses, sua participação foi considerada por Sílvio Romero desastrada, sobretudo quanto à “formação intellectual e esthetica da nova sociedade”, pois os jesuítas, com “seu *humanismo* pesado e abstracto, o seu cosmopolitismo pedantesco, suas fórmulas casuísticas e vãs, a chateza da sua instrução artística, bem cedo começaram a influir no espirito das populações crioulas” (*idem*, p. 156).

Assumindo o discurso do Iluminismo empirista do século XVIII, Romero investe contra a Igreja. Como vimos, foi ela considerada braço direito do processo colonizador português na versão mais conservadora do nacionalismo presente em Varnhagen e em Ferdinand Wolf. Neste caso, o interessante a notar é que o discurso antieclesiástico de fundo iluminista não tinha o caráter nacional que Sílvio lhe empresta. Na França, por exemplo, o ataque à Igreja generalizava-se numa ofensiva ao pensamento religioso em geral, como método de promoção de um racionalismo que se pretendia universal. No caso de Sílvio Romero, dá-se algo bem diferente, na medida em que critica justamente o “cosmopolitismo” da Igreja. Assim, enquanto, para os *philosophes*, o problema da influência da Igreja seria “o peso, a abstração, a chateza” de seus pensamentos, para Sílvio Romero, o empecilho que ela carrega seria a promoção do desvirtuamento das tendências nacionalistas.

À revisão do papel da Igreja soma-se, se não um menosprezo, ao menos certa relativização da importância das invasões estrangeiras do Brasil. Para Wolf, especialmente após as campanhas contra os holandeses, o Brasil já tem alguma consciência de sua individualidade como nação. A compreensão que Sílvio Romero tem desse episódio é bem significativa da maneira como entende a nacionalidade brasileira. À diferença do que propõe o historiador vienense, Sílvio Romero não acredita terem sido as guerras contra os holandeses, empreendidas em Pernambuco, a causa do amadurecimento das condições de civilização instauradas pela Igreja e pelo poder real. Para ele, as guerras são apenas fenômenos secundários que não chegaram a influenciar a literatura, cujo centro naquela época estava na Bahia. Além do mais, o revide aos holandeses seria derivado da tomada de consciência por parte das populações brasileiras de seu valor, da consciência de que “elas poderiam por si libertar-se de um jugo estrangeiro, sem o auxílio da metrópole, ingrata e apoucada” (ROMERO, 1888, I, p. 157).

A cada passo, o que se vê é a renitente recusa em atribuir qualquer relevância significativa à parte oficial, na construção do Brasil, distribuindo-se os lauréis entre o povo que se vai formando pela mistura das raças. Passadas as guerras, levado o processo colonizador para o norte e para o interior, “o paiz... está plenamente constituído” (*idem*, p. 163). Na luta contra os estrangeiros, no aprofundamento da colonização, “as três raças aparecem quasi no mesmo pé de igualdade. O entreteçamento é perfeito, o *brazileiro*, é já uma realidade.” (*idem*, p. 163-164). No mesmo passo, a riqueza aumenta por quase todo o norte, cabendo à Bahia, como centro, acolher os escritores talentosos. Entre estes, estão

justamente as figuras do padre Antônio Vieira e do poeta Gregório de Matos, além de outros que ocuparam a segunda plana, entre os quais Frei Vicente de Salvador.

Continuando sua narrativa, Sílvio Romero considera que, assim como o século XVIII foi importante para outras partes do mundo, sobretudo para a Europa e para os Estados Unidos, assim também o foi para o Brasil. Após as guerras dos Emboabas e dos Mascates, a sociedade continua a se desenvolver. Já não são apenas pregadores e poetas que formam o ambiente literário brasileiro, pois aparece o teatro e criam-se tradições intelectuais e sociedades literárias, o que, em última análise, revela a existência de certa divisão do trabalho intelectual. Neste novo panorama, as academias, sobretudo, atestavam “a grande coesão de que já gosava o paiz, o lazer que tinham as altas classes para o cultivo das letras, o gosto reinante pela poesia e as cousas do espírito” (*idem*, p. 188). E, se bem que tais agremiações não tenham legado boas produções entre seus escritos, deve-se ressaltar que elas são indício da vivacidade intelectual dos colonos. Afinal de contas, se os escritos foram quase todos “tão insignificantes, tão chôxos, tão imprestáveis, que só o gosto de encher papel poderá justificar qualquer despeza de considerações a seu respeito” (*idem*, p. 189), deve-se lembrar que, na época, em Portugal não se fazia coisa melhor. Em verdade, o que se há de lamentar é o fato de toda essa movimentação cultural não se ter valido do desenvolvimento da cultura popular que se deu devido à chegada dos africanos e devido ao povoamento dos sertões, fatos que aumentaram a miscigenação. O que aconteceu, porém, foi que na literatura preferiu-se imitar os portugueses e espanhóis a dar voz a uma cultura realmente brasileira.

Neste ponto, a argumentação de Sílvio Romero parece aproximar-se da de Wolf. Em ambos, o problema da originalidade estaria em que os artistas preferiram imitar portugueses e espanhóis a produzir uma literatura adequada às coisas da terra. Ambos relacionam tal problema às academias que existiram no Brasil ao longo do século XVIII, cujas atividades contribuíram para certa desatenção do artista a respeito do que existia no Brasil. A diferença entre eles está em que Ferdinand Wolf mantém o sentido vago ao referir-se à falta de interesse pelo que pudesse particularizar o país, ao passo que Sílvio Romero é mais direto ao mencionar a que o escritor das academias deveria prestar atenção. Segundo Sílvio Romero, esses escritores deveriam olhar para a Bahia, “a terra do violão e da *modinha*, da viola e do *bahiano* lascivo” (ROMERO, 1888, I, p. 190), e para o sertão do país, onde se formaram os grupos de “*vaqueiros* “creadores de um cyclo inteiro de poesias anonymas” (*idem*, p. 191).

Mas, se até meados do século XVIII há progressos, é a partir de 1750 que “tocamos o momento decisivo de nossa historia: é o ponto culminante; é a phaze da preparação do

pensamento autônomo e da emancipação política.” (*idem*, p. 211). Contra as disposições do regime colonial, o Brasil conseguiu desenvolver-se, sem ser minimamente atendido pela metrópole, e a *Inconfidência Mineira* representou a vontade do país de ser independente. Na segunda metade do século XVIII, a miscigenação já tinha alcançado um estágio avançado. Em muitos aspectos, os brasileiros eram melhores do que os portugueses, chegando, em algumas áreas, como na literatura, mesmo a influenciá-los. “No poema, na sátira, no lirismo a vida popular desbrochava as flores da poesia brasileira” (*idem*, p. 261).

A *Inconfidência Mineira* foi o momento em que os destinos de Portugal e de sua colônia se dividiram. Separados, os dois territórios trilhariam caminhos diferentes tanto na vida política quanto na literária. Como ficou dito, igualmente para Wolf, a efervescência dos ânimos em Minas repercutia um desejo de emancipação. Mas, como se viu, para o historiador vienense ela não passou das primeiras fagulhas de um processo cujo agente maior foi a própria coroa. Com Sílvio Romero, de outra parte, a coroa portuguesa joga sempre o papel de antagonista, contra o qual os revolucionários mineiros tiveram de lutar. No entanto, mais do que isso, foi o momento em que se apresentaram todas as questões que envolviam o Brasil e que implicavam a ruptura: “Independência da pátria, emancipação dos escravos, unidade federal, vida autônoma e democrática, prosperidade material, alento científico[...] tudo foi antevisto n’aquella devaneiar de heróis” (ROMERO, 1888, I, p. 311).

Ao pretender que os revoltosos de Minas anteciparam os problemas levantados no século XIX, Sílvio Romero declara a identificação da geração 1870 com a dos inconfidentes mineiros. Ambos os grupos, em momentos diferentes, teriam confrontado as diversas posições da coroa portuguesa, nos mais variados campos sociais, e propugnaram em favor das mesmas causas. Neste caso, a afinidade proposta funciona como legitimação para as atitudes e o modo de pensar de sua época, na medida em que se colocam como pleitos históricos e, portanto, “supra-individuais” ou “supra-geracionais”. Nesse sentido, pode-se dizer que a versão da história literária contada por Sílvio Romero inventa uma tradição contraposta àquela dos grupos conservadores, cujo modelo de história é dado por Varnhagen e atualizado na literatura por Wolf, na medida em que projeta esse antagonismo para o passado.

Apesar de todo o devotamento que manifesta por esse momento decisivo da formação da nacionalidade que vai de 1750 até 1830, o historiador sergipano aponta também os limites do período. Assim, se é verdade que o período “[...] teve sociologicamente a função de preparar-nos a independência, [e] trouxe-nos até certo ponto nas letras a consciência de nós mesmos[...]”, por outro lado, “Foi em grandíssima parte um tempo de imitação servil.”

(ROMERO, 1888, I, p. 420). Em outras palavras, embora o período tenha sido importante para a independência política, não deu origem à autonomia literária. Naquele tempo, havia ainda muitos “poetas *classicos* pelas ideias e pelo período em que viveram; [e] poetas retardatarios *classicos* pela intuição e não pelo tempo em que floresceram” (*idem*, p. 421), embora muitos escritores já manifestassem aquilo que seria a pedra de toque da geração posterior a 1830.

De modo semelhante a Wolf, Sílvio Romero entende que a autonomia política deu-se antes da autonomia literária, que só começaria a se formar durante o período da regência. Todavia, a independência literária não estaria consolidada, ainda em sua época, devido ao caráter imitativo da cultura brasileira. Isso não quer dizer que faltassem características próprias à literatura feita no Brasil, pois elas teriam existido e ter-se-iam manifestado ao longo da história, com Gregório de Matos e com a plêiade mineira. No entanto, segundo Sílvio Romero, mesmo no Romantismo esses traços originais não foram predominantes, pois, se os modelos não eram pedidos a Portugal, eram-no à França. O movimento romântico teve, de fato, o mérito de “afastar-nos em parte da imitação portuguesa, aproximar-nos de nós mesmo e do mundo.” (ROMERO, 1888, II, p. 695), mas ainda assim não fundou uma poesia realmente brasileira que estivesse ligada aos costumes e hábitos do povo.

Apesar de toda essa diminuição do movimento romântico, é interessante notar que todo o segundo tomo de sua obra é dedicado a ele. Dividido em seis etapas, o Romantismo tem início como movimento em 1836, com Domingos de Magalhães: “sob a influencia de Lamartine; é a phaze religiosa, emanuelica.” (ROMERO, 1888, II, p. 695). É durante essa fase que surge o teatro, que a poesia se desenvolve, e que aparecem, com destaque para a figura de Joaquim Norberto, a crítica e a história literárias. Em seguida a esta, vem a fase indianista, inspirada nos escritos de Chateaubriand e Fenimore Cooper, período cuja figura principal é Gonçalves Dias. Em seu terceiro momento, o Romantismo apresenta tendência a se aproximar de “ideias mais geraes, mais universaes” (*idem*, p. 693). Liderados por Álvares de Azevedo, os poetas de então manifestam as tendências pessimistas encontradas em Byron e Musset. A quarta fase²⁴ caracteriza-se por ser a expressão da vida nas regiões interioranas do país, em oposição à representação da vida na corte. Sílvio Romero identifica uma quinta fase, cuja tendência é o “*lyrismo socialistico*” (*idem*, p. 1171), que tem em Fagundes Varela uma de suas figuras representativas.

²⁴ Ao longo do livro, Sílvio Romero identifica seis fases do Romantismo no Brasil. No entanto, no corpo do texto, a divisão se restringe a cinco.

Todavia, é quando se chega à sexta e última fase que se percebe a orientação de sua narrativa: o Romantismo contribuiu para a autonomia literária do país, mas foi a geração de 1870, capitaneada por Tobias Barreto, que, segundo Sílvio Romero, realmente lutou para lhe dar a independência intelectual. Com seu “entusiasmo tobiatico” (*idem*, p. 1249), o historiador sergipano destaca que, de Recife, Tobias Barreto não só introduziu a poesia de inspiração *hugoana*, levada por Castro Alves ao sul do país, como foi, posteriormente, o embaixador do pensamento cientificista e da cultura germânica no Brasil. Para Sílvio Romero, o Romantismo não poderia ter fundado a literatura brasileira, pois, em primeiro lugar, a ideia que tinha sobre o Brasil não estava sustentada por uma concepção sobre o todo do país, já que ora enfatizava o índio, ora o português, ora o sertão. Além do mais, o Romantismo não tinha um espírito moderno, pois se prendia a uma metafísica católica e por demais espiritualizante. Desse modo, sua narrativa encerra-se como uma espécie de apologia dele mesmo e de seus coetâneos, pois, embora entenda que, sob muitos aspectos, o Brasil não tenha literatura autônoma, acredita que o passo para a realização dela foi dado por sua geração.

Em termos gerais, ainda que a narrativa seja entrecortada por incontáveis digressões, sobretudo no segundo tomo, pode-se dizer que a *História da Literatura Brasileira* de Sílvio Romero tem por objetivo fazer a defesa da geração de 1870. Sem constituir um bloco homogêneo, ela se caracterizou por repudiar as instituições monárquicas e a interpretação do Brasil como herdeiro de Portugal, propondo a história do país por meio do levantamento de outra tradição, calcada na valorização da população que se formou aqui desde os tempos coloniais. Ora, o nacionalismo dessa geração não é o mesmo que foi expresso em *Lé Brésil Littéraire*, por diversos motivos, mas, sobretudo, por procurar no povo, e não nas instâncias oficiais, os elementos da nacionalidade brasileira. Na *História da Literatura Brasileira*, Sílvio Romero exprimiu uma das formas pelas quais se atualizou este novo nacionalismo, enfatizando a mistura das raças e a figura do mestiço, que, no seu vocabulário significa justamente o indivíduo representante do português, do índio e do negro. E no mesmo sentido, pode-se ver no encômio a Tobias Barreto, entendido para além das simpatias pessoais do autor da *História da Literatura Brasileira*, uma manifestação de suas concepções sobre a miscigenação e a cultura do país, na medida em que o amigo é tomado como símbolo do que deve ser o Brasil.

2.6. A visão “material ou científica” e seu modelo explicativo

Partindo-se do mesmo princípio que se utilizou ao abordar *Lé Brésil Littéraire*, será feita agora uma análise das estratégias de que Sílvio Romero lança mão para escrever sua obra. Ora, como se procurou mostrar, o livro do historiador vienense constrói-se sobre certa concepção do Brasil como nação que privilegia o papel das instâncias administrativas e do corpo eclesiástico. A tal compreensão da nacionalidade corresponde certo procedimento de explicação histórica formulada sobre um expediente suprassensível, fruto do que se disse ser sua visão “idealista” da história. Nesse sentido, ressaltou-se que a seleção operada pelo historiador ao empreender a narrativa apenas destacava a existência dos seres e de certos fenômenos, sem manifestar os vínculos que pudessem ter entre si, o que, na verdade, era consequência de seu pressuposto de que a história é a manifestação de uma força inacessível ao pensamento estritamente racional. Correlatamente a isso, os eventos que se desenvolvem na história são representados como a resultante do jogo de vontades e sentimentos das personagens que neles estão envolvidos. De fato, é no foro íntimo das personagens que se encontram as motivações para aquilo que acontece na história.

Por causa da visão idealista que encerra sobre a história e pela maneira de construção da narrativa, *Le Brésil Littéraire* pode ser entendido como uma atualização de ideias românticas sobre a história. Como se disse, ao romper com a visão utópica do Iluminismo, que entendia ser o propósito histórico da humanidade a construção da sociedade perfeita, o Romantismo ressignificou a ideia de tempo progressivo, reconhecendo no próprio presente o *telos* da história. Assim, ao invés de partir do presente para chegar-se ao futuro, o Romantismo via o passado como forma de explicar o presente. Paralelamente a isso, ao desconsiderar a definição de humanidade forjada pelo Iluminismo, que ignorava as diferenças entre as sociedades, o Romantismo reconheceu a diversidade das sociedades humanas e valorizou as particularidades que apresentavam, identificando nestas particularidades a manifestação de um princípio sobrenatural, que não só é imanente a cada grupo humano, mas também irreduzível à compreensão racional. Conjugando estas ideias, o Romantismo formulou uma filosofia da história que concebia o processo histórico como desenvolvimento desse princípio imanente e inatingível de cada sociedade.

Contrariamente a tal compreensão do processo histórico, coloca-se o pensamento cientificista que tem lugar na Europa em meados do século XIX e que, tendo-se expandido

para o Brasil, sobretudo a partir das três últimas décadas daquele século, encontra-se atualizado na *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero. É verdade que, assim como Ferdinand Wolf, Romero faz da história da literatura um processo subordinado ao desenvolvimento da nação. No entanto, além de configurar o nacionalismo segundo uma ideologia que vê no povo, e não nas instâncias oficiais e eclesiásticas, seu símbolo maior, o historiador sergipano serviu-se de um pensamento que implicou a adoção de uma visão histórica que compreendia o desenvolvimento da nação não como força sobrenatural, mas estritamente presa ao mundo natural.

De fato, com as doutrinas científicas projetaram-se sobre a história os pressupostos eminentemente racionalistas e empiristas pelos quais se justificavam, o que teve como principal consequência a recusa em pensar o processo histórico em termos de forças localizadas além do mundo físico e, portanto, indiscerníveis pela razão. Em vez de ser a manifestação de um princípio exterior ao mundo físico, a história passou a ser pensada como o desenrolar de um princípio científico, cuja formulação poderia ser obtida na própria consulta aos eventos. O Estado-nação deixou de ser a manifestação de um princípio inalcançável pela razão, tornando-se manifestações de fenômenos rastreáveis no mundo natural e permeáveis à razão.

Em verdade, essa maneira de pensar o processo histórico foi consequência do prestígio assumido, em meados do século XIX, pelas ciências da natureza, que se desdobrou em vários sistemas ou doutrinas, como o positivismo, o darwinismo e o evolucionismo. Embora, entre estas doutrinas, o positivismo tenha sido a de maior destaque, de maneira geral este cientificismo supunha não só que o método de conhecimento das ciências da natureza era apropriado, mas também recomendável às outras áreas do saber e, assim, projetou-o sobre a história, sobre a filosofia e, inclusive, sobre a literatura. Nas palavras de Collingwood, “Para os positivistas, o processo histórico era idêntico ao processo natural, e por isso os métodos da ciência natural eram aplicáveis à interpretação da história.” (COLLINGWOOD, 1965, p. 131). Dentro de seu empirismo, este cientificismo propôs considerar o processo histórico algo semelhante ou idêntico aos fenômenos naturais, no sentido de que poderiam ser submetidos à mesma forma de racionalização, e renunciou, conforme preceito formulado por Augusto Comte, a “conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas” (COMTE, 1978, p. 3).

Desse modo, a concepção de história que se projetava a partir das doutrinas científicas era diretamente oposta à formulação romântica. Ora, uma das conclusões a que chegou o Romantismo foi a manifesta diferença entre os fenômenos naturais e humanos, na medida em que estes eram resultados de ações orientadas pela vontade, ao passo que na natureza a determinação dos fenômenos era dada mecanicamente. Ao contrário disso, o pensamento científico de meados do século XIX ignorou esta distinção e supôs os fenômenos humanos sujeitos a uma causalidade estritamente mecânica. Deixou-se de pensar o homem como um ser cuja existência transcende o mundo natural, para entendê-lo não só como produto do ambiente, mas também como parte da natureza.

Neste sentido, o cientificismo retrabalhou sobretudo a ideia de irracional, que recebera sentidos diferentes por parte do pensamento iluminista e do romântico. Ora, o irracional foi entendido pelo pensamento iluminista como elemento negativo da natureza humana, que tinha de ser combatido e controlado pela razão, e esteve identificado sobretudo com a loucura, mas também com a imaginação, com as emoções e com os instintos. O pensamento romântico, por sua vez, viu no irracional um fator positivo da existência humana, na medida em que concebia as emoções e a imaginação, além da loucura e dos instintos, como formas privilegiadas para o homem transcender a existência empírica. Por fim, o pensamento científico do século XIX reiterou a oposição iluminista, mas a aproveitou de outra maneira, situando-a segundo outra perspectiva: à diferença do que se passou no século XVIII, ele esteve mais ligado aos instintos e, em verdade, viu como manifestações deles a loucura, as emoções e a imaginação. Sendo assim, se, por seus pressupostos, o cientificismo oitocentista manteve a importância da razão na construção do saber, o fato é que encontrou no irracional um elemento de positividade justamente ao imputar-lhe boa parte da responsabilidade sobre os atos humanos. Remetendo aos instintos, às emoções, à loucura e à imaginação, ele deixou de ser uma característica desviada e transitória, além de mera indicadora de debilidade do espírito humano, para ser concebido como uma propriedade perene do homem, o que possibilitou sua utilização como conceito capaz de explicar fenômenos.

Além do mais, assim concebido, o irracional abria-se para o mundo exterior, de modo que, por assim dizer, a natureza interna ao homem, bem como seu desenvolvimento e seu comportamento, também ficavam dependentes das condições materiais que o rodeiam. Assim, o irracional remete tanto à natureza, por assim dizer, interna, quanto à outra, externa, igualmente influente, na medida em que atua sobre seu corpo. O clima, as condições de sua subsistência, o grupo social a que pertence, sua educação, o ambiente em que vive, etc. atuam

diretamente sobre a forma de seu corpo, as manifestações de seus instintos, e, por conseguinte, sobre seus pensamentos e ideias. Premido pela natureza tanto interna quanto externamente, o homem aparece como um produto de forças maiores do que a razão. Com efeito, embora permita coordenar a atuação de tais forças, nem mesmo a razão pode abolir a incidência delas e fugir das leis que impõem²⁵.

É verdade que, ao pensar o processo histórico como algo passível de ser tratado mecanicamente, o cientificismo do século XIX remete ao pensamento iluminista, embora um e outro sejam bastante diferentes. De fato, o Iluminismo pensou a história a partir do conceito de disputa entre forças racionais e irracionais, de que derivava a explicação para os eventos que abordava. Assim, ao ser utilizado para referir-se aos atos humanos, este modo de entender a história pressupunha serem os eventos históricos apenas atualizações deste princípio. De modo semelhante, o pensamento cientificista de meados do século XIX abordava os eventos históricos como se fossem manifestação de uma lei empírica. Entretanto, apesar das semelhanças, há uma diferença insuperável na medida em que a ideia de disputa era o resultado de uma especulação eminentemente filosófica, enquanto a ideia de atualização de uma lei empírica era respaldada pelas ciências da natureza. Logo, se, em ambos os casos, os atos humanos aparecem sobredeterminados por algo maior do que a vontade dos homens, na explicação cientificista do século XIX esse algo é redutível ao âmbito da natureza.

Se a aproximação do cientificismo do século XIX com o pensamento iluminista não pode ser feita sem restrições, muito menos se deve ver uma simples continuidade no fato de a história de espírito cientificista manter certo aparato conceitual de que se serviu o pensamento romântico. Nem sempre todo essa inclinação à ciência que acometeu a história significou uma completa alteração do quadro conceitual com que já se operava no Romantismo, mas não se pode desconsiderar que as mudanças foram profundas, uma vez que ressignificaram claramente certas ideias legadas pelo Romantismo. Muito do que o Romantismo propunha foi aproveitado, de fato, mas sob esta nova roupagem cientificista, que se acreditava mais objetiva. Assim, por exemplo, se são inconciliáveis o entendimento de que o processo histórico é consequência de uma força sobrenatural inatingível pela razão e a crença de que tal

²⁵ Vale notar que o uso positivo que o pensamento romântico e o cientificista fazem do irracional, em comparação com o pensamento iluminista, é expressão da alteração epistemológica que Michel Foucault identifica na virada do século XVIII para o XIX, que deu origem à ideia de “homem”. Segundo Michel Foucault, a *episteme* moderna cria a ideia de “homem” como sujeito e objeto do saber, justamente operando uma dualidade entre o pensado e o impensado, no sentido de que, ao mesmo tempo em que atua positivamente no mundo empírico, é atravessado pela disposição do próprio mundo no qual se inclui. O impensado, que se atualiza em conformidade com os campos do saber, “não está alojado no homem como uma natureza retorcida”, “mas desempenha também o papel de fundo anterior a partir do qual o homem deve escolher e voltar em sua verdade” (FOUCAULT, 2008, p. 339-340)

processo é resultado de uma força absolutamente natural passível de análise, é esperável que os conceitos com que opera cada uma das perspectivas sejam diferentes, ainda que possuam o mesmo significante. Neste caso, o fato de que tanto o pensamento romântico como o que aderiu à moda científica reconheceram os Estados nacionais e os nacionalismos como ideias pertinentes ao discurso histórico não deve levar à suposição de que se refiram à mesma coisa e da mesma maneira. Do mesmo modo, se o pensamento de inclinação científica não abdicou das individualidades e de sua atuação no campo histórico, não se deve pretender que tenha projetado sobre a história apenas uma continuidade pacífica em termos conceituais.

Com efeito, tais elementos não apenas permaneceram como parte constitutiva do discurso da história que se pretendia mais científica, como foram, inclusive, promovidos. E é nessa mesma promoção que se pode ver o quanto um pensamento se diferencia do outro. Enquanto, para o pensamento romântico, a afinidade entre os homens de uma nação era a expressão de um princípio sobrenatural que se projetava na história, para o cientificismo esta afinidade era consequência de uma compatibilidade sobretudo fisiológica. A nação deixava de ser uma entidade justificada pela metafísica para o ser segundo parâmetros empíricos. Neste sentido, embora seja verdade que o Romantismo em alguma medida tenha pensado a nação em termos de raça, foi o cientificismo que se serviu efetivamente dela, considerando-a materialmente. De modo semelhante, as individualidades que atravessam o campo histórico recebem significação diferente em cada uma das formas de se pensar a história. Embora ambas considerassem, em certa medida, o ser humano a partir das manifestações de suas vontades, desejos e emoções, o fato é que, para o pensamento romântico, a subjetividade permanecia elemento irreduzível à razão, ao passo que, para o pensamento de inclinação científica, a subjetividade era o resultado de fatores empíricos identificáveis. Neste caso, ambas remetem aos indivíduos, mas de modos distintos, na medida em que o Romantismo, em última análise, acaba por inseri-los numa metafísica, e o cientificismo por reduzi-los ao mundo natural.

É verdade que o cientificismo promoveu uma compreensão da história pelo nivelamento dos fenômenos humanos aos naturais. Mas seria equivocado pensar que a própria história, enquanto ramo do conhecimento, não tenha prestado sua contribuição às ciências naturais. Como se disse, o pensamento romântico havia dissociado o homem da natureza, considerando que os eventos humanos eram orientados pela vontade, o que não ocorria no mundo natural, onde os eventos eram produtos de uma regra, uma lei. Ora, correlata a esta divisão, estava a ideia de que os eventos humanos relacionavam-se com o tempo de um modo

diferente. Segundo a concepção romântica de história, enquanto aquilo que se passa no mundo humano é resultado de uma condição de existência nova, os fenômenos naturais são produzidos pela repetição contínua das regras naturais, que, como regras, são sempre idênticas e geram os mesmos resultados. Dessa perspectiva, apenas o tempo humano implicava mudança, ao passo que o tempo natural era cíclico. Assim, à diferença do que se passava na natureza, os eventos do mundo humano nunca se repetiam.

A ideia de evolução aplicada à natureza foi o resultado da influência da história sobre as ciências naturais. Até meados do século XIX, segundo esclarece Collingwood, “a história exigia para si uma matéria essencialmente progressiva; a ciência uma essencialmente estática. Com Darwin, o ponto de vista científico capitulava diante do histórico, e ambos estavam dispostos agora de acordo em conceber sua matéria como progressiva” (COLLINGWOOD, 1965, 131). Com a ideia de evolução, a natureza deixou-se penetrar pelo tempo de modo semelhante ao que se passava no âmbito da experiência humana. Em consequência disso, alterou-se significativamente a maneira de se perceber o mundo natural e de explicar os fenômenos que nele se identificavam. Por exemplo, a divisão hierárquica da natureza em seres superiores e inferiores, que se baseava no pressuposto lógico de que o topo era ocupado por organismos complexos e a base por organismos simples, foi reinterpretada de modo a destacar que as diferenças existentes entre os seres eram devidas às mudanças ocorridas ao longo do tempo. Quer dizer, a questão não era apenas propor que os organismos mais simples fossem também os inferiores e que os mais complexos, os superiores, mas ver, na diferença entre eles, a marca das transformações promovidas pelo tempo, na medida em que os primeiros davam origem aos últimos.

Além de tudo que ficou dito, cabe destacar ainda que a imbricação com as ciências da natureza não somente conduziu a história a uma nova forma de concepção de seu objeto, como também repercutiu sobre seu fazer. Embora se colocasse o duplo propósito de levantar os fatos e buscar em seu conjunto os princípios efetivos do desenvolvimento histórico, o cientificismo furtou-se a este último intento, ao evitar a produção de grandes sínteses. Sendo assim, o pensamento cientificista que se projetou sobre a história acabou por produzir uma espécie de enciclopedismo, na medida em que se interessou mais em registrar os fatos do que submetê-los a uma interpretação que os pudesse abranger. Servindo-se dos métodos da erudição, os historiadores puderam defender com mais segurança a objetividade dos fatos históricos e, normalmente, detiveram-se em sua catalogação. Os métodos para a identificação de documentos, aliados à crítica das fontes, afiançavam a visão da história como um “relato

do que realmente ocorreu”, que quedaria em dúvida devido ao caráter interpretativo da síntese. Em termos práticos, este espírito cientificista que contagiou os historiadores traduziu-se numa preferência pelos estudos monográficos em detrimento da elaboração de grandes quadros sintetizadores.

É verdade que a *História da Literatura Brasileira* parece desviar-se, em parte, desta última tendência, na medida em que é notoriamente uma obra de síntese, como, aliás, exige o gênero em que se enquadra. Não é por isso, entretanto, que se há de negar ser ela uma das formas de atualização do quadro conceitual que se procurou delinear até aqui. De fato, se comparada a *Le Brésil Littéraire*, a *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, conduz a narrativa a partir de outra perspectiva. Como se viu, em lugar da apologia da monarquia e da Igreja, a narrativa apresenta o desenvolvimento do Brasil enquanto nação separada de Portugal. A tese da miscigenação do povo brasileiro busca dar conta de uma origem própria e inconfundível para o país enquanto povo. Ao afirmar que o brasileiro não é o índio, nem o negro, nem o português, mas uma mistura de todos eles, o que Sílvio Romero faz é marcar a especificidade da nação.

Mas não é só na representação ideológica que a obra do historiador sergipano se afasta de *Le Brésil Littéraire*. Em verdade, essa substituição do modo pelo qual se caracteriza a nacionalidade brasileira é correlata da troca de estratégias para a explicação histórica. Ao passo que a visão idealista da história de *Le Brésil Littéraire* implicava a aplicação de um expediente suprassensível para efetuar a ligação entre os fatos, personagens e fenômenos, na *História da Literatura Brasileira*, Sílvio Romero evita toda recorrência a tal estratégia explicativa. Ao contrário disso, propõe sempre uma explicação que acredita “material e científica”, cuja consequência é justamente explicitar, e de modo necessário, a ligação entre os componentes da narrativa. Neste sentido, enquanto, em Ferdinand Wolf, os eventos históricos representam um princípio sobrenatural a que não se acede, em Sílvio Romero, eles representam uma lei perfeitamente enunciável, na qual se subsumem. Desse modo, pode-se dizer que, na base da explicação do historiador sergipano, está o pressuposto de que a história do Brasil, de seu desenvolvimento como nação, é o desenvolvimento de uma lei natural que se manifesta empiricamente nos eventos ao longo do tempo.

Para se explicitar o que é dito, parta-se do início da própria narrativa, isto é, do capítulo I do Livro II, que compreende o século XVI. Nele, Sílvio Romero, destaca o processo de expansão dos colonos pelo território brasileiro. Foi neste século que se fundaram as principais cidades e que se determinaram as linhas gerais do desenvolvimento do território.

Todavia, embora tenha sido um período muito importante, Sílvio Romero entende não se ter dado, nesse momento, o aparecimento da literatura, segundo se pode ler na passagem abaixo:

Durante o primeiro século da descoberta e conquista do território não existiu entre nós uma litteratura no sentido especial que damos a este termo. Necessidades materiaes de primeira ordem absorveram totalmente a exígua população crioula formada naquelle tempo. (ROMERO, 1888, I, p. 142).

Deixando de lado, por enquanto, a discussão do sentido especial que Sílvio Romero empresta ao termo literatura, preste-se atenção ao modo pelo qual constrói sua explicação. Embora a relação causal entre os fenômenos não esteja linguisticamente demarcada, ela existe textualmente. Ora, algumas páginas atrás, o autor já tinha anotado que as “nações sem descanso, occupadas exclusivamente em adquirir o indispensável á vida, não podem ter uma cultura, que exige uma classe de indivíduos que estejam resguardados da obrigação penivel de conquistar o pão quotidiano” (ROMERO, 1888, I, p. 113-114), fazendo, em seguida, todo um discurso sobre as condições de vida no país. Na passagem transcrita, o mesmo princípio é atualizado para justificar a inexistência da literatura no Brasil. Quer dizer, no século XVI, não pôde haver literatura no Brasil, devido à necessidade da população de prover seu sustento e de se estabelecer no território.

Vale aqui lembrar ainda a explicação de Wolf, segundo a qual não poderia haver literatura porque os portugueses em contato com o novo mundo acabaram regredindo mentalmente. De fato, ainda que não descarte a ocorrência de tal regressão da população portuguesa, Sílvio Romero vai um pouco adiante, na medida em que sugere em que ela consistiu. Ao passo que Wolf basicamente se limita a declarar a diferença de ambiente como o fator desencadeador da regressão, o historiador sergipano avança ao indicar os obstáculos com que tinham de lidar os colonos (o clima, as populações mais atrasadas, a natureza, etc.), bem como ao referir-se às suas consequências negativas (alimentação precária, perda do vigor físico, etc.). Por um lado, Ferdinand Wolf afirma ter sido o contato com a metrópole o elemento responsável pela manutenção da civilização ocidental na colônia, sem dizer muito bem de seu significado (embora se possa inferir que se trate de contato intelectual); por outro, Sílvio chama a atenção para a miscigenação como o fator fundamental para a aclimação do português ao ambiente, o que, em última análise, resultou no aparecimento do povo brasileiro.

É, portanto, nesse sentido que se diz ser o tipo de explicação histórica fornecida por Sílvio Romero baseada numa visão “material ou científica” da história. Não se trata de afirmar que Sílvio Romero fosse um marxista, uma vez que a ideia de materialidade aqui

remete antes às teorias científicas baseadas no racionalismo empirista do que aos modelos de reflexão desenvolvidos especificamente para dar respostas às questões sociais. Acrescente-se que tampouco se trata de dizer que sua explicação seja mais exata do que a de Wolf, pois, devido ao caráter aporético da explicação em história, apenas se pode dizer que uma tem plausibilidade maior do que outra. Longe disso, o que se quer é apenas apontar que a explicação fornecida por Sílvio Romero parece apresentar o nexos entre os fenômenos de modo mais expandido do que no caso do historiador vienense. Se se diz ser sua explicação “material ou científica”, é justamente porque ela tenta promover as relações entre os fatos históricos segundo o princípio de que são regidas por motivações estritamente empíricas e, portanto, passíveis de identificação. E isto acontece porque assume como pressuposto que o processo histórico se desenvolve por meio de causas materiais. Desse modo, considerando-se ainda a passagem acima, “necessidades materiais de primeira ordem” e “literatura” estão relacionadas em um nível conceitual maior que as entende como parte de um processo de desenvolvimento natural.

Aceite-se, todavia, a objeção de que na passagem citada não está claro que “necessidades materiais” remetam necessariamente a uma interpretação “material ou científica”, segundo o entendimento deste trabalho, e busque-se um pouco mais na narrativa para tentar captar melhor o sentido do que se diz. Pois bem, ao tratar do século XVI, Sílvio Romero deixa claro que este foi a época do surgimento e do estabelecimento de um povo na civilização ocidental, o povo brasileiro. É verdade que, nesta época, embora já alguns escritos tivessem aparecido, ainda não era possível se produzir literatura, devido aos problemas que se tinham de enfrentar para a subsistência. No entanto, após essa época de assentamento, a sociedade pôde expandir-se; e não é à toa ser o século XVII aquele em que realmente se define o “brasileiro”, oriundo da mistura das três raças. Além disso, foi ao longo do século XVII que, com o crescimento econômico, as “letras tomaram mais forte incremento” (ROMERO, 1888, I, 156), centralizando-se na Bahia. Seguindo processo de desenvolvimento da sociedade, é na primeira metade do século XVIII que o campo artístico apresenta-se mais denso do que nos períodos anteriores, notando-se uma divisão do trabalho intelectual. Uma consequência dessa maior complexidade do quadro literário na colônia é justamente o aparecimento de academias.

A criação de academias litterarias no seculo XVIII na Bahia e no Rio de Janeiro [...] é [...] um facto altamente significativo. Elle indica só por si a grande cohesão de que já gosava o país, o lazer que tinham as altas classes para o cultivo das letras, o gosto reinante pela poesia e as cousas do espirito.

[...]

A academia dos Esquecidos da Bahia, a dos Felizes do Rio, e mais tarde a dos Selectos (Rio), a dos Renascidos (Bahia) e sobre todas a Arcadia Ultramarina (Rio) são denunciadoras de muita vivacidade intelectual, muito desejo de trabalhar, por parte dos colonos brasileiros. (ROMERO, 1888, I, p. 188-189)

A princípio, é de modo semelhante a Wolf que Sílvio Romero desenvolve sua explicação. Ambos apontam que o desenvolvimento da literatura no Brasil esteve ligado à riqueza e à participação de homens ricos que tinham um gosto mais elevado. Todavia, no historiador sergipano a argumentação é um tanto mais expandida, como se percebe pelo verbo “indica”: a coesão social e a riqueza das altas classes que têm um gosto refinado são as causas diretas da criação das academias. Percorrendo todo o raciocínio de Sílvio Romero, pode-se afirmar que a criação de academias literárias é consequência das condições materiais que a sociedade brasileira havia atingido à época, condições a que só teria chegado pelo fato de o povo estar bem assentado na terra e bem organizado. Nestas condições, a riqueza gera algum lazer e se traduz no cultivo das atividades do espírito, dando origem às academias. Quer dizer, mais do que colocar a literatura como subproduto da sociedade, a explicação de Sílvio Romero deixa claro que coesão social e riqueza são condições necessárias para o desenvolvimento da literatura. E, afinal, por que se estabelece tal vínculo, se não porque se entende o processo histórico como o desdobramento de alguma prescrição, de uma lei? De fato, coordenando-se as ideias presentes nas duas passagens citadas, é possível identificar a formação de dois pares de termos que, projetando-se ao longo do tempo, integram uma lei. De um lado, estão as “necessidades materiais” e “coesão social e riqueza”; de outro, “escritos não literários” e “escritos literários”; integrados, eles dão corpo à seguinte ideia: à medida que se passa de uma situação de precariedade material à outra, de bem estar, a literatura pode vir a existir.

O que se vê, de fato, entre Sílvio Romero e Wolf é uma diferença fundada justamente sobre o modo de se perceberem os fenômenos históricos. Ao passo que Wolf praticamente justapunha o incremento da economia ao aparecimento de academias, Sílvio Romero efetiva as relações entre um e outro fatos, porque concebe o processo histórico dentro de um princípio que os ultrapassa. É uma diferença entre “visões históricas” que, se não chegam a ser opostas, são divergentes de maneira absoluta. Como ficou dito, o modelo de explicação oferecido por Wolf não consegue, não pode ou não quer ir além da identificação dos seres e dos fatos históricos, e, por isso, estabelece uma relação entre os componentes da narrativa que não chega a ser declarada textualmente. Em última análise, fica a cargo do leitor reconstituir todos os elos da explicação oferecida. Obviamente, essa reconstituição não se dá sem o

recurso ao próprio texto; quer dizer, não é que falte uma relação entre os seres e os fatos, mas sua declaração. Em Sílvia Romero, a explicação identifica os seres e os fatos históricos, fixando-os em um tipo de relação que se define claramente no corpo do texto. De uma parte, talvez se possa dizer que, em *Le Brésil Littéraire*, o narrador confia que os próprios fatos narrados esclareçam o leitor, sendo desnecessária, por tautológica, qualquer explicação oferecida que vá além da representação oferecida pela própria narrativa; de outra parte, na *História da Literatura Brasileira*, o narrador apresenta os fatos como o resultado de um jogo de forças passível de ser rastreado e demonstrado, e se propõe a deixá-lo esclarecido ao leitor. Não é por acaso que, em Sílvia Romero, os elementos arrolados na totalidade da narrativa estão ligados de um modo nítido e mecânico.

No caso da passagem acima, essa visão “material ou científica” chega a extrapolar seus limites em direção a um modelo explicativo de cunho sociológico cuja realização maior encontra-se exatamente na *Formação da Literatura Brasileira*. Vale destacar que, neste caso, pelo modo como o historiador sergipano encaminha a narrativa, pode-se entender que coesão social e riqueza são consideradas a partir de duas perspectivas distintas, na medida em que são interpretadas como parte do processo evolutivo da raça nova, que é o povo brasileiro e, ao mesmo tempo, são representadas como parte de um processo de construção social. Assim, coesão social, riqueza e criação de academias se relacionam tanto numa dimensão mais biológica, já que são consideradas índices da afirmação de uma raça, quanto numa dimensão sociológica, por assim dizer, uma vez que se relacionam ao lazer, ao cultivo das atividades do espírito e, sobretudo, à divisão do trabalho. De fato, é pensando a história nas suas relações sociais que Sílvia Romero aponta para circunstâncias culturais e econômicas que se interrelacionam no processo de definição de um campo social específico: o da inteligência.

Entretanto, sua explicação não avança em direção à tentativa de determinar como tais fatores teriam atuado e como teriam sido aproveitados na elaboração da produção intelectual ou, mais especificamente, literária. Ao contrário, ela segue por um caminho em que o fenômeno é interpretado fisiologicamente. A explicação baseada nas circunstâncias sociais que Sílvia Romero insinua em sua *História da Literatura Brasileira* será realizada de maneira sofisticada por Antonio Candido. Na *Formação da Literatura Brasileira*, são arrolados para a explicação do processo histórico justamente os componentes sócio-econômicos da constituição do campo literário no Brasil e o aproveitamento desses componentes na criação artística. O conjunto conceitual “sistema”, “valor” e “função” perfaz os elos entre literatura,

economia e sociedade com um grau de refinamento maior do que o visto em Sílvio Romero, ao mesmo tempo que exclui da explicação toda ideia biológica..

Voltando a Sílvio Romero, o que se nota é que, apenas em poucos momentos, sua “visão material ou científica” da história desvia-se por esse caminho mais sociológico. A rigor, o que prevalece é a redução mecanicista dos elementos componentes da narrativa promovida pela ativação do vocabulário das ciências da natureza. Tome-se o capítulo I do Livro III, ou seja, o ponto em que Sílvio Romero aborda o período que vai de 1750 a 1830, e especificamente a produção épica da “Escola Mineira”. Contudo, quebrando-se um pouco a lógica da apresentação, seja feita uma aproximação, não a partir do ponto central, mas de uma digressão, que, apesar de um pouco longa, é importante para a compreensão do que será dito, pois preenche de sentido a tese e o argumento lançados por Sílvio Romero a respeito do período em questão. Cabe ainda dizer que, nesta digressão, o historiador sergipano reitera sua compreensão da filosofia da história do país:

O espectáculo de nossa historia, pois, é o da modificação de três povos para a formação de um povo novo; é um espectáculo de transformação de forças ethnicas e de aptidões de três culturas diversas, de três almas que se fundem.

A sua lei pôde ser formulada por esta synthese: – No Brazil a tendência separatista dos três povos diversos foi se tornando em tendência centralisadora; a principio pela acção do mais forte, levada a efeito pela escravidão; mais tarde pelo advento de gerações novas e crioulas, presas por interesses communs, como por exemplo, a necessidade de defeza contra as aggressões estrangeiras, e hoje em dia pela consciência clara de sermos um povo que deve ficar unido para não tornar-se a presa do caudilhismo americano.

Por outros termos: – Postos em contacto três povos no Brazil, as tendências perturbadoras e anarchicas de cada um estiolaram-se por falta de exercicio, condição esta imposta pela força: crêram-se, depois, necessidades novas, que acharam um órgão natural no mestiço, representante do trabalho lento da transformação ethnica, consciente, elle próprio, de ser o dono e o senhor de uma pátria nova, que lhe cumpre defender. (ROMERO, 1888, I, p. 213).

Como se disse, nada há de novo sobre sua maneira de encarar a história do país: a formação do Brasil como nação dá-se pela histórica miscigenação dos povos que aqui passaram a viver. Mas, como procedimento explicativo, esta digressão funciona para preencher de sentido a opinião e o argumento do autor sobre o momento de que vai tratar. Anunciada um pouco antes do trecho citado acima, o autor expõe nos seguintes termos sua consideração sobre o período que vai de 1750 a 1830: “Tocamos o momento decisivo de nossa história: é o ponto culminante; é a phaze da preparação do pensamento autonômico e da emancipação politica.” (ROMERO, 1888, I, p. 211). Lançada a proposição, apresenta, logo depois da digressão, a justificativa:

No começo do século XVIII elle [o nacionalismo] já quer invadir a politica em Alexandre de Gusmão; mas ainda é bastante exterior em Frei Itaparica. Mais tarde é, no tempo que nos ocupa, a alma inteira da nação, que se desfaz em jubilo diante de nossas tradições. Ahi já não apparecem isolados a natureza e o caboclo. Apparecem a história com todas as suas luctas, o passado com todos os seus feitos; índios, brancos, negros, solo, natureza, lendas, aspirações, a vida, o povo em summa... (ROMERO, 1888, I, p. 216-217)

Quer dizer, o período em questão é o ponto culminante justamente por ser aquele em que portugueses, negros e índios estão miscigenados e, por conseguinte, o povo brasileiro já está definitivamente constituído. Por isso, às obras da “Escola Mineira” deve-se guardar respeito: por ser ela a primeira manifestação literária genuinamente brasileira. O que Sílvio defende, de modo insistente, é que a história do Brasil se define por um processo de miscigenação em que se fundem, em um ambiente, povos de características biológicas diversas. Diante disso, é possível parafrasearem-se suas palavras a respeito do século XVIII e princípios do XIX da seguinte maneira: este é o momento culminante de nossa história, porque ali a nacionalidade brasileira, que se vinha formando desde os primórdios da colonização, satisfaz plenamente as condições biológicas de sua identidade.

Eis, então, a diferença principal entre Sílvio Romero e Ferdinand Wolf no que diz respeito ao modo de explicar o processo histórico e de ligar os elementos da narrativa: ao passo que em *Le Brésil Littéraire* apenas as causas e as consequências fazem parte da explicação, na *História da Literatura Brasileira*, além dessas partes, a explicação se abre para a descrição do processo entre um e outro pontos. Na passagem em questão, tal descrição surge na própria quebra da linearidade do texto, embora em verdade já tivesse sido projetada em outras partes. Seja resultado de um temperamento arredo, seja consequência do espírito polemista da inteligência brasileira do século XIX, a recorrente quebra de linearidade do texto nem sempre implica perda de funcionalidade, caso as partes possam ser reintegradas à narrativa. No último trecho comentado, pode-se ver que a quebra textual não deixa de produzir um nexos explicativo inexistente em Wolf. É verdade que há dificuldade em rastreá-lo no texto, mas ele está ali, declarado, embora espalhado pela obra.

Mais uma vez, basta lembrar que Wolf aponta a importância do período, mas não diz o porquê de atribuir-lhe essa posição de destaque. Em última análise, sua afirmação é um tanto vazia, uma vez que afirma o século XVIII sobressair na história brasileira porque prepara a independência, mas não diz o motivo de aquele período ser colocado neste posto. Quer dizer, ele só ganha destaque em virtude de suas consequências, não por ser o resultado de outros fenômenos. Parece que Wolf entende que, à medida que o tempo passa, o Brasil encaminha-se para tornar-se mais independente, mas não divisa a causa disso. Em sua narrativa vê-se que, a

cada século, a partir da chegada dos portugueses, o Brasil vai-se aproximando da existência autônoma. É o que *atestam* o aumento da produção artística e o crescente interesse por temas relacionados às florestas e aos índios. Apesar disso, o tratamento dos motivos americanos *não explica* as causas do incremento incontestável da individualidade brasileira. Não é à toa, como se disse, que o limite de sua aproximação ao esclarecer algum fenômeno narrado é a remissão às emoções, às disposições de caráter dos personagens, como ocorre, entre outros, no episódio da Inconfidência, consequência do conflito entre o temperamento do governador e da população governada.

É a este tipo de construção narrativa empreendida por Wolf que Sílvia Romero chama pejorativamente de “metafísica”, tanto porque não produz os elos necessários à completeza da explicação que propõe, quanto porque não os pode apresentar, exatamente por não entender a história materialmente, isto é, segundo um princípio que se possa considerar mensurável. Aliás, é a mesma acusação que recai sobre a tese da “obnubilação brasílica”, de Araripe Júnior, que, embora se apresente com galas científicas, seria mais uma quimera, na medida em que o crítico não indica como o processo se desenvolveu positivamente. Ao que parece, para Sílvia Romero, não basta dizer que o contato com a nova terra provocou no português um apagamento das características de povo civilizado. Seria preciso que se dissesse como isso se deu fisicamente, quer dizer, por que meios a natureza e o clima afetaram a fisiologia do português para gerar aquele esquecimento. Em suma, tanto Wolf quanto Araripe Jr. não mostram em suas explicações os motores empíricos dos fenômenos.

De sua parte, Sílvia Romero não deixa lacunas na construção da cadeia explicativa, na medida em que causa e efeito são enquadrados em um processo que é declarado. Por exemplo, quanto à tese que vê no século XVIII o “momento decisivo” da literatura produzida no Brasil, é possível dizer que está baseada, em boa parte, na interpretação daquele século como precursor da sua geração. Entretanto, o que garante a força de sua asserção não é o estabelecimento de uma relação entre causa e efeito de uma geração para outra, de modo a sugerir que aquele século seria decisivo porque tratou dos problemas com que se depararia a geração de 1870. A questão é colocada de um modo mais abrangente, na medida em que tudo isso é captado na ideia de um processo que se desenvolve historicamente, processo de que o século XVIII, a geração de 1870, e todo resto, fazem parte: o processo de formação do povo brasileiro. Neste sentido, Sílvia Romero revela os motivos que colocam o século XVIII como época mais importante da história brasileira, tanto literária quanto politicamente, aliás: é que neste tempo já se tem um povo brasileiro. Em certo sentido, pode-se dizer que Sílvia Romero

constrói uma história *formalmente* melhor, uma vez que avança na exposição da cadeia explicativa. Pode-se dizer que o historiador identifica a importância do período e diz o porquê disso. Ora, de acordo com a sua tese, o período é importante porque marca um momento de definição da nacionalidade brasileira, se considerada sua tese da progressiva miscigenação das raças no ambiente americano. Ainda que, hoje em dia, se considere sua história falha, por ter colocado como princípio para avaliação da literatura um conceito comprometido até o limite com as ciências da natureza, é inegável ser sua visão “material ou científica” da história o que lhe permite construir o texto de maneira mais completa.

De fato, toda a organização da obra de Sílvio Romero parte de um pensamento cientificista que capta a sociedade e o homem como entes naturais. E do mesmo modo que a “visão idealista” de Ferdinand Wolf implicava uma seleção que deixava certa dimensão da explicação fora do analisável, a “visão material ou científica” de Sílvio Romero promove uma seleção que, não escondendo nada, subordina tudo à biologia. Quanto ao aspecto estritamente formal, esse procedimento permite ao narrador atingir um alto grau de generalidade. Sendo assim, uma vez que tudo remete ao mesmo princípio, não é à toa que, falando do espetáculo da história brasileira, Sílvio Romero pode formular a lei de seu desenvolvimento propondo-a como uma tendência à miscigenação dos povos que passaram a conviver neste pedaço do continente americano. Essa possibilidade é garantida pela simplificação da compreensão do processo histórico, na medida em que todos os eventos são reduzidos uma expressão dessa mesma lei.

É verdade que isso implica, ao menos para a percepção atual, uma redução significativa da verossimilhança e da força argumentativa, na medida em que todas as explicações dos fenômenos convergem para um só ponto invariavelmente. Seja como for, a questão é que, enquanto Ferdinand Wolf entendia o Estado-nação e o nacionalismo brasileiros como desenvolvimento de uma força superior atualizada, como resultado da afirmação de um espírito ao longo do tempo, Sílvio Romero pressupõe que eles são desdobramentos lógicos e necessários da mistura de populações em um dado meio. E obviamente, é deste modo de entender a história que vem toda a ideologia que representa em seu livro, a qual desloca, para o povo, a importância que se concedia aos poderes instituídos e à Igreja. Quer dizer, assim como a “visão idealista” pendia ao favorecimento da monarquia e da Igreja, que, em última análise, são também manifestações de uma força sobrenatural, assim também a “visão material ou científica”, conforme se tem procurado caracterizar, inclina-se para o povo, porque o entende como um ente natural. No entanto, o que interessa é notar que povo, para

Romero, é um agrupamento biológico, uma raça. Neste sentido, mesmo os produtos mais abstratos que possam vir a existir no meio desse agrupamento não passam de desdobramentos de um fenômeno natural. Justamente quando se nota que, para Sílvio Romero, o Estado-nação era uma espécie de ser natural é que se pode captar sua tese maior, de que a literatura só pode existir quando o povo está estabelecido e tem condições de, além de prover seu sustento, desfrutar de algum lazer.

Entretanto, se o Estado-nação é visto como um ser sobre o qual incidem as leis da natureza, ele próprio, por sua vez, fornece um conjunto de leis que age sobre os indivíduos que nele se tenham originado, de modo que cada indivíduo está sujeito a tais forças que integram o Estado-nação. Em verdade, ambos estão sujeitos às leis naturais, na medida em que um e outro são apreendidos como elementos da natureza. Dessa forma, se, ao considerar os fatos e fenômenos históricos submetidos a uma lei natural, esta “visão material ou científica”, de uma parte, deixa de compreender o Estado-nação como a atualização de um princípio sobrenatural, de outra, no que se refere aos indivíduos, relativiza a importância das vontades e dos sentimentos como elemento explicativo. Em verdade, não é que os indivíduos deixem de manifestar seus desejos e emoções; acontece que eles se tornam em certa medida dispensáveis como recurso explicativo, na medida em que são expressões de forças empíricas que atuam no campo histórico. Quer dizer, embora apareçam no campo histórico, os indivíduos não são considerados como seres portadores de vontade e emoções únicas, senão que coletivas.

No caso da *História da Literatura Brasileira*, isso fica claro exatamente no modo pelo qual Sílvio Romero aborda os eventos. De fato, o historiador sergipano não aponta para uma personagem histórica específica quando trata de reportar os fatos históricos e, conseqüentemente, não busca entre os desejos e sentimentos a explicação para o que conta. Ao contrário, o que se narra é tomado sempre em termos de sua ideia de que o Brasil foi progressivamente se distanciando de Portugal pela formação de um povo diferente. As figuras mencionadas ao longo do texto são apenas índices de tendências gerais, de forças que ultrapassam a existência individual. Retorne-se, mais uma vez, ao momento em que Sílvio Romero analisa o século XVIII:

Nosso progresso foi, pois, conquistado quasi sempre a esforços nossos, amassado com as nossas lágrimas e com o nosso sangue. O Brazil desenvolveu-se por si. Invadido o interior pelos paulistas, descobertas as minas de ouro, rechaçados os estrangeiros da costa, fundadas as villas dos sertões, o progresso surgiu; a nação estava feita. Alguns brasileiros tinham viajado a Europa; muitos tinham estudado em Coimbra. De volta á pátria, espalhavam ahi as

luzes. A idéia de independência foi amadurecendo e em 1789 a Inconfidência bruxoleou no céu de Minas. (ROMERO, 1888, I, 219).

Note-se que, ao propor que o país foi-se destacando de Portugal, Sílvio Romero não menciona qualquer personagem histórico que tenha participado dos eventos arrolados, de modo que as ações é que são trazidas para primeiro plano da narrativa. O que prevalece são as ações, os eventos, mais do que as personagens, justamente porque são elas que revelam o processo histórico que define o desenvolvimento do país. As figuras individuais não têm espaço porque, em verdade, são elementos de menor importância no processo; são, quando muito, figuras que podem ou não facilitar a atualização das regras históricas. Assim, por exemplo, ao mencionar especificamente a Inconfidência e suas relações com os artistas da época, o historiador sergipano não entende que Basílio da Gama e Frei de Santa Rita Durão tenham sido figuras de destaque por uma intuição absolutamente pessoal; a importância dessas figuras reside justamente em terem elas captado o destino do povo brasileiro:

A revolução mineira foi um desejo, um anelo de poetas, abençoados sonhadores que tiveram ancias de crear para si uma pátria livre, que tiveram a coragem de soffrer e morrer por ella... Quanto distavam elles dos poetas bajuladores que degradavam nas *Arcadias* portuguezas a dignidade humana!
[...] Foi o momento mais notável da existência do Brazil e é esta a razão porque Bazilio e Durão são ainda hoje os nossos melhores poetas.
Collocados entre a phase colonial e a phase livre do paiz, elles tem a consciencia de nossos destinos e presidem ao alvorecer de nossa vida de nação. Um mostra a morte do jesuíta e do indio, indica que um povo livre sobre elles devia apparecer; o outro aponta a marcha da colonisação, a formação de uma nova ordem de cousas, a origem de nossas províncias, e tem a consciencia de uma nova pátria. (ROMERO, 1888, I, 220)

A seleção operada de modo a ressaltar os fatos e os eventos não significa, contudo, um completo desprezo pelos indivíduos que figuram na história. Acontece que, no que se refere aos processos históricos, sua importância é bem relativa, porque a “visão material ou científica” que se lança sobre o material a ser tratado tende a considerar a história mecanicamente como uma lei. Neste sentido, as individualidades são remetidas a ela conforme na passagem acima, em que se afirma que Basílio e Durão tiveram consciência dos destinos da pátria. Quer dizer, o destino se cumpriria de qualquer jeito, independentemente das existências daqueles homens. Em última análise, eles apenas serviram para deixar o processo mais evidente, na medida em que sua participação como agentes limita-se à indicação (“indica que um povo livre sobre elles devia apparecer”) e ao apontamento (“aponta a marcha da colonisação”).

É verdade que as individualidades assim achatadas, reduzidas a meros índices, não servem de explicação para os fatos históricos. No entanto, por esta mesma característica, a

seleção realizada desse modo carrega certa apreciação das personagens em relação ao processo histórico como um todo. Repare-se que Sílvio Romero entende Basílio da Gama e Santa Rita Durão serem os melhores poetas do Brasil justamente porque eles se teriam distanciado dos bajuladores da Arcádia portuguesa, e teriam escrito suas poesias imbuídos do espírito autonômico em relação a Portugal. Ora, se assim fizeram é porque eram os poetas mais identificados com a terra e, portanto, os mais nacionalistas. Dizendo-se diretamente: o fato de terem tido a consciência do processo histórico e de terem nele se inserido é um fator que repercute na avaliação geral que se faz de suas figuras, já que Sílvio Romero sugere ambos serem os melhores poetas porque foram os mais nacionalistas.

Como se vê, embora desempenhem um papel menor na explicação dos fatos, nem por isso as individualidades são ignoradas. Como índices, elas revelam o fluxo da história e são situadas como elementos promotores ou obstantes deste fluxo. Neste sentido, talvez o melhor exemplo de como Sílvio Romero represente sua ideia de história enquanto um processo que se sobrepõe aos indivíduos seja a passagem seguinte, em que, referindo-se ao século XVII, ao Padre Antônio Vieira e a Gregório de Matos, traça o seguinte quadro:

O interesse dramático desse tempo está, porém, na luta de duas forças antagônicas, que sem combaterem-se directamente uma a outra, trabalhando em esferas oppostas, podem ser consideradas como diametralmente inimigas, ainda que se julgassem aliadas.

Quero falar do padre Antônio Vieira e do poeta Gregório de Mattos. Aquelle é um portuguez que viveu no Brazil, o outro um brasileiro que residiu em Portugal; um symbolisa o gênio portuguez com toda a sua arrogância na acção e vacuidade nas idéas, com todos os seus pezadelos juridicos e theologicos; o outro é a mais perfeita encarnação do espirito brasileiro, com sua facecia fácil e prompta, seu desprendimento de formulas, seu desapego aos grandes, seu riso irônico, sua superficialidade maleavel, seu gênio não capaz de produzir novas doutrinas, mas apto para desconfiar das arrogancias e do pedantismo europeu. Vieira é o jesuíta, o producto de uma sociedade e de uma religião gastas. Gregório é o discípulo de padres que começa por debical-os, escarnece-os e duvidar de sua santidade e sabedoria. (ROMERO, 1888, I, 164)

Comece-se por notar que Sílvio Romero faz questão de falar em “forças antagônicas”, que estão além da percepção ou compreensão imediata das personagens trazidas à cena. Além disso, tais forças determinam o comportamento de Gregório e de Vieira, sobrepujando-lhes a vontade, na medida em que são consideradas antagônicas, independentemente do fato de haver ou não uma oposição declarada entre o poeta e o padre: aquelas forças trabalham em “esferas oppostas”, que incluem cada uma das figuras sem que estas sequer o saibam. Sendo assim, tanto um quanto outro são apreendidos como índices de um fenômeno que atravessa suas existências, fenômeno que nada mais é do que o processo histórico de formação da nacionalidade brasileira, cujo desenvolvimento é entendido como uma disputa entre as forças tendentes à manutenção do Brasil como extensão do povo português e as promotoras da

ruptura. Por isso, ao referir-se a tais personagens, Sílvio Romero afirma que “um symbolisa o gênio portuguez” e “o outro é a mais perfeita encarnação do espírito brasileiro”, pois são apenas a concretização das forças antagônicas que impulsionam o processo histórico.

A “visão material ou científica” da história de Sílvio Romero reduz a participação dos indivíduos como elemento de explicação dos fatos históricos, porque o processo histórico é apreendido como o desdobramento de uma regra. Sendo assim, é possível dizer que há, realmente, uma semelhança e uma diferença paralelas, em comparação com Ferdinand Wolf. Ora, de uma parte, assim como *Le Brésil Littéraire* apresentava o processo histórico como obra do destino, por estar imbuído de ideias românticas, assim também a *História da Literatura Brasileira* revela aquele processo como uma lei, por estar comprometida com um pensamento cientificista. Todavia, em termos efetivos, apesar de ambos configurarem o Estado-nação como o elemento garantidor da unidade dos fenômenos históricos, acontece que Ferdinand Wolf, ao conceber o processo histórico como desdobramento de um princípio suprassensível, acaba por identificar nas idiosincrasias dos indivíduos históricos o desencadeador dos eventos narrados, ao passo que o historiador sergipano, percebendo mecanicamente o campo histórico, desconhece nos indivíduos qualquer capacidade de promover a história.

Mas se é verdade que, na seleção que opera em sua narrativa, Romero faz sobressair esta regra (que determina ser o povo brasileiro o resultado da miscigenação de três povos em detrimento das características individuais das raças que se encontraram no território) em relação aos indivíduos, isso não implica que estes sejam desprezados em favor de suas produções escritas, por exemplo. Em verdade, os indivíduos são invocados como elementos próprios para promover a explicação em outra instância da *História da Literatura Brasileira*, aquela que trata de abordar as obras literárias. Neste campo, articuladas à ideia de que estão sujeitas também a uma lei, as individualidades ajudam a propor certa compreensão dos textos literários, que em muitos pontos se afasta daquela que estava na base de *Le Brésil Littéraire*.

2.7. A literatura na *História da Literatura Brasileira*: adaptações e continuidade

Como ficou dito, *Le Brésil Littéraire* adota concepções românticas de história e de literatura que influenciam diretamente aquilo que é passível de ser dito, sobre as obras que aborda. Por um lado, a ideia de que a história é a narrativa do desenvolvimento do Estado-nação implicava não só tomar-se a história literária como apêndice dos acontecimentos políticos, como também submeter os comentários sobre as obras ao privilégio da abordagem do nacionalismo no texto literário, o que era feito por meio de uma leitura documental. De outra parte, as concepções românticas de literatura assumidas na obra do historiador vienense orientavam os comentários para a identificação do lastro de realidade e da personalidade do autor contidos nas obras, em detrimento de, por exemplo, uma análise do modo pelo qual tais elementos eram aproveitados como materiais literários. Apreendida a literatura pelo conjunto conceitual de que se serve *Le Brésil Littéraire*, como um subproduto, o espaço que se destinava à referência direta a ela era preenchido pelo resumo e pela paráfrase de seus conteúdos.

Boa parte das ideias encontradas no livro do historiador vienense será admitida por Sílvio Romero. Basicamente, seus comentários sobre as obras que aborda aparecem influenciados por concepções de história e literatura de modo muito semelhante aos de Ferdinand Wolf. Com efeito, embora partam de concepções diferentes do processo histórico, Sílvio Romero percebe as relações entre literatura e história de forma muito parecida com a de Ferdinand Wolf, pois, assim como o historiador vienense, representa a literatura como um subproduto dos desdobramentos do processo de construção da sociedade brasileira. Além disso, considerando que a história da literatura brasileira “não é mais... do que a solução do problema do nacionalismo” (ROMERO, 1888, I, p. 214), Sílvio Romero partilha de modo evidente a ideia de que a história está articulada aos Estados-nações. Sob este aspecto, quanto ao modo pelo qual representam a história literária e pelos conceitos de que se servem, pode-se dizer que ambos se inscrevem numa mesma tradição de origem romântica.

De outra parte, no âmbito das concepções sobre a literatura, a manutenção do gênio e da literatura como representação da realidade, que são as duas principais ideias críticas que o Romantismo formulou para combater a poética clássica, inscreve a *História da Literatura Brasileira* numa certa continuidade. Sílvio Romero aproveita-se largamente daqueles conceitos românticos e, neste sentido, não se distancia do que Ferdinand Wolf fez. De fato, da

mesma forma que em *Le Brésil Littéraire*, as ideias de gênio e da literatura como representação da realidade resultam no levantamento não só da biografia dos escritores como também dos símbolos do nacionalismo pelo historiador nos textos que analisa.

Da mesma forma, não há como dizer que Sílvio Romero exponha uma teoria sobre o que entende por “literatura” ou “literatura nacional”. Apesar de seus pensamentos serem diretamente registrados, isto é, não se manifestarem apenas pelo modo como trata os textos, senão que também em formulações de caráter metalinguístico, realmente não se pode dizer que ali esteja exposta uma teoria sistematizada do que entenda ser a “literatura” ou “literatura nacional”. Não só o estilo algo “shandiano” adotado por Sílvio Romero gera um efeito caótico, como também se fecha a uma argumentação mais detida. De todo jeito, como já se disse, não é possível escrever uma história da literatura sem que se tenha uma ideia do que significam tais termos para a produção do texto e, neste sentido, pode-se dizer que a *História da Literatura Brasileira* apresenta a vantagem de trazer, de modo claro, as opiniões de seu autor sobre o assunto.

Com efeito, são muitas as semelhanças entre a *História da Literatura Brasileira* e *Le Brésil Littéraire*, mas seria equivocados pensar que representam o mesmo pensamento. Apesar de remontarem à mesma tradição crítica, a obra do historiador vienense está mais comprometida com o Romantismo do que a de Sílvio Romero. Em verdade, assim como sua concepção de história perfila o pensamento cientificista, assim também os conceitos críticos são forjados segundo as doutrinas científicas que se espalharam pela cultura ocidental durante o século XIX. Sendo assim, não se há de negar que Sílvio Romero atribuía àqueles conceitos significado diverso, formulado segundo as ideias cientificistas que foram projetadas também sobre o campo literário. É influenciado por elas que Sílvio Romero propõe-se a “escrever um trabalho naturalista sobre a historia da litteratura brasileira” (1888, I, p. 10), cujo “fito é encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espirito, do caracter do povo brasileiro” (1888, I, p. 9).

Ora, assim como ocorreu no campo da história, a projeção do pensamento cientificista significou, no campo da literatura, a incorporação de métodos e conceitos das ciências da natureza tanto ao discurso da crítica quanto ao da escrita literária. Sintetizadas no termo “Naturalismo”, as concepções do racionalismo empírico foram os instrumentos adotados pela crítica e pela criação literária para atacar o pensamento romântico, sem romper diretamente com suas práticas. É verdade que, em certo sentido, o Naturalismo foi “o contrario da intuição phantasista, do romanticismo aéreo, morbido, inconsistente, hysterico” (ROMERO, 1882, 10),

mas o foi sem mexer em certas concepções fundamentais do pensamento romântico. Definitivamente, o Naturalismo não foi uma ruptura com o Romantismo, mas uma tentativa de dar uma consistência mais científica aos discursos do campo da literatura. Neste sentido, por exemplo, tal como o Romantismo, o Naturalismo acreditava ser a arte a expressão de um sentimento, mas, enquanto para o primeiro tal sentimento era insondável, para o último, ele não só era motivado empiricamente mas também passível de descrição. Assim, de modo geral prevaleceu a ideia expressa por Hippolyte Taine segundo a qual “Rien n’existe que par l’individu; c’est lui-même qu’il faut connaître” (1866, p. V), e a literatura não deixou de estar ligada a um indivíduo, embora, segundo esta nova percepção, suas relações pudessem ser rastreadas no mundo empírico²⁶.

Em verdade, do mesmo modo que se deu em outros campos, por meio desse tipo de racionalismo, que inscrevia tudo aquilo que os românticos atribuíam à alma ou à intuição dentro de um empirismo racional, o pensamento cientificista propõe o indivíduo como o resultado do produto de forças presentes no mundo físico sobre as quais ele próprio não tem controle nem percepção plena, em substituição às concepções metafísicas do Romantismo. Em lugar da alma e da intuição entram o irracional e instinto, que, por assim dizer, representam o mesmo de maneiras distintas²⁷.

Em se tratando do discurso da crítica literária, o pensamento cientificista deu novos contornos aos significados que o Romantismo formulou para definir o gênio e o artista. Noção das mais representativas das ideias românticas sobre a arte, o gênio era o símbolo da liberdade de criação artística em contraposição à retórica normatizadora da poética clássica. Indivíduo dotado de intuição ímpar, capaz de formular de modo sublime as regras da natureza e, não raro, antes mesmo que o façam os homens da ciência, o gênio é o ser humano excepcional,

²⁶ Ora, segundo René Wellek, frequentemente, para o historiador e crítico francês “a arte parece ser apenas emoção pessoal” e, no mesmo sentido, “a emoção e a sinceridade emocional são muitas vezes critérios de boa arte” (1974, IV, 46). E não parece divergir muito disso o historiador e crítico sergipano, como deixa ver, por exemplo, ao falar de Elói Ottoni, que foi poeta “porque sentiu algumas das eternas bellezas do mundo, e, por este lado, tinha alguma cousa de pagão.” (1888, I, 362). Todavia, é preciso notar que, para o historiador sergipano, mesmo a expressão do sentimento pelo artista deve guardar o decoro e a verossimilhança. Por isso, repreende as líras que, de acordo com a tradição, Gonzaga teria escrito no cárcere, pois “o tomar-se o expediente de fazer versos, quando a lucta é profunda e a catastrophe immensa, é uma como falsificação do sentimento” (ROMERO, 1888, I, 282).

²⁷ Quanto à produção literária propriamente dita, a influência deste cientificismo implicou a representação do indivíduo como produto direto de um conjunto de circunstâncias ligadas à sua biologia e ao ambiente. Concebidas em termos mecânicos, as relações entre esse conjunto de circunstâncias e o indivíduo por ele produzido dão origem a uma representação em que, não raro, se diminuem a vontade e a consciência das personagens ao mínimo, já que resultam de um jogo de causa-efeito de tipo necessário. Não é incomum, igualmente, que a uma representação dessas, em virtude do próprio vigor com que se concebe este jogo de causa-efeito, se desconheçam absolutamente as particularidades e trabalhe-se no âmbito apenas do comum e do típico. Não se trata, com isso, de ignorar o indivíduo, pois, em última análise, ainda é sobre sua figura que se constrói a representação. O que acontece apenas é que, ao ser representado a partir de um racionalismo empirista, segundo os modelos das ciências naturais, o indivíduo deixa de ser pensado como capaz de transcender à natureza, justamente porque isso seria impossível.

superior aos demais. Neste sentido, sua maneira anormal de dar forma artística à natureza é consequência da anormalidade de sua própria constituição, de modo que, embora seja um ente da natureza, torna-se, por assim dizer, um desvio.

A rigor, a crítica naturalista, baseada no pensamento científicista, não desconheceu a intuição diferenciada do gênio, mas não o considerou um indivíduo cuja excepcionalidade fosse atributo de uma fuga das leis da natureza. Ao contrário, trazendo para o campo da literatura o axioma *natura non facit saltus*, reciclado pelo racionalismo empirista do século XIX, a crítica literária concebeu o gênio como a individualidade mais adequada às regras da natureza, conforme, por exemplo, na atualização de Hippolyte Taine, que pretendia explicar o indivíduo pela raça, pelo meio e pelo momento histórico. De modo geral, reconhecia-se que a literatura era produto dos sentimentos de um indivíduo, mas este mesmo sentimento era, por sua vez, um produto, pois se reconhecia também haver “un système dans le sentiments et dans les idées humaines, et ce système a pour moteur premier certains traits généraux, certains caractères d'esprit e de coeur communs aux hommes d'une race, d'un siècle ou d'un pays” (TAINÉ, H, 1866, p. XVIII). Dessa forma, a capacidade expressiva do artista genial, por assim dizer, é consequência do fato de nele se encerrarem os caracteres mais puros de sua raça e do ambiente que lhe deu origem, e é neste sentido que também aparece em Sílvio Romero²⁸.

Assim como aproveitou a individualidade na elaboração dos conceitos da crítica, assim também o Naturalismo incorporou a ideia de literatura como representação da realidade. Neste sentido, de modo semelhante ao que se passou com o Romantismo, o Naturalismo quis com isso sugerir que a literatura devesse procurar no mundo empírico o material que deveria plasmar. Dando continuidade à prática romântica, os escritores naturalistas entenderam ser o romance a forma mais apropriada à representação desse mundo prosaico. Neste caso, a diferença entre o pensamento romântico e o naturalista efetiva-se pela introdução da pretensão científica que se manifesta de duas maneiras: em primeiro lugar, pelo tom assumido na elaboração artística, pois, enquanto os escritores românticos assumiam uma postura deliberadamente patética, os naturalistas procuravam esvaziar a representação de

²⁸ É interessante notar que, na *História da Literatura Brasileira*, o termo gênio refere exatamente as características gerais de um povo e a índole de um escritor. No primeiro caso, tem a ver com a ideia de tipo, e daí que Sílvio Romero fale de gênio inglês, alemão, francês, português, brasileiro, etc. No segundo caso, relaciona-se à personalidade, daí falar-se em gênio alegre, folgazão, triste, melancólico, etc. Sílvio Romero, obviamente, não desconhecia o sentido emprestado pelo Romantismo, e o evoca ao comentar a alta conta em que os brasileiros tinham o padre Monte Alverne, considerando-o gênio. “O gênio era uma entidade humana bastante parecida com os gênios da poesia e da fabula; desprendido da realidade e das circunstâncias exteriores, escapava à pressão do meio physico e social; era um *espírito* a mover-se *livre* num mundo á parte. Tinha o condão de maravilhar-nos de lá com as suas revelações. Estas idéias caducaram; rimo-nos hoje d'ellas; humanidade procede por *evolução*; tudo em sua marcha se acha concatenado e sujeito á lei do desdobramento. Lyell refutou a theoria revolucionaria em geologia, Darwin a banii da biologia e Comte da historia...” (1888, I, 352).

simpatia ou antipatia²⁹, como um verdadeiro cientista. Assim, como um experimentador, o romancista apenas apresentará diante do público uma experiência, “mais il n’aura ni s’indigner, ni à aprouver personnellement” (ZOLA, 1881a, p. 29).

Em segundo lugar, e talvez o mais importante, o conceito de literatura como representação da realidade passa a caracterizar a obra literária como uma espécie de experimento. Isto é, a obra literária deveria não só ser o espaço de exercício em que o escritor explicaria a realidade a partir de hipóteses baseadas na observação, mas, sobretudo, seria o instrumento revelador das leis que regem a vida humana. Em termos práticos: não é que a literatura se sirva das ideias científicas para plasmar a realidade, mas justamente que plasma a realidade para servir à ciência. Em se tratando de romance, esclarece Zola: “celui qui écrivit le mieux ne sera pas celui qui galopera le plus follement parmi les hypothèses, mais celui qui marchera droit au milieu des vérités” (1881, p. 46). Assim, a perspectiva naturalista acentua certa tendência, já presente no Romantismo, de fechar o espaço para a representação que não estivesse claramente lastreada no mundo empírico, ao defender que “textos e escritores de primeira ordem seriam aqueles que [...] centrassem sua concepção de literatura na ‘realidade’, esquecendo-a enquanto ficção, enquanto produção” (SUSSEKIND, 1984, p. 101).

No seio do discurso da crítica, o aproveitamento da ideia de literatura como representação da realidade empírica serviu para dar continuidade à promoção dos símbolos da nacionalidade como elementos adequados a servir de repertório à imaginação artística. Como se disse, a concepção de literatura como representação da realidade empírica foi posta em prática pela crítica romântica a fim de remover a maquinaria clássica do campo literário. Esperava-se que o artista criasse uma obra cuja representação contivesse um lastro de realidade; esperava-se que o artista fosse colher os materiais que plasmaria, seja em fontes históricas, seja na observação da sociedade. Ora, o Naturalismo, que concebeu a nacionalidade como um princípio natural e viu na literatura uma de suas formas de concretização, não fugiu à regra. Nesta condição, se a crítica naturalista propunha que a

²⁹ Não se trata de dizer que a estética romântica tenha sido otimista e utópica, ao passo que a naturalista tivesse sido pessimista e materialista em absoluto, pois, embora o Romantismo tenha representado o mundo mais sentimentalmente, por assim dizer, nem por isso os romances deixam de oscilar entre o otimismo e o pessimismo. Não se trata de dizer, igualmente, que a estética naturalista, por causa de uma percepção pessimista do mundo, tenha-se aberto à representação do feio e do disforme, pois, mais uma vez, neste caso trata-se de uma disposição atávica, que encontra sua origem no Romantismo. Além do mais, não se pode dizer que a estética romântica tenha valorizado os sentimentos, enquanto a naturalista os tenha negligenciado, pois há um sentimentalismo presente em ambas as correntes de modo bastante evidente. A questão é justamente que, ao passo que o Romantismo deu origem a certa representação entusiasmada do mundo, o naturalismo pretendeu criar uma representação artística do mundo avalizada por uma postura científica, isto é, que captasse e plasmasse o mundo por meio da observação isenta de julgamento moral. Em termos efetivos, essa intenção, nem sempre levada a cabo, tendo em vista que a postura científica, muitas vezes, prestou-se a mascarar preconceitos, resultou na incorporação de um vocabulário bastante próximo ao das ciências da natureza, que, como se tem dito, foram tomadas como modelo por diversas áreas do conhecimento.

literatura devesse representar a realidade como produto de leis, uma das mais importantes a ser seguida pelo artista era expressar a nacionalidade.

Na *História da Literatura Brasileira*, Sílvio Romero atualiza todo este repertório conceitual reformulado pelo pensamento cientificista que teve lugar na Europa em meados XIX e, desde então, expandiu-se para o Brasil. De fato, a maneira como aborda as obras literárias é diretamente influenciada por tais concepções de história e literatura. Em comparação com Ferdinand Wolf, os procedimentos pouco se alteram, já que Sílvio Romero subordina igualmente a literatura ao nacionalismo e à personalidade dos autores, jogando para segundo plano a análise do texto literário. Assim como acontece em *Le Brésil Littéraire*, os comentários que se fazem das obras literárias vêm a reboque da narrativa da formação da nacionalidade brasileira e em seguida à biografia dos autores. A diferença encontra-se justamente no que é dizível para cada um dos autores, o que, de fato, é determinado pela maneira como atualizam aquelas ideias.

A respeito do nacionalismo, já se disse que Sílvio Romero o entende de modo diferente de Wolf. Além disso, ao passo que Wolf utiliza como instrumento crítico duas versões da nacionalidade brasileira formuladas pelo Romantismo, Sílvio Romero recorre a apenas uma. Para o historiador sergipano, a nacionalidade brasileira é uma identidade construída historicamente a partir da formação de outro povo. Resultado da mistura de diferentes raças em solo americano, a nacionalidade é a representação destas circunstâncias em sua completude. Em suas palavras: “nosso povo não é o índio, não é o negro, não é o português; é antes a somma de todas estas parcelas atiradas ao cadinho do Novo Mundo” (ROMERO, 1888, I, p. 171). Neste sentido, o nacionalismo, conforme o formulado por Sílvio Romero, está distante das duas versões que apareciam atualizadas na obra de Wolf quando tratava da literatura. De uma parte, ao concebê-lo como expressão do povo, retira das instâncias oficiais e da Igreja a importância que Ferdinand Wolf lhes atribuía; de outra parte, ao entender que este povo é o resultado de uma mistura de raças, afasta a simbologia também incorporada pelo historiador vienense, que tinha sido preparada pelos artistas românticos, segundo a trilha aberta por Ferdinand Denis, em torno do índio e da natureza.

A apreciação que faz de autores e obras é regulada justamente por esta ideia de nacionalidade como mistura racial no ambiente americano. É interessante notar como Sílvio Romero refere-se negativamente a tudo o que, de acordo com o Romantismo, fazia parte da nacionalidade brasileira. Assim, por exemplo, a quase tudo que se refira à Igreja, Romero deprecia, salvando-se somente aquilo que possa ser incorporado à sua concepção de

nacionalidade. Já se transcreveu mais atrás suas ideias a respeito do padre Antônio Vieira, que não é considerado parte integrante da literatura feita no Brasil, apesar dos muitos anos que aqui vivera e de ter pregado seus sermões na colônia. Isso acontece justamente por considerar que de um modo geral a Igreja e seus representantes desempenharam um papel negativo na formação do povo brasileiro. Assim, se fala em “Vieira [,] não é que o queira considerar um dos nossos; [ao contrário,] é que o padre foi um grande desnorteador litterario dos brasileiros de então, e é preciso fallar nelle, ainda que incidentalmente” (1888, I, p. 168).

Essa conduta é, entretanto, amenizada quando ele se depara com algo que identifique com suas ideias sobre a nacionalidade, como se dá ao tratar dos poetas sacros e sermonistas que viveram na virada do século XVIII para o XIX. Vale lembrar que, para Wolf, figuras como São Carlos, Sousa Caldas e Elói Ottoni promovem, ao darem vazão ao sentimento religioso em suas obras, um dos aspectos da nacionalidade brasileira. Para Romero, não se trata propriamente disso: embora reconheça ser a religiosidade um aspecto da cultura brasileira, as maiores contribuições da “pleiada de oradores sagrados” que viveram naqueles dias (1888, I, p. 314) foi justamente levar a língua falada pelo povo para os meios mais prestigiados da sociedade, além de terem pelejado pela independência do país.

Os nomes de São Carlos, Sampaio, Monte Alverne e outros não estão hoje de todo esquecidos pelo povo brasileiro; porque estes homens preencheram uma dupla função no seu tempo: ajudaram a modificação nacional da lingua e concorreram para a accentuação das idéas de independência. São estes os títulos que lhes garantem um lugar na historia.

[...]

Depois de três séculos de emigrada para o Brazil, a lingua portugueza estava bastante alterada na pronunciação e no meneio da phrase na bocca do povo; mas ainda não tinha esse brazileirismo da linguagem uma consagração litteraria. Os pregadores deram-lha diante dos régios ouvidos de João VI. Por outro lado, todos aquelles padres e frades illustres eram grandemente patriotas, e entre outros, Sampaio e Cunha Barbosa foram figuras proeminentes na obra da nossa emancipação. (ROMERO, 1888, I, pp. 313-314)

Quer dizer, os sermões produzidos por estes homens são valorizados porque contribuem para expandir a língua falada pelo povo a usos respeitáveis, e não quanto a suas propriedades artísticas; do mesmo modo, não por serem religiosos, mas por serem patriotas é que são notáveis. Neste caso, vale ressaltar que Sílvio Romero opera uma distinção nítida entre a contribuição desses homens enquanto oradores e enquanto poetas sacros. Como oradores, já se sabe qual foi sua contribuição; enquanto poetas, de acordo com o historiador sergipano, eles são elementos positivos desde que se entenda que suas produções introduzem elementos da nacionalidade brasileira. Eis o juízo que faz do poema “A Assumpção da Virgem”, de São Carlos:

Na poesia, este notável franciscano possuía algum calor, certa animação, que transparece através das agruras do assumpto abstracto e suprasensível de seu poema. Por isto as melhores passagens d'este são, por certo, como já se tem dito, aquellas em que elle introduz scenas brasileiras no 3º e 6º cantos. O poema é duro para ser lido em seu todo, é preciso catar aqui e acolá. Certa tendência objectiva e descriptiva orna-lhe os melhores trechos. (ROMERO, 1888, I, p. 320)

As qualidades que reconhece na obra do religioso estão relacionadas ao fato de representar a realidade brasileira, já que somente a parte das cenas brasileira é palatável, justamente porque é ornada pelos recursos da objetividade e pela descrição. Por aí já se vê como Sílvio Romero atualiza a ideia de literatura como representação da realidade, e como isso se relaciona com o que se pode dizer das obras ou dos autores. Como vê nos símbolos nacionais uma forma de referir-se à realidade e como considera a nacionalidade a expressão de um povo, o historiador sergipano acaba por atentar para a participação eclesiástica, na medida em que possa ter contribuído para formar o povo brasileiro. Ora, o procedimento empregado por Sílvio Romero é o mesmo de que se serve Ferdinand Wolf, consistindo a diferença apenas na atualização da ideia de nacionalismo.

Ao lado desse redimensionamento da participação da Igreja, que implica uma apreciação de obras e autores por outra perspectiva, está certa relativização dos símbolos caros à crítica romântica para a expressão da nacionalidade. De fato, Sílvio Romero identificou no ambiente americano e no índio figuras representativas da realidade brasileira, mas não entendeu que fossem as que melhor se prestassem a isso. Quanto ao indianismo, que, para Sílvio Romero, “não foi, [e] que não [era] a synthese do gênio brasileiro” (ROMERO, II, p. 1410), as ressalvas estão sempre relacionadas à sua tese sobre a nacionalidade como mistura de raças. Assim, quando aborda, por exemplo, o *Caramuru* e o *Uruguai*, os comentários sobre estas obras pautam-se por essas ideias. Sobre o poema de Basílio da Gama, comenta:

O fim ostensivo do poema era atacar os jesuítas ; o seu resultado inconsciente, descoberto agora pela critica, foi dar plena entrada ao indígena na poesia, fazel-o lutar ahi face a face com o europêo, mostral-o em seus costumes, suas tradições, seu gênio; apresental-o como gente espoliada pela *perfidia de Europa*.

[...]

O defeito capital de Basilio, n'esse ponto, foi o defeito capital de seu tempo em historia. O século passado não conheceu de modo nitido o grande principio das raças, das nacionalidades, um dos mais importantes da critica no século XIX. Por isso Basilio não insistiu conscientemente n'este sentido; nem elle conhecia as condições ethnicas do Brazil. (ROMERO, 1888, I, p. 225-226)

E mais adiante, sobre o poema de Santa Rita Durão:

O *Caramurú* appareceu em 1781; ha um século. É o poema mais brasileiro que possuímos. Pela apreciação do problema ethnico, pela comprehensão do elemento histórico, e pelo justo equilibrio concedido ao colonio portuguez entre os caboclos, é superior ao *Uruguay*. 231
 O *elemento negro* apparece contemplado em Henrique Dias e seus ethiopes. O temperamento catholico do brasileiro actual, o character aventureiro do portuguez, nosso amor á França symbolisado na viagem de Diogo a Pariz, o caboclo, suas lendas, costumes, suas tribus, nossas plantas, animaes, nossas famílias coloniaes, nossas luctas com os estrangeiros, tudo apparece n'essa pequena Iliada. E' o mais brasileiro de todos os nossos livros. (ROMERO, 1888, I, p. 231)

Na mesma linha, mas agora em tom de declarada desaprovação, Sílvio Romero comenta a épica de Gonçalves de Magalhães:

Como representação ethnica dos brasileiros, o livro é sem prestimo, por falso e incompleto; falso, porque a pintura dos caracteres selvagens e dos colonos é inexacta; incompleto, porque falta alli o elemento negro, sem duvida a certos respeitoos o mais considerável do Brazil. A falsidade dos typos indígenas, dos Airabires, das Iguacús, dos Pindobuçús e outros salta aos olhos. E' só abrir o poema e ler ao acaso. São portuguezes da classe media com cores selvagens. (ROMERO, 1888, II, p. 707)

Em todas as passagens citadas, a avaliação das obras parte sempre do modo como se ajustam à sua tese sobre a nacionalidade brasileira. Desse modo, em vez de analisar as obras, Sílvio Romero atua antes como um avaliador delas, identificando as boas e as más, o que não deixa de condizer com sua ideia de que a literatura “rege-se pela lei do desenvolvimento á maneira das formações biológicas”, e “tem a sua lucta pela existência, onde as ideias mais fracas são devoradas pelas mais fortes”(ROMERO, 1888, II, 691). Mas, como se disse, não é só contra a apologia ao índio que Sílvio Romero desfere suas críticas; também é rigoroso com os escritores que se servem do meio brasileiro para afetar nacionalidade. Quanto a isso, vale notar que o historiador repete quase integralmente a ideia formulada por Machado de Assis, no “Instinto de Nacionalidade”, a qual propunha que se exigisse de um do escritor antes de tudo “certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS, J. M. M. de, 2004, p. 804), do que a reprodução da realidade. Leia-se:

Não é nacional quem o quer; é nacional aquelle que a natureza o faz, ainda que o não procure ostensivamente. Exemplos para esclarecer: Gonçalves Dias é mais brasileiro quando deixa ver o seu sentimento directo, sem affectação, como na poesia *Os seus olhos*, do que quando se faz erudito e escreve o *Y-Juca-Pirama*.
 O poeta pôde mostrar-se brasileiro tanto no manejo de um assumpto geral, universal, quanto no trato de assumptos nacionaes. (ROMERO, 1888, I, p. 214)

É verdade que, em formulação semelhante à de Machado de Assis, Sílvio Romero, nesta passagem, dá a entender que o grau de nacionalidade de uma obra dependeria antes de certa conduta do escritor do que da inclusão de referências exteriores. Todavia, apesar dessa

aparente afinidade entre o romancista e o historiador, as posições não são absolutamente equivalentes. De fato, a ideia contida no trecho é constantemente desmentida ao longo de sua história, já que se insiste renitentemente nas referências aos símbolos nacionais. Mas, sobretudo, deve-se ressaltar que enquanto Machado pressupunha que, para atingir a nacionalidade sem afetação, seria preciso um trabalho de reflexão por parte do escritor ajudado por uma “crítica doutrinária”, Sílvio Romero pressupõe que isso seja um trabalho da natureza: “é nacional aquelle que a natureza o faz”. Desse modo, o “sentimento directo” de que fala parece antes indicar que o historiador espera que o escritor seja é um porta-voz do mundo ao seu redor do que propriamente um elaborador dele.

Não é à toa que, excluindo-se o caso de Tobias Barreto, reconheça, dentre todos os nomes arrolados em sua vastíssima obra, os escritores mais brasileiros foram Gregório de Matos e Gonçalves Dias: o primeiro foi “mais do povo” e estava “em perfeita hamonia com seu meio”, o segundo “descendia das três raças que constituíram a população nacional e representava-lhes as principaes tendências”. E tais ideias é que estão por trás dos comentários que tece sobre a sátira do poeta baiano e a poesia do maranhense:

Apreciam-se, lendo as suas satyras escriptas no Brazil, quatro factos característicos:—a differenciação já crescente da *maneira brasileira* de manejar a lingua; a tendência de ridicularisarem-se entre si, que pronunciadamente animava as trez raças formadoras de nossa população; n’esta a consciência já clara de ser ella alguma cousa de novo, que não deveria ser sempre a *anima vilis* das explorações portuguezas, e, finalmente, o descontentamento que lavrava já contra os governos pezados e ásperos da colônia. (ROMERO, 1888, I, p. 180)

O autor de *Marabá*, da *Mãe d’Água*, do *Leito de Folhas Verdes*, do *Gigante de Pedra*, do *Y Juca-Pirama*, dos *Tymbiras*, que é também o autor das *Sextilhas de Frei Antão*, isto é, o auctor do que ha de mais nacional e do que ha de mais portuguez em nossa litteratura, é um dos mais nítidos exemplares do povo, do genuíno povo brasileiro. É o typo do mestiço physico e moral de que temos falado repetidas vezes n’este livro. Gonçalves Dias era filho de portuguez e mameluca, quero dizer, descendia das três raças que constituíram a população nacional e representava-lhes as principaes tendências. (ROMERO, 1888, II, p. 858)

Como se vê, o aproveitamento das obras literárias na *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, é semelhante ao de *Le Brésil Littéraire*. Em ambos os casos, prevalece uma leitura documental das obras literárias, que as toma como testemunhas da evolução da nacionalidade brasileira, em detrimento da aferição de seu valor artístico. Quer dizer, o seu valor artístico é confundido com seu valor documental, e passa a ser aquilatado segundo se aproxime dos referenciais estabelecidos na demarcação da nacionalidade. Não é que os historiadores em questão não falem de literatura; ao contrário, fala-se de literatura com abundância, mas de acordo com o conceito que têm segundo o qual ela é uma expressão da nacionalidade.

Aliás, não só da nacionalidade; a literatura é ainda expressão de uma individualidade, é um documento que revela a personalidade do escritor. Se, ao elaborar a narrativa da história da literatura brasileira, a tese de que partia e o cientificismo sobre o qual se sustentava faziam com que a individualidade das personagens históricas fosse reduzida a indício de forças superiores à sua vontade e consciência, quando passa ao comentário literário, a mesma tese e o mesmo cientificismo curvam-se ao indivíduo. Sílvio Romero também parte do pressuposto de que a literatura está ligada a uma individualidade; acontece, porém, que para ele este termo pode estar relacionado aos mais diversos aspectos da existência. Assim, as biografias e as produções artísticas são relacionadas ora às características fisiológicas, ora ao temperamento, ora à condição de vida, ora a qualquer fato considerado relevante. A maneira por que procede varia para cada escritor que aborda, conforme declara ao comentar a produção artística de Gonçalves Dias, num de seus momentos “shandianos”:

Pode-se-lhe fazer apenas uma apreciação esthetica, a definição do gênero em que figurou; pode-se fazer a pintura de seus modos, sestros, impulsos e *tics*, quadro physiologico.
 Pode-se desfiar o encadeamento normal de suas ideias, quadro psychologico.
 Pode-se fazer a simples critica impressionista, dizendo o gênero e a indole das emoções que nos desperta o autor...
 Pode-se, que sei eu? limitar a gente a apontar simplesmente suas obras e o contheudo geral d'ellas, ou tomar um outro caminho qualquer.
 Qual d'estes methodos vou applicar a Gonçalves Dias?
 Não sei. Digo o que penso d'elle, sem me preocupar com systemas e amaneirados críticos.
 (ROMERO, 1888, II, p. 857)

É significativo o fato de Sílvio Romero confundir autor e obra. Ao que parece, o historiador sergipano mistura os procedimentos de análise justamente porque não tem clareza de seu objeto. Note-se que, para ele, está em questão fazer uma apreciação de Gonçalves Dias, mas há uma diferença nos objetos tratados quando se aborda o gênero em que um artista figurou, quando se abordam seus modos, sestros, impulsos e *tics*, ou ainda quando se pesquisam as emoções que o escritor desperta no seu público. Ora, no primeiro caso, o objeto seria o texto, no outro, o autor, e, no último, o leitor. No entanto, para o historiador em questão, tudo se mistura na pessoa do autor, já que, como alguns de seus contemporâneos, entendia que “o produto literário implicava um inefável, a individualidade” (COSTA LIMA, L, 1981, 33).³⁰

³⁰ A respeito da inconstância metodológica de Sílvio Romero, Luiz Costa Lima repara que o titubeio do historiador sergipano dá-se entre duas linhas de interpretação: uma, sociológica e, outra, a que se poderia chamar expressionista. Atuando quando a interpretação buscasse relacionar o meio com a obra, a leitura sociológica indicaria a “formatividade da obra” (COSTA LIMA, 1981, 33), isto é, das condições sócio-históricas que produziram a obra literária, ou que o texto representa. Neste caso, a interpretação sociológica seria orientada pela tese nacionalista da mistura racial, e a obra seria explicada a partir do que representa em relação a esta tese. Por outro lado, a leitura expressionista seria evocada quando da explicação da forma da obra literária, mas, neste caso, não conseguiria cumprir sua meta por concebê-la como expressão do indivíduo, cuja existência

Não é à toa, portanto, que, desse modo, as citações das obras que aparecem ao longo do texto têm a função precípua de provar aquilo que se diz sobre o *escritor*. As citações dos escritores ao longo da *História da Literatura Brasileira* não partem do interesse em analisar a forma e o fundo, como se dizia na época, das obras literárias; ao contrário, o interesse é, antes, pela figura do autor. Aliás, o método “vida e obra”, que já se viu utilizado por Wolf, e agora por Sílvio Romero, “não atin[a] para a especificidade do discurso literário”, por “considera[r] que ou o exame da obra *documentaria* o modo como o autor haveria sido em certa fase ou a análise biográfica *documentaria* o verdadeiro sentido de alguma passagem ambígua” (COSTA LIMA, L, 1986, p.193). Obviamente, isso já acontecia em *Le Brésil Littéraire*; no entanto, como as citações não são feitas no corpo do texto, mas em separado, essa disposição é disfarçada pela ideia de antologia³¹, *morceaux choisis*, que o historiador vienense utiliza. Neste sentido, mais uma vez, do mesmo modo que Ferdinand Wolf, Sílvio Romero entende que a obra é consequência da vida das personagens, e mantém a tradição de ser a história da literatura um discurso composto basicamente do conjunto de biografias e de perfis psicológicos dos escritores de que trata.

Por exemplo, para falar de Álvares de Azevedo, que, junto a José de Alencar e Gonçalves Dias, teria sido um dos grandes nomes da literatura brasileira, Sílvio Romero, além de fazer considerações sobre a adequação dele ao meio brasileiro, bem como a contribuição que dera à literatura brasileira, traça-lhe a biografia e o perfil psicológico. Antes de se chegar ao ponto crucial, vale destacar que, a respeito da adequação e da contribuição do poeta, para Sílvio Romero, ele era “um producto local, indígena, filho de um meio intellectual, de uma academia brasileira”, e arrancou o Brasil “de uma vez da influencia mental portugueza.” (ROMERO, 1888, II, p. 903). Com o primeiro juízo, o historiador quer dizer que Álvares de Azevedo não foi estudar em Coimbra, mas no Brasil; com o segundo, que, em vez de formar-

é irredutível a uma só tese e a uma só abordagem. Será desnecessário dizer que este trabalho partilha dessa interpretação da inconstância metodológica de Sílvio Romero, pois ela expressa bem a ideia que se procura defender nesta parte do trabalho. Como se tem procurado mostrar, sempre que Sílvio Romero ativa o conceito de que a literatura é representação da realidade, remete esta última para sua tese do nacionalismo brasileiro, de mistura racial no ambiente americano. Por outro lado, ao ativar o conceito de literatura como expressão do indivíduo, não há um critério de abordagem definido.

³¹ Como observa Janaína de Senna, no século XIX, as histórias literárias e as antologias da literatura brasileira trabalham com os mesmos conceitos de nacionalidade e individualidade. No entanto, a organização textual de cada uma varia devido as intenções um tanto diferentes que têm de cumprir. Por isso, “o formato que se consolidou para as histórias da literatura a partir da virada do século XIX para o século XX pode ser sumariamente definido como um texto narrativo que procura ordenar cronologicamente fatos e feitos literários — e biográficos —, acompanhados de alguns modelos [de textos literários...]. De forma também bastante resumida, é possível definir uma antologia lançando mão dos mesmos elementos. A diferença entre ambos seria basicamente uma questão de proporção: no caso dessas últimas, o predomínio seria dos tais *modelos*, ao passo que ao texto narrativo caberia apenas a função de *roteiro*...” (SENNA, 2006, p. 146). Quer dizer, na história a ênfase é dada nos fatos e nas biografias, ao passo que nas antologias destacam-se os textos. Daí, dizer-se que, no caso de *Le Brésil Littéraire*, a relação entre texto e autor é disfarçada, pois um vem distante do outro, embora figurem na mesma obra.

se culturalmente por intermédio dos escritores lusitanos, o jovem poeta preferiu ter contato direto com as grandes obras da literatura do Ocidente, daí seu universalismo.

Feita essa observação, passe-se, então, para o ponto principal: a biografia e o perfil psicológico. Ora, o historiador sergipano parte da ideia de que Álvares de Azevedo “foi uma natureza inteligente e idealista, porem mórbida, desequilibrada de origem, e ainda mais enfraquecida pelo estudo e agitada pela leitura dos sonhadores do tempo.” (ROMERO, 1888, II, p. 908), não tendo “tempo, nem oportunidade de travar um amor serio, uma paixão sincera e pura” (ROMERO, 1888, II, p. 908), embora tivesse frequentado as festas que os estudantes faziam em seu tempo. Definida a individualidade de Álvares de Azevedo, Sílvia Romero aponta como ela está presente na poesia do jovem estudante:

Precoce em tudo, estranhava que esse affecto [o amor] não lhe tivesse ainda chegado. D'ahi, por este lado, o dualismo que se nota nas composições lyricas de gênero amoroso em Azevedo. A's vezes é um lyrismo idyllico e todo confiante, mas puramente ideal; outras vezes é a amargura de quem não encontrou ainda um coração que o comprehendesse, ou a pintura d'alguma scena lasciva. (ROMERO, 1888, II, p. 908).

Com as pressões exercidas pelas ideias de literatura como representação da realidade e expressão da individualidade, pouca coisa se diz propriamente do texto em si. Em geral, o que se faz é a indicação da temática, junto a algumas observações sobre a forma textual. Quanto a isso, à diferença de Wolf, que, normalmente, faz um resumo de algumas obras de maior extensão, Sílvia Romero costuma servir-se da citação de longos trechos, inseridos no próprio corpo do texto para ilustrar as tendências que identifica, não sendo raro que mesmo tal procedimento seja dispensado. Na verdade, as citações não servem para a análise, senão que a substituem. Seus comentários sobre a organização do poema são vagos e se limitam, quase sempre, a reciclar o velho jargão da poética clássica. É o caso, por exemplo, dos comentários que faz sobre *A Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães:

O episódio é bem escolhido, por ser um facto histórico, por collocar frente a frente os conquistadores e os vencidos, por ser o momento da fundação do Rio de Janeiro a grande cidade da America do Sul, e por trazer á scena a figura sympathica do padre Anchieta. Mas que prosaismo! que falta de vida! que falta de força! que situações falsas! E' um grande cartapacio em doze cantos em versos brancos n'um estylo bronco e duro a molestar-nos de vez. (ROMERO, 1888, II, p. 707)

Como se vê, formado por juízos breves e categóricos, o comentário não chega sequer perto de apresentar a epopéia do Visconde de Araguaia, quanto mais de fazer-lhe uma análise. Em verdade, talvez seja essa uma característica do próprio gênero textual representado pelas histórias da literatura brasileira, que exige uma forma sintética. Ora, pela vastidão do assunto,

a história de uma literatura nacional é ardua a qualquer análise, ainda mais no caso de Sílvio Romero, que trabalha com um conceito de literatura bem vasto. É verdade que a maior parte da *História da Literatura Brasileira* concentra-se na poesia, mas aquilo que seu autor define como literatura inclui desde as ciências naturais até obras de direito, o que certamente deixaria a obra mais com o perfil das antigas bibliotecas e dicionários do que propriamente de história literária.

Mas seria equivocado supor que a rejeição à análise, o cientificismo e a manutenção dos conceitos críticos herdados do Romantismo impliquem a ausência de interpretação mais ousada, por assim dizer, da parte do historiador. De fato, Sílvio Romero propõe uma definição clara da nacionalidade e da literatura no Brasil e, a partir delas, procura explicar algumas linhas mestras da cultura nacional. É verdade que a manifestação cultural é reduzida a uma dimensão meramente fisiológica, mas ainda assim revela o lado positivo da forma sintetizadora das histórias da literatura.

Assim, por exemplo, Sílvio Romero aponta para aspectos relevantes da vida intelectual e literária do Brasil, e procura entender o porquê da natureza assumida pelo trabalho intelectual, além de identificar na cultura do país certo gosto por um uso meramente retórico das palavras, bem como o pendor ao lirismo presente na literatura feita no Brasil. É notável que tais questões sejam colocadas de forma clara exatamente no capítulo em que trata do meio físico brasileiro, pois isso indica que, para Sílvio Romero, os fenômenos culturais são derivados de circunstâncias físicas. Vale dizer que a interpretação do historiador sergipano vem após um longo trecho retirado de Michel Lévy, que teria definido não só o clima do país, mas apontado as consequências dele para a fisiologia do brasileiro. Aos brasileiros acontece aquilo que se dá nas zonas equatoriais, onde o clima quente ataca as populações, deixando-as mais debilitadas. Tais circunstâncias, que fazem a vida do brasileiro difícil, explicam “a precocidade de nossos talentos, sua extenuação prompta, a facilidade que temos em aprender e a superficialidade de nossas faculdades inventivas” (ROMERO, 1888, I, p. 56). Diante disso, a solução só poderia ser a seguinte:

A nação precisa mais de um regimen dietetico acertado e caprichoso do que mesmo de um bom regimen político. O brasileiro é um ser desequilibrado, ferido nas fontes da vida; mais apto para queixar-se do que para inventar, mais contemplativo do que pensador; mais lyrista, mais amigo de sonhos e palavras retumbantes do que de idéas scientificas e demonstradas. Não temos philosophia, nem sciencia, nem a grande poesia impessoal de um Shakspeare, ou de um Goethe. Temos o palavreado da carolice, a mystica ridícula do beaterio enfermo e fanático, de um lado, e de outro, os devaneios futeis da impiedade impertinente e fácil; na poesia, o lyrismo subjectivista, mórbido, inconsistente, vaporoso, nullo. (ROMERO, 1888, I, p. 56-57)

Ora, para que se perceba a importância da forma sintética da *História da Literatura Brasileira* de Sílvio Romero, basta notar que estas são questões que continuam a interessar a inteligência brasileira. É verdade que, desde muito tempo, as propostas de interpretação já não são baseadas no cientificismo que se espalhou no século XIX, mas ainda estão na pauta da inteligência os mesmos fenômenos culturais. É essa percepção mais abrangente, fruto de uma abstração operosa, um dos maiores contributos da *História da Literatura Brasileira* de Sílvio Romero, mesmo estando relacionada a uma perda da capacidade analítica. De fato, seu autor estava interessado em produzir uma síntese da cultura brasileira por meio da produção intelectual brasileira, daí seu amplo conceito de literatura.

É, aliás, a pretensão à síntese que marca a diferença entre Sílvio Romero e os demais historiadores da literatura brasileira. O historiador sergipano tentou captar a cultura brasileira, ainda que a entendesse como fenômeno biológico, ao passo que os demais delimitaram as suas pretensões à compreensão do campo literário. No caso de José Veríssimo, como veremos a seguir, embora esta delimitação nas ambições não traga tantas modificações na forma de sua história em comparação aos modelos do gênero, revela alterações conceituais profundas a respeito do trabalho intelectual, da produção artística e da compreensão da literatura, se correlacionadas ao papel social desempenhado pela inteligência brasileira no período inicial da República.

3. A HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA, DE JOSÉ VERÍSSIMO

3.1. Os intelectuais sob a República

As histórias literárias de Ferdinand Wolf e de Sílvio Romero, como se tem proposto neste trabalho, atualizam ideias e formas de pensamentos que circulavam no seio da inteligência brasileira no momento histórico em que foram elaboradas, e as empregam para caracterizar o desenvolvimento da literatura. Ao que se tem chamado de pensamento conservador, por sua proximidade com o poder imperial, filiou-se o primeiro daqueles historiadores, enquanto Sílvio Romero ficou vinculado ao pensamento da geração de 1870, que questionou o Império.

Ao lado disso, cabe ainda acrescentar que a caracterização desses autores por meio de sua inserção nos grupos intelectuais em que tomaram parte, por assim dizer, abrange, além das ideias e pensamentos, certo investimento sentimental a respeito do nacionalismo. De fato, isso se pode notar pelo próprio *ethos* de cada um dos historiadores, uma vez que, em *Le Brésil Littéraire*, Wolf representa-se um aristocrático erudito, pois, além de colocar como personagens centrais da história os envolvidos com a administração local e com a Igreja, também configura seu discurso num tom comedido, polido. A formalidade de sua linguagem, que não se deixa impregnar de paixões ou entusiasmo descomedidos, é índice de nobreza e, por isso mesmo, corrobora uma ideia de nacionalismo que se conforma com a situação vigente. No último parágrafo da parte narrativa de sua obra, Ferdinand Wolf condensa a imagem da literatura brasileira, por meio da qual se pode perceber a figura do historiador que acredita estar a história literária do Brasil em bom caminho:

La littérature brésilienne peut prétendre à bon droit à être regardée comme vraiment nationale; en cette qualité elle a sa place marquée dans l'ensemble des littératures du monde civilisé; enfin, dans la dernière période surtout, elle s'est développée dans toutes-les directions et a produit dans les principaux genres des .oeuvres dignes de l'attention de tous les amis des lettres.(WOLF, 1863, p. 242)

A rigor, toda construção da história de Wolf revela comprometimento com certo modo de representação da nacionalidade brasileira apegada às instituições oficiais, de forma que os reparos feitos aos autores e obras literárias parecem tomar por parâmetros modelos profundamente inseridos na ideia de nacionalidade veiculada pelo autor. Ao assumir,

portanto, um tom moderado, comedido e polido, Wolf revela-se satisfeito com aquilo que se lhe depara e, pode-se dizer, para ele o desenvolvimento da literatura no Brasil liga-se à manutenção das forças que sustentam a nação. *Le Brésil Littéraire* perfila os mesmos pensamentos e sentimentos expressos por Joaquim Norberto, segundo se verifica na seguinte passagem:

Eis o passado e o presente de nossa poesia, e qual será o seu futuro? Oh que nosso coração palpita de esperança, de glória e de entusiasmo à vista desta mocidade, que do berço se eleva tão amante das letras e seduzida do amor da glória! Ele será glorioso, e, porventura, os literatos mais prezados que presentemente, mas cumpre avançar e não retrogradar, e ao cabo a gloriosa meta. (SILVA, 1998, p. 141)

De sua parte, a representação que de si próprio faz o historiador sergipano revela uma imagem contrária a essa de Wolf. Como se disse, Sílvio Romero subordina a apresentação das ideias aos seus gostos e vontades e, por isso, produz um texto entrecortado, não linear, “shandiano”, como já ficou dito. Mas não se trata somente disso; o estilo do maior defensor da Escola de Recife, não raro, se faz rude, grosseiro, indelicado e abertamente agressivo. Embora, em muitos momentos, invista contra uma figura qualquer por meio de uma caricatura de certos pensamentos a que se opõe, é possível pensar que, para além das idiossincrasias, a escrita nervosa de Romero está inscrita em certo tipo de comportamento que ganhou força a partir da década de 1870, e que consiste na absoluta denegação da monarquia e do que a representa.

De toda forma, essa agressividade é correlativa ao embate que se estabeleceu entre as versões monárquica e republicana da nacionalidade. A imagem de homem intempestivo projetada pelo historiador sergipano é a síntese desse momento heroico do nacionalismo republicano. Não se trata apenas de dar vazão ao seu ego, mas também de mostrar-se inconformado com a situação que se lhe depara, de querer transformá-la, de querer suplantá-la para impor sua crença. Ao contrário da figura erudita e aristocrática de Wolf, Sílvio Romero é o intelectual duelista que combate, ofende, agride e rebela-se como meio de defender as ideias nas quais acredita: seu compromisso não é, portanto, com o que está estabelecido, mas com a mudança. Tanto está investido deste heroísmo de intelectual que se bate em duelos, que, no prefácio de sua história, escrito nos dias seguintes à Abolição, aponta o comprometimento que a inteligência brasileira deve ter para a solução dos problemas políticos, econômicos e sociais do país: “Todo homem que empunha uma penna no Brazil, deve ter uma opinião assentada sobre taes assumptos, si elle não quer faltar aos seus deveres, si não quer embair o povo.” (ROMERO, 1888, I, p. 13-14).

No que concerne a este espírito heroico, pode-se considerar a postura de Sílvia Romero representativa da atitude daqueles que propuseram a nacionalidade brasileira segundo a perspectiva republicana. Todavia, é interessante notar que a mudança do regime implicou alteração nos espíritos, de forma que ao heroísmo substituíram novos comportamentos. Após o advento da República, justamente no momento em que a troca do sistema político se realizou, deu-se a dispersão dos homens que lutaram por esta alteração. A repartição dos republicanos em grupos distintos acaba por revelar que, sob a bandeira comum, escondiam-se projetos diversos. Quer dizer, “Se por um lado a elite modernizadora do final do século XIX pregava a Abolição e a República, por outro os projetos republicanos divergiam entre si no entendimento do que fosse a República” (OLIVEIRA, 1990, p. 89). Em suma, as diversas propostas que os republicanos traziam unificaram-se somente quanto ao meio pelo qual julgavam poder concretizá-las: a derrubada da monarquia era o que os cingia, não um projeto comum de nação. Neste sentido, parece condizer com esse quadro a observação de José Maria dos Santos, segundo a qual os apelos pela mudança do regime foram feitos “no vago e no indeciso, insistindo na necessidade de substituição da monarquia pela República mas sem jamais deter-se nos caracteres essenciais do novo regime, em oposição aos daquele que se pretendia destruir e sem nada adiantar sobre os seus meios ou processos de ação prática” (apud COSTA, C, 1967, p.317).

A julgar pela avaliação do mesmo Sílvia Romero, a heroica fileira dos combatentes desmantelou-se num tropel incapaz de articular uma proposta de organização da sociedade que contemplasse os diferentes grupos que pelejaram a causa republicana. Em *Doutrina contra Doutrina*, analisam-se as disposições dos grupos que concorrem ao poder na, então, recém-fundada República. À parte os “sebastianistas”, que pretendiam restabelecer a monarquia, o autor deslinda cinco outras tendências de intenções republicanas: os socialistas, os jacobinos, os militares, os positivistas e os democratas. Diante desse quadro em que *forças centrípetas* ameaçam a estabilidade do regime, o historiador sergipano, mais uma vez, veste a armadura e propõe unir o grupo democrata, contra as demais tendências republicanas, acreditando que, “Se a democracia se unir e vier trazer o seu apoio e o concurso dos seus esforços á causa da republica, esta será progressiva e grande; se o não fizer, o paiz continuará a ser anima vilis de experiências extravagantes” (ROMERO, 1894, p. CXVI).

Não importa, aqui, comparar a classificação feita por Romero com outras, empreendidas por historiadores que, posteriormente, analisaram o período; tampouco é importante, para o caso, apontar que o inimigo ferozmente combatido, o positivismo, não

tenha sido o mais perigoso de todos, uma vez que teve no país influência “mais larga que profunda” (VERÍSSIMO, 1976, p. 61)³². Com efeito, *Doutrina contra Doutrina* ganha importância porque nele já são apontadas situações que recrudescerão com o passar dos anos. Entre elas, além do registro dos diversos grupos que se manifestarão em busca de espaço ao longo do período republicano até mais ou menos 1930, deve-se destacar o reparo feito à articulação política do governo republicano, que não parece ter prezado, tanto quanto se supunha, as capacidades e competências dos convocados a assumir os cargos públicos, nem ter afastado os que estavam comprometidos com a monarquia. Ora,

Em mais de um ponto do paiz, tem-se visto darem-se as mais serias posições, os postos de confiança a afamados e experimentados politicadores do antigo regimen, como uma espécie de desprestígio do republicanismo honesto e regalo dos velhos mandões de toda a casta. (ROMERO, 1894, p. XLIII)

E mais adiante:

Qual seria, pois, o mais acertado plano a seguir? Este: nos Estados acolher todas as capacidades, todos os bons elementos, viessem donde viessem; na direcção suprema federal pôr em cada ministério o maior numero possível de representantes capazes da escola política que fez a propaganda e triumphou com a revolução. (ROMERO, 1894, p. XLIV)

Em lugar disso, o quase pleno controle dos cargos pelo Estado “estimulava o patrimonialismo, o nepotismo, o clientelismo e toda forma de submissão e dependência pessoal, desde seu foco central no Distrito Federal até aos mais recônditos esconsos da nação” (SEVCENKO, 2003, p. 71). O ponto relevante, todavia, é que a fala de Sílvio Romero expressa a opinião de muitos dos intelectuais republicanos de longa data que se sentiram alijados do poder justamente quando viram sua causa triunfar. Obviamente, ataques ao governo republicano eram feitos, por exemplo, por monarquistas inconformados com a mudança de regime, como foi o caso de Eduardo Prado, que critica a forma de governo republicano desde 1893 e aponta as boas obras do regime monárquico (cf. OLIVEIRA, 1990, p. 104-105)³³. No entanto, o caso é diferente quanto a estes “republicanos históricos” que foram os paladinos da causa. Entre outros, pode-se citar, por exemplo, o de Euclides da Cunha, que, tendo sido “Militante republicano, [...] logo se desiludiu com o novo regime”

³² José Veríssimo em outro lugar do mesmo texto aponta o que, no seu entender, parece ter sido a real participação do positivismo na República: “Artigos da nossa Constituição, o lema da nossa bandeira, algumas datas das nossas festas nacionais, por si só bastam para proar a sua influência nesse momento, sem exagerá-la” (VERÍSSIMO, 1976, p. 64). Na mesma direção parecem seguir José Camilo Torres (1943) e Cruz Costa (1967).

³³ Em verdade, como aponta Lúcia Lippi Oliveira, a obra de Eduardo Prado que veio a lume naquele ano foi censurada pelo governo de Floriano Peixoto, uma vez que as ideias que trazia acabavam fazendo coro aos descontentes da Revolta da Armada. (OLIVEIRA, 1990, p. 105)

(VENTURA, 2002, p. 176). Assim, atacou atos do governo, reclamou das práticas nepotistas de Benjamin Constant e acusava a política financeira de Rui Barbosa

O endurecimento do regime de Floriano e a crise econômica, que se estendeu por toda a década final do século XIX, revertida apenas sob o governo civil de Rodrigues Alves, parecem ter imposto aos intelectuais uma mudança acentuada de tom. Já no início do século, quando se instauram novas tendências econômicas, políticas e sociais, uma parte da inteligência brasileira adota o tom decepcionado e grave do mártir. As esperanças quanto à República arrefecem a ponto de mesmo as gerações que tiveram sua existência sob o governo republicano adotarem um discurso saudosista em relação ao Império. Basta que se lembre Oliveira Viana, que, nascido nos últimos anos do Império, assumiu a defesa da monarquia no seu *Populações Meridionais do Brasil*.

De toda forma, apesar do percurso inesperado seguido pela República nos anos iniciais de sua instauração, o qual deixou marcas em muitos intelectuais brasileiros desse período histórico, cabe destacar que, na década inicial do século XX, o perfil da inteligência não se compunha somente de descontentes. Com efeito, a primeira década da República acabou desiludindo muitos dos que por ela pugnaram; no entanto, a segunda parece ter sido mais favorável aos que souberam adequar-se à situação. Neste período, ao menos na capital federal, abriram-se oportunidades novas aos intelectuais, relacionadas às mudanças que ali tinham lugar. Atreladas a um difuso anseio de modernização, as transformações produziram alteração na paisagem da cidade e no comportamento da população, compelindo o Brasil a ingressar na *belle époque*, e possibilitaram a alguns membros da inteligência brasileira assumir um tom mais empolgado.

É fato que a voracidade modernizadora desta época, sob muitos aspectos, difere daquela que acometeu a geração de 1870, predominante ainda nos anos próximos à proclamação da República. À diferença do que se passava antes do advento do novo regime, quando modernizar o Brasil significava, como ficou dito, conhecer o país para integrá-lo à cultura ocidental, o sentido que se empresta a esta ideia, durante a *belle époque*, prende-se mais à existência cidadina, em detrimento do caráter marcadamente nacional. Embora pareça equivocado pensar na supressão do nacionalismo, tendo em vista que, por exemplo, data de 1900 o famoso *Por que me ufano de meu país*, de Afonso Celso, expressão entusiasmadíssima da nacionalidade³⁴, é de se notar a perspectiva, por assim dizer, urbana que adotaram então as

³⁴ Vale lembrar que o tipo de nacionalismo a que Afonso Celso dá forma é bem diferente daquele que se apresenta em obras como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, *Capítulos de História Colonial*, de Capistrano de Abreu ou mesmo em *A América*

elites republicanas, a qual se espalhou pela inteligência que lhe foi afeita, implicando, nesses grupos, “um desejo de ser estrangeiros” (SEVCENKO, 2003, p. 51). Não é à toa que, quanto à produção intelectual, “O espírito das obras era cosmopolita e seu interesse não se voltava especialmente para as questões nacionais” (OLIVEIRA, 1990, p. 113). Conseqüentemente, “Nesse cosmopolitismo típico da *belle époque*, o tema e a forma da obra, assim como a inserção intelectual na vida do país, diferiam do cientificismo humanista, predominante na geração anterior” (OLIVEIRA, 1990, p. 113).

Em termos efetivos, quanto ao impacto sobre a vida do Rio de Janeiro, a modernização segundo o espírito da *belle époque* traduziu-se, especialmente, na reforma urbanística da área central da capital federal, ainda àquela altura marcada pela arquitetura colonial. Ao gosto das novas elites cosmopolitas e aburguesadas que assumem o poder, os governos de Rodrigues Alves e Pereira Passos fazem demolir “os imensos casarões coloniais e imperiais do centro da cidade, transformados que estavam em pardieiros em que se abarrotava grande parte da população pobre, a fim de que as ruelas acanhadas se transformassem em amplas avenidas, praças e jardins, decorados com palácios de mármore e cristal e pontilhados de estátuas importadas da Europa.” (SEVCENKO, 2003, p. 53).

Conseqüência dessas transformações urbanas e da implantação de novos padrões de gosto foi o desaparecimento de certos estabelecimentos e mesmo de tipos que integravam a vida cultural da cidade. Não só os cortiços, onde se amontoavam os pobres trabalhadores (cf. SEVCENKO, 2003, p. 43), cederam lugar aos prédios requintados, como também os cafés, onde a boemia literária se reunia, dão lugar aos chiques salões literários. É o que Brito Broca, tratando da vida literária da passagem do século XIX para o XX, anota:

[...] à medida que decaía a boêmia dos cafés, surgia uma fauna inteiramente nova de requintados, de dândis e *raffinés*, com afetações de elegância, num círculo mundano, em que a literatura era cultivada como um algo semelhante àqueles objetos complicados, aos pára-ventos japoneses do *art nouveau*. Em lugar dos paletós surrados, das cabeleiras casposas, os trajes dos mais recentes figurinos de Paris e Londres, os gestos languês e displicentes dos *blasés*, que constituíam a chamada *jeunesse dorée*, em substituição às mesas de cafés, os clubes e salões chiques, onde imperava o esnobismo e se aconselhava o último livro de D’Annunzio à grande dama que não suportava Paul Bourget. (BROCA, 2004, p.55).

Não é de se estranhar, portanto, que, justamente nesse período, o tom dessa inteligência entusiasmada com a modernização, com os requintes do gosto aburguesado, seja também presumido e enfatçado. Embora, porventura, isso pudesse significar o afastamento de uma perspectiva nacionalista, cujos produtos, às vezes, eram tão estéreis, em termos de

Latina, de Manoel Bonfim. Estas guardam um distanciamento ora polido, ora crítico que não se encontra no livro de Afonso Celso, sempre adstrito ao ufanismo.

reflexão a se julgar pelas realizações da corrente ufanista, o que, de fato, parece ter-se dado, na maioria dos casos, foi uma profunda afetação presente em algumas obras, por assim dizer, alinhadas com o cosmopolitismo. Não se trata, com isso, de dizer que, por exemplo, no caso da literatura, as obras se referissem a uma realidade que não se encontrava aqui. O problema da afetação, neste âmbito, consiste em gerar problemas estéticos no próprio objeto que se produz.

A crítica de José Veríssimo às obras de Coelho Neto parecem captar bem esta afetação e suas consequências estéticas³⁵. Apesar de ser a produção do escritor maranhense abundante, Veríssimo declara não conseguir divisar, em toda ela, uma só obra com qualidades estéticas mais elaboradas, uma vez que não conseguia “ver nas duas dúzias de livros seus publicados um livro, a obra que todo artista, para viver na memória dos homens e influir neles, deve deixar após si.” (VERÍSSIMO, 1977, p. 10). Consequência mesma dessa abundância prejudicial à reflexão na execução artística era a inconveniência das referências culturais incorporadas ao patrimônio literário ocidental, já que das “excentricidades gregas, orientais, bíblicas ou setentrionais, há somente a impressão dos aspectos exteriores, a decoração, o cenário, nomes, expressões técnicas; a própria alma das coisas, essa não há encontrá-la.” (VERÍSSIMO, 1977, p. 12).

Mais do que uma acusação às possíveis deficiências artísticas do famoso escritor maranhense, a invectiva do historiador paraense é representativa da disposição do ambiente cultural que teve lugar no início do século XX, após a conturbada primeira década de regime republicano. Havia, ao que parece, uma disparidade de perspectivas conforme a posição adotada pelo escritor a respeito do ambiente em que se vivia. De uma parte, havia o tom entusiasmado que se fazia ouvir quando a posição assumida era de aceitação e otimismo diante das mudanças por que passava a República e, especialmente, o Rio de Janeiro, reduto da intelectualidade da época. De outro lado, havia o tom desapontado daqueles que entendiam haver desconformidade entre a República gestada durante o Império e aquela que veio a se concretizar. Embora houvesse intelectuais que transitassem pelos dois grupos, as posições, ao que parece, eram mais ou menos incompatíveis. Obviamente, a consequência de se assumir

³⁵ No mesmo sentido vão as observações de Brito Broca, que menciona, por exemplo, a influência exercida pelas culturas francesa e grega antiga no Brasil desta época, definindo o tipo de atitude que despertou, bem como a espécie de produção cultural a que deu ensejo. Sobre a França: “Como expressão desse parisismo floresceu entre nós uma literatura de viagem toda epidérmica, que teve seu desdobramento na ficção. Romances e contos com personagens estranhos a nosso ambiente, intrigas em hotéis de luxo entre mulheres vampirescas, príncipes decaídos, esboços internacionais, onde aparecem com frequência vícios elegantes como a cocaína e a morfina.” (2004, pg. 149) Sobre a Grécia: “Era geralmente uma Grécia de cartolina, puramente decorativa, nada tendo de comum com o verdadeiro espírito helênico, que dominava por toda parte. Dela usou e abusou, como todo mundo sabe, Coelho Neto, decerto um dos maiores responsáveis por essa mania.” (2004, p. 154).

uma ou outra postura mais ou menos determinava o sucesso e o prestígio do intelectual na época. Enquanto desfrutaram os primeiros, isto é, “a camada dos ‘vencedores’”, “de enorme sucesso e prestígio pessoal, elevados a posições de proeminência no regime e de guias incondicionais do público urbano” (SEVCENKO, 2003, p. 131), os não engajados nessa euforia, ou seja, os ‘derrotados’ ou *ratés*”, ou “acatavam o seu opróbrio com resignação diante do mal consumado”, ou “reagiam pela combatividade permanente” (SEVCENKO, 2003, p. 133).

Por fim, cabe inserir neste quadro certa alteração que se fez sentir a respeito da “postura positiva” que se havia expandido pela intelectualidade brasileira desde a década de 1870. Com efeito, sem que se possa dizer que a supremacia concedida ao pensamento científico tenha sido questionada, o fato é que se abriu, em certa medida, espaço para a limitação de sua área de competência. Com o reconhecimento de seu papel crucial para a obra de civilização, coexistiu certa desconfiança sobre a uberdade de seus métodos. Como se disse, a geração de 1870 nutriu pela ciência a mais nobre simpatia e crença nos seus resultados para a atualização do país. Naquele momento, procurava-se subordinar-lhe tudo, a literatura inclusive. Assim, por exemplo, o mesmo Sílvio Romero procurava forjar seus versos pela bitola da ciência. Ao final do século XIX e inícios do século XX, todavia, algum questionamento dessa impregnação positiva ganhou força³⁶. Basta que se lembrem os comentários de José Veríssimo sobre o romance naturalista e, em especial sobre o romance *A Carne*, de Júlio Ribeiro, para que se veja a imposição de barreira que se colocava às expansões científicas. No mesmo sentido, vão os esforços dos poetas simbolistas, que procuram transcender com a poesia a visão positiva da realidade.

No entanto, para além das manifestações literárias, vale ressaltar a expansão do questionamento da ciência presente numa obra que pretende entender a condição subalterna e penosa que acomete a parte latina da América: *A América Latina*, de Manuel Bonfim. Com efeito, embora afirme pautar na ciência sua análise do quadro que tem colocado historicamente a América Latina numa posição de inferioridade na relação com os povos ocidentais, Manuel Bonfim demonstra, de fato, certa flexibilização do rigor científico cujo modelo eram as ciências naturais. Assim é que o grupo dos “parasitas”, isto é, o segmento da sociedade responsável por roubar as energias dos latino-americanos, é em definitivo um tipo

³⁶ É verdade que, na época em que Sílvio Romero publicava seus versos, Machado de Assis (2004b) já apontava o problema de se impregnar a literatura com ciência. No entanto, sua voz ficou mais ou menos relegada a segundo plano diante do sectarismo científico que então vigia.

sociológico. A relativização do modelo de ciência então vigente aparece ainda nas páginas iniciais da obra:

Está um tanto desacreditado, em sociologia, esse vezo de assimilar, em tudo e para tudo, as sociedades aos organismos biológicos [...] não é o conceito que é condenável, e sim a estreiteza de vistas com que o aplicam à crítica dos fatos sociais, mais complexos sem dúvida, que os fatos biológicos, pois dependem das leis biológicas e ainda das leis sociais, peculiares a eles. (BONFIM, 2002, p. 644)

3.2. Uma nova ideia de nacionalidade para a história política brasileira

Ao lado desse quadro, cabe ressaltar a sistematização de outra perspectiva sobre a história brasileira, que parece encontrar na obra *Capítulos de História Colonial*, de Capistrano de Abreu, sua forma mais clara. Como se disse, a história do Brasil, conforme apareceu na pena de Varnhagen, trazia um tom marcadamente favorável ao projeto de colonização portuguesa, que se manifestava na apologia das instâncias político-administrativas e eclesiásticas. Segundo o Visconde de Porto Seguro, a colonização do Brasil foi empresa conduzida adequadamente pelo rei e seus prepostos, e não teria dado seus frutos só devido a sediciosos de interesses escusos. Vale lembrar que tal maneira de se conceber a história do país implicava o desconhecimento da participação positiva do negro e do índio na formação do Brasil como nação civilizada, reservando-se todos os méritos aos europeus. Não estranha, por conseguinte, que “[os] avanços e recuos da política indígena portuguesa, as sublevações indígenas, as insurreições negras” que marcam a história do Brasil tenham recebido, da parte do Visconde de Porto Seguro, “total reprovação” (RODRIGUES, 1970, p. 130).

Junte-se a isso o fato de que as ideias adotadas por Varnhagen na execução de sua história parecem estar inseridas num conjunto de formas de entendimento e configuração da nacionalidade brasileira levantados nos anos próximos à independência do país. Em verdade, elas se opõem a certas formulações da nacionalidade que davam posição de destaque aos índios e à natureza tropical. Aproveitadas no campo da literatura e das artes, estas últimas ideias deram origem a obras em que se julgava representar genuinamente o país. No campo da história, as coisas se passariam de modo bem diferente, na medida em que se reconheciam no índio e na natureza obstáculos à civilização. Com efeito, os indígenas eram bárbaros e a natureza exagerada e indócil ao trabalho do colonizador. Além do mais, no contexto em que se formulou, a nacionalidade brasileira de tendência americana, por assim dizer, foi

considerada perigosa à unidade política e territorial do Brasil, uma vez que o elogio do índio e do ambiente americano eram vistos como símbolos do separatismo.

Como se disse, a perspectiva varnhageniana foi combatida pela geração de 1870, que, engajada na luta republicana, assumiu uma atitude anti-imperial, antioficial e antirreligiosa. Foi a essa geração que pertenceu Sílvio Romero, decididamente contrário às posições propaladas pelo famoso Visconde e adotadas no livro de Ferdinand Wolf. Em sua *História da Literatura Brasileira*, o historiador sergipano desconhece qualquer mérito das instâncias oficiais na formação do Brasil, e julga que sua contribuição literária foi, sob muitos aspectos, deletéria, uma vez que, não raro, freou o processo de individualização do povo brasileiro.

A esta mesma geração pertenceu Capistrano de Abreu, historiador mais próximo ao tipo de história elaborada por Varnhagen do que por Sílvio Romero, e profundo admirador do trabalho do nobre historiador. Com efeito, quando da morte daquele que é considerado o mestre da historiografia brasileira no século XIX, em 1878, o jovem escritor cearense publicava um necrológio dedicado ao falecido “grande combatente” (ABREU, 1931, p. 141) dos estudos históricos no Brasil. Chama atenção para seu zelo e dedicação na descoberta de documentos e obras importantes para a compreensão da história do país, entre as quais estão diversas memórias publicadas na *Revista do IHGB*, as edições do *Caramuru* e do *Uruguai*, o *Florilégio da Poesia Brasileira*. Destaca-se porém a *História geral do Brasil*, obra de grande vulto em que são verificados, retificados e certificados diversos fatos da história do país, superando, por isso, a obra de todos os que o haviam precedido.

Não obstante o tom encomiástico dos artigos que apareceram no *Jornal do Comércio*, a verdade é que Capistrano não deixa de fazer alguns reparos às convicções do famoso historiador. Registra que não só “sua opinião sobre os Tupis tem encontrado geral desfavor” (ABREU, 1931, p. 137), como também que “Os prodromos da nossa emancipação política, os ensaios de afirmação nacional que por vezes percorriam as fibras populares, encontram-no severo e até prevenido” (*idem*, p. 138). Realmente, apesar do tom cordial, não deixa de apontar alguma reserva de pensamento em relação às ideias de Varnhagen, de que diverge claramente em seus *Capítulos de História Colonial*.

Publicada em 1907, quase trinta anos após o necrológio, essa obra narra a história do Brasil em aberta desconformidade com o modelo varnhageniano. Em lugar da apologia das instancias oficiais e da Igreja, o que se vê no livro de Capistrano é justamente a apologia do povo brasileiro, figura que vai se formando lentamente ao longo dos séculos. Recuperando ideias típicas da geração republicana, em que se formou, o escritor cearense propõe

claramente que Brasil e Portugal são terras ocupadas por povos bastante diferentes, inconfundíveis. Com efeito, para ele, embora o Brasil deva sua integração à cultura ocidental aos portugueses, o fato é que em sua história pouco contou com a contribuição metropolitana, tendo que se desenvolver e construir por si, quando não atrapalhado pela corte.

Nos *Capítulos de História Colonial*, Capistrano redefine as relações ou hierarquias elaboradas para dar conta da formação do povo brasileiro e aponta o modo pelo qual o ambiente atuou neste processo. De acordo com a perspectiva tradicional formulada por Varnhagen, aos portugueses coube a missão de suportar os negros e os índios, estes últimos considerados intratáveis. Quanto à natureza, pode-se dizer que se prestou apenas como obstáculo à implantação da civilização no território brasileiro. Já para o historiador cearense, no cômputo da constituição do povo brasileiro, aparecem em primeiro lugar os portugueses, em segundo, os índios e por fim os negros. Em seu caso, esta redistribuição ocorre na medida em que não toma como parâmetro o grau de proximidade que estes grupos têm em relação ao modelo de civilização europeu. Ao contrário, o que lhe interessa é notar o grau de diferenciação entre os povos. No mesmo sentido, o ambiente serviu para definir os traços distintivos do povo, na medida em que implicou formas de vida específicas. Sendo assim, parece-lhe que mais decisiva foi a mistura de índios e portugueses, do que a destes com negros, influenciada ainda pelo ambiente. Nas palavras de José Carlos Reis, “Para Capistrano, o que houve de diverso entre o brasileiro e o europeu deveu-se ao clima e ao indígena. O brasileiro é o europeu que sofreu um processo de diferenciação graças ao clima e à miscigenação com o índio” (2000, p. 97).

Tal pensamento é parte do modo pelo qual entende o processo de colonização do território brasileiro. De acordo com Capistrano, a colonização do Brasil era um empreendimento fadado ao fracasso, tendo em vista diversos fatores conflitantes existentes no momento inicial da colonização. Ora, os primitivos habitantes da terra, pela maneira de se organizarem em pequenos grupos, eram incapazes de agir ordenada e cooperativamente, traço que, aliás, teriam legado a seus descendentes (ABREU, 1907, p. 12); dos portugueses era de se esperar que desenvolvessem uma “natural desafeição pela terra”, já que eram “abafados pela mata virgem, picados por insectos, envenenados por ophidios, expostos às feras, ameaçados pelos índios, indefesos contra os piratas” (*idem*, p. 70); aos negros, embora mais propícios aos labores domésticos e rústicos, evitava-se geralmente.

Acrescente-se a isso o fato de nem mesmo os mestiços nutrirem simpatia pelos grupos de seus progenitores. De acordo com o autor, a “desafeição entre as três raças e respectivos

mestiços lavrava dentro de cada raça”, de modo que “ o negro ladino e creoulo olhava com desprezo o parceiro boçal”; “ o índio cathequisado, reduzido e vestido, e o indio selvagem ainda e livre e nú, mesmo quando pertencentes á mesma tribu, deviam sentir-se profundamente separados”; e, por sua vez, “o portuguez vindo da terra, o reinol, julgava-se muito superior ao portuguez nascido nestas paragens alongadas e barbaras” (ABREU, 1907, p. 71).

Diante desse quadro, em que “dominavam forças dissolventes, centrífugas, no organismo social; apenas se percebiam as diferenças; não havia consciência de unidade, mas de multiplicidade” (ABREU, 1907, p. 71), a interpretação de Capistrano de Abreu para a formação do povo brasileiro é indicativa de seu ideal republicano. Com efeito, para o historiador cearense, o aparecimento deste novo personagem na civilização ocidental deveu-se antes aos esforços dos habitantes da terra do que da colaboração da metrópole. Abandonada à própria sorte, praticamente desde o início, a população quase por sua conta teve não só que sustentar guerras contra os inimigos invasores, especialmente os holandeses, como também ocupar o território, além de desenvolver as atividades que lhe pudessem garantir a subsistência. Assim, como do governo metropolitano nada se podia esperar, os habitantes do país acabaram por se unir. Tendo obtido sucessos aparentemente improváveis, como foram as guerras, a penetração num território inóspito e enorme; remetendo, apesar de todos os obstáculos materiais, grandes somas à metrópole; tendo desenvolvido a agricultura e a pecuária; tendo aumentado a população e, em seu seio, o número de fortunas, os habitantes do Brasil não “queriam, não podiam mais se reputar inferiores aos nascidos no além-mar, os humildes e envergonhados masombos do começo do século XVII.” (*idem*, p. 151).

Definitivamente, a interpretação que Capistrano de Abreu faz da história do Brasil é de linha republicana. E, mesmo no ponto que poderia suscitar alguma dúvida a respeito da orientação política que embasa sua maneira de perceber a história pátria, qual seja, o reconhecimento do papel da Igreja, evidencia-se uma interpretação comprometida com as ideias da geração de 1870. Não se trata propriamente daqueles membros da igreja que atuam como prepostos das instituições oficiais e metropolitanas. Ao invés disso, o autor fala dos jesuítas e do papel que tiveram na formação do Brasil, como “os educadores da mocidade, os fundadores da lingüística americana”, além do seu trabalho de catequese que julga ter sido mais bem sucedido do que qualquer outra tentativa metropolitana para incorporar os indígenas à sociedade (ABREU, 1907, p. 172). Recorde-se que, para Varnhagen, o papel da Companhia de Jesus foi extremamente prejudicial à ocupação do território, pois considerava ela criar, com

suas missões, um impedimento a que os índios fossem incorporados à civilização, mesmo que isso significasse o extermínio dos primitivos habitantes da terra.

Como se vê, os *Capítulos de História Colonial*, publicados em 1907, divergem profundamente da versão tradicional da história brasileira empreendida pelo Visconde de Porto Seguro. Embora sejam considerados estrelas de grandeza diferente, cabendo ao historiador imperial a preponderância, o fato é que Capistrano e sua obra são caracterizados como antípodas da interpretação tradicional e, portanto, modelo da versão republicana da história do Brasil. Conforme sintetiza José Carlos Reis,

Varnhagen fez o elogio da vitória dos portugueses, defendeu os interesses e os sentimentos lusitanos no Brasil e não via com bons olhos a diferença que volta e meia explodia entre esses valores e poder europeus e o autóctones. Capistrano escreverá uma “outra história do Brasil”: antiportuguesa, anti-reinol, antieuropeia, anti-Estado imperial, anti-político-administrativa. (REIS, 2000, p. 97)

Apesar de a tradição entre os historiadores parecer marcar o lugar de destaque de Capistrano por sua oposição ao pensamento expresso por Varnhagen, é importante notar-se que a *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, publicada em 1888, já fazia jus aos mesmos predicados listados para definir os *Capítulos de História Colonial*. Neste caso, mais do que se apontar um possível deslocamento para segundo plano, seja do historiador sergipano, seja de sua obra, o importante é chamar atenção para o desprezo que tem merecido o gênero “história da literatura”. É verdade que este parece ter sido um pensamento aceito inclusive pelos historiadores da literatura, na medida em que, como se viu nas obras até aqui analisadas, o fio da história literária prende-se a um eixo político; como, aliás, consignou Sílvio Romero: “a evolução litteraria seguiu-se, como sempre, á política.” (ROMERO, 1888, I, p. 12). De toda forma, ao que parece, a prevalência do tipo político sobre os outros tipos de história é a responsável por se marcar tão tardiamente o aparecimento de uma obra que confronte a versão tradicional da história do Brasil.

Como quer que seja, a importância dessa obra de Capistrano, para o presente estudo, não tem tanto a ver com sua interpretação republicana ou antirreinol. Mais do que isso, aqui é fundamental que se destaque que os *Capítulos de História Colonial* parecem introduzir uma percepção da história que se afasta daquela configurada no modelo varnhageniano, sem que se possa dizer ser ela de cunho positivista. De fato, o Visconde de Porto Seguro escreve uma história que se compromete com a perspectiva imperial e pensa que a história está ligada a um princípio suprassensível que, em seu caso, tem a ver com a renitente referência à

Providência³⁷. De sua parte, Capistrano de Abreu, figura da geração republicana de 1870, não pretende fazer obra laudatória do processo colonizador do Brasil, mas atentar para a formação do povo brasileiro, distinto do português, sem recorrer a qualquer elemento suprassensível para explicar o aparecimento de tal personagem.

Entretanto, a recusa de argumentos que aos olhos da época eram considerados inverificáveis não se traduz na adesão ao positivismo, que, aliás, já estava desacreditado no momento em que apareceram seus *Capítulos de História Colonial*. Assim, Capistrano não faz sequer como Sílvio Romero, que adaptou positivismo e naturalismo para caracterizar a história do país como o processo de miscigenação de três povos do qual deveria formar-se o brasileiro. Se para o último essa é a lei que preside a marcha histórica do Brasil, para o primeiro as coisas se passam de maneira menos fatalista. Ademais, de acordo com Capistrano, a própria situação criada pelo processo colonizador era obstáculo ao surgimento de um povo distinto e característico, pois o que havia no Brasil eram três raças que nutriam entre si completa desafeição.

Capistrano preocupa-se em explicar o aparecimento do povo brasileiro sem colocá-lo como herdeiro direto do português, como o faz Varnhagen, e sem defini-lo como resultado de um fenômeno natural. Para ele, o povo brasileiro surge quando a população aqui existente, abandonada a sua própria sorte pelas instâncias oficiais, afeiçoa-se à terra e passa a ter orgulho de seu modo de vida. Tendo de garantir a sobrevivência por meio de seus próprios esforços na captura de escravos e no desbravamento de terras inóspitas para criarem gado e açúcar; tendo descoberto, por si, as minas de material precioso; tendo de combater o inimigo estrangeiro sem ajuda da metrópole; tendo formado, como consequência disso, um modo de vida bastante distinto do de além-mar, a população habitante do Brasil acabou de desenvolver um sentimento de superioridade em relação ao português que fatalmente lhe havia de conduzir à vida autônoma. Em suas palavras:

Os triumphos colhidos em guerras contra os estrangeiros, as proezas dos bandeirantes dentro e fora do paiz, a abundância de gados animando a immensidade dos sertões, as copiosas somas remetidas para o governo da metrópole, as numerosas fortunas, o accrescimo da população, influíram consideravelmente sobre a psychologia dos colonos. Os descobertos auríferos vieram completar a obra. Não queriam, não podiam mais se reputar inferiores aos nascidos no

³⁷ Com efeito, é comum Varnhagen apontar a interferência de Deus nos sucessos que narra. Baste, para ilustrar, a conclusão a que chega sobre o resultado da Inconfidência Mineira, em que, junto ao providencialismo, estão incluídas a crítica à república e aos outros estados sul-americanos: “Curvemos a cabeça ao decreto da Providencia, que á custa do próprio sangue dos martyres do patriotismo, veiu a conduzir-nos á única situação, em que podemos, sem novos ensaios, procurar ser felizes, e fazer-nos respeitar, como nação um pouco mais forte que todas essas, que, pelo engodo de se chamarem republicas em vez de províncias, tem com isso, por pequenas, menos consideração entre os estranhos, e por fim menos liberdade, governadas de ordinário por dictadores ou nullidades, ás vezes sem educação...” (1853, II, p. 281)

além-mar, os humildes e envergonhados masombos do começo do século XVII (ABREU, 1907, p. 151).

Ao pensar a história do Brasil como a história da formação de um sentimento de apego à terra, Capistrano foge ao providencialismo que se apresentava em Varnhagen e do determinismo de cunho científico que já não era absoluto quando escreveu seus *Capítulos de História Colonial*. Sem dúvida é por pensar o processo histórico brasileiro como o desenvolvimento da empatia dos habitantes pela terra que ele pôde fugir “ao esquema tradicional de uma história só política e administrativa para fazer uma história também social e econômica, chamando a atenção para aspectos fundamentais até aí descuidados, como o caso do estudo interior, devassamento e ocupação do território” (IGLESIAS, 2000, p. 121). Assim, por exemplo, a guerra contra os holandeses ganha relevo na medida em que serviu para unir a população desafeiçoada entre si:

[...] Olinda e Hollanda representavam o mercantilismo e o nacionalismo. Venceu o espírito nacional. Reinos como Francisco Barreto, ilhéus como Vieira, masombos como André Vidal, índios como Camarão, negros como Henrique Dias, mamalucos, mulatos, caribocas, mestiços de todos os matizes combateram unânimes pela liberdade divina.

[...]

Vencedores dos flamengos, que tinham vencido os hespanhoes, algum tempo senhores de Portugal, os combatentes de Pernambuco sentiam-se um povo, e um povo de heroes. (ABREU, 1907, p. 96)

Para este trabalho, é pelo modo como pensa a história do Brasil que Capistrano ganha importância no quadro da historiografia brasileira do início do século XX. Não por suas convicções políticas ou pela oposição à ideologia conservadora representada em Varnhagen. Nisto, o historiador cearense não parece ter sido diferente de seus contemporâneos; e, a não ser a crença na supremacia da história política, Sílvio Romero e sua *História da Literatura Brasileira* já poderiam ser tomados como modelos de pensamento anticonservador. O que merece ser destacado é que, para ele, “A história não é só fato: é também a emoção, o sentimento e o pensamento dos que viveram” (RODRIGUES, 1982, p. 31). Sob este aspecto, os *Capítulos de História Colonial*, embora não sejam tão vastos como a *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, são certamente muito distintos dela, e foram considerados por José Veríssimo “a síntese mais completa, mais engenhosa, mais perfeita e mais exata que poderíamos desejar da nossa evolução histórica naquele período [o colonial]” (VERÍSSIMO, 1979, p. 190).

Com efeito, a grande contribuição de Capistrano foi pensar a história do Brasil como o surgimento de uma identidade entre a população e a terra, não como herança de Portugal, nem

como resultado necessário de misturas étnicas, mas como consequência dos sentimentos de união e de apreço originados das condições de existências no período colonial. José Veríssimo vai aproveitar esta ideia em sua obra de história literária e, graças a ela, conseguirá dar um tratamento bastante diferenciado daqueles que se encontram na obra de Ferdinand Wolf e de Sílvio Romero. Em primeiro lugar, porque, ao servir-se desta ideia, abre espaço para que se pense a história literária menos presa a ideologias políticas. Sendo assim, diferentemente de Wolf, preso ao pensamento conservador, e de Romero, comprometido com a ideologia republicana, Veríssimo adota uma posição mais livre que lhe permite servir-se ora da perspectiva conservadora, ora da republicana. Mas não convém avançar ainda até o aproveitamento feito pelo historiador paraense das ideias expressas por Capistrano. Antes disso, é importante dizer algumas palavras sobre o livro que dá ensejo a este capítulo.

3.3. José Veríssimo e Sílvio Romero: percursos intelectuais

A compreensão da *História da Literatura Brasileira* de José Veríssimo, de acordo com a proposta deste trabalho – comparar algumas das principais obras de história da literatura brasileira – depende de sua inserção no quadro que ficou traçado até aqui, tanto no que diz respeito ao ambiente cultural vivido em fins do século XIX e no início do século XX, quanto pela utilização que faz da ideia de nacionalidade como formação de um sentimento. Entretanto, é igualmente verdade que o entendimento da obra está ligado a seu processo de construção, que sem dúvida tem a ver com o momento histórico de seu aparecimento. Como se tem insistido, não se pretende acompanhar as transformações de pensamento dos autores em cada uma de suas obras anteriores ou posteriores às suas histórias literárias; tampouco se quer apontar suas possíveis incoerências. O que se pretende é formular sentidos para os pensamentos veiculados em algumas histórias da literatura brasileira, levando-se em consideração fatores culturais, sociais, etc. vigentes na época em que apareceram.

Pois bem, como reparou João Alexandre Barbosa, que foi quem mais detidamente estudou a obra de José Veríssimo, a atividade intelectual do historiador paraense teve início na década de 1870 e imbuu-se do espírito combativo que tomou conta dos intelectuais da época (cf. BARBOSA, 1974, pp. 77-111). Tempo de efervescência cultural, de combate e de engajamento no sentido de modernizar o país, como ficou dito, caracterizou-se aquela década,

sobretudo, pela introdução de novas ideias, pelo questionamento do Império e de suas formas de vida, pelo arrebatamento científico. Veríssimo não ficou alheio a tais novidades e engajou-se também na luta; foi ele um dos que fizeram da pena uma espada com a qual atacava o estado de coisas que existia a seu redor. Assim como Sílvio Romero, defendeu a modernização do país, o olhar atento para a realidade nacional, pugnando pela transformação da sociedade. De fato, assim como seu coetâneo sergipano, Veríssimo foi um dos promotores da mudança de mentalidade que teve lugar no Brasil nas três últimas décadas do século XIX. Assim como os de Romero, os escritos do crítico e historiador paraense exprimiram uma das formas de pensar, de entender a vida brasileira de então. Quer dizer, a figura e a obra de ambos podem ser tomadas como lugares em que são representadas algumas das posturas assumidas pela inteligência brasileira que se definiu como a geração de 1870.

No entanto, há que se reparar que, de fato, eles podem ser considerados índices de dois tipos diferentes de intelectual, por assim dizer. Enquanto o amigo de Tobias Barreto representa o tipo de intelectual que não se rendeu diante das frustrações sentidas com o advento do novo regime, e que manteve o tom sempre exaltado e aguerrido, o amigo de Machado de Assis representa os que trocaram a exaltação pela quietude irônica, pessimista, e que de alguma maneira sentiram as atribulações por que passou a República. Não se trata de dizer que não houve mudanças na obra de Sílvio Romero, mas de apontar que, na de Veríssimo, as alterações parecem mais sensíveis, justamente pela alteração no tom que se percebe na construção do texto.

Acontece, porém, que este trabalho está longe de pretender traçar o processo de mudança dos conceitos, ideias e posturas dos autores das obras de história da literatura brasileira. No caso do historiador paraense não só isso seria desnecessário, tendo em vista que, com suprema competência, já o fez João Alexandre Barbosa, como também obrigaria a estender sobremaneira este estudo. Neste sentido, uma das funções dos parágrafos anteriores é apenas sugerir que o contexto em que a *História da Literatura Brasileira* de José Veríssimo está inserida é bem diferente daquele em que apareceu a obra homônima de Sílvio Romero. Além disso, as linhas que ficaram para trás tentaram propor que os acontecimentos que se seguiram à proclamação da República e a nova ordem social que surgiu foram assimilados pelo editor da *Revista Brasileira* com certa decepção.

Feita esta observação, é importante que, antes de se prosseguir, se relembrem algumas observações de João Alexandre Barbosa sobre *História da Literatura Brasileira*, de Veríssimo. Obra póstuma, como se sabe, ela seguiu, em parte, um método de construção

adotado pelo autor diversas vezes ao longo de sua carreira. De fato, era hábito de Veríssimo publicar em livro textos oriundos de suas participações em jornais e revistas da época. Assim se construíram seus livros desde 1901, quando publicou a primeira série dos *Estudos de Literatura Brasileira*, “com exceção apenas da *História da Literatura Brasileira*, ainda que alguns dos seus capítulos tenham surgido primeiramente em periódicos.” (BARBOSA, J. A., 1974, p. 68). Todavia, à diferença dos outros livros, cujo modo de publicação indica que não foram pensados como projeto unitário, por assim dizer, já que os textos neles reunidos guardam algo de sua origem dispersa, pois revelam “quer a linha do periódico em que foram editados, quer a espécie de público que procuram atingir” (*idem*, p. 68-69), a fusão e o aproveitamento de escritos feitos em outras ocasiões na obra em que sintetiza a história da literatura parecem indicar o fato de este projeto ter ocupado por muito tempo o espírito do historiador paraense. Quer dizer, a ideia de construir uma síntese histórica da literatura brasileira parece ter sido projeto alentado desde 1906 (*idem*, p. 74).

Nesse sentido, importa justamente ressaltar o fato de a história de Veríssimo não se ressentir de falta de unidade de propósito ou de projeto, apesar do fato de terem sido aproveitados textos escritos para atenderem a outras demandas e circunstâncias. Embora partes do texto que veio a lume em 1916 tenham sido escritas havia quase uma década, pode-se dizer que, sob muitos aspectos, ele é mais homogêneo do que o de Sílvio Romero, na medida em que, por exemplo, o historiador paraense procurou delimitar o objeto com que trabalhava, ou manteve uma escrita mais formal e menos digressiva. Neste caso, a obra de Veríssimo parece guardar mais semelhança com a de Wolf, que foi deliberadamente resultado, por assim dizer, de um só projeto ou propósito; e que, igualmente, delimitou, ainda que de modo tácito, o objeto, além de preservar, quase sempre, a formalidade na linguagem.

3.4 – Uma história literária menos comprometida

A *História da Literatura Brasileira* de José Veríssimo apareceu, como se disse, em 1916, quase trinta anos após a obra homônima de Sílvio Romero e, apesar de os dois autores serem da mesma geração, parece que o lapso temporal entre uma e outra publicação deu ensejo a algumas diferenças marcantes nos textos em que historiaram a literatura feita no Brasil. Vale lembrar que Ferdinand Wolf, ao escrever sua obra *Le Brésil Litteraire*, marcou

posição contra a forma do nacionalismo romântico de cunho literário, baseada, sobretudo, no indígena e na natureza, assumindo a postura épica do discurso histórico e historiográfico, cujos símbolos eram as instituições oficiais e a Igreja identificados à obra de colonização portuguesa. Sílvio Romero, por sua vez, quando redigiu sua obra, tomou partido contrário tanto à posição dos literatos quanto à dos historiadores românticos. Aos primeiros, contrapôs-se ao contestar o lugar de destaque concedido ao índio e à natureza para a caracterização da nacionalidade brasileira, atribuindo-lhes importância reduzida; dos demais, divergiu ao deslocar o eixo da nacionalidade das instituições oficiais e da Igreja para a figura do povo miscigenado.

De toda forma, tanto Wolf e os literatos românticos quanto Romero procuraram caracterizar a nacionalidade brasileira a partir de símbolos mais ou menos objetiváveis, como o são as figuras ligadas à administração, à Igreja, ao índio, à natureza, ao povo. De modo distinto, no entanto, José Veríssimo, em sua *História da Literatura Brasileira*, define a nacionalidade como um sentimento, como algo de foro íntimo, fruto de uma inclinação simpática entre o indivíduo e o lugar onde nasceu. É verdade que tal modo de se pensar a nacionalidade operava em Wolf e Romero, mas não era essa sua principal característica. Assim, por um lado, para o historiador vienense, vê-se que, à medida que o tempo passa, os artistas vão retratando mais o ambiente americano e o índio. No entanto, ao que parece, esta disposição se evidencia correlatamente ao aumento da influência do poder metropolitano na vida da colônia e posteriormente com o incentivo direto do imperador. Com o historiador sergipano, por outro lado, pode-se dizer que o nacionalismo e a nacionalidade, em certa medida, estão vinculados a algo interno, já que aquilo que indicam, isto é, o povo, é concebido biologicamente. Entretanto, se for possível assim defini-la, é uma intimidade mais física do que mental, justamente porque remete primeiro às características raciais. Completamente diferente disso é a ideia de sentimento nacional expressa por José Veríssimo, pois, a todo momento, o que está em questão é o aspecto psíquico dos indivíduos. O historiador paraense não despreza nenhuma influência material ou física, por assim dizer, mas as reenvia sempre para a dimensão emotiva. Assim, a natureza, o índio, as instituições oficiais, o governo, os acontecimentos políticos e econômicos, a miscigenação explicam o despertar das emoções dos indivíduos para a sua terra natal.

Na medida em que parte de uma ideia de povo como resultado de um processo de desenvolvimento de elo de simpatia entre os indivíduos e sua terra, José Veríssimo serve-se de outra versão republicana para interpretação da história do país. Com efeito, adota uma

ideologia republicana, uma vez que parte do pressuposto de que o povo é um personagem de suma importância. Entretanto, é de se notar que, em comparação com Sílvio Romero, José Veríssimo não parte da ideia de que o surgimento do povo brasileiro está pré-traçado, por qualquer condicionamento exterior aos eventos históricos. Ao invés disso, são justamente os acontecimentos que teriam ido contribuindo para que se forme o povo brasileiro, figura histórica diferente do português. Sendo assim, de modo semelhante ao que se deu com Wolf, que parece ter expressado em *Le Brésil Littéraire* as ideias de nacionalidade formuladas por Varnhagen, pode-se dizer que José Veríssimo expressou em sua obra de 1916 as mesmas concepções que Capistrano de Abreu registrara em seus *Capítulos de História Colonial* a respeito da nacionalidade brasileira.

Assumindo outra forma de pensar a história do país e, talvez, evidenciando a queda de ímpeto político mais ou menos característica dos intelectuais brasileiros após os primeiros anos de regime republicano, não é de se estranhar que, na forma pela qual o historiador paraense desenvolve seu texto, não se divise a preocupação em comprometer-se com uma posição política, conforme acontecia deliberadamente com Sílvio Romero e, mais discretamente, com Ferdinand Wolf. Como ficou dito, *Le Brésil Littéraire* coadunava-se com o pensamento conservador do Império de valorização da herança ibérica e europeia, que identificava na administração oficial e na Igreja as forças impulsionadoras da história do Brasil desde o início da colonização do território. Já a *História da Literatura Brasileira* do historiador sergipano coadunava-se com o pensamento contestador dos intelectuais republicanos que, ao invés de valorizarem a política colonial e a imperial, atribuíam-lhes toda a culpa dos atrasos do país, acusadas de enfraquecerem o povo.

A verdade é que, embora filiado a uma maneira republicana de entender a história do Brasil, José Veríssimo não toma partido deliberado, e apresenta críticas tanto ao Império quanto à República. Em certo sentido, pode-se dizer que é justamente isso que define a sua ideologia: a ausência de paixão por uma ou outra forma de governo. Em consequência disso, não se vê, em seu texto, uma atitude tão arrebatada quanto a de Sílvio Romero, nem um tratamento tão intenso de certos temas, escritores e obras. Basta que se confrontem as várias páginas em que o historiador sergipano defende suas opiniões acerca da natureza, do índio, do português e do negro, na primeira parte de sua obra, com o quase silêncio de Veríssimo sobre o assunto, para que se tenha ideia da diferença entre ambos. De fato, já estavam longe os tempos heroicos da geração de 1870, cujos discursos em defesa da República e da ciência assumiam tom exaltado. Por isso, ao modo apaixonado, aguerrido mesmo, e extremado com

que Romero expõe e defende seus pontos de vista, o historiador paraense prefere uma postura menos incisiva e nada patética. As considerações sobre o clima, sobre o a miscigenação, sobre as formas de governo não merecem de sua parte colocações tão alarmadas ou alarmistas. De outra parte, mesmo se comparada à obra de Ferdinand Wolf, muito mais polida do que a do historiador sergipano, a *História da Literatura Brasileira*, de Veríssimo, parece mesmo incerta, indecisa sobre o papel das instituições oficiais e da Igreja. De fato, se Wolf não é tão aguerrido quanto Sílvio, não deixa de ser constante no louvor ao papel das instancias governamentais e da Igreja. Bem diferente disso, José Veríssimo ora faz reparos, ora elogios, tanto à política imperial quanto à republicana, embora guarde para o período colonial críticas às instâncias oficiais.

Sendo assim, talvez não seja exagero dizer que a história escrita por Veríssimo é a primeira a tentar se desvencilhar das considerações marcadamente ideológicas, no sentido do engajamento político. Ao caracterizar a nacionalidade como um sentimento, ele consegue em certo sentido superar a caracterização eminentemente política que tomava conta deste tipo de discurso, e lança o foco sobre um aspecto que lhe permite transitar mais desafogadamente pelas ideologias políticas presentes no seu tempo. Ao se dizer, como se fez anteriormente, que sua ideologia na *História da Literatura Brasileira* se define pela não tomada de posição política em favor de alguma forma de governo, não se quis lançar mão de uma construção em que o efeito retórico chama mais atenção do que o que se pretende dizer, mas anotar uma característica certamente decisiva desta obra em comparação com as que lhe têm servido de parâmetro.

De qualquer modo, essa falta de ideologia política não quer dizer que a versão da história deste estudioso das nossas letras não exprima ideias que circulavam pela época de sua elaboração e aparecimento. É o que se pode verificar, seguindo o procedimento adotado com os outros textos, pelo acompanhamento de sua narrativa. Se ela é uma narrativa configurada sem compromisso com as posições monarquista ou republicana que se formularam e se definiram ao longo do século XIX e inícios do século XX, a falta de compromisso não a impede de servir-se de argumentos e ponderações oriundas de uma e outra partes e mesmo de propor outras formas de explicação que remetem ao ambiente cultural e histórico em que veio à luz.

Já na parte introdutória da narrativa, em que o autor sintetiza as ideias norteadoras do que virá a seguir, pode-se perceber este trânsito pelas posições monarquista e republicana que têm a finalidade de propor outro modo de se construir a história literária. Note-se que, em

certo sentido, pode-se dizer que o autor inscreve sua narrativa na tradição historiográfica a que Wolf se perfila, ao afirmar que “Necessariamente nasceu e desenvolveu-se a literatura no Brasil como rebento da portuguesa e seu reflexo” (VERÍSSIMO, 1916, p. 1-2), negando a influência de outra cultura que lhe fosse sequer igual, durante os três primeiros séculos de existência. No mesmo sentido, não deixa, inclusive, de combater os argumentos típicos da tradição literária, que teve em Ferdinand Denis o arauto do índio e da natureza, pontuando que “Também do próprio meio em que se ia daquela tradição formando lhe não proveu então qualquer influxo mental que pudesse contribuir para distingui-la” (VERÍSSIMO, 1916, p. 2).

Acrescente-se a isso o fato de, na continuidade do texto, o autor minimizar as influências do meio na literatura, remetendo aos argumentos científicos articulados pelos republicanos no combate à ideia de herança portuguesa. Vale notar que, neste caso, a palavra “meio” recebe um significado que parece diferir daquele que lhe emprestou Sílvio Romero, uma vez que neste contexto remete a elementos de “ordem física, a impressão da terra em seus filhos” (VERÍSSIMO, 1916, p. 2); “de ordem fisiológica”, que envolvem o aparecimento de “novos tipos étnicos”; e de “ordem política e social”, que remetem à defesa do território durante as invasões no período colonial, ao desbravamento do sertão, o aumento das riquezas e da importância do país.

Apesar de parecer mais próximo da perspectiva de Ferdinand Wolf, a verdade é que Veríssimo não partilha com ela do otimismo a respeito do papel do português. De fato, a herança portuguesa é antes uma fatalidade negativa do que algo que mereça ser comemorado, pois o que se transplantou não foi o “quinhentismo, a melhor época portuguesa”, mas o “seiscentismo prematura e rápida degradação daquele brilhante momento (VERÍSSIMO, 1916, p. 2). Sufocante, o legado português parece ter tido apenas o mérito de filiar o Brasil à cultura ocidental, já que os escritores, tanto os versejadores quanto os prosadores, sob o aspecto literário, seriam inferiores aos reinóis. O que os portugueses trouxeram teria sido uma cultura já em decadência, degenerada e que sob muitos aspectos seria antes um fardo que uma *benesse*.

O que se pode notar é que o autor não expressa um compromisso definitivo com uma ou outra posições ideológicas. É verdade que sua perspectiva é mais próxima ao pensamento republicano, mas isso não o impede de aproveitar ideias típicas da tradição conservadora, nem fazer reparos a algumas posições republicanas. Mas não se trata de evidenciar alguma oscilação das posições do autor, ao longo da obra, entre um e outro ponto de vista. O que se pretende mostrar com isso é que sua posição não é comprometida com uma e outra parte, o

que, de fato, parece uma tentativa de superar as formas até então experimentadas de se fazer história literária. Nesse sentido, é proveitosa a observação de João Alexandre Barbosa, segundo a qual Veríssimo buscou, desde a década de 1890, uma “especificação do seu trabalho de crítico literário” (1974, p. 145), na medida em que isso aponta para a tentativa de superação de um empenho ideológico mais intenso, como se dá nas obras de Wolf e Romero.

Como se terá observado, ainda não se avançou sobre a narrativa, e tudo o que se disse está contido apenas nos parágrafos iniciais da introdução. De fato, esta parte é importante para ajudar a entender a filosofia da história e o conceito de literatura com que o autor trabalha em sua obra. Mas, destaque-se que, por ora, o que interessa é compreender em que medida, na obra, se encontram as ideias que circulavam pela época. Para tanto, seguindo procedimento adotado em outros capítulos, será feito um resumo da narrativa.

Com efeito, no início do capítulo primeiro, Veríssimo retoma o que disse na abertura do livro. Embora a colonização do Brasil tenha começado na época em que os portugueses viveram o “mais notável período de sua actividade mental” (VERÍSSIMO, 1916, p. 25), isso não significou a transplantação desse esplendor, pois, no empreendimento colonial, não vieram as pessoas cultas que partilhavam dos valores que serviram para gerar “a renascença geral e o florescimento literário de Portugal” (VERÍSSIMO, 1916, p. 25), mas pessoas rudes, pouco instruídas. Mas, além do fato de os colonos serem pessoas que não conheciam a alta cultura da época, suas intenções eram, sobretudo, “assenhorearem-se da terra, lhe dominarem o gentio e aproveitarem a riqueza, exagerada pela sua cubiça.” (VERÍSSIMO, 1916, p. 25). Apenas com a chegada dos jesuítas, em meados do século XVI, a situação mudaria um pouco de figura, tendo em vista que se criaram então “as escolas de ler, escrever e contar, gramática latina e filosofia escolástica” (*idem*, p. 27).

Acrescentando a esse quadro outros elementos que apontam para a precariedade da situação vigente nos momentos iniciais da colonização, o autor ainda chama a atenção para as populações que viviam no território e a natureza local. Os nativos habitantes da terra não eram mais do que “brancos selvagens sem sombra de literatura, e cujos mitos e lendas passaram de todo despercebidos aos primeiros colonizadores e seus imediatos descendentes” (*idem*, p. 27); e a participação africana neste processo é considerada quase nula. Ainda a respeito dos primeiros, afirma o autor que, “inda que o gentio selvagem [...] tivessem alguma poesia de forma metrica, o que é mais que duvidoso, não se descobre meio de demonstrar não só que ela houvesse em tempo algum influido na inspiração de nossos primeiros poetas, ou como poderia ter influido.” (*idem*, p. 27). Sobre a natureza, mantém o mesmo tom relativista,

ao dizer que ela “só muito mais tarde entrou a influir no animo dos seus filhos os incitamentos das suas excelências” (*idem*, p. 27)

Por aí já se pode verificar o modo pelo qual se inscreve na tradição da historiografia brasileira esta obra de José Veríssimo. Ela repete quase integralmente as ideias já ventiladas na obra de Wolf, perfiladas ao pensamento de que Varnhagen foi o sintetizador. Suas considerações sobre o índio e a natureza reproduzem argumentos antigos que, mais do que uma resposta a Ferdinand Denis e Gonçalves de Magalhães, revelam a persistência de certas ideias a respeito da nacionalidade. É verdade que, postas em perspectiva, as considerações do historiador paraense parecem dirigir-se a formas de pensar um tanto recuadas no tempo.

No entanto, é preciso reconhecer que, em alguma medida, isso reflete a manutenção de certas concepções da nacionalidade, o que, aliás, não significa o autor dirigir-se apenas aos mortos. Vale a pena lembrar, na época, a presença de certa linha de nacionalismo ufanista, cuja síntese esquematizada é oferecida por Afonso Celso, e cuja *mimesis* artística é dada na figura entusiasmada e hiperbólica do major Quaresma, de Lima Barreto: nacionalismo este, semelhante, sob muitos aspectos, ao que teve lugar nos anos iniciais da vida independente do país, mas que, nem por isso, podem ser confundidos. Embora o referido ufanismo reproduza muitos dos motes antigos, é importante ter em mente certos deslocamentos operados quando parte da inteligência brasileira reciclou algumas palavras típicas na pena dos escritores românticos³⁸. Como falta espaço para que se aborde satisfatoriamente a questão, diga-se, apenas que, na época em que agora se detém este trabalho, o ufanismo é uma forma de se pensar a nacionalidade que tem por adversárias diversas concepções sustentadas por uma mirada mais crítica do país, o que parece ter faltado no passado, ao menos na intensidade em que se pode registrar a partir da década de 1870.

Reproduzindo embora argumentos típicos da tradição, deve-se notar que Veríssimo adota certa reserva quanto ao papel atribuído ao português, na medida em que o reconhecimento de sua importância não está relacionado ao pronto elogio. É verdade que, no caso da literatura, à parte os inúmeros defeitos que se costumam imputar aos colonizadores (gente despreparada, ignorante, cobiçosa), Veríssimo supõe certa superioridade dos primeiros prosistas e versejadores brasileiros, ao menos comparados à população aqui existente, relacionada ao fato de terem sido eles “de boa procedencia portugueza” (*idem*, p. 28). Para

³⁸ Como não faz parte do objetivo deste trabalho analisar as formas do nacionalismo em termos socioculturais mais amplos, remete-se o leitor para a bibliografia específica. Vale a pena consultar-se Cruz Costa (1967), Emilia Viotti da Costa (1985), Lúcia Lippi Oliveira (1991), Dante Moreira Leite (1983).

ele, foi definitivamente o português “com sua civilização, com a sua cultura, com a sua língua e literatura já feita, e até com seu sangue, o unico factor certo, positivo e apreciavel nas origens da nossa literatura” (*idem*, p. 28). Contudo, pela continuação da passagem pode-se perceber que o historiador não entende ser essa influência a decisiva quanto à especificação da produção literária realizada no Brasil. A influência portuguesa foi importante, sem dúvida, por ter introduzido o país na cultura ocidental, e continuou sendo apenas “emquanto não se realizou o mestiçamento do paiz pelo cruzamento fisiologico e psicologico dos diversos elementos ethnicos que aqui concorreram” (*idem*, p. 28). Processo lento, a miscigenação dos “elementos ethnicos” só se concretizaria bem depois da chegada dos portugueses.

Antes de se prosseguir, destaque-se, no último trecho transcrito, o ressurgimento do argumento da miscigenação, tão defendido por Sílvio Romero. Como ficou dito, a mistura cultural e racial dos povos que aqui passaram a viver desde a colonização do país estava no cerne de sua filosofia da história. Como este era o motor que levava a história para adiante, era natural que o fenômeno se refletisse na própria literatura. Em muitos momentos de sua obra, Veríssimo o ativa, sem o ímpeto com que o fazia seu desafeto. A passagem anteriormente citada pode ser considerada modelar da postura do historiador paraense sobre o assunto: embora não o despreze, não compreende a parte mais importante de sua maneira de conceber a história do país. Por ora, basta dizer que, para ele, o mestiçamento era resultado e não ponto de partida da história, recebendo, portanto, outro enquadramento.

Para Veríssimo, é a partir do estabelecimento de Duarte Coelho em Pernambuco, em 1534, que começa a surgir civilização no Brasil. Tendo trazido ele sua família, tendo trazido seus hábitos afidalgados para a colônia, conseguiu organizar em certa medida a sociedade daquele território, o que teria gerado “maior homogeneidade social, nos elementos mais coerentes da colonização” (VERÍSSIMO, 1916, p. 34). Sendo assim, “[n]ão admira, pois, que desta sociedade onde já havia sociabilidade e luxo, saísse a mais antiga obra literaria brasileira, a *Prosopopéa*, de Bento Teixeira, em 1601” (*idem*, p. 34).

Posteriormente a isso, com o estabelecimento de um governo central na Bahia, fundou-se outra sociedade com características semelhantes a esta. A presença do governo em Salvador serviu para promover esta cidade, na medida em que provocou o aumento da população, a diversificação da vida social, além do incremento das condições materiais. Entretanto, apesar dos ares de civilização daquele povoamento inicial e do que se fundou na Bahia, o fato é que a sociedade implantada no Brasil “permaneceu essencialmente a mesma na sua feição etnica, na sua constituição fisiologica, como na sua formação psicologica, isto é,

permaneceu essencialmente portuguesa, ao menos até as guerras holandesas, na primeira metade do século XVII” (VERÍSSIMO, 1916, p. 35).

De todo modo, no momento inicial da colonização, o que se verifica são obras que revelam algum interesse sobre a terra, compondo-se de relatos de jesuítas ou de colonos. Sem incluírem os jesuítas e o teatro de catequese que promoviam, essas “primeiras manifestações literárias”, como lhes chama Veríssimo, não teriam mérito que as sobrelevasse. Mesmo a *Proposopopéa*, que conta as façanhas de Jorge de Albuquerque Coelho, filho de Duarte Coelho, não seria mais que uma obra de bajulação de poderosos. De fato, para o autor, a abundância de produções em versos neste período é motivada mais pela vaidade e pelo “empenho ou a necessidade de angariarem a benevolencia e a proteção” dos poderosos (VERÍSSIMO, 1916, p. 75).

De alguma forma, porém, esta produção feita para lisonjear poderosos passa a revelar também certa simpatia pela terra. Assim, a descoberta de pedras e metais preciosos em fins do século XVI e início do século XVII, prolongando-se até o século XVIII, teriam influído em alguma medida na bem-querença pela terra, não distando muito “este sentimento incipiente de um patriotismo”. (*idem* p. 75). Junto a isso, o historiador paraense destaca o papel que tiveram as guerras contra os holandeses no ânimo da população, segundo se lê na seguinte passagem:

De 1624 a 1654 sofrera o Brasil, da Baía ao Maranhão, assaltos, ocupações, e conquistas dos holandeses. Salvador com seu Reconcavo, fôra duas vezes investida e de uma tomada. Relativamente, na expugnação do invasor maior fôra a parte dos colonos que a da metrópole. Disso houveram eles consciencia. Os nossos sucessos nas lutas, com suas consequencias politicas e sociais, e ainda morais, haviam exaltado a nascente alma brasileira com os primeiros ardores daquele sentimento de apego á terra, a que temos chamado nativismo. (VERÍSSIMO, 1916, p. 75).

Consequência delas foi o aparecimento de uma “copiosa literatura histórica”, a que se deve “juntar as numerosas genealogias [...] que provam o acordar de uma consciência colectiva nos naturais da terra e uma satisfação que a si mesmo se queriam dar da sua valia presente e passada” (VERÍSSIMO, 1916, p. 75-76). Apesar de obras escritas por estrangeiros, o fato é que “seus autores falaram da terra e de seus naturais com tanta estima e encômio que lhes aumentaram a consciencia que começavam a ter de si e do seu torrão natal” (*idem*, p. 76). A guerra contra os holandeses não só foi ensejo para que os naturais da terra mostrassem seu valor como também prestou-se a que os brasileiros tivessem disso consciência. Como observa o autor, o “nacionalismo brasileiro dataria daí” (*idem*, p. 76).

Lembre-se que, para Ferdinand Wolf, a nacionalidade brasileira veio a formar-se como herança recebida de Portugal. Quando a colônia se emancipa, o que acontece, para o erudito

vienense, é uma ruptura que se caracteriza menos como um confronto do que como reivindicação do reconhecimento de que o Brasil já tinha condições de manter por conta própria a sociedade estabelecida por Portugal. De outra parte, para Sílvio Romero, a nacionalidade brasileira começou a formar-se desde a primeira hora da colonização portuguesa, uma vez que já então teria havido tendência à miscigenação. Segundo o historiador sergipano, as guerras holandesas seriam, em verdade, um epifenômeno de um processo que se desenvolvia havia muito tempo.

Expressando pensamento encontrado nos *Capítulos de História Colonial*, o historiador paraense entende que o primeiro sinal mais claro da nacionalidade brasileira aparece com os holandeses. Como se viu, para Capistrano, nos momentos iniciais da colonização portuguesa da América, o que havia era uma profunda tendência à dispersão da população que existia no Brasil. Aos poucos, porém, tendo em vista as dificuldades com que teve sozinha de lidar, foi-se criando uma espécie de liga superficial que garantiu certa estabilidade e homogeneidade à colônia. Fato modelar dessa situação é justamente a expulsão dos holandeses pelos pernambucanos, na medida em que, tendo o povo de defender-se quase sem auxílio da metrópole, levantou-lhes os brios. Ora, Veríssimo aproveita a mesma ideia em sua obra, apontando-a com destaque na literatura. É nesse sentido que sugere: “Não deve ser inteiramente fortuita a coincidência do florescimento, mofo embora, da nossa poesia na segunda metade do século XVII sucedendo ao nosso esforço e triunfo na guerra contra os flamengos” (VERÍSSIMO, 1916, p. 76).

Em Salvador, justamente por aquele tempo, foi onde apareceu grande número de poetas. Sendo a cidade centro do governo oficial e a região mais ou menos povoada, contando entre sua população figuras ricas e abastadas; sendo ainda a “sede do único bispado do paiz, com a sua sé e o que ela implica de conegos e mais dignidades” (*idem*, p. 76); sendo lugar de frequentes celebrações sacras e festejos mundanos; sendo habitada por população cujos “costumes não eram de forma alguma austeros”; foi ela berço onde apareceram muitos poetas que, apesar de tudo, em comum só tiveram a origem e a formação na mesma poética portuguesa da época. Deles apenas se destacam Manuel Botelho de Oliveira, por ter obra escrita, e Gregório de Matos, que foi, dentre eles, o mais conhecido, de acordo com Veríssimo.

No século XVIII, continuam a aparecer poetas e prosistas, mas, de acordo com Veríssimo, com produção que não merece estima. No entanto, para ele, destaca-se a criação de academias, que, se já existiam desde o século XVII, estabelecem-se como associações

organizadas a partir de 1724, com a Academia Brasílica dos Esquecidos, a que se juntam, especialmente, a dos Felizes e a dos Renascidos. Segundo Veríssimo, apesar de tais associações terem sido criadas “mais por imitação das do Reino, vontade e inspiração oficial do que como uma exigência e produto da cultura indígena” (VERÍSSIMO, 1916, p. 110), não foram de todo inútil ao surgimento de uma literatura brasileira. Isso porque, tendo sido uma imitação daquilo que se fazia em Portugal, “havia porventura nelas um sentimento de emulação com a metropole, e portanto um primeiro e leve sintoma do espírito local de independência” (*idem*, p. 110). Nesse sentido, é de se notar, para o autor, que “todas, apesar do oficialismo da sua origem ou existência, se deram o nome de Brasileiras (brasílicas), quando ainda não existia ou não era vulgar o patronímico da terra” (*idem*, p. 110), o que já revelaria “um sentimento de separação, do qual não tinham quiçá esses academicos consciencia” (*idem*, p. 110).

Para Veríssimo, mesmo tendo sido uma espécie de associação em que se fazia obra literária portuguesa, e ainda de tipo inferior às produções metropolitanas, as academias “trabalharam primeiro pela nossa emancipação literária” (VERÍSSIMO, 1916, p. 110), pois ajudaram a congregar os escritores que se espalhavam pelo país. Entretanto, mais do que “haverem iniciado o comercio e trato reciproco dos homens de letras do Brasil, convocando-os de toda a parte dele para se lhes associarem, tiveram o efeito imediatamente util de chamar a atenção e despertar o gosto e o amor do estudos da nossa história e das cousas nossas.” (*idem*, p. 110).

Em comparação a seus predecessores, a opinião do historiador paraense sobre as academias é um tanto inusitada. Em *Le Brésil Littéraire*, Ferdinand Wolf as entende como fator negativo para a literatura brasileira, na medida em que significaram o prolongamento de manifestações literárias ibéricas, portuguesas e espanholas no Brasil. Em momento nenhum, o historiador chama atenção para o fato de serem organizações orientadas por algum interesse oficial; fixa-se apenas no seu aspecto, por assim dizer, negativo. Sílvio Romero, igualmente, lamenta a criação destas sociedades literárias, pois teriam impedido que os escritores tivessem contato com a cultura popular que se formava e que encontrava na modinha sua expressão mais acabada. Veríssimo não nega terem sido elas uma influência indesejável, em alguma medida, mas aponta para elementos positivos. Sobretudo, ensejando a que se conhecessem e admirassem as formas de vida da terra, mas também congregando literatos, sua existência não foi algo despiciendo, absolutamente.

É mais ou menos o inverso dessa interpretação dada por José Veríssimo que Antonio Candido irá propor em sua *Formação da Literatura Brasileira*. Nesta obra, as academias serão consideradas importantes, não porque promovam o interesse pelo Brasil, mas porque agrupam os literatos de vários pontos da colônia. Na formação do sistema literário brasileiro, estas associações exercem a função de formar um público, ainda que diminuto, para o que se escrevia na época. Num ambiente pobre para a produção literária, que era um “subproduto da vida religiosa e da sociabilidade das classes dirigentes” (CANDIDO, A, 1997, I, p. 73), “a associação literária criava atmosfera estimulante para a vida intelectual, favorecendo o desenvolvimento de uma consciência de grupo entre os homens cultos e levando-os a produzir” (*idem*, p.74). Com efeito, essa parece ser, para autor, a principal contribuição das academias para a literatura no Brasil, embora não deixe de referir que “os grêmios permanentes consagraram atenção marcada às coisas do Brasil, reforçando o nativismo e contribuindo para despertar o sentimento nacional” (*idem*, p.75). Sendo assim, o que para Veríssimo parece o menos importante – o fator associativo das academias – torna-se elemento proeminente em Candido e, inversamente, o que para o historiador paraense ocupava o primeiro plano – o interesse que as academias despertam sobre a terra – passa a ser menos relevante.

Ao orgulho inicial promovido pelas guerras contra os holandeses, que deu ensejo a várias obras de caráter laudatório da terra e de seus habitantes ilustres, ao aparecimento das academias que deram continuidade e intensificaram o apreço dos habitantes pela colônia, vem juntar-se a descoberta de ouro na capitania de Minas Gerais. Tendo atraído muita gente para a região e tendo promovido certo grau de abundância, a riqueza da capitania serviu para aumentar o laço de solidariedade entre a população. Assim, Minas Gerais, “Sendo a mais rica, era também a mais exempta, a mais desvanecida de suas possibilidades [...] O espírito localista, feição congênita dos mineiros, oriundos das condições físicas e morais do desenvolvimento da capitania, fortificava ali o nativismo ou nacionalismo regional” (VERÍSSIMO, 1916, p. 128).

Mas a riqueza encontrada em Minas Gerais promoveu não só o espírito localista. Graças a ela, difundiu-se também a cultura erudita, ampliando-se a quantidade de estabelecimentos de ensino e de aulas de latim, disponíveis à população. Criaram-se, ainda, acervos particulares com obras de grandes escritores antigos e modernos. Muitos mandaram seus filhos a Portugal, a fim de que seguissem estudos superiores. Desse modo, ao lado do orgulho pela terra desenvolveu-se igualmente uma cultura mais elevada, o que explica não só o surto poético da colônia como também o aparecimento de escritores aquilatados. Uma

plêiade de poetas que teve por centro Minas Gerais irradiou o melhor da poesia em língua portuguesa da época, contribuindo para enriquecê-la. Estes artistas “[i]ntroduzem um novo elemento de emoção, o seu nativismo comovido, o seu patriotismo particular; um novo assunto, a gente e a natureza americana, e com isto, e resultante disso, novos sentimentos e sensações [...]” (VERÍSSIMO, 1916, p. 128).

Se, para Sílvio Romero, a segunda metade do século XVIII foi o momento crucial para a consolidação da nacionalidade brasileira; se dos poetas que viveram em Minas Gerais naquele tempo deveriam as gerações seguintes reconhecer a primazia, tendo em vista que eles então definiram e manifestaram os caracteres distintivos do povo brasileiro, não parece ser esta a impressão que aquela época e aqueles artista passaram ao historiador paraense. Para este, os poetas que formaram a plêiade mineira, sem dúvida, foram os melhores escritores do período colonial, seja pela qualidade de sua produção, seja pelo tom nativista que emprestaram a suas obras. Entretanto, Veríssimo não os coloca em posição tão proeminente assim; a rigor, para ele, o fato é que, embora superiores, ainda estavam muito próximos da literatura portuguesa para que se lhes coloquem em lugar de tão evidente destaque.

Realmente, no entender de Veríssimo, apenas no século XIX é que a literatura brasileira tem existência plena, resultado da autonomia política alcançada pelo Brasil desde o início do século. De acordo com o autor, embora a independência tenha sido declarada em 1822, a verdade é que desde 1808 o Brasil já gozava de autonomia em relação a Portugal: “autonomia nos dera de facto a transplantação da realeza para cá, a elevação de Brasil a reino e a erecção do Rio de Janeiro em capital da monarquia” (VERÍSSIMO, 1916, p. 189). Para ele, devido à transferência da família real para a América, “Ardores e alentos novos criou o povo que a tres seculos se vinha aqui formando e cuja consciencia nacional, desde o seculo XVII, com as guerras holandezas, entrara a despontar” (*idem*, p. 167). Nesse sentido, a proclamação da independência teria apenas chamado definitivamente a atenção dos brasileiros para sua diferença inconciliável em relação aos portugueses. Com a proclamação da independência, “[d]eu-se o rompimento entre brasileiros e portuguezes, pode-se dizer o levante de uns contra os outros, fenomeno necessario da separação dos dous povos.” (*idem*, p. 167-168).

Repare-se que, enquanto para Wolf a ruptura entre colônia e metrópole foi algo semelhante à requisição de autonomia que um filho faz a seu pai, para Veríssimo a situação foi um pouco mais grave do que isso, embora julgue que “[n]ão foi maior a rotura, porque o fato político que a produziu foi antes uma transação que uma revolução e por se haver passado justamente no momento em que a metropole se afeiçoava ao modelo político

adoptado pela colônia.” (VERÍSSIMO, 1916, p. 168). Segundo o autor, a gravidade está na própria animadversão que surge entre portugueses e brasileiros. Por isso, em suas palavras,

Exageravam estes a ruindade da administração colonial, aumentavam-lhe com as mais deslavadas hiperboles de um patriotismo exaltado os vexames e as incapacidades. Aos seus olhos, com a importancia de metropole, perdia tambem Portugal o prestigio moral e mental, de criador, educador e guia dessa sociedade que aqui se emancipava. (VERÍSSIMO, 1916, p. 168).

Pelo último período do trecho citado, pode-se ver o grau de isenção do pensamento de Veríssimo, apesar de seu ponto de vista republicano. De fato, ainda que o autor pretenda apenas referir-se ao comportamento e ao entendimento dos contemporâneos de 1822, há de sua parte algum reconhecimento do papel desempenhado por Portugal na formação do Brasil. Ao chamar atenção para o caráter hiperbólico das críticas, ao registrar que a metrópole foi, mais do que a fundadora, a formadora e a orientadora da colônia, Veríssimo parece deixar de lado a intransigência que se notava em Sílvio Romero, adotando, dessa forma, uma postura mais equilibrada. Isso não quer dizer que pensasse terem partido de Portugal contribuições de grande qualidade para a formação do Brasil e de sua literatura. Nesse sentido, pensava igual a seu contemporâneo: muito distinto da Alemanha, da Inglaterra e da França, Portugal não era parte da verdadeira Europa (cf. VERÍSSIMO, 1916, p. 168). Ao que parece, no entanto, sem que se aumente seu valor, é inegável, para ele, que a Portugal se deve o que de melhor há no Brasil e, por isso, os brasileiros lhe devem algum respeito. Em verdade, mais do que registrar a herança positiva legada pelos portugueses, Veríssimo parece destacar a ingratidão de seus compatriotas no momento da independência do país.

Como quer que seja, o traslado da coroa portuguesa para o Rio de Janeiro, apesar da agitação que provocou, apesar de ter despertado a atenção dos brasileiros para as divergências com respeito aos reinóis, não foi suficiente para inspirar na literatura novos rumos. Para Veríssimo, desde os fins do século XVIII até a terceira década do século XIX, “dá-se na poesia brasileira uma paralização do movimento que parecia prenunciar-lhe a autonomia” (VERÍSSIMO, 1916, p. 169). E, sendo verdade que, neste período, o Brasil conta inúmeros poetas, o problema é que “nunca os tivera tão ruins, tão insípidos e incolores” (*idem*, p. 169).

A renovação da literatura feita no Brasil e sua ampliação mesma deram-se a partir da terceira década do século XIX. Sob os influxos do Romantismo e procurando mostrar a capacidade cultural do país recém-fundado, os escritores desta geração, que viram e viveram os fatos da independência política, dedicaram-se a dar corpo à literatura pátria. Gonçalves de Magalhães, Porto-Alegre, Teixeira e Sousa, Pereira da Silva, Varnhagen, Norberto da Silva e

Gonçalves Dias, que formam a primeira geração romântica, que se distingue “pela versatilidade dos talentos, variedade da obra e propósito patriótico da sua actividade mental” (*idem*, p. 190), procuraram fazer com que a literatura pátria “não se limitasse, como até então, quase exclusivamente á poesia.” (*idem*, p. 190).

Segundo Veríssimo, o ardor patriótico é o que contagiou não só estes homens, mas também toda a sociedade de então, e prestou-se a promover a nacionalização da literatura feita no Brasil. Com a empolgação nacionalista, os escritores passaram a desmerecer a educação vinda da metrópole, e “o contrario do que até então se passava, a educação dos escritores dessa geração se fizera aqui mesmo” (VERÍSSIMO, 1916, p. 192-193). A mesma língua em que escreviam, procuraram adequá-la aos modos de expressão correntes no país, de forma que a “linguagem e o estilo são por via de regras nativos, infelizmente até sem as qualidades essenciais á boa composição literaria” (VERÍSSIMO, 1916, p. 193). Coroando isso tudo, havia ainda a admiração do povo, embora, não raro, mais devida a seu patriotismo do que à sua capacidade de apreciar as obras que se publicavam.

De acordo com o historiador paraense, nesse processo de renovação por que passa a literatura feita no Brasil no sentido da nacionalização, Pedro II exerceu papel de não pequena importância. Como destaca, o imperador não só foi o mecenas “nem sempre esclarecido, mas sempre cordial, dessa geração que lhe vinha ilustrar o reinado” (*idem*, p. 191), como também a “única opinião publica que jamais houve no Brasil” (*idem*, p. 191). Com efeito, premiou D. Pedro II muitos intelectuais, dando-lhes empregos, comissões e honrarias. E se nem sempre se contentaram com o que recebiam, “louvados sejam, não lhes foram ingratos. As principais obras em todos os gêneros dessa época são-lhe dedicadas” (*idem*, p. 192).

Vale lembrar que Ferdinand Wolf já chamava atenção para a atuação do imperador no fomento das artes no Brasil. Como então reparava o erudito vienense, D. Pedro II era um protetor da cultura, participante das reuniões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Neste sentido, mais uma vez, cabe destacar que a perspectiva republicana do historiador paraense não o impede de encontrar pontos positivos nas figuras do poder imperial. Correlata do arrefecimento político que se deu no meio intelectual posteriormente aos primeiros anos da República, a postura de Veríssimo revela, ao que parece, a tentativa de superar os modos de se construir a história literária do Brasil, em que o comprometimento do autor com alguma posição política definia o perfil da obra. Longe de se dizer que a *História da Literatura Brasileira* agora estudada esteja isenta de compromissos políticos ou que se defina, em termos de posicionamento ideológico, por uma espécie de *a-topia*, o que se defende é que seu autor

procurou uma maneira de fugir às ideias políticas polares que vigiam desde a segunda metade do século XIX, a fim de não lhes subordinar a matéria tratada.

Tendo-se, pelos fatores mencionados, espreado, inaugurando ou desenvolvendo vários gêneros literários, e consolidando, por assim dizer, a nacionalidade brasileira no âmbito da literatura, o Romantismo, a partir da década de 1870, passa a sofrer com o desgaste de suas propostas. Advêm da Europa novas ideias que se divulgam no Brasil, como “o positivismo comtista, o transformismo darwinista, o evolucionismo spenceriano, o intelectualismo de Taine e Renan” (VERÍSSIMO, 1916, p. 341). Além disso, diversos fatores de ordem política e social propiciaram que essas correntes de pensamento circulassem no Brasil e abalasse a soberania do Romantismo no país. Segundo Veríssimo, entre os principais eventos que vieram abalar a ordem de coisas existentes, estão a guerra do Paraguai, “acordando o sentimento nacional, meio adormecido desde o fim das agitações revolucionárias consequentes á Independencia e das lutas no Prata; a questão do elemento servil” (VERÍSSIMO, 1916, p. 341); a questão religiosa; e a guerra franco-alemã, que chamou a atenção dos brasileiros para outra civilização e outra cultura que não as francesas. Em suma,

Actuando simultaneamente sobre o nosso entendimento e a nossa consciencia, pela comoção causada nos espiritos aptos para lhes sofrer o abalo, estes diferentes sucessos produziram um salutar alvoroço, do qual evidentemente se ressentiu o nosso pensamento e a nossa expressão literaria. (VERÍSSIMO, 1916, p. 342)

É de se destacar a posição assumida pelo historiador paraense em relação a seu desafeto. Sílvio Romero, que publicou sua obra em 1888, configurou a história do país numa versão republicana que colocava sua geração em evidência perante os homens do passado. Segundo seu entendimento, a partir de 1870, formou-se a geração mais apta a conduzir o Brasil e, em verdade, tudo o que anteriormente aconteceu serviu para prepará-la. Sintetizados na figura de Tobias Barreto, de quem, aliás, escreve largamente em sua *História da Literatura Brasileira*, os homens que faziam parte daquele grupo de intelectuais concretizava aquilo que já se previa na inconfidência mineira, a saber, o desejo de emancipar completamente o Brasil. Nesse sentido, embora a independência política tenha sido proclamada em 1822, a verdadeira libertação do país, não só de Portugal como também da França, foi, segundo o historiador sergipano, obra dos homens que viveram e atuaram, como ele, movidos pelas ideias republicanas e científicas, a partir de 1870.

Veríssimo, como se vê, não deixa de referir-se ao impulso renovador daqueles homens. No entanto, não partilha do mesmo entusiasmo de seu desafeto pela geração em que,

igualmente, se formara e se projetara, nem pelas ideias que promoveram. De acordo com ele, aquelas ideias, “nem sempre coerentes”, que à sua geração pareceram novidades, embora tenham promovido mudanças, que, no campo da literatura, “se fizeram sentir numa maior liberdade espiritual e num vivo espírito crítico” (VERÍSSIMO, 1916, p. 342), não foram de todo proveitosas. Além disso, considerando mesmo as observações que faz sobre Tobias Barreto, em evidente contraponto a Sílvio Romero, sua avaliação sobre os homens com quem conviveu não é das mais lisonjeadoras. O que se nota em sua obra é uma espécie de decepção, de forma que, na comparação com Romero, seu tom é evidentemente menos empolgado. Obviamente, escrevendo sua obra quase 50 anos depois do aparecimento e divulgação daquelas ideias revolucionárias, e tendo observado seus desdobramentos, sobretudo depois do advento da República, Veríssimo não nutre por elas a empolgação que despertaram no momento em que apareceram.

Não é à toa que a literatura produzida a partir dessas novas ideias não atraía a atenção do historiador. A respeito do Naturalismo, entendido como o romance inspirado no modelo francês de Zola, julga o autor que “Obras realmente notáveis e vivedouras, ou sequer estimáveis, bem poucas produziu, e nomes que mereçam historiados são, acaso, apenas três: Aluísio de Azevedo, Julio Ribeiro e Raul Pompeia.” (VERÍSSIMO, 1916, p. 342). Com relação ao Parnasianismo e a “alcunhada poesia científica” (*idem*, p. 360), termo que identifica a aplicação das novas ideias de que se serviu o Naturalismo à poesia, sobretudo como negação da estética do Romantismo, o encaminhamento não é menos negativo. Sobre o último, resume o autor, mal ocultando sua indignação: “Pôr em versos, ainda excelentes – o que aliás nunca aconteceu – noções científicas é retrogradar à poesia didática, coisa que de poesia só tem o nome” (*idem*, p. 360). Sobre o movimento poético inspirado por Lacomte de Lisle, repara Veríssimo que não chegou a suplantam a inspiração romântica, tão da índole da poesia brasileira.

Diante desse quadro tão desencantado com a época que se iniciara em 1870, a única figura que merece ainda algum elogio do autor é Machado de Assis. Assunto do capítulo final da *História da Literatura Brasileira*, ao qual também empresta o nome, Machado de Assis paira um tanto à margem da história elaborada até então. Considerado o melhor autor da literatura brasileira, o autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* é inserido nessa história literária como espécie de figura à parte do desenvolvimento histórico que o precedeu e do ambiente em que viveu. Em verdade, há algo de apoteótico no modo pelo qual Machado de Assis é apresentado na obra; com ele, a literatura brasileira teria aclançado seu ápice. Quanto

a isto, cabe reparar que *História da Literatura Brasileira* foi publicada postumamente, e que, neste sentido, fica difícil saber se tal organização se deu por opção consciente de José Veríssimo, ou por organização dos editores.

Seja como for, é de se notar que os marcos que estabeleceu para o início da atividade literária, entendida por ele como manifestação de apreço dos habitantes pela terra, e sua consolidação no Brasil foram escrupulosamente seguidos por uma das obras mais importantes sobre o assunto no século XX. Com efeito, a *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido, refaz o percurso balizado pelo historiador paraense, mesmo orientando-se, ao que parece, por outra visão de nacionalidade e incrementando-se de grande erudição.

3.5. A história como história

A configuração republicana que Veríssimo dá à sua obra, como se procurou mostrar, é diferente daquela que emprestou Sílvio Romero à dele. De fato, o historiador sergipano, ao realizar sua empresa, partiu da necessidade de se contrapor à versão imperial de Ferdinand Wolf, e construiu uma versão da história literária que, basicamente, procurou negar aquilo que o erudito vienense havia dito em sua obra. José Veríssimo, que escreve seu livro bem depois da época dos embates heroicos sobre a monarquia e a República que empolgaram a geração de 1870, assume outra postura. Sua versão republicana não desmerece os serviços prestados pelo imperador, nem desconhece que se deva prestar alguma reverência à coroa portuguesa que dominou o Brasil por três séculos. É verdade, porém, que não deixa de lamentar que o que se trasladou para a colônia não foram o brilho e o esplendor da metrópole, mas os escombros daquela fase áurea vivida por Portugal. Além disso, sugere que o processo da independência política do Brasil, sem ser obra do acaso, contou com alguma dose de descuido das instâncias oficiais na ocasião da transferência da corte. Como observa o autor: “Tivesse o príncipe regente de Portugal, logo depois rei D. João VI, o propósito de preparar o Brasil para a independência, não haveria porventura procedido tão atilada e eficazmente” (VERÍSSIMO, 1916, p. 189).

Por outro lado, com assimilar as posições republicanas, não parece o autor compartilhar do entusiasmo, típico daqueles que se incorporaram à geração de 1870, pelas ciências. Tanto assim que, sem deixar de recorrer às ideias que circulavam em sua época

sobre as raças e a miscigenação, sobre o clima e seu impacto na constituição dos povos, Veríssimo mantém-se impassível em relação ao debate mais exaltado. A miscigenação, por exemplo, que no historiador sergipano constituía a base da sua interpretação da filosofia para a história brasileira, não aparece na obra agora estudada como elemento tão crucial. Isso não impede Veríssimo de recorrer aos estereótipos que se estabeleceram a respeito das raças, mas, de um modo geral, não são elementos tão importantes para seu entendimento da história. Seu pensamento republicano entende a história do Brasil como a história do desenvolvimento de elos de simpatia entre a população e a terra em que vive. Assim, a miscigenação só se concretiza, na concepção de Veríssimo, quando os “elementos ethnics” que coabitam no Brasil aceitam ser essa sua terra comum.

Aliás, quando o historiador paraense resolve empreender sua versão da história, havia muito o ímpeto científico tinha cedido algum espaço. Obviamente, não se deixou de ter a ciência e o discurso científico como guias, mas ao menos arrefeceu sua posição inatacável. Vale lembrar o já mencionado Manuel Bonfim e suas dúvidas a respeito da pertinência de se utilizarem categorias biológicas para se descreverem formações sociais. Acrescente-se a isso o fato de que, ao assumir um comportamento orientado pelo espírito científico, nem todos os historiadores adotaram de modo irrestrito os métodos das ciências naturais na execução de seus trabalhos.

No caso da Europa, a reação contra o espírito científico datava das décadas finais do século XIX e teve como um de seus principais alvos a filosofia positivista. Mas, em verdade, embora houvesse tentativas de definir o tipo de trabalho que faziam o cientista e o historiador, a crítica que se estabeleceu a respeito dos estudos históricos nem sempre se voltou contra o estreitamento das relações entre história e pensamento científico. Nas palavras de Collingwood, ao insurgir-se contra o positivismo, o que os pensadores europeus promoviam “não era uma rebelião contra a ciência, era uma rebelião contra a filosofia que alegava que a ciência era a única maneira de conhecimento que existia ou que poderia algumas vez existir” (COLLINGWOOD, 1993, p. 136). Aqueles que se debruçavam sobre os problemas relativos ao conhecimento histórico, seja na Inglaterra, seja na França ou na Alemanha arguíam que a história lidava com um tipo de conhecimento diferente daquele que com trabalhavam as ciências naturais, mas não abriam mão de chamar sua disciplina de ciência. De fato, a história mais ou menos continuou as práticas sobre as quais se estabeleceu na virada do século XVIII para o XIX, que tinham como pressuposto a aplicabilidade dos métodos das ciências naturais aos estudos históricos. Desse modo, o tratamento das fontes, a objetividade dos fatos, a

imparcialidade do relato, em suma, a ideia de que a história trata “do que aconteceu” não deixou de estar presente.

Isso não impediu, porém, que se fizessem duras críticas às tentativas de se igualarem natureza e história. Como ficou dito, foi pressuposto do pensamento positivista que se introduziu no campo de estudos históricos, pela metade do século XIX, a ideia de que o homem era parte da natureza, e que, portanto, seria possível aplicar aos estudos históricos o mesmo tipo de lógica que orienta as ciências naturais. Isso significou, entre outras coisas, enfatizar-se o aspecto irracional do homem, entendendo-o, sobretudo, como resultado de fenômenos dos quais não tinha sequer consciência. Contra isso, aqueles que se dedicavam à história, em fins do século XIX, procuraram restabelecer a distinção entre a vida humana e a natureza, refazendo uma distinção cara à época romântica. Nesse sentido, de acordo com Collingwood, a filosofia positivista e sua maneira de pensar o homem mereceu um reparo severo na historiografia inglesa de fins do século XIX, época em que, aliás, gozava de grande prestígio no Brasil. Assim, segundo o autor, em 1893, Thomas H. Huxley atacava pela base a ideia de que o homem se confunde com a natureza. A fórmula com a qual se combatia tal pensamento consistia em ressaltar que “a vida do homem, enquanto segue as leis da natureza, é a vida de um bruto que só difere dos outros brutos porque é mais inteligente.” (COLLINGWOOD, 1993, p. 146).

Ao que parece, a recusa geral que se formulou contra o pensamento científico que perfilava a história às ciências naturais era consequência da negação da isonomia de princípios, por assim dizer, que orientavam uma e outra áreas. Não chegou a ser uma recusa absoluta da ciência, mas apenas da ubiquidade de seus pressupostos. De acordo com Collingwood, à exceção de Croce, que, também em 1893, desvinculou radicalmente a história do campo das ciências, identificando-a com a arte na medida em que são ambas, história e arte, “a intuição e representação do individual” (COLLINGWOOD, 1993, p. 189), a maioria dos que pensavam ou faziam a história buscaram legitimá-la como disciplina científica, polindo-a apenas dos excessos positivistas. É verdade que, frequentemente, essa alegada distinção entre homem e natureza nem sempre significou a proteção contra os pressupostos das ciências da natureza, mas esta intromissão foi mais inadvertida do que simulada.

No caso do Brasil, com ser hegemônico, o espírito científico que tomou conta da inteligência brasileira da geração de 1870 não produziu muitos resultados no campo da história. Exceto a *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, não houve obra relevante no campo da história que tenha assumido com tanta veemência a união entre história

e natureza. Mas, apesar das dimensões que tomou a obra do historiador sergipano, o fato é que uma história literária não tinha, por mais relevante que fosse, condições de ditar padrões epistemológicos, tendo em vista sua situação de inferioridade em relação a outros tipos de história. Não é à toa, portanto, que os historiadores colocam Varnhagen como figura isolada quando se trata de falar de sua prática no século XIX. Considerando-se isso, não é de todo infundado o parecer de Francisco Iglesias segundo o qual a proeminência do Visconde de Porto Seguro tem a ver com “seus méritos e certa preguiça da inteligência nativa e da falta de preparo mais consistente do pensamento menos conservador ou progressista” (IGLESIAS, 2000, p. 94). Seja como for, o fato é que o espírito científico, muito propalado pelo país, não foi capaz de fornecer uma obra de história que pudesse fazer frente à *História Geral*, de Varnhagen.

Acrescente-se a isso o fato de que o historiador mais importante do país, de fins do século XIX e inícios do século XX, também não partilhava irrestritamente dos pressupostos positivistas para o estudo histórico³⁹. Capistrano de Abreu, admirador de Varnhagen, de quem, por assim dizer, viria a ocupar, em certa medida, o posto, era reconhecido como o historiador brasileiro mais capaz à época, e havia muito tinha abandonado boa parte das ideias positivistas sobre a história. Como nota José Carlos Reis, a partir das influências de historiadores alemães, principalmente, “ele passará a dar ênfase aos documentos, à sua crítica e interpretação, sem buscar leis, mas a compreensão”; e acrescenta: “Historicista, [Capistrano] percebe que a vida em seu mistério pede um tratamento diferenciado da natureza.” (REIS, 2000, p. 93). De modo semelhante, avalia e define José Honório Rodrigues: “Como um verdadeiro historiador, Capistrano era sensível ao *espírito do fato*.” (RODRIGUES, 1982b, p. 8, grifos meus).

Não é por acaso que, nos *Capítulos de História Colonial*, Capistrano de Abreu esteja justamente preocupado em entender como se formou o sentimento que promoveu a união dos habitantes do Brasil e os vinculou à terra. Com efeito, o pensamento sobre o qual o autor elabora sua narrativa é a ideia de que os fatores da colonização portuguesa da América, que implicaram a mobilização da população radicada na colônia, sem o apoio metropolitano, acabou por despertar neles a simpatia mútua e o apego à terra. Por causa da ausência dos poderes metropolitanos, a ampliação e ocupação do território, o desenvolvimento de

³⁹ Sobre a importância de Capistrano de Abreu, José Veríssimo, em artigo publicado em 1907, no qual elogiava os *Capítulos de História Colonial*, ajuizava a posição do historiador cearense perante os historiadores contemporâneos: “é a principal e mais considerável publicação do Sr. Capistrano de Abreu, a síntese, como só talvez ele aqui no caso de fazer (e verificá-lo é bem triste para nós), de estudos que têm já perto de trinta anos.” (VERÍSSIMO, 1979, p. 185). Cf. ainda: RODRIGUES, 1970, 1982a, 1982b; REIS, J. C., 2000; IGLESIAS, 2000.

atividades econômicas que garantissem a subsistência da população, a expulsão de invasores e a descoberta de minas, tudo isso, na medida em que foi realizado pelos colonos, prestou-se-lhes a exaltar os brios. Realmente, não se parte do princípio de que alguma lei presidisse o surgimento do Brasil como terra de um povo; ao contrário, pressupõe-se que foram justamente as circunstâncias que deram ensejo a que o país se constituísse. Quanto a este aspecto, portanto, os *Capítulos de História Colonial* são uma obra que foge à aplicação dos pressupostos das ciências naturais à explicação histórica.

Veríssimo veicula muitas das ideias que Capistrano de Abreu formulou nos *Capítulos de História Colonial* para realizar sua obra. Em primeiro lugar, partilha com o historiador cearense a recusa do pensamento científico para o entendimento da história do Brasil. Como se disse, no momento em que realiza a narrativa da história literária do Brasil, ele não partilha mais o entusiasmo que sua geração nutriu pela ciência. Além do mais, é fato que sua *História da Literatura Brasileira* foi construída sobre a mesma ideia que orientou Capistrano de Abreu na realização de seu livro de 1907. Em verdade, a proposta de Veríssimo para escrever a história literária do Brasil é justamente entender como aquele sentimento de apego à terra se manifestou nos textos literários. Dessa maneira, assim como *Le Brésil Littéraire* pode ser pensada como a manifestação do conservadorismo imperial, formulado por Varnhagen, adaptado à história literária, assim também esta obra póstuma de José Veríssimo pode ser definida de maneira semelhante em relação ao pensamento republicano, conforme formulado por Capistrano de Abreu.

Como se disse, no aproveitamento que José Veríssimo faz dessas ideias, essa outra versão do pensamento republicano sobre a história brasileira confronta tanto a versão imperial e conservadora a respeito da história do Brasil, quanto a versão republicana mais exaltada da geração de 1870. Do mesmo modo que sucedeu com Ferdinand Wolf e com Sílvio Romero, a configuração ideológica dada pelo historiador paraense à sua obra é correlata a uma percepção da história, a uma visão de mundo que define o modo de proceder-se a explicação dos fenômenos incluídos na narrativa. À ideologia conservadora correspondeu um procedimento de explicação dos fatos arrolados na narrativa que introduzia um expediente suprassensível na ligação dos fenômenos. Por sua vez, a ideologia republicana mais exaltada foi correlata a um procedimento explicativo que procurava inscrever os fenômenos narrados numa dimensão estritamente material, justificando mecanicamente a relação entre eles. A perspectiva republicana adotada por José Veríssimo, de sua parte, articula-se a um procedimento de

explicação que insere os fenômenos incluídos na narrativa numa relação que procura captá-los como causa ou consequência de alguma dimensão psíquica ou emocional.

É verdade que a narrativa de Wolf, como ficou dito, recorria à paixão das personagens que integravam sua história para estabelecer os elos explicativos necessários ao andamento das ações. Vale lembrar que, por exemplo, segundo o historiador vienense, os missionários trouxeram e conservaram a literatura no Brasil, porque quiseram que as conquistas portuguesas fossem tanto intelectuais quanto espirituais. De modo semelhante, Antônio José teria sido perseguido e condenado por causa da inveja que suas peças causaram. José Bonifácio, igualmente, ter-se-ia empenhado nas querelas do período de independência por seu ardor patriótico. Quer dizer, o modelo explicativo que se empresta aos fatos em *Le Brésil Littéraire* é baseado na recorrência à paixão, aos desejos e vontades das personagens e fatos incluídos na narrativa.

No entanto, o caso do modo explicativo de Veríssimo é bastante diferente. Em verdade, quando o historiador paraense chama atenção para os sentimentos em sua história, ele não remete as causas e efeitos somente aos indivíduos, mas procura captá-los coletivamente. Sendo assim, a recorrência aos sentimentos não se esgota no *patético*, senão que está articulada a uma dimensão supraindividual, isto é, social. Dessa forma, mesmo quando trata de uma personagem em uma situação particular em sua história, ela é tomada como figura representativa de certo estado que se pode verificar no âmbito da sociedade. Além do mais, Veríssimo não se preocupa com qualquer desejo, sentimento ou vontade, mas apenas com o que identifica com o apego ou desapego à pátria e aos habitantes dela. Quer dizer, interessa-lhe apenas o sentimento enquanto relacionado à nação.

Por outro lado, ao projetar os sentimentos, desejos ou vontades para o corpo social, o historiador paraense não adota o procedimento que Sílvio Romero utilizou ao empreender sua obra. O escritor sergipano pensava a sociedade conforme um corpo biológico e suas explicações eram sustentadas por pressupostos típicos das ciências naturais. De sua perspectiva, o Brasil e a literatura que se faz nele vão se diferenciando à medida que a miscigenação vai apagando os caracteres distintivos dos povos que aqui existiram no início do processo de colonização. Neste caso, o sentimento é indício de uma característica biológica dos homens, sendo social apenas secundariamente. Mesmo o apreço pela terra e pelos demais habitantes dela é pensado antes como produto da natureza do que como construção coletiva. Ora, para Veríssimo a questão é outra: o aspecto psíquico é vinculado em primeiro lugar à vida social, e apenas secundariamente é passível de atuar biologicamente.

Neste sentido, o modo como Veríssimo representa a história é basicamente relacionado à expressão de algum sentimento. Isto significa que os fatos produzem ou são consequências de algum estado psíquico da população, que não é justificado em decorrência de algum princípio suprassensível ou estritamente material. Ao contrário, o que se destaca nessa relação entre fato e estado psíquico é justamente o caráter circunstancial, isto é, de um vínculo não predeterminado. Assim, Veríssimo desvia-se não só de uma visão “idealista”, como também de uma compreensão “materialista ou científica” da história, e fixa uma perspectiva mais “historicista” dos fenômenos de que trata. Com efeito, na medida em que se prende ao mundo “sublunar” e se recusou a compreendê-lo em termos de “leis”, restou ao historiador paraense buscar compreender as intenções que estão por trás dos fatos, seguindo o mesmo caminho trilhado por Capistrano de Abreu.

Parta-se, como feito anteriormente, para a tentativa de ilustração do que se entende pela visão “historicista” que José Veríssimo empresta à sua *História da Literatura Brasileira*. No primeiro capítulo de sua obra, intitulado “A primitiva sociedade colonial”, o autor chama atenção para o fato de que a colonização da América pelos portugueses coincidiu com o momento áureo da cultura deste povo. Apesar disso, repara que não foram os homens de melhor estirpe que lançaram mãos ao processo de povoamento do Brasil, mas “a multidão ignara que constituía a maioria da população” (VERÍSSIMO, 1916, p. 25). Gente de procedência das classes mais baixas, os colonos não lidavam com a alta cultura que circulava em seu país e, em verdade, eram movidos apenas pelo desejo de se apossarem do território (VERÍSSIMO, 1916, p. 25). Embora, mais adiante, acrescente o autor que, com a chegada dos jesuítas, foram criados os primeiros colégios, “fonte donde promanou, no primeiro século, toda a cultura brasileira e com ela os primeiros alentos de literatura” (*idem*, p. 27), o aspecto geral da colônia era de desordem.

Numa situação como essa, era de se esperar que não houvesse no Brasil a menor sombra de literatura, e ainda mais que lhe fosse simpática. Como julga o autor,

A terra achada “por tanta maneira graciosa” pelos seus descobridores, e que aos primeiros que a descreveram se deparou magnífica, só muito mais tarde entrou a influir no animo dos seus filhos os incitamentos das suas excelencias. E isso de leve e de passagem, embora com repetições que fariam dessa impressão uma sensação duradoura e característica em a nossa poesia. (VERÍSSIMO, 1916, p. 27)

Com efeito, não é tanto a ausência de literatura em si que interessa, senão que como indício da falta de ordem e de apreço pela terra. Não há literatura porque a sociedade não está fixada de uma forma que lhe propicie o aparecimento. Por outro lado, considerando o tipo de

colono que se transferiu para o Brasil, para Veríssimo não era de se estranhar que a vida não fosse tão disciplinada. As reclamações a respeito dessa gente não eram incomuns, de modo que “os seus costumes dissolutos, a sua indisciplina moral e mau comportamento social são o tema de acerbas queixas não só dos jesuítas [...] mas das autoridades régias, dos cronistas e mais noticiadores.” (VERÍSSIMO, 1916, p. 29). Veríssimo cita então um longo trecho dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, obra de autoria questionada na época⁴⁰, atribuída hoje a Ambrósio Fernandes Brandão, em que se referem os tipos de habitantes da colônia, e que termina com o reparo de que eles não cuidariam da terra porque pensavam em voltar a Portugal. Pelo modo com que o autor entende a situação reportada naquele livro, é possível perceber-se a maneira como encara os fatos que arrola. No seu entender, aquele escrito

É o depoimento de uma testemunha de vista, inteligente, bem intencionada e insuspeita por sua nacionalidade, sobre os elementos de que se ia formando a vida economica da nova sociedade portugueza na América, e a primeira delação do desapego á terra pelos seus mesmos povoadores, daquilo que um historiador nosso chamou transoceanismo (Capistrano de Abreu). Ainda mesmo para a apreciação do presente, não perderam todo o interesse estas suas observações, cuja exactidão aliás outros documentos contemporaneos confirmam. (VERÍSSIMO, 1916, p. 31)

Aproveitando a mesma ideia que Capistrano de Abreu formulou para o entendimento da história do Brasil, José Veríssimo capta as palavras dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* como evidência de que aqueles que vieram habitar a colônia não queriam ficar nela. Nesse sentido, os fatos inseridos na narrativa significam ou expressam algo que está por trás deles. Não são apenas a consequência de intenções, porque mesmo estas são entendidas como elos secundários de um sentimento que ainda lhe seria anterior. Assim, por exemplo, quando diz que o “primeiro estabelecimento [dos colonos] foi, com a única exceção de São Paulo, todo no litoral, à beira-mar” (VERÍSSIMO, 1916, p. 31), para Veríssimo este fato é indício de que se pretendia o quanto antes voltar para Portugal, mas isso, obviamente, só se dava porque não se tinha apreço pela terra.

Como se vê, os desejos, vontades e sentimentos recebem tratamento diferente daquele que lhes emprestou Ferdinand Wolf. De fato, para o erudito vienense, os eventos e fatos que se apresentam na história estão, sem dúvida, relacionados às vontades humanas, mas a ligação entre uns e outros é derivada de um princípio a que não se acede de modo racional. Em seu conjunto, o resultado é que os fenômenos que ocupam sua história servem para ilustrar a

⁴⁰ Note-se que Sílvio Romero, seguindo procedimento adotado por Joaquim Norberto, havia atribuído a obra citada a Bento Teixeira. Antes de Sílvio Romero, contudo, Wolf mostrava-se indeciso sobre a autoria da obra e assim se manifestava: “On ne sait si un autre ouvrage en prose qui lui [Bento Teixeira] est attribué, le *Dialogo das grandezas do Brazil*, est véritablement de lui.” (WOLF, 1863, p. 10).

existência de uma entidade nacional, o Brasil. No entanto, a própria diversidade dos interesses, vontades e desejos que aparecem em *Le Brésil Littéraire* indicam a incapacidade de encontrar terrenamente o princípio que os enfeixa. Com efeito, é justamente, por isso, diga-se ainda uma vez, que a história de Wolf é “idealista”: por supor que na diversidade dos eventos tratados há algum nexos, mas que só pode evidenciá-lo com a própria narração dos fatos.

A perspectiva de José Veríssimo, obviamente, é bastante diversa. É verdade que, assim como o historiador vienense, ele acredita que os fatos estão relacionados com desejos, intenções e sentimentos. No entanto, ao tratá-los em sua obra, o que faz é remeter essa relação imediata, por assim dizer, a uma dimensão mais profunda. Todavia, esta dimensão é, para ele, perfeitamente declarável, não se confundindo com algo inacessível à racionalidade. Com efeito, os fenômenos inseridos em sua história são sempre remetidos a uma disposição psíquica mais abrangente, que, no caso, é o grau de apego à terra. Assim, diferentemente de Wolf, para quem os fenômenos ilustravam a existência de uma entidade nacional cujo aparecimento era algo inexplicável, o historiador paraense justifica o surgimento desta entidade como decorrência do desenvolvimento da simpatia que os habitantes passaram a nutrir pela terra. Por isso, a posição ocupada pela dimensão psíquica na obra de Veríssimo é extremamente importante, pois é ela mesma a base da filosofia da história que sustenta a narrativa. Quer dizer, sua *História da Literatura Brasileira* constitui-se como a história do desenvolvimento do apreço nacional.

Passe-se então a outro ponto da narrativa, a fim de que se mostre não ser fortuito o modo explicativo que José Veríssimo adota. No terceiro capítulo de sua história, José Veríssimo chama a atenção para o fato de que “a atividade dos brasileiros na segunda fase do período colonial [...] manifesta-se quasi exclusivamente pela poesia” (VERÍSSIMO, 1916, p. 73). O que a ela não pode ser perfilado é “sermão ou literatura oficial, crônicas, relações, memórias de carácter e estilo burocrático” (*idem*, p. 73). Pergunta-se, então, o autor sobre o porquê dessa situação. De acordo com ele, isto se explica pelo “natural incentivo da própria inspiração, inconscientemente estimulada pela tradição literaria da metropole” (*idem*, p. 73); pelo incremento da cultura na colônia, graças à educação oferecida nos colégios jesuíticos, que se realizava principalmente nos “poetas latinos lidos, comentados, aprendidos de cór”, e atenta apenas “ao brilhante e vistoso” da poesia (VERÍSSIMO, 1916, p. 74); e pelas solenidades oficiais ou as criadas pelos jesuítas, em que se recitavam versos, encenavam-se peças, no intuito de celebrar “algum poderoso, ou de prestar algum culto, além das academias

ou assembléas de letrados que reciprocamente se liam em verso e prosa – sobretudo verso” (VERÍSSIMO, 1916, p. 74). Eis a situação da poesia brasileira no século XVII: embora abundante, o fato é que os versos apenas remontam práticas típicas da metrópole.

No entanto, ainda naquele século, alguma mudança pode ser notada. Com efeito, a descoberta de ouro e de esmeralda produziu riquezas e prestou-se a alterar o juízo que da terra faziam os moradores, que passaram a acreditá-la grandiosa. Na opinião de Veríssimo, “Disso á bemquerença e orgulho dela, com a consequente presunção dos merecimentos deles próprios seus moradores ia apenas um passo. Não distaria muito este sentimento de um incipiente patriotismo” (VERÍSSIMO, 1916, p. 75). Além da descoberta de metais e pedras preciosos, houve a guerra contra os estrangeiros, sobretudo os holandeses, a quem os moradores combateram sem o auxílio da metrópole. Segundo o autor, “os nossos sucessos nessas lutas, com as suas consequências políticas e sociais, e ainda morais, haviam exaltado a nascente alma brasileira com os primeiros ardores daquele sentimento, então apenas existente sob a forma rudimentar de apego á terra natal, a que temos chamado nativismo” (*idem*, p. 75).

Como se vê, o processo explicativo estabelece claramente o elo entre os fenômenos. Mais uma vez, à diferença de Wolf, o nexos de causalidade é estabelecido diretamente entre os elementos da narrativa, e, além disso, é construído segundo uma lógica que se baseia estritamente no mundo sensível. Quer dizer, as relações de causalidade entre os fenômenos são sempre passíveis de se reconstituírem com o concurso da razão. Acrescente-se a isso que o nexos de causalidade não pressupõe somente que os fatos sejam consequência de sentimentos; o contrário também se passa na forma como elabora o processo explicativo. Note-se que, no trecho comentado acima, as riquezas descobertas e as campanhas contra os invasores da colônia acabaram por despertar ou intensificar o sentimento de apego à terra. Desse modo, forma-se um jogo de vai e vem entre fatos e sentimentos, de modo que um pode gerar o outro. Realmente, por um lado, a falta de apreço pela terra implicou a desordem no primeiro século de colonização e a fixação dos colonos junto à orla marítima; por outro, os acontecimentos econômicos e políticos do século seguinte despertaram na população alguma simpatia.

Nesse sentido, o modo como concebe a história acarreta a construção de uma *forma* mais bem produzida na medida em que não só expõe os elos entre os fatos, como também produz uma relação mais dinâmica entre eles. Vale lembrar que Sílvia Romero também propunha um tipo de explicação que se prestava a evidenciar os elos entre os fenômenos melhor do que acontecia com Wolf. Quer dizer, o historiador sergipano, quando abordava um

evento, era capaz de mostrar suas causas e consequências de uma maneira bem explícita e sem supor a existência de algo suprassensível. No entanto, não se deve esquecer que, para ele, o campo histórico era histórico apenas em parte, pois, de fato, era um espaço regulado por leis. Quer dizer, os fenômenos eram subsumidos em uma lei, de forma que seu acontecimento sugeria a realização de algo que existia previamente a eles e, por isso, não era de todo histórico. Como afirmava Sílvio Romero, a história do Brasil era a história da mistura de três raças distintas que passaram a coexistir nesta parte do mundo. Sendo assim, a história da literatura deveria ser entendida como um reflexo dessa lei. Por causa disso, os eventos eram epifenômenos desse princípio geral.

Veríssimo, além de não recorrer a expedientes suprassensíveis para formular as relações entre os eventos, concebe-os como plenamente históricos. Em primeiro lugar, a forma como elabora sua narrativa parte do pressuposto de que os fatos históricos são dependentes da vontade, e não consequências de alguma disposição natural ou instintiva. As causas e consequências dos eventos que povoam o campo histórico existem na medida em que estão vinculadas à existência humana. Por conseguinte, os fatos não são remetidos a qualquer lei, nem são concebidos em termos de necessidade tanto para causa quanto para consequência. Dessa forma, embora remeta os fenômenos que inscreve na narrativa para a ideia de sentimento de apego à terra, Veríssimo não os configura por meio de vínculos de obrigatoriedade causal com este sentimento. Se, em vários pontos da sua narrativa, chama a atenção para o caráter inconsciente do apego que se vai formando entre a terra e os habitantes, isso não implica a manifestação de um instinto, mas a construção de um vínculo.

Nos casos em questão, isto é, com relação à descoberta de metais e pedras preciosas e nas campanhas contra os invasores, Veríssimo não esclarece quais seriam as intenções imediatas por trás destes fatos, mas, obviamente não foi promover o sentimento de apego à terra; isso se deu apenas secundariamente, por assim dizer, em relação aos fatos e justamente por uma série de contingências que somente podem ser explicadas pela existência humana. De fato, para explicar o impacto sentimental causado por esses eventos, o autor pontua certo descaso da coroa portuguesa com a colônia e o interesse estritamente pecuniário com suas possessões na América. Em outras palavras, os efeitos causados pela descoberta das minas e pela expulsão dos estrangeiros estão estritamente ligados às condições específicas da colonização do Brasil.

Por isso, seu tipo de explicação histórica é formalmente mais bem elaborado do que o do historiador sergipano. Os fenômenos que fazem parte da narrativa são absolutamente

interdependentes, e assim o são a partir de seu significado exclusivamente humano. Com efeito, apesar de a narrativa partir do pressuposto de que os fatos e eventos que povoam o campo histórico são contingentes, isso não significa que não possam estar ligados de alguma maneira entre si. Aliás, é exatamente o contrário que se passa: por serem contingentes é que a explicação consegue efetivamente propor a interrelação entre eles.

Não se trata de dizer que o fato de o historiador paraense conseguir produzir uma explicação histórica mais bem elaborada formalmente seja somente consequência de um mérito seu. Em verdade, mais do que uma virtude, a proposta de explicar os fatos por meio da representação de um relacionamento mais dinâmico entre eles é derivada de sua mesma visão histórica. Neste sentido, a partir do momento em que recusa não só a visão histórica idealista, como também a mecanicista, em favor da historicista, Veríssimo está, por assim dizer, comprometido com este procedimento formal. De fato, caso partisse da ideia do caráter contingente dos fenômenos e propusesse uma explicação mecanicista ou idealista, sua obra padeceria, certamente, de incongruência. Tudo o que pode propor do ponto de vista adotado é a existência de uma coerência entre os fenômenos, a qual deriva de uma relação meramente accidental.

Analise-se ainda outro ponto da narrativa antes de se concluir esta parte, a fim de que se explicitem as diferenças mencionadas. Avance-se então até os capítulos XIV e XV, em que Veríssimo trata das últimas flores geradas pelo Romantismo e da reação que se formou contra este movimento. Como avalia, desde fins da década de 1860, a literatura que se fazia sob a inspiração das ideias românticas podia ser considerada já anacrônica, e basicamente se mantinha por seu apelo nacionalista. Recorrendo, aliás, a Machado de Assis, o historiador entende que, apesar de ser espontânea, a ideia de nacionalismo que se veiculava durante o Romantismo era errônea, por pregar que, para ser nacional, o escritor devia falar apenas de assuntos relativos a seu país.

Apesar dessa situação, o Romantismo conseguiu se manter justamente porque durante aqueles anos finais eclodiu a guerra do Paraguai, que influenciou sobre o espírito dos brasileiros no sentido de lhes despertar o apego à terra. Para o autor, com as campanhas no Paraguai, “Pela primeira vez depois da Independência [...] sentiu o povo brasileiro praticamente a responsabilidade que aos seus membros impõem estas colectividades chamadas nações” (VERÍSSIMO, 1916, p. 318). Por causa dessa comoção que se espalhou pelo Brasil, “os que não deixavam o livro pela espada, bombardeavam o inimigo longínquo com estrofes

inflamadas e discursos tonitruantes, excitando o fervido entusiasmo das massas” (*idem*, p. 319).

Pela mesma época, porém, começava a se desenhar a reação contra o Romantismo. Outros temas que não o amor, a morte, o desgosto da vida e os queixumes típicos daquele movimento aparecem como motivos de inspiração. Eventos externos como as lutas do “liberalismo francez contra o segundo imperio napoleonico”, “a revolução republicana na Espanha e o fenomeno de um grande poeta, Victor Hugo”, com sua fúria republicana, “[...] comoviam também a mente nacional” (VERÍSSIMO, 1916, p. 319) e influenciavam a literatura da época. Com efeito, a agitação republicana também tomou conta do Brasil. Acrescente-se a isso o influxo de ideias novas que chegavam da Europa, as quais, “influindo na literatura, deviam pôr termo ao domínio exclusivo do Romantismo” (*idem*, p. 341)

A passagem acima, mais uma vez, parece confirmar o que se tem dito a respeito do vínculo que Veríssimo estabelece entre fatos que povoam o campo histórico e os sentimentos. Nos trechos acima, de uma parte, o último suspiro do Romantismo surge como consequência das guerras do Paraguai; de outra parte, a reação antirromântica é representada como fenômeno decorrente de vários acontecimentos históricos que tiveram lugar tanto no Brasil quanto na Europa. Veríssimo, neste ponto, configura como divergentes os efeitos produzidos pelos eventos do campo histórico. No entanto, é de se perceber que a disparidade se configura apenas, por assim dizer, na dimensão mais superficial do estado psíquico da sociedade. A reação contra o Romantismo não foi, de fato, uma manifestação contra o sentimento nacionalista que vinha se formando desde muito tempo e que passou a ser percebido conscientemente desde a independência. Para o historiador, a oposição ao Romantismo dirigiu-se antes à maneira pela qual concebia este movimento a nacionalidade brasileira do que contra o sentimento nacional (VERÍSSIMO, 1916, p. 319). Em verdade, os homens que vieram, a partir da década de 1870, combater o Romantismo sentiam pela terra o mesmo apreço que os da geração anterior; apenas expressavam-no de um jeito diferente.

É de se notar que, nessa altura da narrativa, isto é, perto de seu desfecho, o sentimento nacionalista possa dar origem a formas de expressão conflitantes. Ora, desde seu início, a narrativa se configurava como a história do surgimento e do desenvolvimento daquela emoção na literatura feita no Brasil. Ao chegar perto de seu final, porém, ela coloca a questão em outros termos: não se trata mais de refazer o percurso que deu origem à expressão nacionalista na literatura; a partir de então, cabe mostrar os desdobramentos que dela se formaram. Organizada dessa forma, a obra de Veríssimo constrói-se como um discurso sobre

a literatura brasileira que se divide em duas partes: uma, em que o sentimento nacionalista apareceu e se formou; outra, em que, consolidado, dilata-se. Em verdade, essa é forma que assume sua ideia de que “as duas únicas divisões que legitimamente se podem fazer no desenvolvimento da literatura brasileira, são, pois, as mesmas da nossa história como povo: período colonial e período nacional” (VERÍSSIMO, 1916, p. 5). Quer dizer, no primeiro momento ela surge, no segundo se espraia. Nesse sentido, pela configuração que Veríssimo dá à sua narrativa, o primeiro período tem a função de engendrar o segundo; do mesmo modo, acontece com a literatura.

Sendo assim, é verdade que se pode dizer que, se sua visão historicista projetada ao campo histórico empresta à narrativa uma forma mais dinâmica, isso não significa que a história seja pensada como algo descontínuo, não linear. O dinamismo não se presta a quebrar certas práticas consagradas pela historiografia oitocentista; e, como se vê, o historiador paraense não abre mão desse recurso à linearidade; que, aliás, pode ter a ver com a percepção de que a narrativa deve mostrar a nacionalidade como algo coerente e íntegro. Entretanto, não se trata de uma linearidade do mesmo tipo que existia em Sílvio Romero, porque não se toma a história como um fenômeno biológico. Assim, embora as épocas mais recentes sejam pensadas como continuações dos momentos anteriores, isso não significa que esta continuidade seja previsível; quer dizer, a linearidade é proposta a partir do presente em relação ao passado. Em outras palavras, embora haja uma lógica em se afirmar que a situação do Brasil e de sua literatura no século XIX seja consequência direta de eventos que se passaram nos séculos anteriores, José Veríssimo não propõe nenhuma espécie de *fatalismo* entre uma e outra situações. Daí que, sob outro aspecto, não se lança a fazer prognósticos quanto ao futuro do país, como costumava acontecer com seu desafeto. Com efeito, é porque pensava a história em termos mecanicistas que Sílvio Romero podia pensar na miscigenação e no branqueamento da população como saídas para os problemas que enxergava no país.

Mas essa distinção básica da obra de José Veríssimo em relação à de Sílvio Romero não significa que não tenham outros pontos em comum, além da forma linear que emprestam às suas narrativas. Realmente, além disso, importa, para este trabalho, notar que partilham os autores de certa maneira de recortar os fatos que inserem em suas obras de modo a apagar as subjetividades. Quer dizer, também para o historiador paraense os fenômenos históricos interessam por seu caráter coletivo e geral. Como se viu, apesar de o autor abordar o estado psíquico, não o trata em relação tão estreita com os indivíduos, senão que o reenvia para a dimensão social. Por isso, na explicação dos fatos, no estabelecimento de suas causas e

consequências, não aparecem personagens. É o que se pode perceber quando fala o autor da situação de Minas Gerais, referindo-se ao espírito localista que demonstram os habitantes daquela capitania, bem como a expansão da literatura. Leia-se:

Das capitanias brasileiras era certamente a de Minas a que mais motivos dava ao surto desse sentimento [nacionalista] e aspiração [de autonomia política]. Nos povos como nos indivíduos, o principal estímulo á autonomia é a consciencia que lhes dá a abastança, de se poderem prover a si mesmos. Descobertas na segunda metade do seculo XVII, as minas que denominaram a região, e grandemente incrementada nesta a mineração do ouro e do diamante, afluiu-lhe das capitanias vizinhas [...] toda a gente [...] Assim se começou a fazer a população de Minas Gerais a mais avultada, a mais densa e logo depois a mais rica do Brasil. Como a riqueza cria a cultura, pelas facilidades que lhes proporciona, também a mais culta. (VERÍSSIMO, 1916, p. 124)

Note-se que, assim como Sílvio Romero, Veríssimo recorta os eventos ressaltando sua dimensão supraindividual. Os sujeitos não são personagens ou figuras históricas; ao contrário, são elementos inanimados ou ações; mesmo as referências à dimensão humana dos eventos são feitas de forma impessoal, como demonstram as expressões “toda a gente”, “a população”. Também para o historiador paraense, os fatos que povoam o campo histórico perpassam os indivíduos, de forma que ele os apresenta como elementos, por assim dizer, secundários, na medida em que os desejos que as personagens possam apresentar não têm significado se não exprimem algum aspecto da vida social. Quer dizer, é como indício de disposições coletivas que os fenômenos são percebidos e representados, mesmo quando se trata de algum indivíduo.

A título de exemplo, lembre-se o caso de Duarte Coelho e da capitania de Pernambuco, aliás, um dos poucos momentos da narrativa em que se traz à cena uma personagem. Segundo Veríssimo, o donatário fundou aquela que seria a primeira povoação da colônia que poderia ser considerada minimamente civilizada. Não por acaso, “sua colonia foi a mais bem ordenada e a mais bem governada de todas e a que mais prosperou” (VERÍSSIMO, 1916, p. 33). Embora não esteja marcada verbalmente, a forma do texto indica que isto tem a ver com características do próprio donatário, “fidalgo da primeira nobreza portuguesa e ilustrado por feitos militares”, e do séquito que trouxe consigo, além da família: “outros fidalgos e cavaleiros de suas relações ou parentescos, e muitos colonos, os melhores talvez dos que nesses tempos vieram ao Brasil” (VERÍSSIMO, 1916, p. 33). Apesar de o autor atribuir ao donatário uma grande importância na ordenação da sociedade pernambucana, reconhecendo ter isto acontecido como resultado da “forte e esclarecida vontade de Duarte Coelho” (*idem*, p. 33-34), este não é tomado como figura diferenciada. De fato, ele é um indivíduo enquadrado em um tipo social ao qual suas características são referidas. Neste caso,

a vontade de manter a ordem é manifestação de sua individualidade somente depois de ser expressão do grupo a que pertence. Pode-se dizer, portanto, que Duarte Coelho é introduzido na narrativa sobretudo como fidalgo, homem de estirpe, e que a ordem por ele estabelecida em Pernambuco tem antes a ver com este perfil que, como tal, perpassa a especificidade do caso.

A princípio, pode parecer incoerente que, assumindo como postulado ser o campo histórico eminentemente humano, Veríssimo sirva-se de uma forma de representar os eventos na história que prescindia dos indivíduos, ou que os apresente como elementos pertencentes a grupos, pois, afinal de contas, se a história é o campo dos fenômenos humanos, poderia esperar-se que os homens fossem trazidos à cena. Entretanto, o paradoxo não existe, porque o que está por trás da percepção de que o campo histórico é humano não é a presença de personagens no centro dos eventos narrados, mas o pressuposto de que estes são contingentes e que a lógica que os explica é determinável apenas posteriormente à sua ocorrência.

A semelhança que parece haver entre um e outro historiador quanto ao foco projetado na individualidade diz respeito à abordagem do texto literário. É verdade que ambos partem de ideias muito diferentes sobre a literatura, mas isso não implica uma distinção absoluta de métodos de análise e compreensão textual. Assim como acontece com a obra de Romero - e, aliás, como se dá com a de Ferdinand Wolf -, a maior parte do texto que compõe a *História da Literatura Brasileira* de José Veríssimo constrói-se sobre a figura de escritores. De modo muito próximo ao de seus antecessores, o historiador paraense recorre à biografia para explicar as obras literárias que arrola em sua história. Todavia, isso já não diz respeito propriamente à narrativa, senão que ao tratamento crítico dos textos que apresenta em sua obra. Sendo assim, apesar de haver uma semelhança inquestionável não só entre Veríssimo e Sílvio, mas ainda entre eles e Ferdinand Wolf, parece leviano supor que estejam orientados pelas mesmas ideias a respeito da literatura e do modo de tratá-la criticamente.

3.6. A literatura na obra de Veríssimo

No que diz respeito às ideias que veicula sobre a literatura, a *História da Literatura Brasileira*, de José Veríssimo, apresenta, de fato, muitas semelhanças com as obras de Ferdinand Wolf e de Sílvio Romero. Assim como estes autores, o historiador paraense, ao abordar os textos literários, também se serviu de ideias sobre história e sobre literatura,

existentes no momento em que produziu sua obra. Como ficou dito, as histórias literárias de Wolf e Romero inserem-se numa tradição fundada com o Romantismo que concebe a literatura como um apêndice dos acontecimentos políticos do Estado-nação. De uma parte, isso implica submeter os textos literários que fazem parte das histórias literárias a uma leitura que procura encontrar neles os traços indicativos da nação que representariam. Sendo assim, privilegia-se o tratamento do texto literário como documento, como registro histórico de um fenômeno que não se desenrola principalmente no campo das artes, por assim dizer. Recorrendo à famosa expressão com que definiu Machado de Assis o espírito de seus contemporâneos ao fazer literatura, o historiador paraense entende sua “*História* haver cabalmente verificado o desabrochar desse instinto [de nacionalidade] desde ainda mal iniciada a formação do nosso povo, bem como seu constante desenvolvimento de par com este” (VERÍSSIMO, 1916, p. 319). Obviamente, o historiador paraense trata de acompanhar o desenvolvimento deste instinto na literatura, mas sua formulação não deixa dúvidas de que é este um fenômeno que perpassa toda a vida social.

Com efeito, José Veríssimo não foge a essa ideia, servindo-se dela para a elaboração de sua história literária. Vale lembrar que, tanto no caso de Wolf como no de Romero, essa subordinação da história literária à história política significou a utilização de suas interpretações da história do Brasil como parâmetro para definir o valor dos textos literários. No caso do historiador vienense, as obras que mereciam comentários positivos eram aquelas que o autor julgava adequadas à sua ideia de que o Brasil é herdeiro da coroa portuguesa. Já o historiador sergipano guardava seus elogios para as obras que julgava conformes à sua concepção de nacionalidade como um processo de mistura racial. Seguindo o mesmo procedimento, José Veríssimo apenas enaltece os textos que arrola em sua história quando os julga expressão do sentimento de apreço à terra.

Com isso, as ideias sobre a literatura adotadas por José Veríssimo não deixam de repercutir as teorias formuladas com o Romantismo. Como se disse, Wolf e Romero, apesar das evidentes diferenças entre ambos, recorreram ao pensamento romântico que não só entendia ser a literatura representação da realidade, como também produto de uma individualidade excepcional. Também Veríssimo adota estas ideias formuladas pelo Romantismo, não só porque preenche a maior parte de sua história literária com biografia de escritores, como também porque, entendendo que exprimir a realidade é, igualmente, manifestar aspectos que correspondam diretamente à vida sociedade brasileira, procura encontrar nos textos que analisa os símbolos do nacionalismo.

Todavia deve-se notar que, no seu caso, o vínculo que estabelece entre história e literatura por meio da ideia de representação da realidade acaba destacando a ideia de gênio. Isso acontece porque, concebendo a nacionalidade como um sentimento de apreço pela terra, Veríssimo empresta-lhe uma forma que remete diretamente às instâncias psíquicas do autor. É verdade que, em última análise, a afeição pela terra não se esgota na mera subjetividade do poeta, uma vez que ele é símbolo de algo que supera a existência do indivíduo. Mas, seja como for, ao tomar a nacionalidade nestes termos, o historiador paraense acaba promovendo um estreitamento das ideias de gênio e de representação da realidade.

Comparando a obra de Veríssimo com a de Wolf, pode-se dizer que, no caso de *Le Brésil Littéraire*, há uma cisão bastante evidente do aproveitamento que se faz da biografia e do nacionalismo para a abordagem dos textos literários. Com efeito, por meio da referência à biografia, o historiador vienense traçava uma prévia do que viria a dizer sobre a obra literária, mas não se tratava de tomar a vida do indivíduo como uma espécie de imagem reduzida da nacionalidade, pois a dimensão pessoal era distinta da dimensão coletiva, por assim dizer. De fato, essa divisão é manifesta porque a ideia de nacionalidade recebe um tratamento histórico de base “idealista”, o que significa que a ligação entre os fenômenos históricos não é apreensível por um processo de racionalidade.

De outra parte, há uma espécie de esvaziamento da interpretação engajada que se podia identificar nas histórias de Wolf e Romero. Como se disse, o comprometimento desses autores com certas posições políticas interferia na avaliação que faziam das obras literárias que introduziam em suas histórias. Com Veríssimo, embora não se possa dizer que o autor deixe de apresentar certa identificação política, o impacto ideológico não é tão intenso, justamente porque ele procura esvaziar sua história de qualquer perspectiva dessa natureza. Quer dizer, assim como a maneira pela qual aborda o nacionalismo permite a Veríssimo construir uma narrativa menos comprometida com posições políticas, assim também acontece quando o aplica à análise dos textos literários. Nesse sentido, pode-se concordar com João Alexandre Barbosa ao apontar que Veríssimo, em suas publicações, pretendia tratar da especificidade da obra literária (cf. BARBOSA, 1974, p. 145).

Essa disposição, aliás, pode ser percebida na atitude que toma ao propor uma definição para o objeto de que trata. Em verdade, seria equivocado pensar que o historiador apenas mantém certas práticas do gênero firmadas por seus predecessores. Quanto a isso, se é verdade que Veríssimo, à semelhança de seus antecessores, recorre à tradição romântica para construir sua obra, não o deixa de ser também o fato servir-se de ideias que parecem

desconhecer aquela tradição. Com efeito, em sua história literária estão presentes ideias típicas não só do modo romântico como também do modo clássico de conceber a literatura. Mas, seja como for, ao declarar que “[l]iteratura é arte literária”, querendo significar com isso “o escrito com propósito ou intuição dessa arte, isto é, com os artificios de invenção e de composição que a constituem”, o qual pode ser tomado como “sinônimo de boas ou belas letras, conforme a tradição clássica” (VERÍSSIMO, 1916, p. 13), o historiador paraense destoa de Wolf e Romero.

Em verdade, a definição acima é uma resposta à ideia que Sílvio Romero veiculava em sua história literária de que a literatura é o conjunto de toda a produção escrita de um povo. Negando “a pseudo novidade germanica que no vocabulo literatura compreende tudo o que se escreve num paiz” (VERÍSSIMO, 1916, p. 13-14), Veríssimo sugere que o historiador sergipano deixa de referir o que se pode entender por literatura para mostrar sua erudição. Ao contrário disso, além de definir a literatura como forma de arte, o historiador paraense recorre, ainda, a Lanson, para declarar-lhe a importância, dizendo que ela afasta o homem da brutalidade, alargando suas ideias, em oposição às tendências à especialização e ao egoísmo da sociedade tecnicista. Diante disso, em certo sentido, pode-se dizer que o autor concebe a literatura a partir de ideias humanistas.

Como se vê, à diferença de seus antecessores, Veríssimo tenta apreender o objeto cuja história pretende narrar. Sobre Ferdinand Wolf, pode-se dizer que suas concepções sobre literatura são mais evidentes por causa dos *morceaux-choisis* do que por algum enunciado presente no *Le Brésil Littéraire*. Da noção de Sílvio Romero de que todo texto escrito pode ser considerado literatura, pode-se dizer que, pela abrangência, acaba não definindo nada. Por isso, ao apresentar a definição acima, o historiador paraense introduz um elemento negligenciado na construção desse tipo de discurso. É verdade que não apresenta uma definição de literatura baseada em alguma teorização do que ela possa vir a ser; é verdade, igualmente, que os termos de que se serve e para forjar sua definição não são bastante precisos quanto a seus significados, mas nem por isso deve-se perder de vista sua tentativa de especificar o objeto de que trata.

Apesar disso, é necessário chamar-se a atenção para o fato de que, se o aproveitamento que faz da tradição clássica parece muito mais explícito do que o da tradição romântica, nem por isso esta última deixa de ser a mais influente. Ora, considerando a forma como dispõe seu texto, isto é, recorrendo à biografia e averiguando o grau de nacionalidade das obras literárias que inclui em seu livro, não se pode dizer que Veríssimo sirva-se apenas das concepções

“classicistas”, nem que sua aplicação seja independente das outras. Com efeito, se as ideias de gênio e de representação da realidade aparecem apenas, por assim dizer, no momento de sua aplicação, na medida em que somente podem ser percebidas pela própria forma de disposição textual, isso não significa que sejam elas subordinadas ao conceito de literatura definido por Veríssimo. Ao contrário disso, pode-se dizer que as últimas aparecem somente como complementos, não sendo, portanto, o eixo conceitual com que opera o historiador paraense.

Seja como for, a posição, por assim dizer, secundária que assume a tradição clássica não impede que se reconheça, no seu aproveitamento, um elemento importante na história da literatura escrita por José Veríssimo, uma vez que revela, da parte do historiador, uma preocupação em caracterizar a literatura de modo mais aprofundado. No entanto, é preciso que se diga que a introdução dessa ideia de literatura como sinônimo de boas ou belas-letas não significa o resgate pleno do pensamento clássico. Com efeito, embora se sirva de termos da tradição clássica, Veríssimo está longe de propor um retorno aos modos de fazer arte que existiam antes do advento do Romantismo. Em verdade, a recorrência à poética clássica, por assim dizer, é feita de modo bem peculiar pelo historiador paraense, e se relaciona à tentativa de combater certas tendências que se expandiam nas artes desde o advento do Romantismo, e que se firmaram com a prática do Naturalismo no Brasil.

Ao que parece, de uma parte, o ataque a essa corrente estética faz-se pela assimilação de algumas ideias, mais ou menos correntes desde fins do século XIX, contrárias a certas práticas instauradas pelo Romantismo, que já se encontravam desgastadas. Quanto ao aproveitamento de certas noções que passaram a circular com o arrefecimento dos entusiasmos românticos, pode-se dizer que são oriundas da mesma fonte que se prestou a introduzir o pensamento científico na literatura. Em verdade, seriam elas desdobramentos da lógica do racionalismo empírico que se introduziu no campo da literatura.

Como ficou dito, a introdução do pensamento científicista no campo da literatura foi antes uma atitude reacionária do que revolucionária proposta pela crítica e pelos próprios autores. De fato, não se procurou romper com as categorias básicas do gênio e da representação da natureza que se formularam sob o pensamento romântico; ao contrário disso, o Naturalismo apenas buscou legitimá-los em termos empíricos. É verdade que a introdução do pensamento científico implicou a redução em certos arroubos da inspiração romântica e procurou fugir da fantasia e de certo entusiasmo que acabou caracterizando aquela proposta estética. A respeito dos romancistas, por exemplo, vale lembrar as palavras de Zola que indicam claramente de que trata a mudança. De fato, por um lado, solicitava o escritor

parisiense que “[d]e même qu’on disait autrefois d’un romancier: ‘il a de l’imagination’, je demande donc qu’on dise aujourd’hui: ‘Il a le sens du réel’” (ZOLA, 1881b, p. 211). Mas junto a isso, também esperava que os romancistas colocassem em suas obras uma expressão pessoal, porque escreveriam mal, “du moment où cela [o romance] n’a pas une vie particulière, une saveur originale, même aux dépens de la correction et dès convenances de la langue!” (ZOLA, 1881b, p. 217). Como se vê, a aplicação do pensamento científico não significou ruptura na medida em que mantém aquelas ideias básicas lançadas pela tradição romântica.

No entanto, a mesma introdução do pensamento científico no campo literário desdobrou-se em consequências que viriam chamar a atenção sobre o próprio trabalho do escritor, levando a discussão para o lado, por assim dizer, formal da literatura. A ideia corrente de que o artista não devia mostrar seus sentimentos, e que, conforme a formulação de Flaubert, “l’artiste ne doit pas plus apparaître dans son oeuvre que Dieu dans la nature.” (FLAUBERT, 1930, p. 288), foi responsável não só pela manutenção do prestígio do poeta como figura superior, como também implicou a valorização do próprio resultado do trabalho artístico. Com efeito, a prerrogativa de que a literatura deva ser tão objetiva quanto possa ser o trabalho científico implica efetivamente imparcialidade da parte do escritor em favor do próprio experimento que realiza. Como observa René Wellek a respeito da passagem em que Flaubert diviniza o trabalho artístico, as ideias de impessoalidade, desprendimento, ironia, distanciamento etc. exprimem “duas tendências principais de seu tempo: de um lado, cientismo e objetividade; de outro lado, esteticismo e arte por arte” (WELLEK, 1967, IV, p. 7).

Mas não foi só da relação entre autor e texto literário que se abriram condições para que se desse ênfase ao trabalho artístico; no mesmo sentido atuaram os questionamentos da relação entre texto e realidade. Como se sabe, o comportamento científico advogado para os escritores esteve na base da argumentação a respeito da liberdade de pertencer à literatura qualquer assunto, independentemente do valor moral que pudesse incidir sobre ele. Por outras palavras, é o que afirma o mesmo René Wellek, falando sobre Zola, numa observação que pode ser estendida para além do caso do romancista parisiense: o “paralelo científico serve a dois propósitos principais: defende o tratamento de qualquer assunto, mesmo que seja baixo ou repulsivo, e isenta de obrigações morais.” (WELLEK, 1967, IV, p. 7). No entanto, se a máxima a respeito da liberdade moral do artista deu ensejo a que se introduzisse na arte a “realidade crua”, avalizada pelo jargão científico, por outro, deu ensejo a que investisse mais

na procura da forma mais burilada, prática que ficou conhecida pela expressão “arte pela arte”. Obviamente, o investimento formal realizado pelo autor não significa a tentativa de criar uma obra que não despertasse sentimentos ou sensações, pois a ideia de “arte pela arte” não implica abdicar dos efeitos que possa causar o produto final do trabalho do escritor. Talvez se possa dizer, parafraseando um preceito horaciano, que o artista ainda queria que o leitor chorasse, embora não conviesse que ele próprio se comovesse nem se preocupasse com a qualidade do assunto de que fosse se servir. Por outro lado, não raro a realidade de que se serviu a literatura foi aquela localizada justamente nos livros, dando origem a uma escrita de caráter metaliterário ou meta-artístico, cujo exemplo mais bem acabado pode ser encontrado talvez na figura literária de Des Esseintes.

Em termos de crítica literária, a ideia de que a obra deva, sobretudo, exprimir o trabalho do autor, antes de reproduzir sentimentos individuais ou de servir a qualquer apelo moral, deu ensejo a que se desenvolvesse uma espécie de abordagem crítica decididamente centrada na relação entre o texto e o crítico. Com efeito, na medida em que a literatura apenas deve ser pensada em termos formais e pelos efeitos que pode causar, o exercício crítico passa a ser uma atividade eminentemente voltada para o julgamento das qualidades de execução da obra, por assim dizer. Nesse caso, a genialidade do autor é transferida para o crítico, na medida em que ele é a figura capacitada para compreender aquilo que se encontra no texto literário. Em decorrência desse realce da figura do crítico, a atividade a que se dedica deixa de ser de caráter analítico para tornar-se não só absolutamente confidencial como também semelhante à do próprio autor. É nesse sentido que se direcionam as palavras de Jules Lemaître, ao afirmar que “a crítica é uma representação do mundo tão pessoal, tão relativa, tão vã e, por conseguinte, tão interessante quanto aquelas que constituem outros gêneros literários.” (LEMAÎTRE, 2011, p. 578). Quer dizer, ao mesmo tempo em que se estabelece um paralelo baseado na genialidade entre os atos de criação artística e de análise, a crítica passa a ser pensada como atividade literária.

De fato, é necessário chamar a atenção para este deslocamento e apontar uma espécie de inversão de funções que se dá entre os papéis de autor e de crítico. Com efeito, ao Romantismo interessava, por um lado, que o autor fosse emotivo, que se fizesse presente na obra a fim de fugir aos padrões da poética clássica, mas, por outro lado, esperava que o crítico procurasse ser imparcial, no sentido de julgar o resultado produzido pela obra sem algum preconceito. No entanto, o desgaste das ideias veiculadas por aquele movimento deu lugar a que se invertessem as posições, de modo que enquanto Flaubert declarava que “L'homme n'est

rien, l'oeuvre tout” (FLAUBERT, 1930, p. 288), Anatole France definia que o “bom crítico é aquele que narra as aventuras de sua alma em meio às obras-primas” (FRANCE, 2011, p. 580).

No Brasil, como ficou dito, as ideias científicas, especialmente, tiveram larga repercussão desde a década de 1870. No campo da literatura, em artigo publicado em 1879, Machado de Assis analisava os poetas que expressavam uma tendência nova, “oriunda do fastio deixado pelo abuso do subjetivismo e do desenvolvimento das modernas teorias científicas” (ASSIS, 2004, p. 815), e alertava-os para que não fizessem disso um pedantismo, observando que “a verdadeira ciência não é a que se incrusta para ornato, mas a que se assimila para a nutrição” (*idem*, p. 836). Mas suas admoestações foram ignoradas à época; em verdade, suas palavras prestam-se antes para indicar a dimensão e o tipo de aproveitamento que se fazia das novidades científicas do que para exemplificar a difusão de qualquer desconfiança a respeito destas novidades. Assim, apesar dos conselhos dados pelo autor das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, a maioria dos escritores da época foi tributária da “musa científica”. Na tentativa de se deixar a literatura próxima do pensamento científico, produziram-se obras em que as ideias novas eram apresentadas sob os mais variados matizes, podendo-se talvez encontrar em *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo, e em *A Carne*, de Júlio Ribeiro, os extremos da escala de aplicação da ciência à literatura.

Apenas a partir da última década do século XIX é que se dão mostras daquele pensamento mais estetizante, por assim dizer, na literatura. Ao que parece, nos anos finais do século XIX, graças ao espírito que empolgou os intelectuais que aderiram ao cosmopolitismo da *belle époque*, esta literatura, cuja realidade era mais dedicada à própria arte, difundiu-se no Brasil. No caso da literatura, as figuras que melhor exprimem esta tendência estetizante são Coelho Neto e Olavo Bilac, que foram, aliás, à época considerados os grandes escritores do país. Ao que parece, diferentemente do que se costuma notar neste caso, este tipo de literatura mais preocupada com os aspectos formais não era resultante de um isolamento do escritor na sua “torre de marfim”, ou seja, um alheamento da vida mais pragmática, ao estilo de Des Esseintes, personagem de Huysmans. Ao contrário, no caso brasileiro parece que a literatura mais estetizante era mesmo integrada à sociedade que existiu por volta dos anos 1900, e que teve no Rio de Janeiro seu centro. Nesse sentido, a preocupação formal que teve lugar no

meio dos poetas brasileiros parece ter sido expressão do estilo de vida mundano da sociedade republicana no início do século XX⁴¹.

A verdade é que Veríssimo parece ter também assimilado algumas das ideias que se veicularam a partir dos fins do século XIX no Brasil. Embora sua *História da Literatura Brasileira* não deva ser integrada aos modismos literários que fizeram parte da vida literária dos anos iniciais do século XX, não há dúvidas de que de algum modo assimilou aquelas ideias que concebiam de modo mais estetizante a literatura. É difícil não ver na expressão de que a “literatura é arte literária” uma manifestação desse espírito. Aliás, não é à toa que seu aproveitamento da tradição clássica recaia justamente sobre a ideia de boas ou belas-letras, e não, por exemplo, sobre o resgate da cultura pagã ou sobre a divisão dos gêneros. Com efeito, o que interessa ao historiador é justamente a questão do estilo, a preocupação com o modo de se formularem os textos, aquilo que na retórica se chamaria de *elocutio*.

Uma consequência dessa ênfase que se dá à elaboração textual é o aumento de importância dos juízos referidos por Veríssimo. Também quanto a isso, o historiador paraense parece ter adotado certas ideias vigentes em sua época, pois se coloca na posição de figura privilegiada para entender o valor dos textos literários que aborda. Isso já fica evidente pela própria configuração de sua história literária, que, à diferença das de Wolf e Romero, quase não apresenta excertos dos textos de que trata. Ainda que a história literária não se preste propriamente a apresentar textos literários, sendo antes uma espécie de coleção de comentários sobre estes, dispostos em ordem cronológica, o fato é que a *História da Literatura Brasileira* aqui abordada parece prestar-se a comprovar a genialidade de seu próprio historiador, na medida em que suas opiniões remetem às sensações que recebe dos textos lidos e dispensam o respaldo de argumentos menos dependentes de sua subjetividade.

No entanto, antes de se analisarem os modos pelos quais estas ideias são aplicadas em sua obra, aborde-se nela a herança romântica. Como já ficou dito, a obra de Veríssimo partilha com a de Sílvio Romero e a de Ferdinand Wolf a crença de que a literatura é um dos espaços em que se pode verificar a existência do Estado-nação. Nesse sentido, a literatura é pensada a partir de seu valor documental, em detrimento de sua compreensão como objeto cuja finalidade não se confunde com o simples registro da realidade. Quanto a isso, do mesmo

⁴¹ Dentre outros hábitos que se originaram do mundanismo que teve lugar na sociedade dos inícios do século XX no Rio de Janeiro, Brito Broca refere, além das reuniões de salão promovidas pelos escritores e personagens da alta sociedade carioca, a realização de conferências literárias, em que “o que prevaleciam eram as divagações de pura forma, floreios inconsequentes”. Continua o autor, procurando evidenciar o caráter frívolo dessas reuniões: “Lendo-as hoje vemos como soam falso, como atendiam ao gosto de um auditório geralmente fútil, corrompido pela ênfase, o rebuscado a literatice. Não seria demais ver em muitas conferências nos moldes aludidos uma expressão inferior do parnasianismo.” (BROCA, 2004, p. 197).

modo que as obras listadas por Wolf e por Romero prestaram-se a comprovar a nacionalidade, assim também se dá com Veríssimo. Consequentemente, é nos termos da nacionalidade por ele concebida que será pensada a representação que as obras fazem da realidade, isto é, serão considerados nacionais e conformes à realidade os textos que estiverem de acordo com a maneira pela qual o historiador concebe a nacionalidade. Ora, já que, como se procurou mostrar anteriormente, para Veríssimo, a nacionalidade é pensada como um sentimento de apreço em relação à terra, os textos em que se divisa aquela característica é que serão considerados os melhores.

Embora isso possa ser percebido em diversos momentos das análises que Veríssimo faz de escritores e de obras que arrola em sua história literária, o caso de Gonçalves Dias merece destaque, pela posição em que o historiador o coloca. Sendo um dos escritores mais elogiados – talvez excedido apenas por Machado de Assis –, o poeta maranhense e sua obra recebem, desde o início do capítulo de que é tema, o reconhecimento de Veríssimo:

Da poesia genuinamente brasileira, não por exterioridade de inspiração ou de forma ou pela intenção dos temas e motivos, mas pelo íntimo sentimento do nosso gênio com as suas idiosincrasias e peculiaridades, em suma da psique nacional, foi ele o nosso primeiro e jamais excedido poeta. (VERÍSSIMO, 1916, p. 243)

Já pelo elogio pode-se perceber o tipo de nacionalidade de que a poesia de Gonçalves Dias é representativa. Enquanto Sílvio Romero entendia que o poeta maranhense tinha feito obra mais nacional porque descendia das três raças que formam, de acordo com seu entender, o povo brasileiro, Veríssimo pensa que a primazia do autor de “I Juca-Pirama” é resultado de sua sensibilidade íntima, que acede ao gênio nacional. É verdade que o historiador paraense chega a dizer que “Gonçalves Dias é nas nossas letras um dos raros exemplos comprobatórios da falaz teoria da raça” (VERÍSSIMO, 1916, p. 243), mas a própria formulação não parece passar de uma litote, pois, se a teoria é enganosa, não há nada que se possa comprovar positivamente a seu respeito.

Realmente, o que interessa ao historiador é a dimensão psíquica da obra que analisa. Assim, falando ainda de Gonçalves Dias e de seus poemas de temática indianista, chama atenção para a diferença que há entre o aproveitamento que lhe deram Basílio e Durão em contraste com o que fez o autor dos *Primeiros Cantos*:

Alguns dos poemas dos *Primeiros Cantos*, porventura os melhores, repunham em a nossa poesia o índio nela primeiro introduzido por Basílio da Gama e Durão. Era essa a sua grande e formosa novidade. Nos poemas daqueles poetas não entrava o índio senão como elemento da ação ou de episódios, sem lhes interessar mais do que o pediam o assunto ou as condições do

genero. Nos cantos de Gonçalves Dias, ao contrario, é ele de fato a personagem principal, o heroe, a ele vão claramente as simpatias do poeta, por ele é a sua predilecção manifesta. (VERÍSSIMO, 1916, p. 247)

É difícil não pensar que o julgamento que faz Veríssimo a respeito da qualidade dos poemas de Gonçalves não tenha a ver com a temática de que tratam. Mas isso não é afirmado claramente pelo historiador, que, como se pode perceber, procura ver no âmbito da representação uma manifestação psíquica do poeta. Em verdade, por meio desse procedimento, Veríssimo pode percorrer os estereótipos da nacionalidade sem declará-lo abertamente, já que tudo depende do modo como a sensibilidade do artista os capta. O que se pode notar é que, entendida dessa maneira, a realidade remete não ao mundo empírico, mas imediatamente ao poeta. No trecho acima, o índio e a representação que dele se faz tornam-se índice do sentimento nacionalista de Gonçalves Dias. De fato, não é por serem indianistas que os poemas de Gonçalves Dias são nacionais; a questão é outra: eles só o são porque o poeta emprestou-lhes seu sentimento de apreço à terra. É verdade que, embora a hierarquia estabelecida por Veríssimo estabeleça a primazia do sentimento sobre a representação da realidade, nem por isso o autor deixa de lamentar a falta de referência às coisas nacionais, como é o caso do comentário que faz a respeito do teatro desse mesmo poeta:

É pelo menos reparável que fazendo teatro Gonçalves Dias só o fizesse de assuntos estrangeiros. Podia-se acaso ver neste fato a clara consciência que teria de que a nossa sociedade, a histórica e a atual, dificilmente depararia ao poeta assuntos propícios à criação dramática. Embora assim fosse, não é menos de notar-lhe a abstenção de assuntos nacionais, pois a grandeza do poeta consiste por muito em sobrepujar tais dificuldades. (VERÍSSIMO, 1916, p. 251)

De todo modo, a ponderação feita por Veríssimo aponta que as opções temáticas do autor de *D. Leonor de Mendonça* estão antes vinculadas a uma carência de habilidade estética, por assim dizer, do que a uma falta de patriotismo, como parece sugerir o último período do trecho citado.

Se, quando aborda a obra de Gonçalves Dias, pode-se notar o tipo de tratamento que Veríssimo dá à questão da representação da realidade, é quando se dedica a Gregório de Matos que se pode perceber o realce que dá à figura do gênio. Apesar de, no que diz respeito às inclinações patrióticas, o poeta baiano ocupar o extremo oposto do lugar em que se situa o autor de *Os Timbiras*, o capítulo em que o historiador paraense dedica a ele é, igualmente, bastante ilustrativo de seus procedimentos de análise. A diferença é que agora não se toma a literatura em relação com realidade, mas com a própria figura do escritor.

É de se notar que, apesar da alta consideração que tem por Gonçalves Dias, em toda sua *História da Literatura Brasileira*, Veríssimo trata em capítulo à parte apenas Machado de Assis e o poeta do século XVII. A princípio, isso poderia dar a entender que Gregório de Matos é personagem ilustre para o historiador. Ora, logo na abertura do capítulo IV, destaca o autor que “[d]o grupo baiano, o mais conhecido, o mais interessante e curioso e ainda, em suma, o mais distinto é Gregório de Matos”, além de ser ele “o nosso mais copioso poeta dos tempos coloniais” (VERÍSSIMO, 1916, p. 87). Todavia, apesar do aparente reconhecimento de algum valor ao poeta e sua obra, logo em seguida o historiador dá um parecer que destoia claramente desse tom inicial:

Fizeram dele um heroe literario, um precursor do nosso nacionalismo, um antiescravagista, um genio poetico, um republico austero, quiçá um patriota revoltado contra a miseria moral da colonia. Houvessem procurado conhecer a parte não satirica de sua obra, ou sequer lido atentamente a parte satirica publicada, unica que conheceram, haveriam escusado cair em tantos erros como juizos. (VERÍSSIMO, 1916, p. 87)

Diga-se, antes de mais nada, que não parece absurdo ver neste comentário de Veríssimo uma resposta a seu desafeto Sílvio Romero. Com efeito, para o historiador sergipano, como se disse, Gregório de Matos tinha sido o primeiro poeta genuinamente brasileiro, tanto por causa de sua poesia, que representava o povo miscigenado, como também por sua atitude de desacato contra as instâncias oficiais. Ao contrário disso, para Veríssimo, tinha-se ele habituado tanto à vida na metrópole que, quando foi enviado para a Bahia, por volta dos 58 anos de idade, não seria capaz de afeiçoar-se à vida na colônia.

Pelo seu genio maledico e satirico, pela irritação com que deixara Portugal, pelo desapego da terra, onde se encontrava deslocado e contrafeito, e a qual não cuidou de afeiçoar-se, achou-se naturalmente mal e contrariado nesta, e em oposição com ela. Mais de trinta anos de Portugal lhe tornaram insuportável a mesquinha vida da sua mesquinha Bahia. (VERÍSSIMO, 1916, p. 90)

O caso do poeta baiano é emblemático do uso que Veríssimo faz da biografia. Realmente, tudo que lê na obra a ele atribuída é enviado a essa situação de decepção com a terra por meio do levantamento dos fatos de sua vida. Dessa forma, o historiador paraense serve-se largamente do relato feito pelo licenciado Manuel Pereira Rebelo, o “parcialíssimo biógrafo” de Gregório (VERÍSSIMO, 1916, p. 88), para traçar-lhe o perfil. Assim, as críticas presentes na sátira às diversas situações que imputava à cidade são lidas como indício da insatisfação do poeta com a sociedade em que vivia e, além disso, como prova de seu pouco apreço por ela, segundo se verifica na seguinte passagem:

Muito vaidoso, como soem geralmente ser poetas e literatos, era-o extremamente do seu título de doutor, do seu saber jurídico, da posição que tivera no Reino, e até de ser branco. Sentia-se, pois, afrontado com a indiferença dos seus patrícios e vizinhos, insensíveis a estas suas superioridades. Acham-se-lhe fartos documentos deste seu estado d'alma, em todo caso revelador de pouco espírito, em varios passos de sua obra. (VERÍSSIMO, 1916, p. 90)

Não se trata de contradizer o historiador e supor que Gregório de Matos não tenha sido vaidoso de seus conhecimentos ou da cor de sua pele numa sociedade profundamente hierarquizada como o foi aquela que existiu aqui no período colonial. A questão a ser apontada é que Veríssimo julga que a poesia é capaz de expressar o estado de alma do autor, conforme se diz no último período do trecho acima. A verdade é que ele – seguindo, aliás, a tradição do tipo de texto que escreve – lê como documento a poesia que tem diante de si. Dessa forma, as sátiras escritas servem antes para comprovar a imagem produzida por sua biografia. Talvez em alguns momentos proceda até inversamente, pois é possível pensar que a biografia traçada pelo historiador paraense tenha sido construída principalmente a partir das peças satíricas atribuídas ao poeta, pois os trechos em que aponta os hábitos, por assim dizer, mundanos de Gregório são justificados por passagens desse tipo de poesia. A própria síntese que Veríssimo faz da figura do poeta parece pretender-se respaldada por este tipo de procedimento:

Quis, talvez, conciliar duas cousas incompatíveis, e de o não ter, por impossível, conseguido, resultou o seu profundo desgosto da terra, manifestado com uma reiteração e variedade de formas que lhe estão revendo a sinceridade fundamental. As duas cousas que quis acordar eram a consideração pública pelos seus talentos, letras e graduação social com a vida dissoluta que, a despeito dos péssimos costumes locais, seria ainda assim escandalosa, segundo ressalta das anedotas da sua vida e o deixa de manifesto a sua obra. Como não o conseguisse, e por hora da moralidade humana que jamais soçobra totalmente não o podia alcançar, rebelou-se, fazendo-se ao mesmo tempo o flagelo e o divertimento dos seus concidadãos, o “boca do inferno”, como é de tradição o alcunhavam. (VERÍSSIMO, 1916, p. 94)

Vale ainda notar que a biografia, neste caso, justifica a falta do sentimento nacionalista no autor. Resumindo o conceito que Veríssimo parece fazer de Gregório de Matos, pode-se dizer que, tendo sido as circunstâncias em que voltou para o Brasil contrárias ao seu gosto e sendo a sociedade que encontrou muito dessemelhante daquela que deixara na metrópole, o poeta baiano não poderia fazer poesia nacionalista porque teria desenvolvido um profundo desprezo pela terra. Além disso, para o historiador paraense, não seria sequer um precursor nas rusgas contra os poderes instituídos, pois suas ofensas não passavam de “despeito pessoal” (VERÍSSIMO, 1916, p. 96), uma vez que em sua obra ora os potentados são atacados, ora elogiados.

Por outro lado, para Veríssimo, do mesmo modo que revelam a vida pessoal do autor, suas peças satíricas, principalmente, dão testemunho do tipo de sociedade que existiu na Bahia do século XVII. Aproximando-se um pouco da leitura que faz Sílvio Romero da sátira de Gregório, para o historiador paraense, nem tudo está perdido, pois, se ela não é um depoimento da construção do sentimento nacional, não deixa de ser um registro da vida colonial:

Costumes, usos e manhas nossas aparecem-lhe nos versos em alusões, referencias, expressões, que documentam o grau adiantado da mestiçagem entre os tres factores da nossa gente que aqui se vinha operando desde o primeiro seculo da nossa existencia. É sobretudo esta feição documental da sociedade do seu tempo que sobreleva Gregorio de Matos aos seus contemporaneos e ainda a todos os poetas coloniais antes dos mineiros, todos eles sem fisionomia propria. O unico que em suma a tem é ele. (VERÍSSIMO, 1916, p. 102)

Como se disse, não são somente as ideias de gênio e de representação da realidade que fazem parte do conjunto de conceitos que Veríssimo incorpora à sua história literária. Além deles, o autor parece aplicar ideias que se formularam em fins do século XIX sobre a literatura que tiveram larga aceitação no Brasil durante as primeiras décadas republicanas no Brasil. Com efeito, em alguns momentos de sua obra, o historiador paraense parece aplicar as concepções que dedicavam maior atenção aos cuidados formais. Em vários momentos de sua obra, chama ele atenção para o que considera má execução por parte dos escritores, apontando problemas de gramática, de vocabulário, de organização frástica e, sobretudo, de falta de arte em algumas obras.

Essa atenção dada pelo historiador aos aspectos formais fica bem evidente ao falar de Machado de Assis. É de se notar que Veríssimo não procura vincular as obras aos fatos da vida pessoal do autor, nem insiste em localizar nelas os símbolos da nacionalidade brasileira. Quando se expressa neste sentido, nem as relações que estabelece entre obra e gênio não estão vinculadas tão de perto às idiossincrasias do autor, nem as ligações entre obra e realidade pautam-se pelo registro puramente documental. É possível pensar que, para o historiador paraense, a arte de Machado de Assis tem bastante a ver com sua “natureza tão finamente aristocrática” (*idem*, p. 416), mas sua individualidade não é trazida para a explicação da obra. Por outro lado, é igualmente crível que os escritos de Machado sejam os mais nacionais, tendo em vista ser ele a “mais alta expressão do nosso gênio literário” (*idem*, p. 415), mas isso não se traduz numa exigência de paridade entre a representação artística e o mundo empírico.

Ao que parece, assim se passa porque, para Veríssimo, é este o autor que melhor representa aquilo que entende por literatura como arte literária. Não há dúvidas de que o

historiador nutria pelo autor de *Dom Casmurro* e sua obra a mais alta simpatia, tendo em vista não só os elogios abertos que faz, mas também a própria posição em que coloca o capítulo que o toma por assunto. De fato, é como se houvesse uma paridade entre o reconhecimento de que o escritor é a “a mais eminente figura da nossa literatura” (VERÍSSIMO, 1916, p. 415) e a inserção do capítulo que trata dele no desfecho da obra, fazendo-o representar, assim, o ponto mais alto da história literária brasileira.

Seja como for, a questão é que, no estudo de Machado de Assis e sua obra, Veríssimo parece aplicar ideias mais formalistas. Assim, logo depois de traçar um breve perfil psicológico e intelectual do autor, o historiador paraense chama atenção para sua obra, começando justamente pela produção poética. Eis como se refere a *Crisálidas*, livro de estreia do ilustre escritor:

[...] Vinte e dois poemas, escritos entre 1858 e 64, compunham essa coleção. Distinguiam-se pela emoção menos desbordante que o nosso comum lirismo e por um apuro de forma insolito na nossa poesia. Á perfeição com que já manejava o alexandrino, verso ainda mal aclimado na nossa lingua, o pechoso cuidado que punha nos ritmos e rimas dos seus, para os fazer menos triviais e mais tersos sem perda da sonoridade, juntava-se o polido da lingua e o escolhido da frase poetica: *Aspiração*, que é de 1862, mórmente *Versos à Corina*, de 1864, documentam este juizo. Tanto pelo valor do sentimento como da sua expressão, este ultimo é uma das mais belas amostras do nosso lirismo. Como as obras verdadeiramente classicas, isto é, que não são de ocasião ou de moda, tão vivo e novo hoje como á data da sua composição, ha quasi meio seculo. (VERÍSSIMO, 1916, p. 418)

Pode-se ver o quanto o historiador procura descrever e ajuizar os poemas por seus aspectos formais pelas passagens em que destaca a sonoridade que atribui ao poema, a organização do verso, a menção à rima, ao ritmo e à frase. Neste trecho, e em toda a análise que faz de Machado de Assis e sua obra, todas as considerações são remetidas para esse plano, no qual se procura captar, antes de tudo, o objeto literário. Nesse sentido, é possível ver manifesta aquela “perspectiva idealizante da Arte” de que fala João Alexandre Barbosa (1974, p. 168), e que se serve dos argumentos do bom gosto, que fazia parte de sua linguagem crítica ao abordar a literatura desde a última década do século XIX.

Encontra-se igualmente a mesma ideia quando Veríssimo passa a referir-se ao romance de Machado. Comentando, neste caso, não o estilo do autor, senão que elementos mais ligados à forma da representação, é de se notar o quanto o historiador expande a ideia de representação da nacionalidade, para tentar compatibilizá-la com a perspectiva formalista que passa a assumir. Eis o que afirma sobre *Ressurreição*:

A grande novidade deste romance era não ser senão o primeiro de análise de caracteres e temperamentos, o primeiro ao menos que com este só propósito aqui se escrevia. Não trazia

vislumbre de intencional brasileirismo vigente. Ao invés declaradamente apontava a outra cousa que o romance de costumes. [...] Neste mesmo romance, como naquelas ficções menores, embora refugissem ao particularismo nativista, havia já uma notação exata, ou antes uma clara intuição das nossas íntimas peculiaridades nacionais. O sempre progressivo exercício desta faculdade de análise do ambiente, estreme das suas fáceis representações pitorescas, fariam de Machado de Assis não obstante o seu desprendimento do brasileirismo, qual o entendiam aqui, porventura o mais intimamente nacional dos nossos romancistas, se não procurarmos o nacionalismo somente nas exterioridades pitorescas da vida ou nos traços mais notórios do indivíduo ou do meio. (VERÍSSIMO, 1916, p. 426-427)

É verdade que, chamando atenção para características formais do romance, o autor acaba reportando-se à questão da representação da realidade e do brasileirismo. É verdade, ainda, que, de alguma maneira, uma e outra estão relacionadas no argumento do historiador paraense. No entanto, é de se notar que a crítica não recai sobre a obra propriamente, mas sobre as ideias de realidade nacional. Neste caso, não é a obra que teria de se adequar às ideias nacionalistas, mas justamente o contrário: estas é que deveriam ser repensadas para englobar o romance. Basta que se lembre do lamento de Veríssimo a respeito da falta de assuntos nacionais do teatro de Gonçalves Dias, para que se perceba não só quão diferentes são suas ideias sobre literatura ao comentar os dois autores, mas também o quanto, no caso de Machado de Assis, suas ideias sobre o nacionalismo estão subordinadas às concepções de literatura. A realidade já não se confunde com os costumes ou com as exterioridades pitorescas, mas com os detalhes da vida íntima.

De fato, o que se pode perceber é que, ao tratar de Machado de Assis e sua obra, Veríssimo serve-se da ideia de que o autor deve ter liberdade para tratar de um assunto desde que isso lhe permita produzir sentimentos, o que implica tanto um burilamento da forma das obras quanto o redimensionamento do conceito de representação. Não é à toa que, comentando um trecho do famoso “Instinto de Nacionalidade”, o historiador afirme que “o só critério da arte é o talento com que é realizada” (VERÍSSIMO, 1916, p. 423). No mesmo sentido da ênfase na capacidade artística sobre qualquer outra forma de julgamento da arte, notam-se, neste ponto da obra, várias expressões que se referem às qualidades do escritor como artista capaz de comover o leitor. Expressões tais como “índole literária”, “faculdade mestra”, “faculdade de romancista”, “temperamento artístico” indicam outra maneira de conceber a subjetividade do escritor em uma dimensão que não a puramente biográfica, mas como “homem de arte”. Em resumo, são mais ou menos tais ideias que se encontram ao sintetizar a produção poética de Machado de Assis: “[t]udo nele, como no verdadeiro poeta, se faz sentimento e sensação e como tal se exprime, e em forma que é, sem o rebuscado do parnasianismo, porventura a mais perfeita alcançada pela nossa poesia.” (*idem*, p. 425).

A outra face dessa intensificação dos aspectos formais, que, de um lado, se traduz no elogio da capacidade artística de quem escreve, é o realce que ganham os juízos do historiador, na medida em que se sustentam normalmente sobre suas impressões pessoais. Assim o atestam passagens em que chama atenção para os sentimentos e sensações despertados pelos poemas ou romances machadianos:

Assim, por exemplo, nesse conto magnífico *O alienista* ou nesses outros jóias *Conto alexandrino*, como na admirável invenção de *Bras Cubas*, e todas as vezes que a sua rica imaginação se deu largas para fóra da realidade vulgar, sob os artificios e os mesmos desmandos da fantasia, sentimos a verdade essencial e profunda das cousas, poderíamos chamar-lhe um realista superior, se em literatura o realismo não tivesse sentido definido. (VERÍSSIMO, J, 1916, p. 427-428).

Trechos como este revelam sem dúvida que Veríssimo percebia uma profunda diferença entre a produção machadiana e a dos demais escritores que inseriu em sua história literária. No entanto, chamam igualmente atenção para a dificuldade que tinha o historiador de objetivar o juízo que proferia. Ora, em quem estaria fundada a sensação de verdade essencial e profunda que transmite a obra, senão nele próprio? Mas, seja como for, não se pode deixar de notar certo esforço no sentido de racionalizar suas percepções. Indicativa do esforço que empreendia para descrever a obra machadiana menos subjetivamente, a expressão “realista superior” parece sugerir justamente a tentativa de conciliação entre o naturalismo crítico e o impressionismo⁴², que João Alexandre Barbosa nota na *História da Literatura Brasileira*, de Veríssimo.

É verdade que, em sua história literária, Veríssimo dá espaço a uma maneira de pensar a literatura fora dos termos documentais, ainda que não abra mão dos conceitos que sustentam este tipo de leitura. Apesar disso, contudo, deve-se dizer que, ao que parece, isso não significou incremento notável da capacidade de análise da obra literária. Tanto as abordagens baseadas nos conceitos de gênio e de representação da realidade, como as que se orientam pela ideia de literatura como arte literária, resultam um tipo de comentário predominantemente tautológico, por assim dizer. Com efeito, o procedimento básico de análise das obras literárias é o resumo e a descrição daquilo que pode ser verificado pela leitura. Neste sentido, sua história da literatura parece aderir a uma prática seguida por Sílvio

⁴² João Alexandre Barbosa observou a respeito de Veríssimo que suas publicações dos anos iniciais do século XX que tratam de textos literários ressentem-se da orientação impressionista assumida pelo crítico, opondo-se, por isso, aos textos em que abordava a vida social, quando se guiava por um pensamento mais naturalista. Ainda de acordo com Barbosa, a *História da Literatura Brasileira* representa uma tentativa de superar a cisão que se instaurou entre estas duas perspectivas, em consequência do que Veríssimo “termina por adotar um ponto de vista de conciliação entre o naturalismo crítico e o impressionismo – este último aparecendo como uma retomada da tradição oitocentista das belas-letas, sobretudo através de sua definição inicial da Literatura como arte literária” (BARBOSA, J. A., 1974, p. 197).

Romero e Ferdinand Wolf, que basicamente produziam paráfrases daquilo que encontravam nos textos. Seja como for, é preciso dizer que, dos historiadores literários aqui estudados, Veríssimo é o que mais se aproxima das concepções de literatura que se difundiram durante o século XX. E não seria absurdo imaginar que o elogio feito por Antonio Candido (1997, p. 11) de ser a história literária de Veríssimo “a melhor e [...] a mais viva de quantas se escreveram” tenha a ver com as concepções de literatura que veicula.

4. CONCLUSÃO

Como ficou dito no início, o propósito desta tese consistia em fazer a comparação de algumas das principais obras sobre história da literatura brasileira. Reconhecendo o cunho nacionalista que guardam, procurou-se entender o que as torna diferentes umas das outras, já que, até pela mais superficial leitura, pode-se perceber pontos de divergência entre elas. Realmente, apesar de tratarem do mesmo assunto, não são idênticas as posições que assumem a respeito dos eventos que narram e dos escritores e obras que arrolam. Diante disso, como se viu, a comparação consistiu em analisar as ideias de nacionalismo, de história e de literatura, elementos-base de uma obra de *história de literatura nacional*, vigentes no momento em que as histórias literárias vieram à luz.

Quanto ao nacionalismo, pode-se dizer que cada um dos três textos estudados apresenta sua concepção específica. Em verdade, o significado que tal ideia assume nas histórias da literatura de Wolf, Romero e Veríssimo liga-se ao posicionamento político adotado pelos autores, que se traduz no tipo de interpretação que fazem dos fenômenos que integram a narrativa. No caso do historiador vienense, a assimilação da perspectiva oficial sobre a história do país resulta na construção de uma história literária em que sobressaem a participação das instâncias político-administrativas e da Igreja Católica. Contrariamente a isso, o historiador sergipano manifesta sua inclinação republicana, no desmerecimento das figuras ligadas aos poderes colonial e imperial e no elogio incondicional do povo brasileiro, entendido como resultado do processo de mistura racial que se deu entre portugueses, negros e índios. Veríssimo, por sua vez, imprime em sua obra uma interpretação republicana da história, na medida em que entende a história do Brasil como a do desenvolvimento de laços afetivos entre a terra e os habitantes. Sendo assim, cada fenômeno abordado remete, em última análise, a estas ideias que os historiadores trazem sobre o nacionalismo em suas obras.

A estes conteúdos nacionalistas veiculados pelas narrativas associam-se modos igualmente distintos de construí-las, segundo a maneira pelo qual concebem a própria história. O nacionalismo oficial de Wolf atrela-se a uma visão histórica idealista, que concebe os inseridos na narrativa como resultado de um processo histórico cuja razão está para além da compreensão humana. Assim, embora os fatos sejam tratados positivamente, a ligação que se estabelece entre eles não o é. Talvez se possa dizer que o autor sabe que a história da literatura que escreve é brasileira, mas não diz o porquê de ela o ser. Sua filosofia da história consiste

em acompanhar o desenvolvimento do nacionalismo literário, sem que, contudo, saiba dizer qual seja a causa dele.

Nesse sentido, em termos formais, a obra de Sílvio Romero parece avançar em relação à de Wolf, na medida em que propõe um princípio ao qual subordina os eventos de que trata. Sua filosofia da história é responsável pela construção de uma narrativa em que os fenômenos são tratados como parte do desenvolvimento da miscigenação entre os povos que habitaram o Brasil. À diferença de Wolf, portanto, Romero consegue declarar o elo a que os eventos que integram o campo histórico estão ligados. A maneira pela qual pensa este vínculo, em verdade, tem origem no pensamento científico de cunho empirista que teve larga repercussão no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX. Por causa disso, a aplicação das ideias científicas pelo historiador sergipano traduz-se na interpretação da história do país como o desdobramento de uma lei científica. Todos os fenômenos são concebidos como epifenômenos da lei que preside a história brasileira, isto é, da lei da mistura racial. Devido a essa forma de pensar os eventos que insere em sua narrativa, pode-se dizer que sua visão histórica é material ou científica.

Diferentemente, a *História da Literatura Brasileira*, de Veríssimo, estabelece entre os fenômenos inseridos na narrativa um vínculo mais dinâmico do que aquele levado a cabo por Romero. Neste caso, se a obra deste é mais bem elaborada quanto à forma da explicação histórica presente em Wolf, o mesmo se pode de dizer a respeito de Veríssimo em relação ao historiador sergipano. Com efeito, o autor paraense recusa a rigidez do pensamento científico incorporado por Romero e coloca na base de sua filosofia da história uma ideia que lhe permite elaborar o elo entre os fenômenos narrados a partir de uma compreensão eminentemente humana deles. Para Veríssimo, não se trata de relacionar os eventos a leis naturais, mas à dimensão psíquica da sociedade em que ocorrem e vice-versa. Quer dizer, enquanto a explicação dada por Romero era construída, por assim dizer, em mão única, sendo os fenômenos subsumidos na lei que regia a história do Brasil, a oferecida por seu desafeto pressupunha a interrelação entre o que se passava no campo histórico e a disposição psíquica da sociedade. Sendo assim, ao pensar a filosofia da história como o desenvolvimento do sentimento de apreço à terra, o que faz é entender o campo histórico a partir de uma visão historicista.

As sensíveis diferenças que se encontram nas ideias formuladas pelas histórias literárias sobre o nacionalismo e sobre os modos de compreenderem o processo histórico parecem contrastar com certa uniformidade que se pode notar quanto ao pensamento

veiculado a respeito da literatura. Com efeito, quanto a isso parece que as histórias literárias se servem da tradição fundada com o Romantismo ao recorrem às ideias de gênio e de representação da realidade para abordarem criticamente os textos literários que arrolam. Estes são conceitos básicos em cada uma delas, verificáveis na própria organização das obras constituídas de biografias e comentários sobre o grau de adequação da obra com a realidade empírica. À parte algumas divergências, verdadeiramente são os mesmos pensamentos que se incorporam a respeito da literatura.

Em verdade, as discordâncias que surgem quanto à apreciação das obras literárias devem-se especialmente à aplicação das concepções que as histórias literárias trazem a respeito do nacionalismo. De fato, o nacionalismo aparece na análise dos textos literários por meio da ideia de representação da realidade. Sob esta ideia, é incorporado aquilo que cada um dos autores pensa a respeito da nacionalidade brasileira, de modo que o real passa a ser definido pelos símbolos nacionais. Assim, tanto em *Le Brésil Littéraire*, quanto nas *Histórias da Literatura Brasileira*, de Romero e Veríssimo, as obras mais elogiadas são aquelas em que o historiador identifica paralelos entre a representação e suas ideias sobre o nacionalismo.

Ainda a uni-las está o fato de não existir qualquer reflexão mais detida sobre o que seja o objeto cuja história elaboram. Neste sentido, os conceitos literários de que os historiadores se servem na realização de suas obras são introduzidos de forma não problematizada, como se fosse autoevidentes. Mesmo José Veríssimo, que tentou delimitar de certa maneira o objeto de seu estudo, parece não se ter preocupado com a crítica dos conceitos que utilizava. Por causa disso, mesmo tendo apresentado, à diferença daqueles que o precederam, uma definição do que entendia por literatura, não chega a produzir resultados tão distintos quanto os de Wolf e Romero, no que diz respeito à abordagem que faz das obras literárias.

Apesar disso, não se deve desprezar sua tentativa de delimitar o objeto que estuda, pois revela que o autor percebia alguma insuficiência nos conceitos herdados do Romantismo. Não é à toa que recorre à tradição clássica para tentar fugir das dificuldades que parece ter identificado no aparato conceitual de origem romântica. Assim, define a literatura a partir da ideia de belas ou boas-lettras, como modo de fugir, sobretudo, à ideia de representação da realidade. Talvez não seja absurdo ver que sua motivação esteja justamente no contato que o autor teve com a obra de Machado de Assis, uma vez que é na análise da obra deste escritor que a herança crítica do Romantismo se subordina à sua definição de literatura como arte.

Seja como for, não se deve perder de vista que, de fato, Veríssimo opera com duas ideias sobre a literatura em sua obra que mais parecem justapostas do que integradas.

Ora, diante de tudo o que se disse até aqui, Jauss (1994) parece ter razão em dizer que as grandes obras de história da literatura datam do século XIX. Com efeito, tendo sido aquele o século em que o nacionalismo se consolidou na mentalidade ocidental, não é de estranhar que a este tipo de obra profundamente marcada pela nova maneira de se imaginarem as sociedades tenha encontrado larga aceitação. Não será também de estranhar que, quando a crítica literária julgou não mais precisar de recorrer ao nacionalismo para justificar sua existência, as histórias da literatura nacionais tenham se tornado apenas monumentos de erudição, que pouco teriam a ver com uma obra de história.

No entanto, as observações feitas por Jauss não devem ser tomadas ao pé da letra, ao menos quando se trata de falar do caso brasileiro. Sobretudo quanto às histórias literárias de Romero e de Veríssimo, não se pode dizer que suas ideias tenham, por assim dizer, envelhecido. Basta lembrar que as obras destes dois autores serviram de referência para diversas outras que se elaboraram no século XX, entre elas, talvez um dos textos mais importantes sobre o assunto, a *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido. Obviamente, não se trata de dizer que ele se tenha limitado a transcrever as ideias daqueles historiadores, mas é inegável que boa parte de sua reflexão foi feita a partir delas.

Talvez um estudo mais detido possa vir a mostrar os vínculos que se percebem a partir de uma leitura superficial desta obra do crítico. Como não é este o caso do presente trabalho, apontem-se ao menos alguns questionamentos surgidos ao longo da elaboração deste texto e que parecem ter alguma relevância para o entendimento da *Formação*. O primeiro deles tem a ver justamente com o recorte temporal feito por Antonio Candido em sua obra. De fato, talvez se possa ver na delimitação temporal que impõe a seu estudo, o aproveitamento de ideias veiculadas tanto por Romero quanto por Veríssimo a respeito do caráter “universal” da cultura oriunda da Igreja, não só quanto à sua dimensão, por assim dizer, religiosa, como também quanto à pagã? Ora, tanto o historiador sergipano quanto o paraense chamam a atenção para o perfil não nacionalista da formação ministrada no Brasil pelos jesuítas. Embora em outra clave, Antonio Candido destaca justamente o elemento universalizante da produção artística dos escritores do século XVIII.

Junto a isso, cabe destacar algumas influências que parecem existir no próprio arcabouço teórico empregado por Candido em sua obra. Talvez seja possível entender os conceitos de “função” e “valor” utilizados pelo autor para descrever o que concebe como o

“sistema literário” do Brasil justamente as ideias levantadas, de um lado, por Sílvio Romero, a respeito da divisão do trabalho intelectual a partir de fins do século XVIII, e, de outro, por José Veríssimo, sobre sua ideia de literatura como arte literária. Sumariamente: a função na obra de Candido tem a ver com a introdução de temas e gêneros no sistema literário; o valor tem a ver com a qualidade estética das obras. Neste sentido, pode-se dizer que Magalhães é funcionalmente importante, por renovar os temas da literatura brasileira; Macedo, por introduzir o romance; Gonçalves Dias, pelos talentos artísticos.

Diga-se mais uma vez que, com o que fica dito nestes parágrafos, não se pretende sugerir que Antonio Candido tenha, por assim dizer, copiado as ideias de Veríssimo e Romero. Quem tiver lido as *Histórias da Literatura Brasileira* destes, e a *Formação da Literatura Brasileira*, daquele, saberá que há inúmeras e marcantes diferenças entre estas obras. O que se pretende aqui é apenas chamar-se a atenção para o quanto aquelas histórias literárias podem ter sido importantes como fonte para a reflexão sobre a literatura feita no Brasil. Neste caso, não se trataria de reproduzir seu modelo, mas de procurar nelas talvez algumas ideias para que se repensem os estudos literários, que tão lamentavelmente têm perdido espaço mesmo no ambiente acadêmico.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: M. Orosco, 1907.

_____. Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: _____. *Ensaio e Estudos: crítica e história: 1ª série*. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1931.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARARIPE Jr, Tristão de. Carta sobre a literatura brasileira. In: _____. *Obra Crítica*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958^a. v.1.

_____. Estilo tropical. A fórmula do naturalismo brasileiro. In: _____. *Obra Crítica*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958b. v.1.

_____. O Dr. Sílvio Romero e seu novo livro. In: _____. *Obra Crítica*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958c, v.1.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Instinto de Nacionalidade. In, _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004. v.3.

_____. A Nova Geração. In, _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004b. v.3.

_____. Histórias de 15 dias. In, _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004c. v.3.

AZEVEDO, Luciene. As polêmicas em discussão. In. *Cadernos da Pós/Letras UERJ*. Rio de Janeiro: UERJ, IL. p. 41-55, 1995.

BARBOSA, João Alexandre. *A Tradição do Impasse: linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo*. São Paulo: Ática, 1974.

BONFIM, Manuel. A América Latina. In: SANTIAGO, Silviano (Org). *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. v.1.

BORNHEIM, Gerd. Filosofia do Romantismo. In: GUINSBURG, Jaco. *O Romantismo*. 2. ed São Paulo: Perspectiva, 1985.

BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil - 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio; Academia Brasileira de Letras, 2004.

CAMPOS, Haroldo de. *O sequestro do Barroco na Formação da Literatura Brasileira: o caso Gregório de Matos*. São Paulo: Iluminuras, 2011.

CANABRAVA, Euryalo. Prefácio. In: TORRES, João Camilo de Oliveira. *O positivismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1943.

CANDIDO, Antonio. *O Método Crítico de Sílvio Romero*. 4.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. Sílvio Romero: o crítico e o historiador da literatura. In: ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2001 t. 1.

_____. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 8^a ed Belo Horizonte: Itatiaia, 1997. v.1.

_____. Os Ultramarinos. In: *Vários Escritos*. 4.ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004.

CARPEAUX, Otto Maria. Introdução. In, _____. *História da Literatura Ocidental*. 2. ed. Rio de Janeiro: Alhambra, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CASSIRER, Ernest. *A Filosofia do Iluminismo*. São Paulo: EdUnicamp, 1994.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In, _____. *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

COLLINGWOOD, Robin George. *Idea de la Historia*. México: FCE, 1986.

COMTE, Augusto. Curso de filosofia positiva. In: _____. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

COSTA, Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA LIMA, Luiz. *A Aguarrás do Tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

_____. *A Trilogia do Controle*. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

_____. A crítica literária na cultura brasileira do século XIX. In: _____. *Dispersa Demada: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

_____. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Sociedade e Discurso Ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

DENIS, Ferdinand. Resumo da história literária do Brasil. In: CESAR, Guilhermino (Org.). *Historiadores e críticos do Romantismo*. São Paulo: Edusp, 1978.

FLAUBERT, Gustave. 1564. Lettre à Georg Sand. in: _____. *Oeuvres complètes de Gustave Flaubert: correspondance – septième série (1873-1876)*. Paris: Louis Conard, 1930.
FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Las Palabras y las Cosas: una arqueología de las ciencias humanas*. 2.ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

FRANCE, Anatole. Sobre a subjetividade radical da crítica. In: SOUZA, Roberto Acízelo de. *Uma Ideia Moderna de Literatura: textos seminais para os estudos literários (1688-1922)*. Chapecó: Argos, 2011.

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no séculoXX*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos* 1(1) 1988.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IANNI, Otávio. *A Idéia de Brasil Moderno*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro Nova Fronteira, 2000.

JAUSS, Hans Robert. *A História da Literatura como provocação à Teoria da Literatura*. São Paulo: Ática, 1994.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. A leitura na Formação da Literatura Brasileira de Antonio Candido. In: SERNA, Jorge Ruedas de la. (Org.) *História e Literatura: homenagem a Antonio Candido*. Campinas: EdUnicamp, 2003.

LAMAÎTRE, François Élie Jules. A crítica como empatia e exercício intelectual egotista. in: SOUZA, Roberto Acízelo de. *Uma Ideia Moderna de Literatura: textos seminais para os estudos literários (1688-1922)*. Chapecó: Argos, 2011.

LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia*. 4. ed. São Paulo: Pioneira, [19--].

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Confederação dos Tamoios. In: TEIXEIRA, Ivan (Org.). *Épicos*. São Paulo: Edusp, 2008.

MARTIUS, Karl Friedrich Von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: *O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 2ª ed São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

RIBEIRO, Santiago Nunes. Da nacionalidade da literatura brasileira. In, COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Americana, 1974.

RODRIGUES, José Honório. Explicação. In: _____. ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Brasília: EdUnb, 1982a.

_____. Introdução. In: _____. ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Brasília: EdUnb, 1982b.

_____. Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil. In: _____. *História e Historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970.

ROMERO, Sílvio. *Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e o positivismo na República do Brasil*. Rio de Janeiro : J.B. Nunes, 1894.

_____. *Historia da Litteratura Brasileira*. Rio de Janeiro : B. L. Garnier, 1888. 2v.

_____. *O Naturalismo em Literatura*. São Paulo : Typographia da Provincia de São Paulo, 1882.

ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em Berço Esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. 5.ed. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2000,

_____. Nacional por subtração. In: BORNHEIN, G et al. *Cultura Brasileira: tradição, contradição*. Rio de Janeiro: J.Zahar; Funarte, 1987.

SENNA, Janaína Guimarães de. *Flores de antanho: as antologias oitocentistas e a construção do passado literário*. 2006. 209f. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, João Manuel Pereira da. Parnaso Brasileiro. In, ZILBERMAN, Maria Regina & MOREIRA, Maria Eunice (Orgs.). *O Berço do Cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto 1998.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Modulações Poéticas. In, *O Berço do Cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

SISMONDI, Simonde de. *De la Littérature du midi de l'Europe*. Paris: Treuttel et Würtz (Paris) 1829, 3ª ed. rev. v. 1. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k107928m.r=Sismondi%2C+simonde+de+la+litt%C3%A9rature+du+midi+de+l%27europe.langPT>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Introdução à Historiografia Literária Brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

_____. A idéia de história da literatura: constituição e crise. In: *Histórias da Literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

STAËL-HOLSTEIN, Germaine de. *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*. Paris: Maradan, 1800, t. 1. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6107900q.r=STA%C3%8BLHOLSTEIN%2C+Germaine+de+De+la+litt%C3%A9rature+consid%C3%A9e+dans+ses+rapports+avec+les+institutions+sociales+.langPT>>. Acesso em: 04 fev. 2010.

SUSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, Qual Romance: uma ideologia estética e sua história: o naturalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

TAINE, Hippolyte Adophe. Introduction. In: _____. *Histoire de la Littérature Anglaise*. 2ª ed. Paris: Hachette, 1866.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *O positivismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1943.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1853. 2 v.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmica literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

_____. Introdução: Os Sertões. In, SANTIAGO, Silviano (Org) *Intérpretes de Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.v.1.

VERÍSSIMO, José. A nossa vida literária. In: BARBOSA, João Alexandre (Org.) *José Veríssimo: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: EDUSP, 1977a.

_____. *Historia da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

_____. Literatura e homens de letras no Brasil. In: BARBOSA, João Alexandre (Org.) *José Veríssimo: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Edusp, 1977b.

_____. "O Sr. Coelho Neto. In: _____. *Estudos de Literatura Brasileira: 4ª série*. São Paulo: EdUsp. 1977c.

_____. "O Sr. Capistrano de Abreu. In: _____. *Estudos de Literatura Brasileira: 7ª série*. São Paulo: EdUsp. 1979.

_____. "O Positivismo no Brasil. In: _____. *Estudos de Literatura Brasileira*: 1ª série. São Paulo: EdUsp. 1976.

WELLEK, René. *História da Crítica Moderna*. São Paulo: Edusp, 1967. v. 2, 4.

WHITE, Hayden. *Metahistoria: la imaginación histórica em la Europa de siglo XIX*. México: FCE, 1992.

WOLF, Ferdinand. *Le Brésil Littéraire: histoire de la littérature brésilienne*. Berlin: Ascher, 1863. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k57227980.r=ferdinand+wolf.langPT>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

ZILBERMAN, Regina. História literária romântica e o nacionalismo enquanto cânone. In: CONGRESSO ABRALIC. *Anais do 5º Congresso ABRALIC*. Rio de Janeiro, 1997. v. 1.

ZOLA, Emile. Le roman experimental. In, _____. *Le Roman Experimental*. 5ª ed. Paris: Chapentier, 1881a. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k113130k.r=Zola%2C+%C3%89mile+Le+Roman+exp%C3%A9rimental.langPT>>. Acesso em: 04 fev 2010.

_____. Du Roman. In, _____. *Le Roman Experimental*. 5ª ed. Paris: Chapentier, 1881b. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k113130k.r=Zola%2C+%C3%89mile+Le+Roman+exp%C3%A9rimental.langPT>>. Acesso em: 04 fev. 2010.